

OS HERDEIROS DE SÍSIFO

A ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de
1958 a 1963

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História, do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Michael McDonald Hall

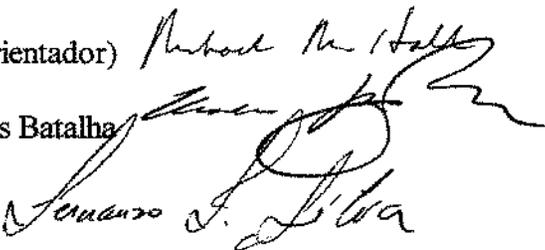
Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
27/03/2002

BANCA

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (Orientador)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva



Março de 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
CHAMADA TUNICAMP
Sa 59L
EX
COMBO BCI 51239
PROC 16.837/02
DY
PREÇO R\$ 11,00
DATA 23/10/02
Nº CPD

2

CM0017580B-8

BIB ID 266082

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Santos, João Marcelo Pereira dos
Sa 59 h Os herdeiros de sisifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-
alégrens nos anos de 1958 a 1963 / João Marcelo Pereira dos
Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Brizola, Leonel, 1922-. 2. Trabalhismo. 3. Trabalhadores -
Porto Alegre, 1958-1963. 4. Populismo. 5. Sindicalismo - História -
Porto Alegre, Região Metropolitana (RS). I. Hall, Michael
M. (Michael McDonald), 1941- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

“Os herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963” aborda o sindicalismo em uma conjuntura de ascenso organizativo e político do movimento operário gaúcho. Tangencialmente, trago à tona várias questões relacionadas com o estudo da classe operária: projeto organizativo, cultura operária, liderança e base, sindicato e espaço público, etc., todavia, concentro-me no estudo das relações entre sindicalismo, governo e estado. Através deste recorte investigativo, apresento outras possibilidades interpretativas para se analisar a presença da classe operária na construção da cidadania no Brasil. Essa opção tornou inevitável um diálogo crítico com alguns estudos considerados clássicos do populismo e da história da classe operária brasileira. Estructurei a dissertação em quatro momentos interligados entre si: no primeiro, contextualizo o debate político e econômico em torno da inserção da região sul-riograndense no projeto desenvolvimentista que na ocasião implantava-se no país. Com a intenção de esclarecer as condições em que se deu a breve hegemonia do projeto trabalhista no Rio Grande do Sul, neste momento inicial da dissertação, também debruçei-me sobre a estratégia de campanha eleitoral utilizada por Leonel Brizola para conquistar o governo. Na tentativa de apresentar as principais características definidoras do sindicalismo porto-alegrense; no segundo momento, resgatei as ações coletivas dos trabalhadores contra a carestia. No terceiro momento, através da análise do processo de estatização da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense, situo com mais detalhes as relações entre o sindicalismo e o governo de Leonel Brizola. Encerro, reconstruindo a especificidade da participação dos trabalhadores e suas organizações em uma das ações políticas mais marcantes da história gaúcha: o Movimento da Resistência Democrática, também conhecido popularmente pelo Movimento da Legalidade.

Palavras claves: Leonel Brizola, trabalhismo, trabalhadores Porto Alegre 1958 a 1963, populismo, sindicalismo.

100249701

Abstract

“The heirs of Sisifus: the collective action of the workers of Porto Alegre between 1958 and 1964” deals with labor unionism within the context of the organizational and political rise of the labour movement in Rio Grande do Sul.

I approach, various questions related to the study of the working class: organisational project, working class culture, leadership and union members, unions and the public environment etc, however, I focus upon the study of the relations between labor unionism, the state government and the state.

Using this investigative point of view, I present other interpretative possibilities to analyze the presence of the working class in the construction of Brazilian citizenship. This option implies an inevitable critical dialogue with some of what are considered to be the classical studies about populism and the history of the Brazilian working class. I organized the structure of the dissertation into four interrelated parts: firstly, I contextualize the political and economical debate about the insertion of the southern state, Rio Grande do Sul, into the developmental project, which was implanted in the country at that time with the intention to explain the conditions which led to the brief ascension and primacy of this workers project in Rio Grande do Sul and initially studied the successful electoral campaign used by Leonel Brizola that led to his governing of the state. Secondly, in the attempt to present the determining, principal characteristics of labor unionism in Porto Alegre, I researched and used collective workers actions against the social problems existing at that time. Thirdly, I situate the relations between labor unionism and the state government of Leonel Brizola, analysing the process of nationalizing the Electric Energy Company of Rio Grande do Sul. Finally I, reconstruct the specific contribution of the working force and their organizations in one of the principle political actions in the history of Rio Grande do Sul: The Movement for Democratic Resistance, also popularly known as the Legalizing Movement.

Keywords: Leonel Brizola, worker's movements Porto Alegre 1958 -1963, populism, unionism.

Agradecimentos

Sem querer apagar a autoria desta dissertação, creio poder afirmar que ela só foi possível porque, desde o início, contei com a generosidade de várias pessoas. Nesse sentido, o seu resultado é, genuinamente, coletivo. A todos e todas que, direta e indiretamente - e de diferentes maneiras -, contribuíram para esta “aventura investigativa”, minha gratidão.

Gostaria de registrar que a bolsa de estudos fornecida pela CAPES/CNPq foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Jamais poderei retribuir àqueles que compartilharam suas memórias, documentos, fotografias; enfim, as “pequenas” relíquias que os tornam vivos e vinculados ao passado. Do contato com os entrevistados, alguns vivendo no esquecimento e ressentidos por falsificações acerca da história que protagonizaram, aprendi, desde logo, a valorizar o que estava pesquisando. Meu apreço a vocês, que “tenazes e fortes estão lembrando que há outra alvorada”. Mesmo correndo o risco de cometer uma injustiça, não posso furtar-me de mencionar a amizade de Jorge Alberto Campezatto. Através de longas conversas com este líder sindical, vislumbrei acontecimentos que corriam o risco de serem esquecidos. Sua vitalidade, apesar dos 70 anos vividos, ensinou-me que a militância para construir um mundo melhor, mesmo imbuída de novos significados, não envelhece.

As contribuições dos docentes das disciplinas cursadas na Unicamp, foram essenciais para agregar reflexões sobre questões específicas e para alargar os horizontes da pesquisa. Um agradecimento especial a Marco Aurélio Garcia, que dispôs do seu precioso tempo para co-orientar esta dissertação: suas proposições foram essenciais para enriquecer a pesquisa. Os mesmos agradecimentos estendo ao professor Cláudio Henrique Moraes Batalha. Minha sincera admiração a Michael McDonald Hall que, no exercício do ofício, além de conhecimentos partilha sabedoria.

“Poder-se-ia perguntar: por que os de baixo não realizaram as tarefas históricas que cabiam às velhas e às novas oligarquias? Uma resposta mecanicista afirmaria: porque essas não eram suas tarefas de fato. Tal resposta é um equívoco. A questão tinha uma cara concreta diversa: os de baixo estavam empenhados em uma árdua batalha para engendrar, numa sociedade civil bárbara, embora burguesa e imitadora servil da Europa avançada e dos Estados Unidos, as condições da existência da civilização, com a” validade de contrato, a liberdade de organização e de greve, a dignidade do que não tem peso e voz na sociedade civil, etc. Isso quer dizer que, enquanto os líderes carismáticos e as classes cultas contentavam-se com a velha lei do porrete, os de baixo lançavam todo o seu poder de luta social para que se instaurasse uma sociedade civil civilizada” (Florestan Fernandes. Democracia e Desenvolvimento).

Aos colegas que iniciaram o mestrado comigo, especialmente os da linha de pesquisa em História Social do Trabalho, quero lembrar que nossas conversas, em sala de aula e nos momentos informais, além de estimulantes aguçaram minha sensibilidade.

Aos “veteranos” Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes devo dizer que o trabalho de vocês tem evidenciado o quanto as práticas sociais e políticas dos trabalhadores são dotadas de sentido, de peso político e de significado histórico. Dos seus escritos, emergem novas imagens sobre a formação da classe operária brasileira. As “representações instituídas” já foram abaladas. Por essas razões, suas pesquisas e escritos são minhas fontes de inspiração teórica.

Jamais poderei retribuir à altura ao amigo Alexandre Fortes, pois por suas mãos, ainda nos idos de 1990, fui introduzido no universo das questões da classe trabalhadora. De lá para cá, suas análises sobre autonomia e heteronomia, controle social do trabalho, cultura operária, populismo, cidadania, etc. instigam-me enormemente.

As oficinas e seminários sobre sindicalismo, organizadas pela Escola Sindical São Paulo, foram preciosas para estabelecer importantes ligações com o presente. A convivência com os educadores e educadoras desta Escola Sindical, revelou que é possível conciliar a prática do dia-a-dia com a reflexão teórica. Uma lembrança especial ao companheiro José Dari Krein: sem sua solidariedade a estadia em Campinas teria sido muito difícil.

Aos companheiros da CUT Nacional, especialmente: Altemir Tortelli e Martinho da Conceição, vocês permitiram conciliar o desenvolvimento da pesquisa com o árduo trabalho da formação sindical. E meus agradecimentos também à companheira Maria Eunice Wolff, da CUT do Rio Grande do Sul, pois sem o “breve recesso no trabalho”, certamente, não teria tido energias para concluir a escrita da dissertação.

Sandra, amiga e companheira: espero que possamos recuperar o tempo que roubei da nossa convivência para dedicar-me ao estudo e à escrita desta dissertação. E, finalmente, meu amor a Jagna, nossa filha, que com a sedução que é peculiar às crianças, várias vezes tirou-me da concentração para ensinar-me a brincar.

Índice

<i>Introdução</i>	15
A homogeneização da peculiaridade	16
<i>Capítulo I - Crise econômica e emergência do trabalhismo</i>	31
O aprendizado eleitoral	42
Leonel Brizola: a marcha rumo ao Palácio Piratini	44
Podem votar em paz, Brizola não é comunista	49
O assalto dos símbolos: a Festa do Trabalho	55
O III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (III CTG)	62
O Manifesto de 13 de maio e a sabatina	67
<i>Capítulo II - A luta contra a carestia</i>	71
A luta contra a carestia pós-congelamento	84
<i>Capítulo III - Eletricitários: toda energia é pouca</i>	99
Salve a encampação!	105
As reações da CEERG e a precipitação da encampação	113
Os reais interesses da CEEE na defesa da encampação	114
O desfecho da encampação	116
A cerimônia de encampação da CEERG	120
E dela, quem nos salvará?	125
Os eletricitários não estavam sozinhos	130
A união entre o sindicato dos eletricitários e a Associação dos Funcionários da CEEE	135
A visão petebista sobre as relações entre Estado e Sindicato	139
<i>Capítulo IV - Entre o mar e o rochedo: a greve da CARRIS</i>	147
Depois dos tranviários, vieram os eletricitários, os funcionários públicos, os bancários... ..	161
<i>Capítulo V - O Palácio e a Praça</i>	165
O panorama político e social	165

	12
A Resistência Democrática _____	169
Depois da Resistência Democrática, a luta contra o parlamentarismo _____	185
Brizola sai. Meneguetti volta _____	191
<i>Conclusão</i> _____	215
<i>Cronologia</i> _____	221
<i>Fontes</i> _____	227
<i>Bibliografia</i> _____	231

Introdução

Examino, nesta pesquisa, a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses. O ponto de partida é a campanha eleitoral de 1958 que conduziu Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul. Encerro analisando os impactos imediatos do retorno de Ildo Meneguetti ao governo do Estado.

Apesar da existência de outros centros de expressão das lutas sindicais no Rio Grande do Sul, tais como Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Caxias do Sul, detive-me em Porto Alegre, pelo fato deste município ter sido um dos mais importantes palcos das ações coletivas do sindicalismo no período estudado. Optei por esse período e lugar por considera-los, sob vários aspectos, singulares e problematizadores de um conjunto de questões que se colocam no itinerário daqueles que desejam compreender o significado e a relevância do sindicalismo para a história do Brasil. Questões como as relações entre sindicato, estado e sociedade; o papel do sindicalismo e dos trabalhadores na construção de uma sociedade democrática; a relação entre sindicato e partido político; a estrutura sindical corporativa; sindicato e projeto de desenvolvimento, circundam os acontecimentos que serão, aqui, analisados. Todavia, apesar do permanente diálogo com as questões acima, focalizarei com maior destaque as relações entre o sindicalismo e o governo trabalhista de Leonel Brizola.

Em meados da década de 50, o Rio Grande do Sul é tomado por um intenso debate em torno da inserção desta região no projeto desenvolvimentista. A industrialização pesada,¹ principal ícone do projeto desenvolvimentista impulsionado pelo governo de Juscelino Kubitschek, constituiu novos vínculos entre o capital industrial instalado no centro do país e as economias regionais. Esse processo não só mudou a qualidade da

¹ A industrialização pesada caracteriza-se pelo papel estratégico desempenhado pela produção de bens de capital. Esse é o setor que sustenta todo o processo de desenvolvimento, pois o ramo de bens de capital capacita a economia a implementar o progresso técnico e difundi-lo por toda a estrutura econômica através de equipamentos mais eficientes, assegurando, dessa forma, ganhos de produtividade e a redução dos custos unitários dos bens e serviços produzidos. QUADROS, Waldir. *Crise do padrão de desenvolvimento no capitalismo brasileiro: breve histórico e principais características*. Cadernos Cesit - Centros de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Campinas- SP (sem data).

integração das diversas regiões à economia nacional, como instaurou uma maior competição inter-regional.

No plano econômico, essa nova dinâmica de acumulação de capital, implantada pelo desenvolvimentismo, trouxe novas determinações e exigências de adaptação da região sul-rio-grandense à totalidade da economia nacional. No plano político e social, os reflexos dessas mudanças fizeram-se sentir na emergência de uma opinião pública de oposição às políticas do Governo Federal, catalisada partidariamente pelo PTB gaúcho, então liderado por Leonel Brizola.

É nesta conjuntura de conflitos entre uma região periférica e o projeto de industrialização centrado na região Sudeste, que vamos abordar a experiência sindical em Porto Alegre, na tentativa de compreender como o sindicalismo, através de suas ações coletivas, relacionou-se com o governo petebista e reposicionou a luta por direitos.

A homogeneização da peculiaridade

Iniciei a pesquisa analisando alguns escritos sobre o sindicalismo gaúcho no período de 1954-1964. Concomitante a revisão bibliográfica também realizei as primeiras incursões na documentação. Naquele momento, fui tomado por um sentimento de grande perplexidade. Enquanto a documentação consultada revelava dimensões riquíssimas da história do movimento operário, os escritos históricos sobre o sindicalismo e os sindicalistas, além de escassos, reproduziam imagens distorcidas daquilo que o meu olhar percebia na documentação. Ao indagar sobre os motivos dessa escassez e as razões para essa distorção de imagens, passei a suspeitar que poucos são os estudiosos que enxergam a necessidade de investir e produzir novos conhecimentos regionais sobre algo que imaginava-se ter sido suficientemente pesquisado em âmbito nacional. Penso que, implicitamente, tal atitude representa uma opinião que postula a idéia de que pouco ou quase nada de relevante e inovador pode ser produzido localmente, uma vez que a trajetória trilhada por essa parcela do sindicalismo não passa de réplica e caricatura, com tons quixotescos, do padrão nacional. Os estudos dedicados a essa problemática, como veremos adiante, mesmo tratando das “peculiaridades”, esforçam-se por apresentar as similitudes, numa tentativa de apagar, mesmo que inconsciente, a diversidade da história do sindicalismo nesta região.

Esse empobrecimento da reflexão historiográfica local, que se dá através aplicação mecânica de modelos explicativos externos, já foi analisado e denunciado por Silvia Petersen:

“Assim, as pesquisas acadêmicas sobre o movimento operário no Rio Grande do Sul, que aparecem nos anos 70, também tiveram por horizonte o que aconteceu no centro do país, tomando como padrão. Há uma preocupação correta em buscar referências nas regiões política e economicamente hegemônicas, mas esses trabalhos tiveram, via de regra, o viés de fazer aproximações na ausência de investigações mais precisas, de transferir explicações para suprir lacunas na investigação local. Por parte dos próprios autores locais, certas tentativas de incorporação das contribuições ou características de fatos e situações fora do centro são formas inconscientes de reafirmar a dominações as exclusões. Nesses casos, o regional é incorporado reafirmando seu *status* de periferia e inferioridade.”²

De qualquer modo, os poucos estudos existentes sobre o sindicalismo no Rio Grande do Sul que abrangem os anos de 1945 a 1964, salvo exceções, reproduzem um conjunto de representações que, até recentemente, apresentavam-se como as únicas possibilidades interpretativas disponíveis no discurso historiográfico.

Para boa parte da bibliografia local³, o movimento sindical gaúcho possui uma única particularidade em relação a São Paulo e ao Rio de Janeiro (eixo tido como modelar do sindicalismo brasileiro): enquanto, nestes estados, o sindicalismo enfrentou governos

² Petersen, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”, in: Araújo, Ângela M. C. *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo. Scritta, 1997, p. 88.

³ A bibliografia sobre o movimento operário gaúcho no período de 1945 a 1964 realmente não é muito extensa. Antônio David Cattani, em “*Ação Coletiva dos Trabalhadores*” apresenta uma resenha razoavelmente completa das principais pesquisas nesta área. A dissertação de mestrado de Maria A. C. Zanfêliz “*As Relações sócio políticas no Rio Grande do Sul: governo, partido e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*”, sem dúvida alguma, possui o mérito de sistematizar, do ponto de vista conceitual, grande parte da produção acadêmica sobre o movimento operário no mesmo período e lugar que pesquisei. As afirmações de José Albertino Rodrigues, Heloisa H. T. de Souza Martins, Francisco Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, entre outros, serão analisadas e relativizadas no corpo dessa dissertação.

hostis, que impuseram o controle utilizando instrumentos repressivos, no Rio Grande do Sul, o Estado, desde muito cedo, dispensou a força coercitiva e lançou mão de uma política integradora das organizações sindicais. Com isso, foi capaz de exercer, com maior eficiência, a sua hegemonia.

Essa política integradora, gestou, prematuramente, em âmbito regional, o que passou a vigorar nacionalmente, a partir de 1961, com João Goulart. Em outros termos, o que diferenciou o sindicalismo do Rio Grande do Sul das demais regiões do país foi a conjuntura política regional, que antecipou o surgimento do populismo brizolista. De resto, o sindicalismo gaúcho, no tempo e no espaço, assemelhou-se ao padrão nacional.

Explica-se a aliança política construída em torno do governador Leonel Brizola como a reedição, em escala local, do “Estado de Compromisso”, cuja função, segundo os defensores desta análise, foi a de estabelecer um convívio apaziguado e de apoio recíproco, tendo, nas práticas clientelistas, as normas de convivência entre Estado e Sindicatos.

Esse pacto, entre governo e sindicatos, cimentado pela liderança carismática de Leonel Brizola, incluiu o apoio do governo às ações coletivas empreendidas pelo sindicalismo. Em contrapartida, exigiu-se que as ações dos sindicatos fossem direcionadas a criticar o governo federal. Com isso, esperava-se forjar na opinião pública um sentimento de oposição às políticas macroeconômicas da União que, naquele momento, afetavam o projeto de desenvolvimento regional autônomo, postulado por Leonel Brizola.

Ao mobilizar a massa operária para exercer funções políticas definidas pelos interesses de Estado, o sindicalismo gaúcho, além de contribuir para transferir as responsabilidades da crise da região para o âmbito da federação, acabou camuflando os conflitos e as contradições de classe, facilitando a governabilidade do projeto populista de Leonel Brizola.

Neste quadro interpretativo, as greves do período, as mobilizações em defesa de reajustes salariais, as campanhas contra o aumento do custo de vida, a luta em defesa da previdência social, do direito de greve e dos demais direitos não passaram de atos de protesto e manifestações esvaziadas de conteúdo de classe, dirigidas contra as políticas desenvolvimentistas cerceadoras do projeto de capitalismo autônomo proposto pelo trabalhismo gaúcho. Além de participar desta sofisticada operação discursiva, de desvio da

atenção das contradições internas – vividas pelo governo de Leonel Brizola – para o projeto desenvolvimentista – que, por sua vez, não incluía em sua rota a industrialização do Rio Grande do Sul - a cúpula sindical absorveu a retórica de um nacionalismo duvidoso e passou a fortalecer algumas ações de cunho nacionalista, implementadas pelo governo trabalhista, entre as quais cabe mencionar: a estatização dos setores de energia elétrica e comunicações e as campanhas em defesa dos tricultores gaúchos.

Para esses estudos, as organizações sindicais que surgiram nesse período - entre elas, o Congresso dos Trabalhadores Gaúcho, o Comando Sindical de Porto Alegre, a Intersindical do Funcionalismo Público, a União dos Trabalhadores da Orla Marítima e a União dos Ferroviários -, assumiram, prontamente, uma crescente centralização, transformando-se, a exemplo do que ocorria nacionalmente, em órgãos de cúpula. O cupulismo destas organizações é visto como a prova última de que, nos momentos de maior liberdade política, as lideranças sindicais optam por uma relação promíscua com o Estado, deixando aflorar arraigados hábitos da cultura sindical brasileira: centralismo, dirigismo e burocratismo oportunista. Essas organizações paralelas, ao contrário do que se possa imaginar, complementaram e contribuíram para validar a estrutura sindical oficial.

Esses estudos produzem uma imagem dos sindicatos como espaços pavimentados por uma casta de dirigentes estritamente absorvidos pela administração sindical, operando politicamente por cima e chancelando decisões estranhas. E, dos sindicalistas, como pessoas apegadas ao legalismo, sem heroísmo e espírito de militância, com uma predisposição natural à subordinação, especializadas em insinuar alianças com autoridades e políticos de projeção, esperando, em troca, a obtenção de favores, geralmente mais pessoais do que coletivos.

Com uma representação outorgada pelo Estado e garantida em lei através do artifício do monopólio da representação e do imposto sindical, os dirigentes sindicais da época não se sentiram motivados a realizar o trabalho de sindicalizar, organizar e mobilizar os trabalhadores na luta por direitos e melhores condições de vida e de trabalho. Para compensar essa renúncia do papel histórico, o sindicalismo passou a investir no assistencialismo, com o intuito de atrair para o interior do sindicato a massa despolitizada de trabalhadores. Transformados em apêndice de repartição pública, com a fisionomia

modelada pelo Estado e prisioneiros de projetos políticos alheios, esses sindicatos acabaram suavizando os conflitos entre capital e trabalho. Toda essa deturpação da prática sindical somente foi possível porque encontrou eco junto aos trabalhadores que, devido às suas origens rurais, à falta de qualificação profissional, à inexistência de uma tradição de luta e de consciência de classe, tornaram-se vulneráveis aos apelos de líderes carismáticos. Ao trazer, na bagagem cultural, uma prática de devoção às lideranças paternalistas, esses trabalhadores, atraídos pela promessa de emprego e jogados no imediatismo da sobrevivência do dia-a-dia da cidade grande, não tiveram outro horizonte senão o desejo de escalar os degraus de uma ilusória ascensão social.

Quando esses mesmos estudos abordam a relação entre os sindicatos e os partidos políticos, são taxativos: as militâncias comunista e trabalhista, atuantes nos sindicatos, foram marionetes nas mãos das direções partidárias, visto que intermediaram o apoio e implantaram, linearmente, no interior das categorias, a linha política de convivência pacífica, do PCB, e de harmonia entre as classes, do PTB. Ou seja, abdicaram da independência por uma relação de proximidade com o poder e de “desfile nos tapetes vermelhos do Palácio Piratini (sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul)”.

Essa prática sindical, despreocupada com a defesa dos salários e com a conquista de direitos e melhoria das condições de vida e de trabalho, serviu para agravar o quadro de empobrecimento dos trabalhadores.

O desfecho da experiência populista é interpretado da seguinte maneira: o progressivo descontentamento com as aventuras nacionalistas do governo trabalhista e o fracasso na política de indeterminação de classe, motivaram uma nova recomposição das elites e a formação de outro pacto de dominação, que assume o comando do Estado com a vitória de Ildo Meneguetti nas eleições de 1962. No governo Ildo Meneguetti, sob o disfarce da democracia, instalou-se no Rio Grande do Sul um regime de força, sobressalto e ameaças de golpe. Rompeu-se com as reformas de base iniciadas por Leonel Brizola. A mão esquerda que sustentava o “projeto social democrata” populista foi amputada e uma pá de cal foi jogada no projeto de desenvolvimento do capitalismo autônomo experimentado pelo brizolismo. O apoio recíproco entre Estado e sindicatos deixou de existir, passando a prevalecer o uso da repressão. O movimento de massas, sem nenhuma base organizativa,

que dava legitimidade e governabilidade ao projeto trabalhista, desmanchou-se como sonho ao despertar.

Praticamente, todos os estudos que trilharam nos caminhos desta análise, acabaram incluindo o movimento sindical no rol dos responsáveis pelo fracasso de uma estratégia política que precipitou o golpe militar, em 1964. No caso do Rio Grande do Sul, o fracasso estratégico do sindicalismo se deu da seguinte forma: frente ao retorno de um governo decididamente hostil (Ildo Meneguetti), o movimento sindical, ao invés de dedicar-se ao seu fortalecimento, explicitando as contradições de um governo populista que se instalava nacionalmente – uma vez que já o havia experimentado regionalmente –, insistiu em permanecer no equívoco, emprestando apoio às políticas de Jango. Neste momento, a prática sindical no Rio Grande do Sul volta-se para defesa das “reformas de base”, igualando-se inteiramente com o sindicalismo praticado nacionalmente. Assim procedendo, o movimento sindical gaúcho perdeu a oportunidade, em dois tempos, de demonstrar as contradições dos governos populistas de Leonel Brizola e João Goulart. Conclusão: duplo equívoco, dupla condenação.

Como pudemos constatar, essas análises sobre o populismo brizolista e seu desfecho em nada diferenciam-se das referências utilizadas para explicar o fenômeno do populismo no Brasil. Modificam-se os adjetivos ou os tons dos “traços da negatividade”, mas a substância conceitual é a mesma: crise do setor agropecuário, fricções nas classes dominantes, imigração e crescimento populacional nas cidades, cooptação, sindicalismo cupulista, integração passiva, líder carismático, etc.

Muito esquematicamente, tentei reconstituir um determinado marco explicativo da trajetória do sindicalismo gaúcho no período de 1945 a 1964. Nele, sobressai um vocabulário adjetivado e condenatório; uma insistência em afirmar o caráter de sujeição, outorga, tutela, dependência, corporativismo, no qual os trabalhadores, suas organizações e lideranças são responsabilizados pelo atraso político e econômico da região. O nosso ponto de partida é oposto a esse. As imagens dos trabalhadores, de suas organizações e lideranças construídas a partir da pesquisa, são outras. A linguagem a ser utilizada na narrativa das ações coletivas dos trabalhadores busca inspiração em outras fontes. A resposta que vamos dar à pergunta acerca do papel e significado da presença dos sindicalistas e do

sindicalismo, de suas organizações e lutas na história da formação da sociedade gaúcha e brasileira, pretende ser bastante diferente.

As primeiras aproximações com a documentação evidenciaram, muito rapidamente, que estava diante de algo mais complexo do que minha imaginação poderia supor e pouco se encaixava nos modelos explicativos tradicionais, resenhados anteriormente. Deparei-me com organizações sindicais marcadas por intensa sociabilidade, que canalizavam para o interior dos sindicatos a participação de milhares de trabalhadores, interagindo com o cotidiano vivenciado dentro e fora dos locais de trabalho. Sindicalistas que enfrentaram o desafio de reforçar a presença do sindicato nos locais de trabalho, conectando as reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho com a defesa de novos direitos e o cumprimento dos já existentes; realizando, quotidianamente, uma das peculiaridades do sindicalismo no Brasil, que é a aproximação entre a lei instituída e seu cumprimento na prática das relações de trabalho. Esses enfrentamentos projetaram as organizações sindicais para além do processo de trabalho e de suas práticas de resistência, canalizando-as para o espaço da cidade, estabelecendo ligações entre o local de trabalho, as lutas específicas e a praça pública; entre o espaço da formação da identidade de classe (local de trabalho) e o da construção da cidadania (cidade). Como veremos ao longo da dissertação, local de trabalho e praça tornaram-se os “palcos de lutas”, lugares fundamentais da ação coletiva dos trabalhadores em sua incansável busca de direitos e de participação política, seja nos espaços privados ou públicos.

No tocante à relação entre o sindicalismo e a cidade de Porto Alegre, é perceptível, ao longo do período estudado, um crescimento, por parte das organizações sindicais e de bairros, de um certo apoderamento dos espaços públicos e dos territórios da cidade. A noção de apoderamento surge a partir da análise das ações desencadeadas pelos trabalhadores em torno da conquista de bens reconhecidos como imprescindíveis à reprodução da vida na cidade, tais como: alimentação, habitação popular, educação, transporte, etc. Por esses e outros direitos, o movimento sindical, associado com outros atores, organizou sistematicamente o Movimento Contra a Carestia; elaborou propostas para fiscalização, abastecimento e comercialização de alimentos; apresentou projetos de habitação popular, de educação; e, juntamente com isso, reivindicou a participação em

espaços públicos de decisão e gestão destas políticas. Essas ações coletivas transformaram carências sociais em lutas por direitos e abertura de espaços públicos, posicionando as organizações sindicais e suas lideranças como legítimas interlocutoras de demandas sociais. Esse sindicalismo também teve a coragem de agregar em sua agenda temas mais estratégicos, relacionados com o direcionamento do desenvolvimento econômico e social do país. Em uma das primeiras entrevistas, João Aveline relata um episódio que deixa isso bem claro:

“O movimento sindical historicamente tinha a divisão por categorias nos seus marcos de atuação: a questão salarial, melhores condições trabalho, aumento salarial anual, dissídio coletivo, etc. Depois que o movimento sindical foi evoluindo até a histórica reunião dos metalúrgicos de Porto Alegre, que compareceu o Ministro do Trabalho que eu não lembro agora quem era. O Ministro falou o seguinte: o sindicato deve se organizar para lutar todos os anos pelas suas conquistas salariais. O Eloy Martins se levantou e em resposta disse: eu não entendo essa luta do movimento sindical, que era a luta do trabalhador brasileiro, do trabalhador em geral, que era uma luta de muito sacrifício, que ele tinha que todos os anos está [sic] lutando por aumento de salários, isso era um desgaste medonho, como cidadão e como pessoa. Tinha que chegar um dia que o trabalhador brasileiro tivesse uma tal situação de conforto em sua vida e em sua família que ele não tivesse aquele sacrifício de todos os anos de lutar, lutar por um percentual de aumento que não cobria nem sequer a inflação. Quer dizer então, o movimento sindical, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, passou a entender que era preciso se relacionar com a sociedade. Então, o movimento sindical passou a colocar em sua agenda, além de melhores salários, melhores condições de vida, melhor condição de trabalho, etc.. A reforma agrária, com base na idéia de que a reforma agrária não era apenas um problema dos camponeses, mas de toda a sociedade, passou a botar a questão da emancipação nacional, o problema da encampação das empresas estatais, de setores estratégicos da sociedade que

era o petróleo, a energia elétrica, o telefone. Então, o movimento sindical tinha nas suas consignas [sic], nos seus planos de trabalho, nos seus objetivos, nas organizações intersindicais, já não tanto a questão do salário em si, partindo do princípio que, melhorando as condições de vida da sociedade brasileira, o salário melhoraria. Passou a colocar problemas relacionados com a liberdade de imprensa, o problema do direito que a sociedade tinha da informação correta e não pela metade.”⁴

Ao pautarem organizadamente demandas, que em certa medida foram “ouvidas” pelos poderes municipal e estadual, os sindicatos acabaram contribuindo para que a cidade de Porto Alegre elevasse os patamares de democratização. Essa prática contrasta com a idéia, amplamente difundida, que vê a relação do sindicalismo com o governo e o Estado apenas na sua versão clientelista; ou, ainda, que aborda as práticas de resistência dos trabalhadores circunscritas ao local de trabalho e limitadas pelo antagonismo natural entre capital e trabalho. No lugar da relação estritamente clientelista, corporativa e espontânea, encontramos um conjunto de iniciativas destinadas a tornar os espaços estatais e privados mais permeáveis à participação, portanto, mais democráticos.

Neste período, alguns sindicatos acionaram novas práticas, atualizando tradições, nas quais as continuidades e descontinuidades mesclam-se, dificultando determinar com precisão onde uma começa e a outra termina. Para ilustrar, vamos antecipar alguns casos

Por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termo-Elétrica e da Produção de Gás de Porto Alegre, que, por um longo período, empreendeu uma campanha de mobilização da opinião pública contra a má qualidade dos serviços prestados pela Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG), subsidiária da multinacional Bond And Share, influenciando, de forma peculiar, a encampação dos serviços de energia elétrica. O mais surpreendente é que os trabalhadores deste sindicato tornaram-se protagonistas da encampação, conscientes do risco que corriam de perder o

⁴ Entrevista realizada com João Aveline em abril de 1999.

direito de existência do seu próprio sindicato, algo que foi efetivamente tentado pelo governo de Leonel Brizola.

Os trabalhadores em estabelecimentos bancários, em 1958, apoiaram uma chapa de oposição e elegeram uma nova diretoria, comprometida com a moralidade do sindicato. Empossada, a nova diretoria desencadeou uma ampla campanha de sindicalização, demonstrando sinceras preocupações com a necessidade de ampliar a representação sindical. Esse movimento de renovação das direções sindicais e de expansão da representação não se restringiu apenas aos bancários, pois o encontramos, em maior ou menor medida, em boa parte dos sindicatos de Porto Alegre.

Do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre destaca-se o envolvimento dos trabalhadores na campanha pela construção da sede própria, "... que foi construída com o único esforço dessa esclarecida classe, sem qualquer ajuda externa."⁵ A sede do Sindicato dos Gráficos transformou-se em "quartel general" de boa parte das greves e mobilizações realizadas neste período.

Os trabalhadores do transporte urbano, categoria possuidora de uma longa tradição de enfrentamentos, depois da eleição de Ivo dos Santos Amaral, em 1960, retomou a presença na cidade através de uma memorável greve⁶, sobre a qual pesam, até hoje, incompreensões.

Do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metal Mecânicas de Porto Alegre, salta aos olhos o investimento realizado na promoção de atividades culturais e de lazer, voltadas a garantir o acesso e a produção, por parte dos próprios trabalhadores, de bens culturais. Nestas atividades, transitaram milhares de trabalhadores, algo que, certamente, favoreceu na construção do sentimento de se pertencer a uma classe demonstrando que o chamado "assistencialismo", presente em alguns sindicatos, muitas vezes foi empregado para "politizar", ampliar a participação dos trabalhadores e fortalecer a identidade de classe, tecendo uma correlação entre os espaços de sociabilidade e o fortalecimento das lutas específicas, além de ter sido utilizada para fazer frente às estratégias patronais (SESI, SENAI) e religiosas (Círculos Operários).

⁵ Jornal O Gráfico. Agosto de 1958.

⁶ Refiro-me à greve da Carris, realizada em julho de 1961.

Também encontramos iniciativas de construção de alternativas ao modelo de organização sindical instituído, sinais evidentes do desconforto com os limites da estrutura sindical vigente. Neste sentido, os sindicatos da faixa portuária, deram início, em 1958, à fundação da União dos Trabalhadores da Orla Marítima, organização que congregou uma diversidade de trabalhadores da “Orla Marítima” de Porto Alegre e de todo o Rio Grande do Sul. Esse exemplo foi seguido, posteriormente, pelos funcionários públicos, com a criação da Intersindical de Defesa dos Direitos dos Segurados do IAPFESP, da União dos Servidores Públicos Estadual e da União dos Ferroviários Gaúchos. No mesmo período, foram recompostos o Congresso Gaúcho dos Trabalhadores e o Comando Sindical de Porto Alegre. Essas organizações, descoladas dos esquemas e rituais da Delegacia do Trabalho, unificaram verticalmente e horizontalmente as lutas dos sindicatos em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

As demonstrações de solidariedade entre os sindicatos são abundantes e, no momento, citarei apenas duas: a primeira ocorreu em julho de 1961: em meio a uma greve que ameaçava se prolongar por mais de uma semana, mesmo com divergências sobre o método e a pertinência da paralisação dos trabalhadores da Carris (empresa estatal de transporte urbano de Porto Alegre), os sindicatos decidiram deflagrar uma greve conjunta para pressionar a resolução do impasse. Depois dessa demonstração de unidade, os canais de negociação com o poder público municipal foram restabelecidos e a greve foi suspensa mediante garantias de atendimento das reivindicações. O segundo exemplo, de atuação unificada e de solidariedade, se deu logo depois da encampação da Bond And Share, quando os funcionários desta autarquia passaram para a órbita do funcionalismo público. A direção da Companhia de Energia Elétrica decidiu pela ilegalidade do sindicato. Imediatamente, foi deflagrado um movimento com a participação dos principais sindicatos que, através de greves, fez o governo retroceder e reconhecer o sindicato como legítimo representante dos eletricitários.

Esses e outros sindicatos, uns mais, outros menos e de diferentes formas, buscaram penetrar nos ambientes de trabalho, elegendo delegados sindicais, formando comissões ou conselhos de empresa, restabelecendo posturas de maior diálogo e interação entre direção e base. Fica patente, como afirma Alexandre Fortes, a existência de “... uma

tradição contínua de organização nos locais de trabalho.⁷⁷ Essa prática trouxe, para o interior dos sindicatos, demandas específicas surgidas nos locais de trabalho e canalizou, para os mesmos, lutas coletivas da própria categoria, de outros sindicatos e, até mesmo, de ações coletivas em torno de políticas sociais da cidade.

As lideranças sindicais vinculadas aos partidos políticos, particularmente ao PC e ao PTB, não poucas vezes rejeitaram a aderir de forma automática, às orientações vindas de cima. Comumente, as relações foram tensas, conflitantes e de desobediência, causadas pela recusa em transplantar, de forma linear, as diretrizes partidárias para o meio dos trabalhadores. Nem mesmo entre as lideranças sindicais do PC, partido tido como excessivamente monolítico, houve um alinhamento absoluto; encontramos vários casos de divergências, disputas, afastamentos, etc.

Em suas relações com o governo, questão altamente problemática para o movimento sindical da época, nota-se uma crescente busca de demarcação de fronteiras. A presença de um governo com retórica nacionalista, acenando com maior abertura à participação popular e sustentado por um partido com razoável penetração no meio sindical, não foi o bastante para levar o sindicalismo a abdicar de sua autonomia e negar sua independência.

É verdade que no início do governo de Leonel Brizola o sindicalismo gaúcho alimentou esperanças e viveu momentos de embaraço, causado pela impossibilidade de visualizar, a priori, as ações do governo. Neste momento, as críticas e as lutas foram direcionadas, ora ao empresariado, ora ao governo federal; poupando o governo recém eleito. Contudo, à medida que as contradições foram ficando mais nítidas, o que não demorou de acontecer, a tolerância cedeu lugar a uma relação de conflitos. Nesta fase, não faltaram enfrentamentos, distanciamento e desesperanças. Em todo caso, o movimento sindical rejeitou estabelecer uma relação de adesismo e submissão, como o governo petebista desejou e tentou impor.

As campanhas salariais, as greves e paralisações ocorridas nesse período pautaram a correção dos salários, corroídos pelo aumento do custo de vida, bem como

⁷⁷ Fortes, Alexandre. *“Buscando nossos direitos... Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937”*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp/IFCH, 1994.

trouxeram à luz do dia a persistente recusa dos patrões em cumprir as leis, evidenciando o quanto o poder de representar os trabalhadores frente ao empresariado foi duramente conquistado.

Não era estranho para esse sindicalismo o drama econômico do Rio Grande do Sul e as contradições do projeto nacional desenvolvimentista, que jogava nas costas dos trabalhadores os custos sociais desse projeto. Por isso, sou propenso a pensar que são destituídas de fundamento as afirmações de que o movimento sindical não tinha uma leitura do contexto político e econômico sobre o qual desenhava suas lutas.

De fato, nos anos de 1958 a 1964, o sindicalismo ganhou novo impulso em Porto Alegre, algo que também percebemos no movimento popular, através do surgimento de várias associações de bairro, no reaparecimento do movimento estudantil e na formação do movimento dos trabalhadores rurais e sem terra (MASTER). Até mesmo no campo religioso observa-se a formação de uma consciência mais próxima dos oprimidos, principalmente a partir do surgimento da juventude operária católica e estudantil. No interior dos partidos, encontramos o aparecimento de jovens lideranças com ímpeto renovador. Esse movimento também refletiu no campo das artes, do teatro e da cultura de um modo geral. Nesse período, também surgiu uma imprensa ideologicamente definida, que passou a disputar, junto à opinião pública, pensamentos que circulavam nos movimentos sociais. Por essas razões, não é possível conceber que a figura “carismática” e “populista” de Leonel Brizola tenha irrompido em meio a uma sociedade enfraquecida e amorfa; ou que seu governo, tenha sido marcado pela cooptação e manipulação das organizações sindicais.

Neste ambiente cheio de possibilidades, de efervescência política e cultural, em grande medida forjado pela ação dos próprios movimentos sociais, a partir da confluência de jovens lideranças que operaram mudanças nas práticas desses mesmos movimentos, percebe-se a busca por uma maior participação nos espaços de poder, sejam eles públicos ou privados. Internamente, constata-se que os sindicatos aumentaram a sua capacidade material, conquistando sedes próprias, fundando cooperativas, passando por mudanças organizacionais, com o intuito de qualificar a representação sindical e aumentar a participação dos trabalhadores, realizando campanhas de sindicalização, de organização nos

locais de trabalho e ampliando sua presença política na cidade. Criam-se, também, organizações intersindicais e classistas, conformando, por fim, uma série de “pequenos gestos e experiências” que aqui denominei de Ação Coletiva dos Trabalhadores: conquistaram direitos; colocaram em evidência pública a questão social e o direito de existência política dos trabalhadores. É neste sentido, e em concordância com Francisco de Oliveira,⁸ que afirmamos que os trabalhadores e os dominados, ao assumirem para si a tarefa de realizar, em nosso território, o que as elites historicamente negaram, desempenharam um caráter civilizatório na formação da sociedade brasileira, que certamente seria bem diferente do que é hoje, não fosse essa longa trajetória de resistência e de luta contra-hegemônica. O pouco de direitos e de cidadania que temos hoje e que estão sob o fogo cruzado das reformas neoliberais, não seriam reconhecíveis sem a existência do “velho” e “novo” sindicalismo. As ações coletivas dos trabalhadores, expressas de diferentes maneiras, souberam esgarçar as promessas de modernidade conservadora dos dominantes e negar a integração passiva e subordinada, várias vezes tentada pelas elites donas do poder. Neste sentido, os trabalhadores, através de suas ações coletivas, realizaram uma pressão civilizatória na história do Brasil. Por tudo isso, achamos bastante sugestiva a analogia proposta por Francisco de Oliveira, ao comparar a história da classe operária ao trabalho de Sísifo:

“... No Brasil a construção da cidadania e da democracia parecem-se com trabalhos de Sísifo. Os esforços constantes e continuados dos dominados de toda a espécie, para alcançar patamares mínimos de cidadania e convívio democrático, esteios da figura insubstituível do Estado de Direito Democrático, são permanentemente destruídos pelo amplo leque dos dominantes, que utilizam, para além dos códigos de sociabilidade anticidadão e antidemocrático, o poder estatal de forma implacável. A história brasileira é assim uma espécie de história de permanente exceção.”⁹

⁸ Palestra proferida no Seminário promovido pela Escola Sindical São Paulo - CUT, em outubro de 1999.

⁹ Oliveira, Francisco. *Entre a terra e o céu: mensurando a utopia? Texto preparado para o Seminário “Cidadania, Pobreza e Exclusão Social”, realizado pelo IBASE em Petrópolis, de 9 a 11 de dezembro de 1998.*

A partir desta perspectiva de análise, esperamos contribuir na produção de um outro olhar sobre o “velho sindicalismo”. Pois, assim como adverte Marco Aurélio Garcia, ao prefaciар o livro “Em Busca da Memória”, de Hélio da Costa, “não devemos esquecer que para que um país mude é fundamental que mudem as percepções que dele temos;”¹⁰ acrescento que, para que a sociedade brasileira mude, é necessário transformar a visão que se tem da classe trabalhadora, de suas lutas e organizações.

¹⁰ Costa, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

Capítulo I - Crise econômica e emergência do trabalhismo

A conjuntura, de 1930 a 1945, criou um ambiente propício à expansão da indústria na região sul-rio-grandense. Os bens de consumo duráveis, as máquinas e os equipamentos, antes obtidos, em grande parte, no exterior, passaram a ser produzidos regionalmente. Até 1930, a economia gaúcha pouco ultrapassava a fronteira do setor agrícola. Depois, ela começa, mais fortemente, a processar matérias-primas de origem agrícola e a abastecer com insumos o setor primário, forjando um ligeiro surto industrial, acompanhado de crescimento econômico. Alguns, com um certo exagero, caracterizam esse momento de “os anos dourados da economia gaúcha” e de “apogeu do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.”¹¹

O crescimento econômico deste período vinha acompanhado de um forte sentimento de otimismo.¹² Com frequência, a imprensa elogiava o clima, o relevo e as qualidades do povo rio-grandense, destacando a presença de uma classe média numerosa, sempre apresentada como sinal de maiores igualdade e justiça social. Constantemente, louvava-se a “democracia agrária”, a “paz nos campos” e a existência de um próspero minifúndio. Repetitivamente, exaltava-se o modelo auto-suficiente e orgânico do desenvolvimento do Estado, baseado nas pequena e média indústrias e em sua articulação com a agricultura.¹³ A região percebia-se integrada e contribuindo com o engrandecimento da Nação. Os obstáculos internos e externos, que impediam uma maior pujança da economia regional, eram vistos como incentivadores da “tenacidade e do espírito empreendedor dos gaúchos, acostumados a enfrentar adversidades e superar desafios”. Neste período, também é comum encontrarmos referências a um passado heróico de resistência e de

¹¹ Carlos A. Müller, no seu livro *A História Econômica do Rio Grande do Sul*, nos oferece uma visão sintética da história econômica do estado nesse período.

¹² Referindo-se ao clima de otimismo que pairou sobre a economia gaúcha no período de 1930 a 1945, Geraldo Müller (1972) afirma: “Se, por otimismo, entendermos a capacidade de uma determinada área econômica-social em avançar rumo a etapas superiores do processo de expansão do capitalismo, então podemos afirmar que, entre 1930 a 1945, a economia gaúcha permitia a seus dirigentes – homens de Estado, empresários e muitos outros – alimentarem-se de um grande otimismo”. In: *RS: Economia e Política*. Org. José Hidebrando Dacanal & Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p. 359. Ainda nesta perspectiva, Geraldo Müller, em sua tese de mestrado, *Periferia e Dependência Nacional (Estudo do Capitalismo no RS)* elabora uma resenha das obras de Limeira Tejo e W. Harnich, mostrando o quanto esses estudiosos assumiram a exaltação regional da época.

¹³ Limeira Tejo foi dos principais defensores da tese da trajetória evolutiva da indústria gaúcha e da organicidade do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. É conhecido por explicar o surgimento da indústria gaúcha a partir de um processo orgânico, que teve como ponto de partida o artesanato. Para Limeira Tejo, de geração em geração, sem sobressaltos nem interferências externas, foi se conformando no extremo sul do país um modelo de

fortes tradições. Tudo isso, alimentado pelo desejo das elites locais de exportar as virtudes do “modelo de desenvolvimento gaúcho” e interferir no rumo político do país. Essa “preocupação” das elites regionais com o país pode ser percebida em algumas expressões usuais desse período: “Rio Grande do Sul: o Celeiro do Brasil”; “Os Gaúchos no Poder”; “Riograndizar o Brasil”, ou, ainda: “Assim como a Piemonte piemontizou a Itália, a Prússia prussianizou a Alemanha, o RGS há de riograndizar o Brasil”.¹⁴

Todavia, os mais sensatos sabiam que o crescimento econômico da região era algo transitório e com limitada sustentabilidade, posto que alimentava-se de uma conjuntura passageira. Como esperado, no imediato pós-guerra precipitou-se uma crise na economia gaúcha, motivada, principalmente, pelas alterações nos rumos do comércio internacional. Para minimizar os efeitos da queda nas exportações - principal combustível do crescimento econômico da região sul-rio-grandense -, as elites regionais redirecionaram, com uma certa agilidade, o eixo da produção para o mercado interno. Rapidamente, os mercados da Inglaterra e da Argentina foram substituídos pelo eixo São Paulo e Rio de Janeiro, que passou a absorver mais da metade das exportações gaúchas. Essa canalização da produção para o mercado interno afugentou, temporariamente, os efeitos negativos da crise. Em consequência, preservou-se, ainda que por poucos anos, a expectativa de crescimento econômico e, juntamente, o sentimento de otimismo.

Entretanto, não tardou muito para se perceber a dimensão exata da crise que se avizinhava. Os anos de 1956 e 1957 foram de perplexidade e explicitação, tanto das debilidades do desenvolvimento regional, quanto das dificuldades da região de ajustar-se ao novo cenário político e econômico vivido pelo país.

Os indicadores econômicos da época começaram a apresentar sinais de estagnação nas principais atividades produtivas, com maior gravidade no setor agropecuário. Generaliza-se o sentimento de pessimismo em relação aos rumos do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Expressões, como “celeiro do Brasil”, foram substituídas por “Rio Grande do Sul, um novo Nordeste”, “insuficiente desenvolvimento econômico”, “região em crise”, etc.

O pessimismo deste período foi sinteticamente exposto por A. J. Renner, um dos principais líderes empresariais da época:

industrialização harmonioso e orgânico. Limeira Tejo. A Indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Estatística Industrial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1939.

¹⁴ Geraldo Müller. Periferia e Dependência Nacional. Estudo do Capitalismo no RS. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1972, p. 205.

“o nosso pessimismo não é injustificado, a nossa descrença não é improcedente, e quero crer que essa descrença já está hoje generalizada em todo o RGS. Estamos convencidos de que o nosso Estado continuará a ser sacrificado, a ser desprezado, apesar de tradicionalmente chamado de celeiro do Brasil.”¹⁵

As elites – econômica, política e, em boa parte, intelectual – começaram a manifestar publicamente uma profunda frustração com os destinos da economia regional e com as políticas emanadas do centro do país. Quem acompanhar o debate político e econômico da época, exaustivamente veiculado na imprensa, encontrará uma série de pronunciamentos e artigos dedicados a analisar a crise da economia sul-rio-grandense.¹⁶ São abundantes os comentários que denunciam a discriminação e o preterimento por parte do Governo Federal. As denúncias de exclusão da região da nova dinâmica de industrialização, tomaram-se corriqueiras. Afirma-se, por exemplo, que “o Rio Grande do Sul voltou a ser o filho enteado da República”. Manifestações de descontentamento com a situação econômica vinham até mesmo dos quartéis. Ao comentar a escassez de investimentos, por parte do governo federal, na conclusão de importantes obras na área de transporte, o comandante do Terceiro Exército, General Osvino Ferreira Alves, afirmou: “O Rio Grande do Sul está sendo condenado ao atraso e a transformar-se em colônia do Brasil.”¹⁷ Na realidade, reedita-se o debate público em torno do ostracismo político da região sul-rio-grandense, algo que marcou a vida política e econômica dos gaúchos desde os seus primórdios.¹⁸

A Associação Comercial do RGS reclamava do governo federal uma política de crédito mais adequada: “Dêem crédito e transporte e o RGS colocará em toda a parte os gêneros que o Brasil precisa.”¹⁹ Já o influente Sindicato da Construção Civil queixava-se da falta de crédito e financiamento e da conseqüente paralisação das obras. O líder empresarial A. J. Renner,

¹⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 jan. 1959.

¹⁶ Exemplos de como o debate da crise do Rio Grande do Sul aparecia nos jornais pode ser lido em uma série de artigos publicados no *Correio da Manhã*, no período de agosto a setembro de 1960. De autoria de Franklin de Oliveira, esses artigos originaram, posteriormente, um livro denominado “Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste”. Outra série, composta por quatorze artigos, no período de março a junho de 1959, publicada no *Correio do Povo*, intitulada “O Rio Grande do Sul precisa reagir”, dedicou-se a contrastar os investimentos do governo federal em outras regiões do país e a situação de abandono do Rio Grande do Sul.

¹⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 maio 1959.

¹⁸ Hélgio Trindade e Maria Isabel Noll (1991), em um dos capítulos do livro *Rio Grande da América do Sul: Partidos e Eleições (1823 – 1990)*, abordam o “sentimento de ostracismo” na cultura político partidária do Rio Grande do Sul.

¹⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 nov. 1958.

que, segundo o deputado socialista Candido Norberto “era um capitalista que dialogava”,²⁰ não perdia uma oportunidade para responsabilizar a “SUMOC por sufocar o Rio Grande do Sul.”²¹ O alvo dos reclamos destes setores era a política de incentivo e proteção dos investimentos estrangeiros em detrimento da indústria regional; o que, segundo eles, ocasionava desvantagens competitivas, atraso tecnológico, elevação do custo de vida e a conseqüente pressão por aumento de salários.

“... enquanto as multinacionais têm fácil permissão para importar equipamentos, a política de importação torna proibitiva aos empresários gaúchos adquirirem bens de produção absolutamente necessários à modernização e expansão de nosso parque industrial e modernização da agricultura.”²²

Resumindo: os debates sobre as causas da crise enfrentada pelo Rio Grande do Sul convergiam em torno dos seguintes aspectos: a escassez de crédito para investimento; a política cambial que penalizava os insumos e os bens de capital; a falta de incentivos fiscais; o processo inflacionário e as perdas nas relações de troca com o Centro-Sul (importações de manufaturas “versus” exportações de bens primários). Na análise dos gargalos internos da economia gaúcha, destacam-se: a pouca tecnologia, com deficiências no sistema de transporte e nos setores de energia e comunicações. Porém, mesmo tratando dos limites internos, sempre buscava-se projetar as causas da crise para além das fronteiras do Rio Grande do Sul. Pelo que pude perceber, aceitava-se facilmente, não só entre as personalidades do mundo econômico e político, mas na opinião pública de um modo geral, que a crise da região era decorrência da política macroeconômica adotada pelo governo federal.

Sobre a pequena agricultura, antes cantada em prosa e verso e apontada como enobrecedora do Rio Grande do Sul, as análises são quase todas catastróficas. Não poucas vezes encontramos análises do tipo: “a pequena agricultura enfrenta miséria e decadência; deixou de ser rentável; defasada tecnologicamente é incapaz de concorrer com outras regiões do país.”²³ Também esboçam-se críticas sutis à pequena propriedade, principalmente pela sua incapacidade

²⁰ *Ultima Hora*, Porto Alegre, 13 nov. 1962.

²¹ Essa instrução incentivava as empresas estrangeiras a importar máquinas e equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, ou seja, sem depositar moeda estrangeira para pagamento dessas importações. Essa vantagem não era gozada pelas empresas de capital nacional. A instrução 113 da SUMOC foi decisiva para promover o capital estrangeiro, principalmente na indústria automobilística, transporte aéreo e estradas de ferro, eletricidade e aço.

²² *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09 maio 1958.

²³ *Correio do Povo*, Porto Alegre 12 nov. 1958.

de absorver o crescimento das famílias, permitindo um “enorme desterro dos filhos desta terra para outras regiões do país.”²⁴

Alguns contrastes e comparações começaram a ser explicitados:

“Enquanto o Rio Grande do Sul contribui com mais de 10% para a formação do PIB brasileiro, recebe apenas 0,2% dos investimentos do plano de metas de JK”.

“São Paulo veste o Rio Grande do Sul com a lã do Rio Grande do Sul.”²⁵

“O maior mercado consumidor de lã gaúcha é São Paulo. Por sua vez, o Rio Grande do Sul consome, de torna-viagem, mais de 80% da lã gaúcha manufaturada em São Paulo.”²⁶

“Enquanto o governo investe pesado na expansão da malha rodoviária, financiando as construções dos trechos Brasília-Bélem, Rio-Brasília, Brasília-Fortaleza condenava-se o Rio Grande do Sul a esperar por mais de vinte anos pela conclusão da ferrovia Porto Alegre-São Paulo.”²⁷

“O governo Federal arrecadou em nosso Estado o dobro do que arrecada, pois em 1957 as verbas ministeriais não alcançaram 3 bilhões, entretanto, no mesmo ano, foram para os cofres federais 6,6 bilhões.”²⁸

Os obstáculos, que antes eram desafiadores, agora são percebidos como intransponíveis e impeditivos do crescimento econômico. As virtudes da economia regional - industrialização sintonizada com a agricultura, parque industrial formado por pequenas e médias empresas, etc. - transformaram-se em limitadoras da necessidade de uma nova etapa de desenvolvimento da região. Velhos temas retornam ao debate público: a escassez de energia elétrica; o defasado sistema de transporte e comunicação; a crise das finanças públicas; a falta de financiamento; o diminuto mercado interno, entre outros.

²⁴ Idem. 12 nov. 1958.

²⁵ Ibidem. 04 agosto 1959.

²⁶ Oliveira, Franklin de. *Rio Grande do Sul um novo nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 149.

²⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 maio 1959.

²⁸ Idem. “O Rio Grande do Sul precisa reagir”. 06 jun.1959.

Na relação entre as esferas governamentais, sistematicamente vinha à tona os fracassos das negociações entre o governo estadual e federal:

“... gastamos solas de sapatos, tudo é abaixo de dramáticos apelos, interferências, e quando enfim algo se consegue passa a ser favor e não mérito”. Talvez isso se devesse ao fato do espírito gaúcho não ter a malícia do paulista nem manha do mineiro.”²⁹

O próprio governador Ildo Meneguetti, em suas Mensagens à Assembléia Legislativa, dedicou trechos desses documentos para explicar os motivos pelos quais “os apelos do Palácio Piratini não ecoavam na sede do Governo Federal”:

“A limitação de competência dos Estados, na ordem econômica, é fixada pela própria Constituição. O campo reservado às unidades federadas ficou demasiadamente restrito. As economias regionais se encontram na estreita dependência da política adotada pelo Governo Federal, o qual, em virtude da excessiva centralização não deixa às unidades federativas, rendas suficientes nem autonomia.”³⁰

A crítica esboçada por Ildo Meneguetti às políticas de centralização econômica e administrativa do governo de Juscelino Kubitschek foram amplificadas posteriormente por Leonel Brizola, dando mostras de uma crescente falta de sintonia e desconforto das elites regionais com o projeto hegemônico em âmbito nacional. Referindo-se à impotência de Leonel Brizola frente ao Governo Federal, Paulo Schilling teceu o seguinte comentário:

“Eleito governador do RGS, Leonel Brizola viu seu entusiasmo de moço esboroar-se ante uma barreira invisível, que obstaculizava todos os seus esforços de acelerar o desenvolvimento do Estado. Todas as tentativas de atrair para o Rio Grande empreendimentos industriais, investimentos maiores, iniciativas novas, fracassavam, apesar de todas as vantagens oferecidas pelo governo gaúcho.”³¹

²⁹ Ibidem. 12 dez.1958.

³⁰ Mensagem de Meneguetti à Assembléia Legislativa. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 21 de abril de 1957.

³¹ Schilling, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul: a crise agro-pecuária*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961, p. 18.

A imprensa, ao mesmo tempo que incitava a opinião pública local divulgando os índices recordes de investimentos estrangeiros em São Paulo, deixava escapar manchetes alarmantes sobre os “flagelados da seca do Nordeste” e as iniciativas políticas apoiadas por Juscelino Kubitschek destinadas a superar o subdesenvolvimento do Nordeste. Insinuando, subtilmente, que o Rio Grande do Sul aproximava-se muito mais do flagelo do Nordeste do que da prosperidade do Sudeste. Esse é o sintoma mais evidente de que a crise da região e o pessimismo já estavam transformando-se em ressentimento. A busca de semelhanças entre as regiões Nordeste e Extremo Sul surge claramente como recurso político para mobilizar a opinião pública contra as políticas econômicas do governo federal. Neste sentido, basta conferirmos o discurso de Leonel Brizola, proferido em uma Conferência Estudantil, nos idos de 1961:

“Passemos da imagem à realidade prática: quando o Governo Federal resolveu acordar para um problema do Nordeste e lá realiza um grande derrame de dinheiro, é como se tivesse chovido nas cabeceiras da represa. Como uma chuva passageira, o dinheiro escorre pelas colinas e traz consigo, inclusive, o húmus da terra. E o dinheiro volta, pelo confisco, para comprar máquinas e gêneros no centro do País, para financiar, nas grandes cidades, a vida de fausto de muitos felizardos que ali vivem. Finalmente, tornando-se bombas levam o melhor de tudo para fora. E a terra árida do Nordeste, tornando-se ainda mais árida, continua fora d’água, esgotada e empobrecida.

Quem quiser ver e estudar a miséria de um povo, que vá ao Nordeste. Lá é fácil ver a subnutrição, a doença e a fome. Lá a estrutura já está despida e se pode verificar por quais caminhos e canais as águas retomam ao leito profundo da represa central. Aqui no Rio Grande, que também considero fora d’água, quem quiser ver fenômeno idêntico que viaje pela fronteira, onde verá, com os próprios olhos, como nossos centros urbanos das zonas pastoris estão rodeados por um cinturão de miséria e marginalismo. E, também, examinando o fundo, ver-se-á

como a estrutura dos canais, arroios e rios está orientada de modo a levar sempre a água para a zona das bombas.”³²

Também era corriqueiro voltar-se a um suposto passado idílico para explicar as razões da crise pela qual passava a região sul-rio-grandense. Neste sentido, o retorno ao passado, de forma saudosista, era utilizado como recurso discursivo para inflar as consciências contra os “algozes da economia gaúcha”:

“Nossa evolução econômica não se fazia em lances espetaculares e a grandes saltos. Evoluía lenta mas seguramente, muito mais apegada à ordem e à estabilidade do que sujeita a mudanças bruscas. Éramos uma economia sadia, diversificada, equilibrada. Que época era esta? Era a época que o nosso programa econômico processava-se à base sobretudo de concorrência internacional, a qual permitiu ao Rio Grande do Sul um estágio de prosperidade isento de crises, choques, depressões e intranqüilidades. Prolongou-se esta época até o momento em que o Brasil, para construir a sua industrialização, foi levado a adotar a política de substituição de importações, submetendo a controles cada vez mais rígidos as nossas relações com o exterior.”³³

Tudo isso é indicativo de que amplos setores da elite dominante tomavam consciência que um ciclo de crescimento econômico do Estado se esgotava. Na impossibilidade de olhar para trás e superar a crise econômica nos padrões do passado, principalmente porque a economia gaúcha, na época, contava com uma apreciável indústria e já não estava hegemônica unicamente pelos setores da agricultura e do comércio, o debate sobre o futuro do Rio Grande do Sul, num contexto de industrialização do país, se impõe fortemente. A questão estava colocada nos seguintes termos: quais as opções de uma economia do porte da do Rio Grande do Sul no projeto desenvolvimentista, dinamizado por uma estratégia de industrialização pesada e centralizada geograficamente?

Na realidade, percebia-se que o desenvolvimentismo estava alterando, consideravelmente, o padrão de relações entre as diversas regiões da federação. Concebido para

³² Conferência de Leonel Brizola realizada no Colégio Júlio de Castilho. In: Schilling, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder: os acontecimentos*. São Paulo: Global Editora, 1981, p. 141.

³³ Discurso de Leonel Brizola proferido em 21.05.1961, por ocasião da abertura do Fórum Econômico “Visconde de São Leopoldo”, em Porto Alegre. *Correio da Manhã*, Porto Alegre, 22 maio 1961.

ser implantado de forma concentrada, o projeto de modernização de Juscelino Kubitschek canalizou os investimentos para um modelo de industrialização circunscrito em determinadas regiões, notadamente na região Sudeste. Se, por um lado, os investimentos externos dinamizavam uma nova etapa de industrialização na região Sudeste, de outro, submetia as demais regiões do país a um papel subsidiário e complementar. Nesta nova configuração, cabia à região sul-riograndense abastecer o pólo dinâmico da economia nacional, alojado na região sudeste com produtos agrícolas e semi-manufaturados. Franklin de Oliveira exemplificou as desvantagens desta dinâmica comercial da seguinte maneira:

“Talvez seja o Rio Grande do Sul o maior produtor de soja do Brasil. Pois bem: o agricultor gaúcho que precisava de uma semeadeira (adubadeira), em 1955 pagaria por ela 45 mil cruzeiros. Com 250 sacas de soja, a 180 cruzeiros, pagaria a semeadeira. Em 1959, para comprar essa mesma semeadeira, êle precisava de 125 mil cruzeiros. Só com 315 sacas, a 400 cruzeiros a saca, poderia comprar o mesmo implemento que compraria, em 1955, com 250 sacas a 180 cruzeiros.”³⁴

Citando um discurso de Paulo Brossard de Souza Pinto na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Franklin de Oliveira, oferece-nos outro exemplo:

“Em 1956, o triticultor adquiria uma colhedeira automotriz de 12 pés de corte com o produto da venda de 900 sacas de trigo com casca. Três anos depois, em 1959, para adquirir a mesma máquina, o triticultor deve vender, não 900, mas 3.218 sacas!”³⁵

Essa nova “divisão regional do trabalho,”³⁶ ao estabelecer relações de trocas comerciais desvantajosas, na medida que determinadas regiões passaram a exportar produtos agrícolas e importar produtos industrializados, reduziu os ímpetos e exigiu um outro equacionamento dos projetos de industrialização regional. Em outros termos, o fortalecimento da industrialização do centro, impunha crise econômica e enfraquecimento das aspirações de industrializar a periferia.

³⁴ Oliveira, Franklin. *Idem*. p. 81.

³⁵ Oliveira, Franklin. *Ibidem*. p. 83.

³⁶ Francisco de Oliveira, em seu livro “*A Economia da Dependência Imperfeita*” desenvolveu uma análise bastante perspicaz sobre as inserções das economias regionais no projeto desenvolvimentista implantado no país a partir da década de 50.

O Governo Federal justificava sua estratégia de industrialização centrípeta, exemplificando com a imagem das chamadas “ondas de desenvolvimento”. Traduzindo, significava que os sacrifícios vividos pelas regiões, naquela fase de industrialização, posteriormente seriam recompensados, pois, na medida que se consolidasse um pólo industrial, automaticamente as ondas de industrialização seriam irradiadas para o conjunto das regiões. Contrapondo-se a essa lógica, Leonel Brizola teceu e formulou o seguinte argumento:

“... O Brasil não pode adotar e ter planos de desenvolvimento como se fosse uma nação da proporção da Holanda ou Bélgica, países que se atravessa quase que de bicicleta. Somos um império, somos um continente. Nas nações pequenas, uma fábrica localizada no Norte espargue benefícios por todo o território. Numa nação como a nossa se não se fizer corretamente a distribuição geográfica da indústria a fábrica que for montada nas zonas de economia dominante passará a sugar a economia das regiões periféricas, em vez de a elas levar benefícios.”³⁷

A crise econômica da região e a subjetividade abatida dos gaúchos contrastavam com o clima eufórico vivido no centro do país. Se, como afirma Thomas Skidmore, esses foram “anos de confiança”,³⁸ esse sentimento não era generalizado. No extremo sul do país, encontramos com mais facilidade desconfiança e pessimismo. Ou, ainda, se esses “foram anos de estabilidade, e muito mais ainda de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília”, como Boris Fausto³⁹ pretende nos convencer, esse otimismo não se espalhou de igual maneira para todas as camadas da população, nem, tampouco, para todas as regiões do país. De qualquer forma, enquanto falava-se em “50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo” - expressão do desejo de superação veloz do atraso histórico do país e da promessa de concretização do tão esperado sonho do “Brasil Potência”,⁴⁰ - no Rio Grande do Sul ouvia-se o contrário: “O Nordeste não chegou a sair de onde estava: o Rio Grande do Sul regride ao estágio do Nordeste.”⁴¹

³⁷Mensagem à Assembléia Legislativa, abril de 1960 - Anais da Assembléia Legislativa Vol. 136, abril de 1960.

³⁸Skidmore, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 203 a 230.

³⁹Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento do Educação, 2000, p. 420.

⁴⁰Sobre a ideologia desenvolvimentista, consultar a obra de Miriam Limocero Cardoso, *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JG*. (1978). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁴¹Oliveira, Franklin. *Ibidem*. P. 140.

Por isso, as comemorações do novo “renascimento industrial” e a monumental construção de Brasília, eram transmitidas e percebidas como afronta e demonstração inequívoca de discriminação. Fazia-se comparações entre a pressa do governo federal em concluir a construção da nova capital federal e o compasso de espera das obras no Estado. Geralmente, citava-se como exemplo a construção paralisada do eixo rodoviário que ligava o sul do país ao centro,

“essa obra tão importante para a economia do Rio Grande do Sul, essencial para baratear os fretes e agilizar o escoamento da produção agrícola, aguardava a inauguração de Brasília.”⁴²

As dificuldades para aquisição de máquinas, a fim de impulsionar a modernização agrícola do estado, contrastavam com a imagem do presidente da república sorridente, embarcando no primeiro automóvel produzido em São Bernardo do Campo. Esses registros testemunham que a “ideologia do desenvolvimento”,⁴³ peca por desconsiderar as particularidades. O “desenvolvimentismo” se deu de maneira desigual e não forjou, de forma abrangente, um “estado de espírito” capaz de controlar e apaziguar todas as tensões sociais surgidas nas diferentes regiões do país. O que comprova, mais uma vez, que a tentativa de homogeneização dificilmente é uma boa escolha teórica.

O drama econômico vivido pelo Rio Grande do Sul pode ser descrito sinteticamente da seguinte maneira: de um lado, a aposta na vocação agrícola da região enfrentava a concorrência acirrada de outras regiões do país, que cresciam e modernizavam-se, ao passo que a agricultura gaúcha encontrava-se estagnada tecnologicamente. De outro, a indústria gaúcha, apesar de robusta, estava sufocada por um pequeno mercado interno e não dispunha de capital suficiente para alavancar um modelo de industrialização pesado. Em suma, as tentativas de secundarização econômica do Estado do Rio Grande do Sul, região onde as elites, principalmente a partir de 1930, sempre desejaram influir politicamente nos destinos da nação, não serão bem recebidas. Como veremos adiante, esse drama econômico e social alimentará uma reação política.

⁴² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 dez. 1958.

⁴³ Miriam Limoeiro Cardoso. *Idem*.

O aprendizado eleitoral

Em 1947, depois de uma eleição bastante concorrida, Alberto Pasquallini, que passou para a história do trabalhismo gaúcho como o líder programático, foi derrotado por Walter Jobim, candidato pelo PSD, com uma pequena porcentagem de votos.⁴⁴ Nesta eleição, tanto o Partido Comunista, visando deter o reformismo trabalhista, quanto o PRP (Partido de Representação Popular)⁴⁵, com temor do “perigo vermelho que rondava a candidatura de Pasquallini”, alinharam-se ao PSD. O PTB, estreante, participou da campanha eleitoral concorrendo sozinho, com um estilo de campanha que, segundo um apologista do trabalhismo gaúcho,

“privilegiou as colocações de conteúdo programático e doutrinário, fugindo à oratória tradicional e às técnicas eleitorais da busca da vitória a qualquer preço.”⁴⁶

Nas eleições de 1950, com Ernesto Dornelles, o PTB chega pela primeira vez ao governo do Estado.⁴⁷ A novidade desta eleição foi a formação, ainda que efêmera, de uma coalizão liberal-conservadora (PSD, UDN e PRP), clamada de Frente Democrática, nucleada pelo PSD. A Frente Democrática, desde o início, articulou-se com o propósito de combater o trabalhismo. Isso precipitou um racha interno no PSD, levando alguns de seus líderes a agruparem-se em torno do PSDA.⁴⁸ Esse grupo apoiou a candidatura trabalhista. Esse episódio, conceituado por Miguel Bodea como a “desgetulização da seção do PSD gaúcho”, estabeleceu de forma definitiva uma fronteira entre PTB e PSD. Desde então, a trajetória destes dois partidos foi marcada pelo confronto e pela disputa acirrada de projetos e dos votos dos eleitores. Sereno Shaise referindo-se a uma manifestação pública de destacados petebistas, liderados por Loureiro da Silva, que marcou o rompimento com o PSD, chamou esse episódio de “a marcha da separação dos rodeios”:

⁴⁴ Concorreram para o governo do Estado Walter Só Jobim (PSD), que obteve 229.129/41,23% e Alberto Pasquallini (PTB), que obteve 209.164 ou 37,64% dos votos, enquanto que Décio Martins Costa (PL e UDN) obteve 105.062 ou 18,9%. As eleições no Rio Grande do Sul. Edições Síntese.P. 255.

⁴⁵ O PRP (Partido de Representação Popular) era uma agremiação partidária que abrigava os antigos integralistas.

⁴⁶ Bodea, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edufrgs, 1992, p. 46.

⁴⁷ Concorreram para o governo do Estado Ernesto Dornelles (PTB, PSDA e PSP), que obteve 329.884 ou 45,85% dos votos; Pompílio Cylon F. da Rosa (PSD, UDN e PRP), que obteve 283.942 ou 39,47% dos votos; Edgar Luiz Schneider (PL), que obteve 80.798 ou 11,23% dos votos; e Bruno de Mendonça Lima (PSB), que obteve 858 ou 0,11% dos votos. As eleições no Rio Grande do Sul. *Idem*.P. 270.

⁴⁸ O PSD Autônomo foi uma dissidência do PSD gaúcho, motivada pela discordância do afastamento do partido da figura de Getúlio Vargas. Esse processo foi chamado por Miguel Bodea de desgetulização do PSD gaúcho.

“O Loureiro da Silva fez a célebre marcha da separação dos rodeios. A marcha foi uma separação, petebistas de um lado e peessedebistas do outro. Na época, todos se diziam getulistas, mas só eram getulistas em termos, porque logo ali, em 1950, eles foram com a candidatura do Cristiano contra o velho. Toda aquela camada, Cílon Rosa, o Walter Jobim, o Oscar Carneiro da Fontoura, esse foi secretário da Fazenda do Estado durante uns 15 anos, durante todo o Estado Novo. Esse era o pessoal que se dizia getulista. Mas eram getulistas que não queriam a legislação trabalhista, não queriam assegurar direitos à classe trabalhadora. Eram getulistas da aristocracia, que queriam manter os privilégios intactos.”⁴⁹

Portanto, se em algumas regiões do país o PSD e PTB formaram alianças, concretizando os objetivos para o qual foram originalmente instituídos, no Rio Grande do Sul isso não ocorreu. Seguramente, esse é um dos traços que distingue o PTB gaúcho do PTB paulista e carioca.⁵⁰ O que, de uma certa maneira, demonstra uma simplificação nas análises que postulam a indiferenciação e a artificialidade partidária, bem como a débil identificação entre partido e eleitor, gerando uma cultura eleitoral de inexistência de voto partidário. Se essa análise é pouco convincente para a trajetória eleitoral do Brasil, no caso do Rio Grande do Sul simplesmente não procede.⁵¹

Em 1954, Ildo Meneguetti, candidato da Frente Democrática (PSD, PL e UDN), com uma campanha agressiva anti-PTB, inesperadamente imprimiu uma segunda derrota a Alberto Pasquallini. Nesta eleição, instaura-se um padrão de campanha eleitoral polarizado do ponto de

⁴⁹ Sereno Shaise foi eleito vereador de Porto Alegre pelo PTB, em 1951. Foi presidente estadual do partido. Prefeito de Porto Alegre quando do golpe militar e, mais recentemente, foi um dos expoentes da dissidência gaúcha do PDT. Entrevista com Sereno Shaise realizada em julho de 2001.

⁵⁰ Em seu livro *“O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política”*, Maria Victoria de Mesquita Benevides traçou algumas particularidades do PTB Gaúcho, uma delas foi “o distanciamento progressivo entre as lideranças do PTB e do PSD”. Ver Benevides, M. Victoria. *O PTB e o Trabalho: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, 121.

⁵¹ É comum, principalmente entre os cientistas políticos, análises que enfatizam a desestruturação do sistema partidário, a inexistência de partidos políticos consolidados, a fragmentação partidária, etc. Com relação ao eleitor, destaca-se a pouca vinculação partidária, o voto alienado, a tênue identificação partidária, etc. Antônio Lavareda, em seu livro *“A Democracia nas Urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro 1945-1964”*, relativizou algumas destas análises. Esse autor, através de uma farta exposição de dados estatísticos, tenta demonstrar que no período (1945 e 1964) o país experimentou quase “vinte anos de exercício democrático. Neste período, mais de uma dezena de partidos políticos disputaram regularmente nas urnas os espaços de poder nos níveis federal, estadual e municipal”. Antônio Lavareda, contrariando boa parte de seus colegas de disciplina, sustenta a tese de que neste período estava em curso no Brasil a consolidação de um sistema partidário, uma maior vinculação entre partido e eleitor e um considerável avanço institucional, requisitos necessários para a consolidação de um sistema político democrático.

vista ideológico, no qual os dois blocos partidários em disputa apresentaram-se com projetos políticos claramente distintos. Depois desta eleição, que consagrou o PTB como o principal partido de oposição (o PTB elegeu a maior bancada na Assembléia Legislativa), Alberto Pasqualini passa a ser conhecido como um candidato “bom para ganhar, mas ótimo para perder”, expressão que traduz internamente, no PTB, uma crescente descrença com a estratégia de disputa eleitoral baseada na educação política do eleitor e na confrontação de programas. Ou seja, a derrota de Alberto Pasqualini significou um sério revés na via programática do PTB.

Esse rápido passeio pela história política eleitoral do RS foi necessário para sublinhar que as campanhas eleitorais para o governo do Estado, desde as eleições de 1947, forjaram uma imagem do PTB como partido de princípios, que participava da disputa eleitoral, preservando o seu viés programático e de oposição. A presença de inúmeros jovens universitários - Leonel Brizola, Fernando Ferrari, Sereno Shaise, Wilson Vargas da Silveira, entre outros -, agrupados em torno da mocidade trabalhista, também contribuiu para alimentar no PTB uma certa aura de radicalidade e exaltação.

Leonel Brizola: a marcha rumo ao Palácio Piratini

Chegadas as eleições de 1958, o contexto político partidário estava configurado com as seguintes características: polarização partidária; associação entre governo e partido (governo partidário); alternância no poder e, principalmente, nos centros urbanos, uma crescente regularização no comportamento eleitoral, como demonstra o caso de Porto Alegre, onde o bloco conservador-liberal, em eleições majoritárias, experimentou, ao longo dos anos, uma crescente desvantagem.

Leonel Brizola entrou na campanha eleitoral, em 1958, com um forte aprendizado das eleições anteriores. Conhecia muito bem os equívocos da candidatura e da campanha de Alberto Pasquallini e não estava disposto a repeti-los. Foi exatamente a imagem de partido programático e de uma prática política, que, crescentemente, aproximava-se da esquerda, que Leonel Brizola procurou desconstruir. Sua campanha buscou, antes de tudo, “desprogramatizar” o PTB. Ao contrário de uma campanha marcada pela defesa do nacionalismo, da industrialização autônoma, pelo confronto entre projeto regional (capitalismo autônomo) e nacional (capitalismo dependente) e de enfrentamento com as elites dominantes do Estado, sobretudo o setor agropecuário, sua campanha forjou uma imagem que mesclava juventude, linguagem simples e

direta, competência técnica e tolerância, somando a tudo um discurso de cunho cristão. Leonel Brizola sabia que a construção desta nova imagem do PTB e de sua candidatura era essencial para que pudesse penetrar nos meios católicos e romper o cerco religioso que bloqueava as candidaturas trabalhistas. Ou seja, sem desconstruir a imagem de partido programático e de oposição, dificilmente o PTB se tornaria uma alternativa eleitoral junto aos trabalhadores do campo, fortemente influenciados pelas oligarquias rurais e pela ortodoxia católica; tampouco conseguiria obter alguma confiança das elites econômicas do Estado.

A ascensão de Leonel Brizola desde o início foi espetacular. Ainda estudante de engenharia, figurou na lista dos deputados mais votados do PTB o que lhe credenciou a se tornar o líder da bancada trabalhista na Assembléia Legislativa. Em seguida, foi alçado ao cargo de Secretário de Obras Públicas no governo de Ernesto Dornelles. Como Secretário de Obras Públicas, elaborou o primeiro Plano de Obras. Desde então, passou a ser visto como um “administrador de notória competência”. A respeito de sua passagem na Secretaria de Obras, Miguel Bodea faz a seguinte afirmação:

“Brizola de fato se revelaria um administrador dinâmico e empreendedor, passando a ter uma presença hegemônica no secretariado de Dornelles. Foi ele quem elaborou o famoso Plano de Obras do governo trabalhista. Este plano teve um sentido pioneiro, pois inaugurava, no Estado, a idéia de integração do planejamento de curto, médio e longo prazos, com projetos e estudos de viabilidade não só técnica, como também sócio-econômicos.”⁵².

Em 1954, obteve uma votação surpreendente, tornando-se o deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul. Em 1958, com apenas 37 anos (a constituição fixava a idade mínima de 35 anos para registrar candidaturas aos governos estaduais), renunciou ao cargo de prefeito de Porto Alegre para candidatar-se ao governo do Estado.

Ao contrário de João Goulart, que direcionou sua carreira política para esfera nacional, Leonel Brizola, desde que iniciou sua vida política, investiu para projetar-se primeiro regionalmente. Por isso que sua “marcha rumo ao Piratini” foi iniciada com alguns anos de antecedência. Comenta-se, por exemplo, que, seguindo o exemplo de Getúlio Vargas, Leonel Brizola já vinha ocupando, por dois anos, todas as sextas-feiras, um programa de rádio em que

⁵²Bodea, Miguel. Idem. P. 95.

sua voz era ouvida principalmente pelos setores populares. Sobre a presença de Leonel Brizola no rádio, Mem de Sá faz a seguinte constatação:

“Se sua linguagem desgostava as pessoas esclarecidas, encontrava eco junto às camadas populares que não lêem jornais, mas ouvem rádio.”⁵³

Inicialmente, o PTB tratou de constituir uma Frente Popular com a presença inusitada do PRP e do PSP. Essa aliança só foi possível devido a presença de Leonel Brizola. Era de amplo conhecimento que o PRP dificilmente aceitaria compor uma aliança cuja hegemonia fosse do “ex seminarista, ateu e esquerdista” Alberto Pasquallini. Como veremos, com mais detalhes, logo em seguida, a formação da Frente Popular deu a coloração conservadora necessária para que o trabalhismo fosse aceito pelos setores da pequena e média propriedade da zona colonial e pelas elites econômicas ligeiramente descontentes com os rumos da economia gaúcha.

No plano político, a desprogramatização do PTB passou pelo manejo de uma linguagem técnica e objetiva na interpretação dos problemas do Rio Grande do Sul e na elaboração de propostas para retomar o seu desenvolvimento. O emprego abundante de dados e estatísticas para explicar “cientificamente” as causas da crise do Rio Grande do Sul, era justificado como algo necessário para superar o empirismo e a improvisação. A análise “científica” complementava-se com o planejamento:

“Não se governa sem planejamento, sem metas e projetos. Vou transformar a sede do governo em uma grande organização administrativa, utilizando o planejamento centralizado e a execução descentralizada.”⁵⁴

Para os trabalhistas, a racionalização do aparelho de Estado só seria possível na medida que se formasse um quadro de técnicos imunes aos interesses políticos e com capacidade de conduzir os negócios de Estado como se conduz uma empresa. Por isso, Leonel Brizola, insistentemente, prometia cercar-se de especialistas e de pessoas com autoridade científica para enfrentar os problemas como devem ser enfrentados; leia-se, “cientificamente”.

Com esse artifício discursivo, Leonel Brizola produziu uma leitura asséptica das questões econômicas e políticas e escapou do debate programático, deixando incólumes os agentes causadores da crise do Rio Grande do Sul.

⁵³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 out. 1958.

Sobre a inserção da região no projeto desenvolvimentista, Leonel Brizola criticava os seus adversários pela falta de uma visão dos problemas locais conectada com a questão nacional. Para os trabalhistas, era inviável projetar uma alternativa econômica para a região, que não estivesse inter-relacionada e em sintonia com o governo federal:

“O atual sistema federativo impõe um maior entrosamento entre o Estado e a União; é imperativo adotar o princípio da unidade e harmonia entre os dois poderes.”⁵⁴

Junto com as propostas de desenvolvimento regional harmonizadas com a lógica do projeto desenvolvimentista, Leonel Brizola acenava com

“uma relação com o governo federal que não fosse preciso ajoelhar-se, nem pedir licenças ou entrar pela porta do fundo.”⁵⁵

Como exemplo, citava as relações amistosas que nutria com o vice-presidente da República quando prefeito de Porto Alegre: “Nunca, em nenhuma oportunidade, foi hostil ou negou acolhimento às questões do Rio Grande do Sul.”⁵⁶ Com essas afirmativas, Leonel Brizola responsabilizava o governo de Ildo Meneguetti pelo isolamento do Estado,

“pois não justificava-se tamanha falta de investimentos federais no Rio Grande do Sul, uma vez que o governador e o presidente da República são do mesmo partido.”⁵⁷

Essas referências atestam que os trabalhistas desejavam canalizar para o Rio Grande do Sul parte dos investimentos financeiros que estavam sendo carreados para região Sudeste. Na realidade, queriam obter um lugar de maior relevância no projeto desenvolvimentista. No essencial, PTB e PSD, em termos programáticos, não apresentavam grandes antagonismos. Durante a campanha eleitoral, o PTB fixou-se em uma visão que vinculava o não investimento externo na economia gaúcha à incompetência dos administradores e às debilidades de infraestrutura, sobretudo nas áreas de transporte, energia elétrica e comunicação. É por essa razão que

⁵⁴ *Idem*. 03 set. 1958.

⁵⁵ *Ibidem*. 24 set. 1958.

⁵⁶ *Ibidem*. 16 jan. 1959.

⁵⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11 maio 1958.

⁵⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 set. 1958.

se encontra, no programa trabalhista, um conjunto de medidas voltadas para superar os históricos gargalos da economia gaúcha, preparando-a para uma nova etapa de industrialização e desenvolvimento. Desta vez, dinamizado por um pólo industrial moderno, capaz de criar um círculo virtuoso com impactos positivos nas tradições produtivas do Estado. Essa promessa foi corretamente sintetizada no slogan:

“Assim, como no período anterior, o Rio Grande do Sul liderou com a pujança de sua agropecuária, nesta nova etapa deve liderar e ser propulsor da industrialização e modernização do país.”

Convém lembrar que, em um período de crise econômica, o tom deste discurso soava agradavelmente no meio empresarial.

A promessa de desenvolvimento, a partir da implantação de um pólo industrial, voltado para a produção de insumos industriais e bens de capital (siderurgia, refinaria, fábrica de tratores, etc.) vinha acompanhada da defesa de uma racionalização administrativa do aparelho de Estado. Não por outra razão encontramos, no discurso de campanha de Leonel Brizola, a promessa de um estado inteligente, planejador, eficiente e empreendedor, com capacidade de dirigir e disciplinar os investimentos privados. No Rio Grande do Sul, o projeto trabalhista afirmava com maior veemência a importância dos controles dos investimentos externos, que deveriam ser canalizados para áreas definidas pelo Estado. Em suas relações com a sociedade, defendia-se um Estado insuspeito e acima dos conflitos de classe, capaz de negociar e se reposicionar no quadro nacional.

Na disputa eleitoral de 1958, Leonel Brizola contava, a seu favor, com o fraco desempenho da gestão pessedista. Pois, a julgar pela crítica da época, Ildo Meneguetti encerrava o seu mandato exaurido, sem grandes iniciativas e com a base de sustentação (setores tradicionais da indústria e da oligarquia agropecuária), dando demonstrações de fissuras. Na realidade, Ildo Meneguetti, desde os primeiros momentos de seu governo, enfrentou certas dificuldades para manter abertos os canais de interlocução com os “mandatários da federação”. As principais obras públicas inauguradas em seu governo foram iniciadas na gestão anterior. De qualquer modo, Leonel Brizola encontrou um terreno fértil para formar uma imagem, do governo de Ildo Meneguetti, de pouca competência administrativa, de inaptidão no diálogo com o governo federal e de incapacidade para equacionar os grandes problemas que travavam o desenvolvimento da

economia gaúcha. O fato é que a crise econômica, o distanciamento do Rio Grande do Sul do projeto desenvolvimentista e a elevada frustração com a gestão pessedista faziam com que muitos rio-grandenses esperassem, com ansiedade, pelo ano de 1958, a fim de renovar o comando político do Estado.

Nos debates sobre a crise econômica, a Frente Democrática (PSD, PL, UDN e PSB), liderada pelo candidato Walter Perachi, não negava que a economia gaúcha estava sufocada pelos desequilíbrios na infra-estrutura produtiva e também condenava a falta de financiamento do governo federal ao Rio Grande do Sul. Entretanto, recusava-se a admitir a existência de uma crise de grandes proporções. Neste aspecto, a frente liberal-conservadora não preconizava mudanças radicais na economia do estado e defendia a necessidade de industrializá-lo. Contudo, o projeto de industrialização deveria estar baseado na intensificação da exploração das potencialidades regionais e no aproveitamento das matérias primas já existentes. Ou seja, a industrialização devia, em primeiro lugar, ser iniciada com aquilo que já se possuía, ou seja, o que representava a riqueza do Rio Grande do Sul: a agropecuária. Essa estratégia etapista de desenvolvimento industrial, solidificada na vocação regional do estado, fez com que o programa da Frente Democrática fosse percebido como a continuidade, causando uma certa inquietação até mesmo para os setores da indústria, do comércio e da agricultura.

Podem votar em paz, Brizola não é comunista

Em setembro de 1958, no auge da campanha eleitoral, Luiz Carlos Prestes veio ao Rio Grande do Sul, para tornar público o que todos suspeitavam: o apoio dos comunistas à Frente Popular. Orientado pela Declaração de Março,⁵⁹ trouxe a mensagem de um Partido Comunista sem radicalismo, entusiasmado com a possibilidade de aliança com a burguesia nacional e confiante nas forças nacionalistas.

Como de praxe, a direção local do partido agendou uma extensa programação para o seu líder: visita ao interior do estado, entrevista à imprensa, reunião com lideranças sindicais, contatos com empresários nacionalistas, etc. Neste roteiro, não constou o tão desejado encontro com o candidato trabalhista, pois Leonel Brizola recusou, publicamente, recepcionar o “líder vermelho”. Jorge Alberto Campezatto, ao recordar-se deste acontecimento, comentou:

⁵⁹ Sobre as mudanças na linha política do Partido Comunista nos anos 50 e 60 consultar: Santana, Marco Aurélio. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

“Quando o Prestes veio ao Rio Grande do Sul, depois de muitos anos de exílio, em 1958, eu fui ao Palácio falar com o Brizola para ele receber o Prestes, como fui a Pelotas e em Rio Grande. Em Rio Grande a Associação Comercial e as demais entidades da indústria e do comércio, todo mundo recebeu. Em Pelotas a mesma coisa, as chamadas forças conservadoras e produtoras. O Brizola se negou a receber o Prestes. Na ocasião, nós chamamos o Brizola de provinciano e ele realmente era provinciano. Ele não queria se queimar com o outro lado.”⁶⁰

No interior do Rio Grande do Sul, Luis Carlos Prestes explicou, didaticamente, à população os motivos que justificavam o apoio dos comunistas à candidatura trabalhista. Segundo Prestes

“no Brasil existiam dois tipos de políticos: os entreguistas e os nacionalistas. Para saber se um candidato era entreguista ou nacionalista, bastava identificar sua posição em relação à Petrobrás: se fosse contra, era entreguista, portanto, merecia o repúdio de todos; se fosse a favor, era nacionalista, neste caso, deveria-se emprestar total apoio. Nesta lógica, o apoio a Leonel Brizola era algo automático. Pois sabia-se que o candidato trabalhista representava as forças do mais autêntico nacionalismo. O mesmo não se podia dizer de Walter Perachi, esse era um candidato dedicado no combate das forças nacionalistas, além de representar o retrocesso de todas as franquias democráticas, até agora conquistadas.”⁶¹

Ao mesmo tempo que Prestes defendia o apoio dos comunistas à Frente Popular, Leonel Brizola tornava público seu posicionamento sobre a legalização do Partido Comunista: “É necessário legalizar o Partido Comunista, para podermos combatê-lo de frente.”⁶²

Evidentemente, as declarações de Leonel Brizola não possuíam outro objetivo senão o de criar um fato político que repercutisse nos meios de comunicação e, com isso, estabelecer o seu distanciamento dos comunistas. Sucedeu-se o esperado: o apoio de Prestes à candidatura trabalhista e a defesa da legalização do Partido Comunista, feita por Leonel Brizola,

⁶⁰ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzato realizadas entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

⁶¹ Síntese elaborada a partir da matéria publicada na Revista “O Cruzeiro”, 05 abr. 1958.

⁶² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 maio 1958.

imediatamente acenderam os debates e estimularam uma série de artigos e pronunciamentos, o que se constituiu em um dos aspectos mais pitorescos da campanha eleitoral de 1958.

A polêmica em torno do apoio dos comunistas à candidatura trabalhista e o debate acerca da legalização do Partido Comunista, foram explorados por Leonel Brizola para inclinar o PTB a uma posição mais conservadora e, com isso, romper o cerco religioso, que foi responsável pelas duas derrotas anteriores do PTB e que poderia trazer algum risco para a vitória da candidatura de Leonel Brizola. Assim como houve uma desconstrução da imagem do PTB programático e próximo da esquerda, no plano religioso foi preciso “rebatizar o PTB” e provocar uma aproximação da ideologia reformista do partido com o espiritualismo católico, algo necessário para debelar a histórica de desconfiança em relação a um certo comunismo disfarçado nas fileiras do PTB, bem como diminuir as suspeitas do clero conservador sobre as ligações de Leonel Brizola com os comunistas.

Sem a divulgação do apoio do Partido Comunista, os estrategistas da campanha de Leonel Brizola conseguiram rechaçar o comunismo e afirmar os princípios e as raízes cristãs do PTB. Esse lance transformou o voto dos católicos no PTB em uma ação de combate ao “adeptos de Moscou”. A afirmação do catolicismo trabalhista abriu as portas para que Leonel Brizola pudesse penetrar em espaços até então impenetráveis: as regiões de colonização italiana e alemã. Algo que foi confirmado pelo surpreendente sucesso eleitoral dos trabalhista nessas regiões.

A “intimidade” com as lideranças do Partido Comunista deu a Leonel Brizola um conhecimento da “moral dos comunistas”. Sabia-se, por exemplo, que o apoio dos comunistas ao PTB estava marcado por princípios e justificava-se por razões científicas. Prestes já havia declarado que emprestaria apoio ao candidato trabalhista, apesar do seu repúdio formal,

“pois os comunistas estão armados de uma teoria que é o marxismo-leninismo, que lhes permite ver com muito mais clareza do que quaisquer outras pessoas a perspectiva histórica e conhecer o sentido em que se desenvolve a história.”⁶³

Sendo assim, Leonel Brizola estava seguro de que poderia rechaçá-los com veemência, pois nada abalaria o apoio dos comunistas a sua candidatura. O caminho estava aberto, o fato político criado, restava apenas exorcizar o comunismo.

⁶³ Idem. 25 set. 1958.

Os candidatos da Frente Democrática foram os primeiros a reagir às declarações de Prestes e Leonel Brizola:

“Finalmente, as secretas ligações de Leonel Brizola com os comunistas tornam-se conhecidas de todos. Votar em Brizola é um perigo para as mais sagradas crenças, para as instituições, é condenar nossas famílias, perder as propriedades e abjurar as tradições cristãs.”⁶⁴

Para reforçar a autoridade religiosa, o pronunciamento de Dom Jaime Câmara na Rádio Vera Cruz, no Rio de Janeiro, foi reproduzido na íntegra e veiculado nos principais jornais da cidade. Leiamos um dos seus trechos:

“Os candidatos divorcistas e comunistas, infiltrados em alguns partidos, merecem total desprezo. Quem errar na escolha do candidato é porque quer errar. Cada qual se lembre porém das contas que prestará a Deus, além das conseqüências decorrentes de um voto mal dado.”⁶⁵

Exultante por constatar o impacto deste debate e as possibilidades que ele trazia, Leonel Brizola contra-ataca, chamando a atenção para a necessidade “de compreender muito bem como atuam e, por isso, ganham forças, os comunistas”. Também esclarece que “os comunistas não jogam com a clareza da luz do dia, que agem nas catacumbas, são acostumados ao disfarce, à arte da dissimulação e do confusionismo”. Portanto, para combater esse inimigo, é necessário trazê-lo à claridade, visto que é quase impossível lutar contra fantasmas.

“As declarações de Prestes não possuem outra intenção senão confundir a eleição e afastar o eleitorado do Partido Trabalhista, pois sabem os comunistas que onde triunfa o trabalhismo, o comunismo desaparece.”⁶⁶

Como exemplo, cita o Partido Trabalhista Inglês: “Numa terra em que as eleições são modelo de autenticidade, o Partido Comunista não tem senão um ou dois representantes na

⁶⁴ Ibidem. 05 set. 1958.

⁶⁵ Ibidem. 21 set. 1958.

⁶⁶ Ibidem. 18 set. 1958.

Câmara dos Comuns”. No Rio Grande do Sul, “o trabalhismo cristão apresenta-se como o principal veneno para combater a infiltração comunista.”⁶⁷

A argumentação de Leonel Brizola tinha, a seu favor, o fato de que, nas últimas eleições estaduais, os comunistas aderiram aos candidatos do PSD, utilizando como argumento a necessidade de combater o reformismo pasqualiniano.

“O trabalhismo encontra suas raízes na fé cristã do povo brasileiro. É inconfundível a linha ideológica do Partido Trabalhista e a do Partido Comunista. O trabalhismo é nacionalista e o comunismo é internacional. O comunismo é materialista, o trabalhismo se inspira na doutrina social-cristã. O comunismo é a abolição da propriedade, o trabalhismo defende a propriedade dentro de um fim social. O comunismo escraviza o homem ao estado e prescreve o regime de garantia do trabalho. O trabalhismo é a dignificação do homem e não tolera a exploração do homem pelo estado, nem do homem pelo homem. O comunismo educa para formar uma sociedade de formigas, o trabalhismo educa para o progresso, para liberdade e para elevação da pessoa humana. O comunismo existe onde pontifica o capitalismo reacionário e explorador e desaparece nas comunidades e países bem organizados sob o ponto de vista social e humano. A doutrina que defendemos é inspirada nos mais sadios preceitos das encíclicas papais que a Igreja também defende com tanto ardor e entusiasmo. Defendemos um nacionalismo que termina onde terminam as fronteiras da nossa Pátria. O nosso nacionalismo é o nacionalismo preconizado pela Igreja Católica.”⁶⁸

O exorcismo do comunismo somente estaria completo depois que fosse legitimado pela Igreja. Dias depois, Dom Vicente Sherer, declara:

“Merece meus aplausos a corajosa reação que o Sr. Leonel Brizola, candidato a governador do estado, ofereceu à coação moral que o mesmo Sr. Luís Carlos Prestes pretendeu-lhe criar, dando publicamente o apoio eleitoral do comunismo. Pois, tais são as insídias daqueles que, com pele de ovelhas, sendo lobos rapaces, insinuando-se fraudulentamente, com aparência de piedade sincera, de atividade e

⁶⁷ Ibidem. 18 set. 1958.

⁶⁸ Ibidem. 04 set. 1958.

disciplina, penetram humildemente, captam com brandura, atam delicadamente e matam às ocultas.”⁶⁹

Com essa declaração, nas vésperas das eleições, os católicos e cristãos puderam votar em paz, pois Leonel Brizola não era comunista.

Nas ruas das grandes cidades era notória a percepção da vitória da Frente Popular. Entretanto, não se esperava uma vitória tão retumbante, principalmente nas maiores cidades do Estado: em Porto Alegre, a Frente Trabalhista obteve 65% dos votos; em Canoas, 75%; em Esteio, 72%; e, em Caxias do Sul, 52%.

Para encerrar esta contextualização do ambiente econômico e político do Rio Grande do Sul e a emergência do trabalhista Leonel Brizola nas eleições de 1958 é preciso tecer uma análise acerca da “defesa” da legalização do Partido Comunista, feita pelos trabalhistas gaúchos. Hoje sabemos que o apoio de boa parte dos trabalhistas à legalização do Partido Comunista era artificial. Afinal de contas, a condição de clandestinidade do PC deixava o PTB num certo conforto, uma vez que o Partido Comunista estava impedido de disputar formalmente os votos dos trabalhadores. Identifico-me com as considerações de Maria C. D’Araujo sobre os benefícios que a situação de “ilegalidade” imposta ao Partido Comunista trazia para legenda do PTB:

“Vale lembrar que a ilegalidade do PCB não era uma hipótese desprezível para o PTB. Não havendo partidos expressivos disputando o voto dos trabalhadores, o PTB tornava-se potencialmente o partido mais bem colocado para captar a massa de eleitores que vinha até então votando com os comunistas.”⁷⁰

Além disso, em nenhum momento o apoio à legalização do Partido Comunista contém justificativas de natureza democráticas em defesa da liberdade partidária. Creio que a real posição do PTB em relação à legalização do Partido Comunista expressa-se neste telegrama subscrito por 33 deputados e enviado ao Presidente da República:

“Os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que subscrevem, vêm reclamar a atenção de Vossa Excelência para o movimento que se esboça em alguns pontos do país, visando à oficialização do Partido Comunista. Representantes do povo gaúcho não podem fugir ao dever de denunciar essas

⁶⁹ *Ibidem*. 25 set. 1958.

manobras perturbadoras em prol da reimplantação de um partido ateu e materialista, completamente contrário à formação cristã do povo brasileiro e destruidor das liberdades democráticas essenciais e do princípio de autodeterminação dos povos. Estamos certos de que o governo de Vossa Excelência estará vigilante na defesa do nosso regime político que se consolida a cada dia, numa afirmação do nosso propósito de vida democrática, única compatível com a dignidade da pessoa humana. Respeitosamente. Saudações. Saudações.”⁷¹

O assalto dos símbolos: “A Festa do Trabalho”

Agora, passarei a construir uma narrativa da Festa do Trabalho, em comemoração ao Primeiro de Maio de 1958, que, no plano simbólico, sintetiza boa parte das questões até aqui exploradas:

Uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras, líderes sindicais, católicos, políticos e religiosos, saudavam a chegada, na Praça da Matriz, da imagem de São José, conduzida em procissão por jovens integrantes dos Círculos Operários. Enquanto isso, no púlpito do palanque improvisado em frente à Catedral Metropolitana de Porto Alegre, ao lado do vice-presidente, João Goulart, do prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, do Delegado Regional do Trabalho, Clay Araújo, do Secretário Estadual de Educação, ali representando o governador Ildo Meneguetti, e de tanta outras autoridades, o arcebispo, Dom Vicente Scherer, aguardava o início da celebração da Missa de Ação de Graças à Festa do Trabalho, para proferir o seu sermão intitulado “Os Problemas da Honra”.

Assim que a imagem de São José foi zelosamente colocada no altar, iniciou-se a Missa de Ação de Graças. Chegado o momento da pregação, o arcebispo abre o seu sermão, advertindo que a condenação do comunismo e as obras sociais da Igreja Católica não podem ser, em nenhum momento, confundidas como elogio ao capitalismo:

“... sabem todos com quanta veemência a Igreja Católica condena o comunismo, havendo, por isso, quem a julgue aliada e beneficiária do capitalismo. Pensam

⁷⁰ D’Araújo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P.51.

⁷¹ Este telegrama foi uma iniciativa do José Arlindo Kunzler (PSD). Dos 33 deputados que assinaram-no, 10 foram do Partido Trabalhista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 set. 1961.

assim muitos pobres e, o que talvez seja pior, também muitos ricos. Mas, afirmando o caráter insuprimível da propriedade particular, a Igreja nunca deixa de denunciar as graves conseqüências de um capitalismo desalmado, profanador da dignidade humana dos operários. Ela não só apontou os abusos praticados com o capital em nome do direito da propriedade, que esse sistema promove e defende, mas também ensinou que o capital e a propriedade devem ser instrumento da produção em proveito de toda a sociedade humana e meio de defesa e de progresso para a liberdade e a dignidade humana.”⁷²

Depois deste esclarecimento inicial, necessário para explicitar as críticas da Igreja Católica ao “capitalismo desalmado gerador de revoluções” e afirmar a crença em um capitalismo cristianizado, o sermão retoma o seu curso, lembrando aos presentes da impossibilidade do convívio, sob o mesmo teto, do comunismo e cristianismo. O católico autêntico não se satisfaz apenas com a negação do comunismo, é preciso combatê-lo e deter o seu avanço, essa é uma missão indelegável de todo católico. Ou seja, para o católico não basta negar o comunismo, é necessário transformar a fé em ações, afinal, a fé sem obras não possui importância:

“... o combate vitorioso ao perigo comunista em toda a parte, e também entre nós, exige a elevação do nível de vida dos trabalhadores. Muito já foi feito: os trabalhadores possuem direitos, os ambientes de trabalho estão mais higiênicos, já não existe tanto trabalho infantil e nem a exploração das mulheres. Agora já é possível assegurar a concórdia e a colaboração pacífica no setor de trabalho entre chefes e assalariados.”⁷³

Entretanto, para evitar que se crie clima para revoluções proletárias, a melhoria das condições materiais dos trabalhadores é apenas o primeiro passo, não o último. É preciso “desmaterializar” os trabalhadores, pois as conquistas materiais só são autênticas quando favorecem o desenvolvimento da fé e a elevação espiritual:

“a pessoa humana consciente de sua dignidade e de seus destinos superiores não encontra plena quietação de suas mais profundas aspirações só nas conquistas

⁷² O sermão de Dom Vicente Sherer, proferido nas comemorações de Primeiro de Maio de 1958, foi publicado na íntegra nas edições do dia 04 maio 1958 dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias.

⁷³ Continuação do Sermão de Dom Vicente Sherer.

materiais, impõe-se a elevação interior do operário mediante a vida religiosa para que ele não encare a sua labuta diária como uma escravidão humilhante e uma diminuição de sua personalidade, mas considere o trabalho como ele é na realidade, motivo de honra, dignificação e engrandecimento para quem o exerce.”⁷⁴

O Sermão encerra-se com uma última advertência: “É preciso ficar atento para o perigo de alianças eleitorais nocivas aos princípios da Igreja”.

Em seguida, uma enorme revoada de pombos encerrou a celebração da missa campal. A Festa do Trabalho prosseguiu, com um desfile que percorreu as principais avenidas da área central da cidade em direção ao Araújo Viana⁷⁵. Na frente do préstito, a Juventude Operária Católica, que estreava sua participação em um evento desta natureza, conduzia as imagens de São José e de Getúlio Vargas. Atrás, formaram-se alas compostas por alunos e associados do SESI, SENAI e SESC, entidades esportivas, sindicatos de trabalhadores, Círculos Operários, associações de bairros, etc. No fim do desfile, uma novidade, a exibição, patrocinada pela Varig, de dois modelos de avião.

No Araújo Viana, depois de vários oradores, João Goulart fez um discurso marcadamente nacionalista, “em defesa da preservação das riquezas e da soberania do Brasil; de luta intransigente em pró da Petrobrás, da Eletrobrás e dos nossos minérios atômicos; pela formação de uma poderosa indústria nacional e de ajuda decisiva para produção agrícola brasileira”. Para o vice-presidente, tais propósitos “nada tem de irrealismo, jacobinismo ou isolacionismo, na medida que o maior objetivo a ser alcançado naquele momento era a estabilidade econômica e social.” Aos líderes sindicais, teceu o seguinte elogio:

“Constitui-se, de outra parte, uma categórica assertiva de maturidade sindical o abandono dos processos de luta, através de esporádicas alianças de órgãos de base, por uma ação vertical que conclama aos embates toda a estrutura sindical,

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Araújo Viana é um espaço cultural situado nas proximidades da região central - no interior de um dos parques públicos mais conhecidos de Porto Alegre (Parque Farroupilha).

numa eloquente lógica, firme e incisiva de condução da grande caminhada em busca da justiça social.”⁷⁶

Encerrou o discurso, deixando a promessa de tudo fazer, junto ao presidente Juscelino Kubitschek, para ajudar o Rio Grande do Sul a superar a sua crise.

A programação da Festa do Trabalho, cuidadosamente organizada pela Delegacia Regional do Trabalho, prosseguiu, no estádio dos Eucaliptos, com “um show folclórico de tradições gaúchas de cunho essencialmente nacionalista” e uma partida de futebol amistosa entre Renner e Aimoré. Logo após o jogo, já ao anoitecer, finalmente, as festividades foram encerradas com o hasteamento da bandeira nacional.

Os símbolos e palavras utilizados na “Festa do Trabalho”, realmente desafiam a imaginação. Dela, podem-se extrair alguns elementos, para se compreender melhor o conjunto de relações na qual o sindicalismo estava envolto.

Geralmente, as comemorações do Primeiro de Maio estão associadas às lutas e reivindicações dos trabalhadores. Algo que lembra conflitos e a afirmação de uma classe. A análise desta “festa símbolo” pode oferecer muitas pistas para a historiografia do movimento operário.

A utilização do Primeiro de Maio, por parte do Estado, para realizar campanha política e anunciar promessas e “dádivas” aos trabalhadores, não era uma prática desconhecida. Também não era nenhuma novidade para a Igreja Católica a realização de um Primeiro de Maio ao seu estilo. Ambos, Estado e Igreja, possuíam uma larga experiência no assalto aos símbolos do movimento operário. A Festa do Trabalho de 1958 simplesmente atualizou um ritual um tanto familiar.

A primeira operação foi a troca do nome. O Primeiro de Maio passou a ser chamado de Festa do Trabalho. Com isso, buscou-se esvaziar o conteúdo de classe e ressignificá-lo com símbolos que representassem a possibilidade de união entre poder político e religioso, a convivência pacífica entre as classes e a promoção da identidade e das tradições regionais. Nas palavras de Clay Araújo, então delegado regional do trabalho, o principal objetivo da Festa do Trabalho é o de

⁷⁶ O discurso de João Goulart no ato público do Araújo Viana foi publicado na íntegra na edição do *A Hora*, Porto Alegre, 02 maio 1958.

“imprimir à data um sentido verdadeiramente cristão e democrata, fazendo ressaltar o espírito de harmonia e compreensão que existe a informar o processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil.”⁷⁷

O surgimento de instituições que passaram a concorrer no campo da “assistência social”; uma maior presença do Estado na área das políticas sociais; a redução da capacidade de influência da Igreja nas esferas do Estado; o fracionamento político das lideranças católicas; a ascensão do sindicalismo e do trabalhismo no Rio Grande do Sul, etc., pressionavam a Igreja Católica para recuperar os espaços perdidos na sociedade. A Missa Campal e o sermão de Dom Vicente Sherer, momentos que simbolizam a “sacralização da política”, devem ser compreendidos como uma ação mais global da Igreja Católica na tentativa de se reposicionar na conjuntura de democratização, iniciada a partir de 1945.

Prova disso pode ser encontrada nas transformações que ocorriam no movimento circulista. Com praticamente 25 anos de “combate franco com elementos da extrema esquerda, que então pululavam em todas as organizações operárias, procurando liderá-las”,⁷⁸ os Círculos Operários encontravam-se em sua fase de calmaria: depois de consolidados, já não tinham o mesmo entusiasmo; fazia falta a brisa do entusiasmo que a luta anticomunista proporcionava. O Manifesto de Comemoração dos 25 Anos de Fundação dos Círculos Operários explicita um certo esfriamento do ímpeto anticomunista no meio circulista. Já não se já faz o combate cruel, e com abnegação constante, ao comunismo. Já não é mais possível manter o movimento circulista baseado exclusivamente no anticomunismo exacerbado. Nas entrelinhas desse Manifesto Circulista, o clero mais conservador deixa escapar as suas dificuldades de controlar e dirigir o movimento. Creio que não se pode desprezar que a convivência de líderes sindicais e da base católica com sindicatos liderados por trabalhistas e comunistas reduzia alguns mitos existentes em torno dos comunistas. Algo que ilustra esse pensamento foi a resposta de Ivo Santos Amaral, líder sindical da CARRIS, quando lhe perguntei sobre a relação com os circulistas. Em tom de brincadeira, disse:

⁷⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 abr. 1958.

⁷⁸ O Manifesto de Comemoração dos 25 Anos de Fundação dos Círculos Operários foi publicado no *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 jan. 1959.

“Quando fui candidato a presidente do sindicato, alguns trabalhadores ligados ao Círculo Operário me perguntaram se, caso eu ganhasse, mandaria rezar uma missa. Respondi que sim e que não tinha nada contra a Igreja Católica.”⁷⁹

Por outro lado, os próprios sindicatos passaram a investir no campo assistencial, cultural e esportivo, aumentando sua capacidade de sociabilidade e de enfrentamento da investida dos Círculos Operários e do SESI e SENAI. Por fim, o surgimento de uma juventude católica, embrião da Juventude Operária Católica, dificultava cada vez mais o controle por parte da ortodoxia católica do movimento circulista.

O desfile, tendo à sua frente, lado a lado, a imagem de São José, símbolo cristão da paternidade, do trabalho e da fé, e de Getúlio Vargas, o pai dos pobres e mártir político da nação, conduzidas por jovens católicos e trabalhistas, rememora a aliança entre trabalhismo e catolicismo e revive a possibilidade de cooperação entre Estado e Igreja. Pode-se dizer que esse foi o momento da politização do sagrado. A presença das organizações da indústria e comércio (SESI e SESC), ao lado dos trabalhadores e seus sindicatos, expressa o necessário entendimento, a convergência de interesses, a união e solidariedade na busca da superação da crise econômica. A exibição dos modelos de avião de propriedade da Varig, um, superado e fora de uso; outro, moderno e em pleno funcionamento -, representa a promessa de industrialização e progresso, o novo caminho a ser perseguido. Para que os novos ventos impulsionassem um vôo para um futuro de progresso e modernidade, o velho precisava ser abandonado.

No desfile, algo que faz lembrar a disciplina militar em movimento, as partes estão dispostas organizadamente, funcionam harmoniosamente, as diferenças são como cores que emprestam beleza, geram satisfação e contentamento. É a reaplicação da idéia de que o progresso precisava de ordem para que todos pudessem usufruir dos seus resultados. A presença de João Goulart e Leonel Brizola, acima e no meios de todos, os anfitriões e patrocinadores da Festa, fazem-nos lembrar o Estado. No encerramento da Festa, retoma-se o culto às tradições, a valorização da cultura gaúcha e da identidade regional. A industrialização anunciada só tinha sentido se preservasse e promovesse as tradições e a identidade regional. O novo não podia deixar transparecer ameaça ao velho, afinal as tradições tinham que ser mantidas.

⁷⁹ Entrevista com Ivo dos Santos Amaral realizada em abril de 2000.

Meticulosamente organizada pela Delegacia Regional do Trabalho e pensada para ser um cerimonial em grande estilo, a “Festa do Trabalho” cumpriu o seu objetivo: consagrar o nome de Leonel Brizola para o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Como vimos, a Festa do Trabalho ritualizou os principais elementos do petebismo gaúcho: sintonia da doutrina trabalhista com o catolicismo; o progresso econômico alcançado de forma ordeira e harmoniosa; a colaboração de classes; o papel ativo do Estado na economia; o caráter estratégico da industrialização; e a preservação das tradições culturais e identitárias do povo gaúcho. Para um setor do sindicalismo, que engajou-se ativamente na Festa do Trabalho, foi uma oportunidade para reforçar os laços com a Delegacia Regional do Trabalho e mostrar a lealdade à candidatura trabalhista.

Depois do Primeiro de Maio de 1958 foram necessários dois anos de acúmulo de forças e de busca de autonomia para que movimento sindical pudesse novamente se reapropriar da simbologia que marca essa data. No Primeiro de Maio de 1959, as comemorações, ainda sob a tutela da Delegacia Regional do Trabalho, limitaram-se a festejar a criação da Secretaria Estadual do Trabalho e Habitação, sem o mesmo brilhantismo do ano anterior. Em 1960, o Primeiro de Maio foi considerado como um ato de libertação simbólica, que marcava uma nova fase do sindicalismo porto-alegrense, tão marcante, que Eloy Martins o recuperou em seu livro de memórias:

“Em Porto Alegre, este Primeiro de Maio (1960), foi festejado, mas em comemorações programadas pelos sindicatos; as autoridades foram convidadas, mas quem organizou e programou foram as várias entidades de trabalhadores, tendo à frente a Comissão Executiva do 4º Congresso dos Trabalhadores Gaúchos”. Essa posição é fruto de uma nova era sindical. O mais virá, não naturalmente, como pensam muitos, mas através de novas posições de luta, e de lutas intensas, em torno das mais sentidas reivindicações da classe operária e do povo em geral. O novo movimento renovador e independente deve ter dirigentes à altura do momento histórico em que vivemos todos; os que não estiverem, serão superados no processo de luta, varridos para fora pela própria classe operária, que

não tolera mais indecisões, medíocres, oportunistas, carreiristas ou pelegos, e em seu lugar surgirão os verdadeiros dirigentes do operariado nacional.⁸⁰

O III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (III CTG)

Tão logo escolheu-se a Comissão Organizadora do III CTG, os preparativos para sua realização foram iniciados. A data foi projetada para final de janeiro de 1958, com a intenção de incluir o conclave estadual nos preparativos da Conferência Sindical dos Trabalhadores.⁸¹ Nas reuniões iniciais da Comissão Organizadora, acordou-se que o III CTG deveria ser organizado de tal maneira que fosse um marco na organização do movimento sindical gaúcho. A retomada do sindicalismo gaúcho, principalmente a partir de 1957, deixou claro para muitas lideranças sindicais, comunistas e trabalhistas, a premência de um órgão intersindical representativo, que possibilitasse uma ação sindical menos fragmentada. O III CTG trazia essa grande oportunidade.

À medida que consolidaram a proposta de realização do III CTG, as lideranças sindicais comunistas trataram de definir a “linha política” para intervir no III CTG. Ficou definido que o processo preparatório para o III CTG deveria contribuir para rearticular e unificar as bases sindicais em todo o estado. Para isso, era necessário participar ativamente na Comissão Organizadora, visando influir na definição de um tipo de Congresso que viabilizasse uma ampla participação dos sindicatos e de suas bases. Durante o Congresso, ficou acertado uma intervenção nas comissões temáticas e na elaboração e redação das resoluções. Na composição da Comissão Executiva do III CTG, a orientação foi a de garantir espaço, mas não disputar a presidência, afim de não colocar em risco a unidade do movimento sindical gaúcho.

Já nas primeiras reuniões a Comissão Organizadora decidiu não realizar um congresso de cúpula, mas um evento que contasse com a participação dos sindicatos e das bases. Para mobilizar os sindicatos e disseminar o temário do Congresso em todo o estado, a Comissão Organizadora sugeriu a promoção de conclaves municipais ou inter-municipais. Como a escolha dos delegados ao III CTG deveria se dar em assembléias das categorias, a orientação foi para que houvesse discussões preparatórias sobre o temário do Congresso nas direções sindicais, nas fábricas e, se possível, nas convenções das categorias, a fim de informar e envolver ao máximo os trabalhadores com os debates do III CTG.

⁸⁰ Martins, Elóy B. *Um depoimento político*. Porto Alegre: Edição do autor, 1989, p.126.

⁸¹ A Conferência Sindical dos Trabalhadores aconteceu em março de 1958.

A definição do processo preparatório e dos procedimentos para a escolha dos delegados ao III CTG, abriu, às lideranças sindicais comunistas, a oportunidade de levar a “mensagem da Comissão Organizadora” a vários lugares:

“Foram três meses dedicados a contatos, viagens, participação em congressos e em reuniões de diretorias sindicais.”⁸²

A imprensa divulgou a realização de convenções municipais em Livramento, Bajé, Rosário, Novo Hamburgo, São Gabriel, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande. Alguns sindicatos também aproveitaram para realizar convenções sindicais. Nos jornais pesquisados encontrei registros de convenções sindicais dos gráficos, aeroviários, aeronautas, metalúrgicos, bancários, etc.

O jornal *A Platéia*, da cidade de Livramento, por exemplo, fez a seguinte reportagem:

“... em companhia de vários líderes sindicais de Livramento, o sr. Jorge Alberto Campezzato esteve ontem em visita à nossa redação (...). Segundo informou à reportagem aquele sindicalista, este congresso sindical será realizado de uma forma diferente dos anteriores. Visando uma melhor preparação, estão sendo realizados congressos municipais e regionais em diversos municípios. Além disso, cada sindicato terá direito de enviar três representantes, assim como as associações e organizações de classe dos trabalhadores rurais.”⁸³

O DOPS rastreou, passo a passo, a organização do III CTG. Nas fichas de Jorge Alberto Campezzato e Álvaro Ayala constam citações a esse respeito: “Membros destacados da Comissão Organizadora em viagem ao interior”. Especificamente, sobre a Convenção de Porto Alegre, preparatória do III CTG, encontra-se a seguinte referência:

“Conforme boletim reservado desta seção, datado de 30.04.58, consta o seguinte: “Que em data de 12 a 13 do corrente realizou-se, nesta capital, a terceira convenção sindical dos trabalhadores de POA, tendo por local o salão nobre do IAPI; foram objeto de debates a nova lei de previdência social, à qual foram apresentadas emendas, tendo o plenário retificado as deliberações tomadas pela

⁸² Entrevistas com Jorge Alberto Campezzato realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

⁸³ Recorte do Jornal “*A Platéia*” (edição de terça-feira, 04 de março de 1958) fornecido por Jorge Alberto Campezzato.

Conferência Sindical, a pouco realizada na capital da República. Outro assunto que mereceu destaque foi a aposentadoria integral aos 35 anos de serviço e 55 anos de idade. Nesta ocasião, foi criada a comissão permanente da Convenção, cuja missão será encaminhar ao III CTG as teses aprovadas no conclave municipal e que ficou constituída tendo um dos membros, o epigrafado, (Jorge Alberto Campezzato) na qualidade de presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia e Termo-elétrica e Produção de Gás.”⁸⁴

O fato da Convenção de Porto Alegre ter apenas escolhido alguns representantes para levar as deliberações ao III CTG e não uma Comissão Executiva para representar a Intersindical de Porto Alegre, é indicativo de que as atenções estavam concentradas no sentido de rearticular uma organização em âmbito estadual.

O investimento por parte das lideranças sindicais comunistas na organização do III CTG, bem como a repercussão pública na imprensa dos três grandes temas da agenda sindical do momento (o projeto de Lei de Greve e da Previdência Social, bem como a questão da revisão salarial), despertaram enormes reações.

A primeira, foi deferida pela DRT, que teve como porta-voz um determinado setor do sindicalismo, representado, sobretudo, pelos sindicatos do comércio e da construção civil, numa tentativa de incluir o III CTG na programação da Festa do Trabalho. O trunfo utilizado foi o financiamento do III CTG. Como tratava-se de um evento de vulto e que exigia um investimento razoável, encaminhou-se um projeto à Comissão de Imposto Sindical, no valor de quinhentos mil cruzeiros, para financiar a realização do Congresso. A negociação deste recurso junto à Comissão de Imposto Sindical foi mediada pelo delegado regional do trabalho, o Prof. Clay Araújo. A tramitação foi lenta e obrigou o adiamento da data do Congresso por diversas vezes. Com isso, a Delegacia Regional do Trabalho conseguiu que a data do III CTG fosse marcada para os dias 26 a 30 de abril, incluindo-o na programação do Primeiro de Maio. O controle na negociação do

⁸⁴ Logo após o golpe militar, o governo Ildo Meneguetti instaurou uma Comissão Geral de Investigação para apurar atividades subversivas no meio do funcionalismo público. O objetivo da CGI foi levantar informações de elementos subversivos para fundamentar processos de demissão de funcionários públicos via ato administrativo. Em outubro de 1964 abre-se um processo de expurgo, numerado como 11.991. Esse processo teve como fonte de informação o DOPS. Nele encontram-se, sobretudo, informações de jornais e do trabalho de investigação dos espíões do DOPS. Essa documentação, que, no período da pesquisa, estava passando por um processo de organização no Arquivo Público Estadual, disponibiliza um histórico das atividades sindicais e políticas de vários indiciados.

recurso para realizar o III CTG tinha uma intencionalidade clara: transformar o III CTG num encontro que chancelasse o apoio à candidatura de Leonel Brizola.

A segunda reação veio de setores da Igreja, acusando os comunistas de um suposto plano de dominação dos sindicatos:

“Chegam-nos informações que os comunistas acertaram um plano para dominar os sindicatos brasileiros. (...). Pretendem criar no Rio de Janeiro um organismo de cúpula denominado Central Sindical. Nos estados surgiriam centrais regionais, filiadas e orientadas pela central nacional. Por meio desta chave, acreditam poder manipular ao seu talante todos, ou ao menos a maioria, dos sindicatos do Brasil. Os sindicatos são objeto de um plano de conquista e dominação. Para que serviria essa centralização e esse domínio? Não é de forma alguma para dar forças aos sindicatos, coisa que aos comunistas em nada absolutamente interessa. O que eles querem, só exclusivamente, é a utilização dos sindicatos para os objetivos políticos do Partido Comunista. Para eles, os sindicatos são simples instrumentos nas suas mãos. Como não são tolos, tratam de disfarçar habilmente as suas intenções. Aparecem, então, a público, agitando bandeiras simpáticas ao operariado, como são o reajustamento dos salários, o direito de greve e outras. Para os comunistas, a autonomia e a independência do sindicalismo não passam de palavras ocas e sem sentido. No entender deles, os sindicatos existem para apoiar o partido comunista e para nada mais.”⁸⁵

Com relação aos temas do Congresso, a Lei de Greve foi a que mais despertou interesse. A. J. Renner, em um vasto artigo publicado no Jornal A Hora, escreveu o seguinte comentário:

“ (...) Não é possível que na difícil conjuntura que atravessamos, quando tudo aconselha a intensificação das atividades produtivas, dentro de um clima de disciplina e mútua cooperação, se agite e, mais, se aprove, uma série de medidas deste jaez, de pura instigação demagógica e que poderá lançar a nação num

⁸⁵ Matéria assinada por Pe. Urbano Rausch. *A Hora*, Porto Alegre, 10.3.1958.

verdadeiro caos econômico e social. É de se esperar que o bom senso prevaleça e que o absurdo projeto não venha a passar de uma nuvem sombria e ameaçadora.”⁸⁶

Sobre essa mesma questão, a Igreja Católica manifesta-se, através do Pe. Urbano Raush, um dos principais líderes circulistas:

“A greve é uma arma de defesa. Ora, uma arma não se coloca nas mãos de um grupo não organizado. Quem seriam os responsáveis pelo uso que se fizer dessa arma? A greve não pode ser decretada por qualquer grupo irresponsável. A greve, quanto mais geral for, melhor será. Greves deflagradas por pequenos grupos são perniciosas.”⁸⁷

Na noite de 26 de abril de 1958 foi instalado o III CTG. Após a manifestação de vários oradores, entre eles Leonel Brizola e Roberto Morena, elegeram-se as comissões para tratar do temário do Congresso: previdência social, legislação social, remuneração do trabalho, assuntos diversos e redação final.

Como era de se esperar, a questão eleitoral rondou o III CTG. Qual a posição das entidades sindicais em relação às eleições? Apoio imediato a um candidato ou uma posição de neutralidade? Para um setor do sindicalismo, respaldado pela DRT, o III CTG deveria pronunciar-se a favor do candidato trabalhista. Possivelmente, como veremos a seguir, a Carta Manifesto em apoio à candidatura de Leonel Brizola já estava redigida, faltava apenas legitimá-la. Inesperadamente, ao invés de um manifesto de apoio à candidatura de Leonel Brizola, aprovou-se uma Carta de Princípios que, juntamente com as resoluções do Congresso, foi “entregue às autoridades para que fossem cumpridas”. Com isso, minimizou-se o cerco montado em torno do Congresso e o apoio natural à candidatura de Leonel Brizola foi debelado. Com relação às eleições estaduais, acabou prevalecendo a posição de sabatinar os candidatos, sem declarar nenhuma definição prévia.

“Resolve, finalmente, o III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, que essas resoluções sejam levadas ao conhecimento dos ilustres Candidatos ao Governo do

⁸⁶ Jornal A Hora, 29.3.1958.

⁸⁷ Matéria assinada por Pe. Urbano Rausch. *A Hora*, Porto Alegre, 24 mar. 1958.

Estado, Sr. Eng. Leonel de Moura Brizola e Cel. Peracchi Barcelos, para orientação dos trabalhadores a quem votar.”⁸⁸

Meses depois, questionado sobre o posicionamento do III CTG em relação às eleições estaduais, João Rios, presidente do Sindicato da Alimentação de Santa Maria, sintetizou a visão que prevaleceu no III CTG:

“Não fizemos política partidária, mas também não abdicamos do direito de intervir organizadamente na política.”⁸⁹

A cerimônia de encerramento do III CTG se deu no Salão de Atos da PUC-RGS. O ritual foi modesto: após a leitura da Carta de Princípios, feita por Dilamar Severo, recém-eleito presidente da Comissão Executiva do III CTG⁹⁰, foi entregue, ao vice-presidente João Goulart, um pequeno caderno com as resoluções do III CTG. Em seguida, João Goulart teve que improvisar um discurso, pois o que trazia no bolso não pôde ser lido, uma vez que continha saudações aos líderes sindicais pelo apoio irrestrito ao candidato trabalhista, Leonel Brizola.

O Manifesto de 13 de maio e a sabatina

Como houve resistências para aprovar, no III CTG, um manifesto de apoio à candidatura de Leonel Brizola, poucos dias depois a imprensa tornou público um manifesto, subscrito pela Executiva do III CTG e por vários presidentes de sindicatos, insinuando adesão à candidatura trabalhista. Era a velha prática conhecida por todos. Lembra Assis Brasil Albuquerque que

“Quando o Brizola queria granjear apoio dos sindicatos para alguma coisa, promovia um encontro com os presidentes dos sindicatos, convocava os sindicatos mais próximos e, como sempre tinha maioria, acabava aprovando qualquer manifesto.”⁹¹

⁸⁸ Caderno de Resoluções do III CTG.

⁸⁹ *Ultima Hora*, Porto Alegre, 10 set. 1958.

⁹⁰ A composição da Comissão Executiva do III CTG ficou assim constituída: Dilamar Severo (presidente), Wilson Borba Lima (secretário-geral), Roque Cruz Vargas (tesoureiro), Gaudino Vargas Câmara, Bento Lopes de Godoi, Adão Souza Pinto, Julio Jardins da Silva, Rudos Blumm, Mario Arias Perez, Jorge Alberto Campezzato, Bruno Segala, José Cesar Mesquita, Francisco Silca, Cândido Alves, ficaram na suplência.

⁹¹ Entrevista com Assis Brasil Albuquerque realizada em setembro de 1999.

De fato, o Manifesto de 13 de Maio,⁹² como ficou conhecido, foi forjado para legitimar um documento que, após uma leitura atenta do seu conteúdo, não deixa dúvidas de que foi produzido pelo comitê de Campanha de Leonel Brizola.

Imediatamente, surge uma grande contestação, sobretudo de líderes sindicais do interior do Estado (Pelotas, Rio Grande e Santa Maria), responsabilizando a Executiva do III CTG por ter agido contra a Declaração de Princípios do III CTG. A reação ganhou vulto, vários líderes sindicais passaram a condenar as declarações precipitadas da Comissão Executiva do III CTG. Rapidamente, o Manifesto de 13 de Maio foi desautorizado e perdeu credibilidade. Dias depois, a imprensa passou a divulgar a versão de que houve incompreensões e que o Manifesto limitava-se a defender as causas nacionalistas, sem qualquer relação com a candidatura de Leonel Brizola e, por isso, não agredia a Carta de Princípios do III CTG.

Meses depois, já nas últimas semanas de Campanha, a Executiva do III CTG conseguiu agendar um encontro com os candidatos. O primeiro a ser sabatinado foi Walter Perachi, em 10 de setembro.⁹³ Indagado sobre sua posição em relação à Petrobrás, respondeu:

“... não é de hoje nem para vos ser agradável, em véspera de eleição, que posso reafirmar as minhas reiteradas convicções em defesa da Petrobrás, da manutenção e ampliação da política do governo estadual em matéria de energia elétrica, de fortalecimento da indústria nacional e de uma reforma agrária ...”.

Quanto à Lei de Greve destacou a necessidade de rever a lei

“pois a que está em vigor é uma lei draconiana do tempo do Estado Novo”.

Também marcou posição em relação ao governo federal, alegando a necessidade de se adotar uma postura de autonomia. Sobre a legalização do Partido Comunista, manifestou-se terminantemente contra.

Na sabatina do candidato da Frente Popular,⁹⁴ analisando as perguntas, os líderes sindicais procuraram ser mais específicos. Ao invés de uma pergunta genérica sobre a Lei de Greve, quiseram saber o comportamento do governo nos possíveis momentos de greve. Leonel Brizola respondeu:

⁹² O Manifesto 13 de Maio foi publicado na íntegra nos principais jornais do Rio Grande do Sul.

⁹³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 set. 1958.

⁹⁴ *Idem*. 21 set. 1958.

“Se eleito, jamais partirá do Estado qualquer violência contra as classes trabalhadoras; o problema de greves ficará sob a alçada da secretaria do Trabalho e não no campo policial, como atualmente ocorre”.

Quanto às questões da energia elétrica e da Viação Férrea, garantiu a encampação e o retorno para as mãos do Estado. No plano social, ouviram de Leonel Brizola a promessa de grandes investimentos em programas de educação popular e de habitação. Sobre o Partido Comunista, falou o que já se sabia, “sou defensor da legalização do Partido Comunista”. Entretanto, como já vimos anteriormente, não por princípios democráticos, de liberdade partidária. Na legalidade, o Partido Comunista seria mais fácil de ser enfrentado. Mantê-lo à margem da lei era uma estratégia pouco inteligente e ineficaz para derrotá-lo.

Nas vésperas da eleição a Executiva do III CTG divulgou seu apoio à Frente Popular. Mas o fez através de um processo de debate e, sobretudo, utilizando o momento político para operar um salto organizativo do movimento sindical, através do resgate de uma organização de âmbito estadual. Isso, sem dúvida, é mais importante do que ver neste gesto um exemplo de adesismo e capitulação da direção e da base do Partido Comunista ao projeto populista.



Arquivo Fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre

Foto do III CTG: na extremidade esquerda da mesa: Luis Vieira – dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. Na outra extremidade, Wilson Borba Lima - presidente do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre.

Capítulo II – A luta contra a carestia

Os resultados oficiais das eleições de outubro de 1958 mal tinham sido divulgados, quando espalhou-se em Porto Alegre uma onda de aumento de preços. Cotidianamente, a população percebia o quanto os bens necessários à sua sobrevivência tornavam-se inacessíveis. Os produtos e serviços que não tinham sofrido aumento estavam sob ameaça. Esse era o caso do preço das passagens de transporte coletivo, para as quais os empresários do setor reclamavam uma correção de 25%, ameaçando ir à greve caso não fossem atendidos em sua reivindicação.

Corroído pela inflação, o salário dos trabalhadores não conseguia acompanhar o ritmo do aumento dos preços. Os empresários, a despeito do reconhecimento de não haver aumento dos salários no mesmo ímpeto que os dos preços, relutavam em autorizar qualquer reajuste. Aos trabalhadores, pediam paciência e argumentavam que era necessário aguardar pelo resultado dos debates sobre o novo salário mínimo no Congresso Nacional. Aos parlamentares, aconselhavam prudência e bom senso, a fim de que os salários fossem reajustados a partir de critérios racionais e justos. E alertavam que um aumento de salário incompatível com as possibilidades dos empregadores, poderia acrescentar novos desequilíbrios à economia do país. Na realidade, o setor empresarial estava receoso de ser atropelado pelo Congresso Nacional com um novo salário mínimo, corrigido acima do desejado. O presidente da Confederação Nacional dos Empregadores do Comércio sintetizou essa preocupação da seguinte forma:

“O que, entretanto, aconselha a lógica, a prudência e o bom senso e o que deseja o comércio é que a revisão pleiteada obedeça critério racional e justo. A fixação do novo salário mínimo deverá atender aos níveis do real encarecimento do custo da vida e às possibilidades dos empregadores, de forma a constituir fator de equilíbrio na conjuntura econômica e não concorrer para o seu agravamento. É esse o cuidado que, espera o comércio, seja garantido pelos órgãos incumbidos de deliberarem sobre a matéria, estando pronto a acatar as decisões justas e razoáveis.”⁹⁵

⁹⁵ Ibidem. 07 nov. 1958.

O temor dos empregadores não era de todo sem fundamento. Prova disto foi o seguinte episódio. Os governadores⁹⁶ recém eleitos pelo PTB, ainda cheios de entusiasmo pelo resultados das eleições estaduais, reuniram-se no Rio de Janeiro e lançaram João Goulart como candidato trabalhista para a presidência. O entusiasmo foi tão alto que inspirou o governador Roberto Silveira a compor, na hora, uns versos para campanha de João Goulart: Onde vai morena, assim tão contente?/ Vou votar no Jango, para presidente.⁹⁷ Como no passado, aquela era uma excelente oportunidade para que o vice-presidente pudesse influir e obter um aumento expressivo dos salários, com o intuito de acumular créditos para sua possível candidatura a presidente do país.

O descontentamento com os aumentos dos preços crescia e generalizava-se. Diariamente, a imprensa alarmava com novos aumentos. Da carne ao cafezinho a população percebia concretamente como a vida ia tornando-se mais cara. Subjetivamente, também sentia-se traída pelos políticos “que nos momentos de campanha prometem tudo fazer para o povo. Depois que passam as eleições, entregam o povo aos tubarões.”⁹⁸

O aumento dos preços precipitou os sindicatos em campanhas salariais. Só que, desta vez, os sindicalistas lançaram mão de outras ações coletivas. A opção pela luta setorial, que geralmente ocorria de forma fragmentada, não deixava de ser um caminho possível de enfrentamento do aumento do custo de vida. Contudo, essa não foi a opção escolhida. As lideranças sindicais foram buscar ensinamentos adormecidos na tradição, posto que a Luta Contra a Carestia esteve presente em momentos importantes do sindicalismo gaúcho, desde as greves do início do século até a luta pelo controle do preço da carne, em 1955.⁹⁹

Nos últimos anos da década de 50 a problemática da carestia voltou a ocupar a agenda do sindicalismo gaúcho. No III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, por exemplo, esse foi um dos temas debatidos e gerador de calorosas discussões. Entretanto, a conjuntura eleitoral de 1958 impediu que a problemática do aumento do custo de vida viesse à tona e se tornasse bandeira de luta das organizações sindicais e populares. Contudo, assim que a conjuntura eleitoral passou, algumas lideranças sindicais, ainda de forma isolada, manifestaram um certo desconforto com o

⁹⁶ Nas eleições de 1958 o PTB elegeu o seguintes governadores: Gilberto Mestrinho (Amazonas), Chagas Rodrigues (Piauí), Persifal Barbosa (Ceará), Roberto Silveira (Rio de Janeiro) e Leonel Brizola (Rio Grande do Sul).

⁹⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29 jan. 1959.

⁹⁸ O Gráfico - Jornal do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre, fevereiro de 1959.

aumento dos preços e a recusa dos empresários em conceder reajustamento salarial equivalente aos índices de custo de vida. No início de novembro, alguns presidentes dos principais sindicatos de Porto Alegre decidiram agendar um encontro para debater a questão e traçar coletivamente um plano de ação. No final deste encontro, as lideranças sindicais marcaram a data para a realização de duas passeatas: a primeira, com os próprios sindicalistas, voltada para unificar e mobilizar os sindicatos em torno do eixo “luta contra a carestia e pelo aumento do salários dos trabalhadores”; a outra, a ser organizada de forma mais ampla e com o objetivo de envolver o conjunto dos trabalhadores. Além das passeatas, os sindicalistas propuseram outras ações, “destinadas a esclarecer os trabalhadores e pressionar os governantes e patrões para pôr um basta no aumento dos preços”: elaboração de manifestos para serem veiculados na imprensa; envio de ofícios e telegramas às autoridades do Estado e do país; e a promoção de assembleias plurisindicais, abertas à população. Definiu-se, também, o estabelecimento de contatos com vistas a envolver outros movimentos, entre os quais, o movimento comunitário e estudantil. Para conduzir essas ações, o encontro elegeu o Comando Sindical Contra a Alta do Custo de Vida, composto pelos seguintes líderes sindicais: José César Mesquita (metalúrgico), Roque Cruz Vargas (alfaiate), Wilson Borba Lima (gráfico), José Alberto Campezzato (eletricitário) e Januário Barreto (comerciário). Neste mesmo encontro elaborou-se um manifesto, denunciando a “onda altista que ultimamente vem atingindo os gêneros essenciais à manutenção da vida humana.”¹⁰⁰

Assim que foi divulgado na imprensa – o manifesto das entidades sindicais e a intencionalidade dos sindicalistas de realizarem duas passeatas –, o Chefe de Polícia do Estado, o sr. Augusto Muniz Reis, divulgou nota proibindo qualquer manifestação pública contra o aumento do custo de vida. Justificou sua decisão, afirmando que se tratava de “infiltração de elementos provocadores de distúrbios que desejam transpor para Porto Alegre os tumultos ocorridos, dias anteriores, em São Paulo”. O padre Urbano Rausch, sempre atento aos acontecimentos no meio sindical, utilizando-se de outras palavras, fez alerta semelhante:

“De semana em semana o custo de vida vai se agravando. Os salários, pelo contrário, continuam os mesmos. Como se pode viver assim? Está inteiramente dentro da atribuições do sindicalismo, mover ação enérgica e geral, para

¹⁰⁰ Sobre a luta contra a carestia ver Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937*. Porto Alegre: Edufmg/Tchê, 1992 e Fortes, Alexandre. *Buscando nossos direitos. Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Idem.

pressionar os responsáveis no sentido de ser tomada atitude que venha de fato solucionar a nossa crise. As condições de vida estão ficando tão precárias que fazem temer distúrbios. O povo é paciente, mas só até certo limite. Atingindo o estado de saturação, basta o impulso fortuito para desencadear a confusão. Na semana que passou, novas depredações de veículos, e já não é a primeira vez, que se registraram em São Paulo, por causa do aumento das passagens. Pode ser que haja comunistas instigadores no meio. Mas, mesmo sem eles a revolta pode estourar. A massa é incontrolável e quando se enfurece é como um vendaval que leva tudo por diante."¹⁰¹

A repercussão dos protestos contra o aumento das passagens do transporte e da onda de violência que se espalhou pela cidade de São Paulo, deixaram as lideranças sindicais receosas de que uma ação repressiva da Brigada Militar inviabilizasse as manifestações programadas. O Comando Sindical Contra a Alta do Custo de Vida voltou a se reunir e decidiu não recuar frente às ameaças do Chefe de Polícia. Publicamente, assumiu adotar "todas as precauções para manter o caráter ordeiro e pacífico das manifestações e, até o último instante, buscar pelas vias legais a autorização para realização das passeatas."¹⁰² Para possibilitar a participação do maior número de trabalhadores nas passeatas, o Comando orientou os sindicatos para intensificar as ações de mobilização de base, através da promoção de assembléias sindicais abertas à população. Além disso, planejou uma investida na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e na Assembléia Legislativa, para obter respaldo dos parlamentares.

Provavelmente, a proibição do Chefe de Polícia desafiou a capacidade organizativa do sindicalismo de Porto Alegre e fortaleceu a unidade e o ingresso de novos sindicatos na luta contra o aumento dos preços. Depois das declarações do chefe de polícia temos o registro de várias assembléias realizadas nos sindicatos para debater a questão e decidir a forma de participação no movimento.

Os aeroviários integram-se na luta contra as altas:

¹⁰⁰ Este manifesto, assinado por 21 sindicatos foi publicado pela imprensa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 out. 1958.

¹⁰¹ *A Hora*, Porto Alegre, 3 nov. 1958

¹⁰² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 nov. 1958

Consoante estava programado, ressaltou a assembléia geral extraordinária convocada pelo sindicato nacional dos aeroviários, delegacia do Sul, com a finalidade única de debater o gravíssimo problema criado com a série incontrolável de aumento de preços, nos últimos 30 dias, dos produtos essenciais para a vida das pessoas. (...) Falando à assembléia, o sr. Almiro Martins, presidente, assim se expressou: - No que tange à política de preços, o consumidor está completamente abandonado. Travando uma verdadeira luta pela sobrevivência. A COAP, organismo que nasceu com a finalidade de fiscalizar os preços em nossos dias, mais se parece com um órgão para fomentar o aumento das utilidades. Curvando-se sem a menor cerimônia a toda e qualquer investida altista, reunindo-se apenas para oficializar o aumento do dia.”¹⁰³

Encontramos, no Inquérito Policial e Militar produzido pela Comissão de Processo Sumário de Investigação da Rede Ferroviária Federal S/A, uma citação do líder ferroviário Aldomar Lara de Ré, que mostra o engajamento desta categoria na luta contra a carestia:

“Participou de reunião na União dos Ferroviários Gaúchos para traçar rumos definitivos na luta a seguir contra a carestia de vida e pelo salário mínimo, bem como preparar um comício para o dia de novembro e apoio aos paulistas.”¹⁰⁴

Por outro lado, é curioso notar a rapidez com que outros movimentos aderiram e envolveram-se nas ações organizadas pelos sindicatos. Colhemos alguns registros de movimentos de bairros participando nas ações deflagradas pelos sindicatos; provavelmente, tratavam-se das assembléias plurisindicaais, abertas à população:

“Muitas comissões de bairros estiveram presentes ao sindicato dos metalúrgicos, fazendo-se representar oficiosamente. Uma delas, da Vila Cristo Redentor, segundo nos informou a sua presidente, a sra Maria Ramos.”¹⁰⁵

¹⁰³ *A Hora*, Porto Alegre, 3 nov. 1958.

¹⁰⁴ Arquivo Público do Estado - Comissão Geral de Investigação da Rede Ferroviária Federal S/A. Processo 11994, 8 de Outubro de 1964, fl. 65.

¹⁰⁵ *A Hora*, Porto Alegre, 20 nov. 1958.

“Sociedade dos amigos do Passo da Cavalhada, presidida pelo sr. Rubem Tomé, acaba de aderir ao movimento de protesto contra o aumento do custo de vida.”¹⁰⁶

Os jornais também flagraram mães exibindo seus filhos nos braços, organizadas pelos Clubes de Mães, dirigindo-se à Assembléia Legislativa e à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, para exigir uma trégua no aumento dos preços. Além disso, a julgar pela correspondência remetida pelo deputado Adalmiro Moura, presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Juscelino Kubitschek, o legislativo gaúcho tornou-se espaço de freqüentes protestos:

“Sucessivas comissões de humildes donas de casa, operários e líderes sindicais trazem ao gabinete da presidência desta assembléia palavras de desespero pelo insuportável aumento do custo de vida que se tem verificado nos últimos tempos. Reitero o apelo por medidas urgentes, que restaurem a tranqüilidade social abalada, cujas as conseqüências poderão ser as mais dolorosas e inquietantes. Os trabalhadores do Rio Grande do Sul sofrem a maior crise alimentar de sua história, não pela falta de gêneros, mas pela espantosa diminuição do seu poder de compra. (...). Saudações.”¹⁰⁷

Assim como os sindicatos, as associações comunitárias estavam mobilizando suas bases, organizando boicotes e ensaiando algumas reações contra a carestia:

“Sob o patrocínio da Sociedade dos Amigos da Bela Vista, os moradores deste bairro resolveram deflagrar um movimento de protesto contra o aumento do custo de vida. A campanha terá início amanhã e deverá prolongar-se por uma semana, durante a qual deverão os participantes abster-se de adquirir carne nos açougues que o fazem normalmente. Posteriormente, o mesmo deverá ser reproduzido com outros gêneros de consumo que sofrerem elevação, com o que pretende manifestar o seu descontentamento para com os últimos e fortes aumentos dos preços de vários artigos.”¹⁰⁸

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 nov. 1958.

¹⁰⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 nov. 1958.

¹⁰⁸ *Idem*. 2 nov. 1958.

“Ontem a noite, numerosa comissão, tendo à frente o presidente da sociedade, o sr. José Antonio Luigi, compareceu à nossa redação, a fim de nos informar sobre a campanha. Primeiramente, com a presença de regular público, foi realizado um comício na esquina das ruas Passo da Pátria com Amélia Teles, seguindo-se uma passeata pelos jornais e emissoras da cidade. Em palestra com a reportagem, o sr Luigi e demais dirigentes da campanha disseram que ela não visa ninguém, mas uma reação geral contra o custo de vida cada vez mais astronômico, de parte da população ordeira do seu bairro. É pensamento da Sociedade dos Amigos da Bela Vista, ampliar a inédita iniciativa para outros arrabaldes, atraindo inclusive entidades sindicais e homens públicos. Pensam, desta maneira, externar o seu modo de sentir, colaborando para um amplo movimento de opinião que se faça sentir junto às autoridades responsáveis.”¹⁰⁹

Chamou-me a atenção uma outra forma de manifestação, que surgiu anonimamente em Porto Alegre, conclamando a população a realizar uma greve branca, afim de impedir que os comerciantes praticassem aumentos abusivos em determinados produtos. O instrumento para realizar a greve branca foi uma “carta corrente”, inspirada nas correntes de oração que circulavam com frequência nos jornais:

Greve Popular Contra a Alta dos Preços.

Cartas encadeadas conclamam populares a um movimento.

Novos métodos estão sendo empregados por populares contra a alta do custo de vida. Até mesmo cartas encadeadas são veículos da propaganda contra os aumentos, servindo ainda para conclamar os populares a lutarem pelo barateamento dos gêneros. Isto é o que conclui a face de uma carta não assinada, enviada ao setor esportivo do nosso jornal. O texto da referida mensagem tem por finalidade conseguir que a população de Porto Alegre, em massa, faça uma greve branca, deixando de comprar determinados gêneros e, assim, causando prejuízos aos comerciantes. É o seguinte o texto da referida carta:

¹⁰⁹ Ibidem. Ibidem.

Leia e passe adiante:

Prezado Senhor,

tendo lido os jornais temos notado que em muitos bairros de Porto Alegre tem se organizado uma greve branca contra a alta dos preços. Essas greves brancas são feitas deste modo, a população deixa de comprar pão ou carne ou outra mercadoria durante certos dias da semana, com isso espera-se que os açougues e padarias baixem os preços. Para ter efeito porém, essas greves brancas devem ser feitas por toda a população, pois se muitas pessoas deixarem de comprar um quilo de carne em certos dias os comerciantes que andam por aí não de sentir os prejuízo, por isso estão circulando cartas como essas pedindo a vossa senhoria para que também cooperem com a greve branca. Basta deixar de comprar uma determinada mercadoria em certos dias, os dias são determinados para que os tubarões e políticos sintam que isto é greve mesmo. Se você quer cooperar siga essa instrução:

“Deixe de comprar carne de vaca nas terça e sexta feiras, coma peixe, feijoada ou massa; se tiver criança e for absolutamente necessária a carne compre o mínimo só para elas. Deixe de comprar pão na segunda e quinta, não compre nas padarias nestes dias. Faça torrada de pão velho ou enfrente um pequeno sacrificio, que somado com os sacrificio dos demais há de baixar a crista dos gananciosos. Copie essa carta e mande para cinco amigos, se puder mandar para um maior número de cartas melhor. Se não puder usar máquina de escrever faça a mão mesmo. Não deixe de cooperar. Lembre que Porto Alegre tem cerca de 400 mil habitantes, isso é mais ou menos 80 mil famílias de cinco pessoas cada uma. Se cada um deixar de comprar carne ou pão e diminuir um quilo por semana, serão 800 quilos, ou seja, 800 toneladas.”¹¹⁰ (sic)

¹¹⁰ *A Hora*, Porto Alegre, 10 nov. 1958.

Na proporção que se aproximava a data das manifestações, crescia a adesão e o respaldo ao Movimento Contra a Carestia. Seguros da boa receptividade junto à população porto-alegrense, o Comando Sindical Contra a Alta do Custo de Vida, nas vésperas da primeira passeata, tomou a iniciativa de convidar o chefe do DOPS para participar de uma assembléia sindical, a fim de que ele expusesse os motivos que levavam a Polícia do Estado a ser irredutível na decisão de não permitir a realização das passeatas, mesmo depois das garantias dadas pelos dirigentes sindicais.

“Convidado pelo Comando Sindical Contra a Alta do Custo de Vida, o diretor da Divisão e Ordem Política e Social (DOPS) o sr. Augusto Muniz Reis, fez-se representar pelo delegado João Manuel Baladão, que manifestou a compreensão que a polícia tem com os objetivos do movimento e transmitiu o apelo do diretor do DOPS para que as passeatas fossem suspensas e realizados, em seu lugar, comícios.”¹¹¹

Assim que o delegado João Manuel Baladão concluiu sua intervenção, um grupo de lideranças sindicais, mobilizadas por Fermino Bimbi, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, apresentou uma outra proposta à mesa da assembléia sindical, que estava sendo dirigida por Januário Luis Barreto, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio. A proposta foi redigida nos seguintes termos:

“Tendo em vista a gravidade da situação em face da elevação quase que periódica dos preços das utilidades, considerando que uma das principais finalidades do sindicalismo é a colaboração com o poder público, apontando soluções apropriadas, sugerimos que seja aprovada a seguinte deliberação:

- a) Suspender a passeatas e as demonstrações públicas dos dirigentes sindicais, bem assim o pichamento;
- b) Transformar essas medidas em campanha em âmbito nacional com entrosamento com os demais sindicatos, federações e confederações, para que todas as providências sejam tomadas junto ao governo federal;

¹¹¹ *A Hora*, Porto Alegre, 11 nov. 1958.

c) Essa campanha poderá reunir representantes de todos os sindicatos ao Catete, dando conhecimento exato da gravidade da situação que enfrenta o trabalhador e suas famílias;

d) Cada sindicato enviará ao Rio, representantes credenciados em data a ser fixada numa concentração geral, afim de se avistarem com o Presidente da República, solicitando providências e medidas heróicas contra o mal social que aflige os brasileiros.¹¹²(sic)

Essa proposta, endossada pelo Sindicato dos Jornalistas, alterava o caráter das atividades programadas pelo Comando Sindical Contra a Carestia. Após o debate das propostas, boa parte das lideranças optou por manter as passeatas e a programação definida dias antes. Horas depois do encontro com os sindicalistas, o Chefe de Polícia divulgou a seguinte nota oficial:

“Resposta oficial do chefe de polícia: Em vista das reiteradas manifestações dos presidentes dos sindicatos de trabalhadores desta capital de promoverem um desfile de caráter puramente pacífico e ordeiro, e considerados superados os principais inconvenientes de ordem policial, dos quais se afigurava inoportuna sua permissão, a chefia de polícia toma público ter autorizado a realização do mesmo, confiante também no espírito de disciplina e compreensão da população de Porto Alegre. A polícia contudo, estará mobilizada preventiva e repressivamente, reprimindo com energia qualquer ato de violência que possa resultar a perturbação da ordem pública.”¹¹³

Esse episódio revela o acirramento entre duas posições que disputavam os rumos do sindicalismo em Porto Alegre. O setor hegemônico na Executiva do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, buscava, naquele momento, estreitar as relações com o governo recém-eleito, adotando a política de menor atrito. De outro lado, o fortalecimento de um novo grupo de lideranças, que se organizava aceleradamente a partir da luta contra o aumento dos preços e

¹¹² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 nov. 1958.

¹¹³ *Idem*. 14 nov. 1958.

assumia posições de direção nos principais sindicatos, ameaçava uma prática sindical que se esforçava para manter, a qualquer custo, uma aproximação com o Estado. Certamente, essa era a questão de fundo que motivava o estranhamento entre o Comando Sindical Contra a Carestia e a Executiva do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

Na realidade, a passeata de Lideranças Sindicais Contra o Aumento do Custo de Vida foi um gesto simbólico para aglutinar o conjunto das direções sindicais de Porto Alegre e abrir a programação da Semana de Luta Pela Contenção do Aumento dos Preços. Antes do encerramento da passeata, o Comando Sindical fez um apelo para que os comerciantes do Rio Grande do Sul suspendessem o aumento de preços durante a Semana de Luta; também anunciou a audiência agendada com o governador eleito e o encontro com o diretor da COAP (Comissão de Abastecimento e Preços do Rio Grande do Sul), Cel. Julio Barão; por fim, ressaltou a importância da continuidade das assembléias sindicais abertas à população. Isso tudo deveria convergir para tornar a Passeata da Panela Vazia, prevista para o dia vinte de novembro, uma das manifestações mais eloquentes do sindicalismo porto-alegrense.

Na audiência com o governador eleito, os sindicalistas não o convenceram a participar da passeata. Entretanto, após os agradecimentos pelo apoio emprestado nas eleições, ouviram de Leonel Brizola severas críticas a falta de eficiência da COAP - “órgão que nasceu para controlar e não para facilitar o aumento dos preços” - e a promessa de que em seu governo o controle dos preços seria feito de forma mais eficiente e rigorosa.

Era público e notório a postura frouxa da COAP frente aos intermináveis pedidos de aumento de preços. Tanto que o movimento sindical cunhou outra designação para sigla COAP: Coordenação para Aumento de Preços. Manipulada pelos empresários, sobretudo do setor do comércio, a COAP gaúcha transformou-se em um órgão governamental que conferia legitimidade aos aumentos. A apresentação de índices e argumentos por parte dos empresários para justificar os aumentos e as sucessivas reuniões da COAP não passava de simulação, destinada a ratificar decisões que já haviam sido tomadas nos bastidores. Portanto, para os sindicalistas, a mudança de prática da COAP, seja numa conjuntura de aumento constante ou de tabelamento dos preços, era algo necessário. Neste sentido, o Comando Sindical Contra a Carestia incluiu em sua programação um encontro para sabatinar o diretor da COAP. Reunidos com os sindicalistas, o Cel. Júlio Barão teve a oportunidade de explicar os motivos que levavam a COAP a aceitar, com

tanta facilidade, os aumentos sugeridos pelos empresários. Falou o que costumava responder quando interrogado sobre essa questão:

“COAP está em descrédito porque a população não sabe o que acontece. Ela não interfere na livre iniciativa, apenas regula e disciplina sem nenhuma pretensão de interferir. Não dificultamos o aumento dos preços, quando é justo. Depois de estudos técnicos, decidimos se os preços devem ser elevados. Sem a COAP os preços seriam aumentados abusivamente. Com a COAP é preciso justificar.”¹¹⁴

Os diversos preparativos para a realização da Passeata da Panela Vazia criaram uma certa expectativa quanto ao seu sucesso. Afinal de contas, depois dos protestos realizados em 1955 em torno do controle do preço da carne, essa era a primeira manifestação que reunia vários sindicatos. Por volta das 18:30 horas já havia uma razoável quantidade de trabalhadores reunidos no Largo da Prefeitura, o suficiente para iniciar a passeata. O itinerário era conhecido: os manifestantes deveriam percorrer as principais ruas do Centro em direção ao Palácio Piratini e retornar ao Largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Na medida que a passeata ia cumprindo o seu percurso, novas pessoas engrossaram a manifestação. Ao passar pela frente do Palácio do Governo, a multidão notou que algumas luzes estavam acessas e que as portas encontravam-se fechadas e protegidas pelo batalhão de segurança do Palácio Piratini. Os manifestantes prosseguiram indiferentes ao governo em final de mandato. É provável que, naquele instante, os mais entusiastas e esperançosos imaginassem que as portas, naquele instante fechadas e protegidas, em breve estariam abertas aos trabalhadores. No trajeto, o Jornal Correio do Povo flagrou uma senhora com a panela vazia em punho bradando “É preciso dividir melhor a riqueza! A situação está ruim mas existe muita gente por aí ganhando dinheiro a rodo!”¹¹⁵ A Passeata da Panela Vazia foi encerrada com um memorável comício no Largo da Prefeitura de Porto Alegre. Uma vez que a Executiva do III Congresso não conseguiu mudar o rumo das manifestações, no último momento decidiu integrar-se, através de um manifesto assinado por mais de vinte sindicatos, no qual se lê:

¹¹⁴ *A Hora*, Porto Alegre, 14 fev. 1958.

¹¹⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 nov. 1958.

“Já não podemos dizer que a fome e a miséria batem em nossas portas; elas realmente já estão morando dentro de nossos lares, através dos minguados e insuficientes salários que percebemos.”¹¹⁶

Naquele mesmo dia, o governo federal decretou um plano de estabilização, contendo um conjunto de medidas e metas econômicas com a finalidade de drenar a inflação, dentre elas, o congelamento dos preços (congelamento dos preços em todo o Brasil na base média do mês de outubro; sustação de qualquer aumento de tarifas dependentes do Estado; campanha popular na repressão ao câmbio negro que se recrudesce sempre que se estabelece o tabelamento de mercadorias).

As assembléias sindicais abertas à população, os manifestos assinados pelos sindicatos, a adesão e o envolvimento das associações comunitárias e do movimento estudantil, os encontros com o chefe de polícia, com o governador eleito e com diretor da COAP, a realização da Passeata da Panela Vazia, etc, tudo isso trouxe um ânimo novo ao sindicalismo porto-alegrense, cujos reflexos já se faziam sentir em outras regiões do Estado. Temos registro de organização de comandos sindicais, de pactos intersindicais e de organização de atividades de protesto contra o aumento do custo de vida em outras regiões do Estado, tais como: Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Livramento, etc. Foi neste clima de sentimento de ascensão do sindicalismo gaúcho e, especialmente, em Porto Alegre, que o congelamento de preços foi recebido como uma conquista da luta dos trabalhadores. Isto fica patente em alguns depoimentos de líderes sindicais publicados na imprensa:

“A atividade sindical nos ensinou, a dirigentes e dirigidos, que nenhum fenômeno social se produz sem a participação das massas. Se os resultados são bons ou se eles são negativos tudo depende de uma questão de direção e essa direção só pode ser encontrada nas próprias massas, deve ser expressão de sua vontade. Conseguindo isso, qualquer movimento é ascensional. Acredito que os trabalhadores brasileiros, principalmente ali onde a indústria é mais desenvolvida, tenham atingido esse nível, podendo incluir no acervo de suas conquistas esta, do

¹¹⁶ Idem. 14 nov. 1958.

congelamento de preços, o primeiro que se faz no Brasil por imposição da classe operária.”¹¹⁷

“Quero deixar bem clara a minha opinião que nada tem de pedante ou tutelar: Foram os trabalhadores, foi o povo que realizou a conquista do congelamento. Manifesto-me assim, porque isto é uma concepção de classe, da classe operária a que pertença.”¹¹⁸

A luta contra a carestia pós-congelamento

Se, num primeiro instante, a luta contra a carestia e a reivindicação da correção do salário mínimo, com base nos índices inflacionários, uniram o sindicalismo porto-alegrense, a conjuntura pós-tabelamento e reajuste do salário mínimo exigiram do movimento sindical outras ações e estratégias coletivas.

A exemplo dos seus pares em âmbito nacional, o empresariado gaúcho abriu uma celeuma em torno da data que entraria em vigor o decreto que reajustou o salário mínimo. Segundo sua interpretação, o reajuste deveria ser pago sessenta dias após a publicação do decreto. Nesse debate, a elite empresarial retirou do baú o velho argumento da impossibilidade de combinar reajuste de salário com tabelamento de preços: sempre que se corrige o valor dos salários é inevitável que os custos sejam carreados para o preço dos produtos. Para os empresários, as duas medidas adotadas pelo governo federal gerariam um círculo vicioso que, em última instância, acabaria aumentando a inflação. Na ocasião, a proposta dos empresários para combater a inflação foi o corte no gasto do governo com a máquina estatal, principalmente com o funcionalismo público.

Frente à recusa do setor patronal em pagar os salários de janeiro de 1959 conforme o reajuste decretado, os sindicatos de Porto Alegre divulgaram as palavras de ordem que unificaram a luta dos trabalhadores: “não pagou, parou”. No bojo das discussões sobre o salário mínimo, o sindicalismo porto-alegrense aproveitou a ocasião para esboçar suas primeiras críticas à política desenvolvimentista. Na visão dos sindicalistas, o país precisava de um plano econômico

¹¹⁷ A pedido, publicado no Jornal A Hora, em 21 nov. 1958, assinado por Roque Cruz Vargas, presidente do Sindicato dos Alfaiates de Porto Alegre.

¹¹⁸ Francisco Mercante, líder sindical dos marinheiros. *A Hora*, Porto Alegre, 21 nov. 1958.

abrangente, que não colocasse o ônus nos ombros dos trabalhadores, pois, sabia-se, inclusive de experiências passadas, que o tabelamento dos preços, desacompanhado de uma política econômica favorável aos trabalhadores, não passaria de mais uma alternativa paliativa com resultados pífios. Um exame mais profundo das resoluções do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos revela que se encontrava em curso a sistematização de propostas que convergiam para uma elaboração de alternativas de desenvolvimento, construídas sobretudo a partir da experiência sindical. Como exemplo, pode-se mencionar a defesa da reforma agrária, o fortalecimento do setor estatal, a defesa de políticas públicas nas áreas da previdência social e da educação, a democratização do estado e das relações de trabalho. As resoluções específicas relacionadas com o direito de greve, a liberdade e autonomia sindicais, o contrato e a negociação coletiva, não deixam dúvidas que os trabalhadores concebiam a formação de uma sociedade onde eles tivessem uma presença ativa.¹¹⁹

Além disso, o movimento sindical não hesitou em apresentar propostas que assegurassem o congelamento dos preços, e, também, a reivindicação da participação dos trabalhadores nos órgãos controladores e fiscalizadores dos preços (COAP). Na citação abaixo, o Comando Sindical deixa claro que a inclusão da representação dos trabalhadores na COAP era uma das maneiras de coibir a especulação e evitar que o órgão controlador dos preços cedesse às pressões dos empresários:

“Os líderes desejam encetar um movimento visando a participação direta e ativa de representantes sindicais nos órgãos controladores e fiscalizadores do abastecimento e preços no país. (...) se não houver a participação dos trabalhadores, toda e qualquer declaração referente ao congelamento dos preços e à contenção do custo de vida será considerada inconsistente e irreal. Exortam os trabalhadores que a intransigência de não participação de representantes de trabalhadores nestes órgãos possibilita fraudes e sonegação, impedindo, desta forma, que os trabalhadores possam dar o seu testemunho e colaboração com conhecimento de causa, para que os extorsivos aumentos não sejam levados à prática.”¹²⁰

¹¹⁹ Ver Carta de Reivindicações e de Princípios do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos realizado em 26.4 a 1.5.1958.

¹²⁰ Nota assinada pelo Comando Sindical de Porto Alegre. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 fev. 1959.

Possivelmente, a reivindicação da participação dos trabalhadores nos órgãos controladores dos preços vinha sendo debatida e formulada antes mesmo da crise de carestia, no final do ano de 1958. Prova disto é que nas discussões do III CTG encontra-se: “Que seja mantida a COFAP em todos os seus escalões, com a devida reestruturação administrativa, no sentido da administração paritária, com a participação das entidades sindicais.”¹²¹

Para o sindicalismo de Porto Alegre, a fiscalização e a punição dos que não acatavam a fixação dos preços era algo essencial. Entretanto, sabia-se da indisposição da COAP no exercício do seu papel, apesar das reiteradas declarações do Cel. Júlio Barão de que “agora a COAP está capacitada a agir de acordo com os interesses dos senhores”¹²². Nota-se claramente uma investida, por parte dos sindicatos, no sentido de alterar a composição da COAP, exigindo maior participação da sociedade:

“A COAP, por ser um organismo que exerce um grande papel na vida da sociedade, deve, por conseguinte, constituir-se em moldes calcados em princípios que admitam uma representação efetiva dos interesses sociais. Atualmente, o órgão controlador dos preços é constituído por um conselho em que fazem parte representantes de vários setores, menos dos consumidores. O justo e razoável seria modificar a composição social do conselho, de forma que consumidores e donos de produção ficassem de lado a lado, com igual número de votos.”¹²³

Para demonstrar empenho e a necessidade de uma enérgica ação fiscalizadora, a fim de coibir a elevação dos preços, o Comando Sindical apresentou ao diretor da COAP uma lista com o nome de sindicalistas voluntários, dispostos a auxiliar a COAP na fiscalização. Junto ao prefeito de Porto Alegre, os sindicalistas cobraram incentivos às feiras livres e medidas concretas para garantir o abastecimento e o controle dos preços, dispendo-se, inclusive, a contribuir em uma campanha de “destocagem” dos produtos de primeira necessidade.

A reação do empresariado gaúcho ao tabelamento foi instantânea. Inicialmente, a pressão limitou-se às denúncias de que os preços tinham sido fixados abaixo do custo, acarretando prejuízos para o setor produtivo. Argumentava-se, também, que, ao tabelar apenas os preços da produção agrícola da região e permitir que os insumos, os bens manufaturados e as

¹²¹ Carta de Reivindicações e de Princípios do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos realizado em 26.4 a 1.5.1958. P. 07.

¹²² *A Hora*, Porto Alegre, 20 nov. 1958.

máquinas fossem comercializados sem nenhuma restrição, o governo federal acrescentava mais discriminações e penalizações à economia rio-grandense.

Como podemos perceber, o tabelamento dos preços, percebido como uma intromissão indevida do Estado e um desrespeito ao livre jogo do mercado, atçou mais ainda a elite empresarial gaúcha contra a política econômica de Juscelino Kubitschek. Um empresário gaúcho cunhou a seguinte frase para caracterizar as medidas de contenção do aumento do custo de vida do governo federal: “O governo federal adotou definitivamente a prática de pegar os lambaris e deixar à solta os tubarões vorazes. São esses que pressionam a alta dos preços.”¹²⁴ Na realidade, o tabelamento dos preços aguçou o ressentimento da elite empresarial gaúcha, que se dizia cansada de arcar com o ônus da crise do país.

O empresariado não estava sozinho no combate ao tabelamento dos preços. O Pe. Urbano Raush utilizou o prestígio que tinha no meio circulista para divulgar suas análises econômicas:

“O trabalhador se vê roubado em seu salário, não porque recebesse menos cruzeiros, mas porque com esses mesmos cruzeiros só pode comprar a metade do que devia poder comprar. Para conter a inflação, a primeira medida que se impõe é que as esferas federal, estadual e municipal façam orçamentos equilibrados, não podem continuar a gastar mais do que têm. O desequilíbrio orçamentário é a principal fonte das nossas dificuldades.”¹²⁵

Em outro artigo, com o título “Os Burocratas”, Pe. Urbano Rausch elabora melhor seus comentários sobre a meta econômica estabelecida pelo Ministério da Fazenda e, ao mesmo tempo, não deixa de apontar os responsáveis pelo descalabro do país e o caminho de sua redenção:

“O que ele pretende fazer com esse dinheiro? Vai aplicar em obras reprodutivas? As receitas extraídas pelo plano visavam pagar o funcionalismo, os funcionários da União, dos Estados e também dos Municípios. São tantos e muitos deles tão altamente remunerados, que não há dinheiro que chegue. Todo o Brasil deve trabalhar e suar para sustentar essa classe, que na verdade não é nova, mas cujo o

¹²³ Manchete: “Sindicatos querem a recomposição da COAP”. *A Hora*, Porto Alegre, 25 nov. 1958.

¹²⁴ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 mar. 1959.

peso, a cada ano que passa esmaga mais e mais a nação brasileira. A maior parte dos orçamentos públicos vai para o funcionalismo, para os ativos e os aposentados. Daí não é de se admirar que as obras que trariam progresso nunca recebam verbas convenientes, acabando por arrastar-se, anos e anos a fio. Para que tenhamos orçamentos equilibrados, não podemos fugir dessa realidade. É preciso reduzir o funcionalismo civil e militar ao estritamente necessário e suficiente. Devemos acabar com o sistema de inventar empregos públicos para meio mundo. Já as estatísticas dão conta de que para cada um brasileiro ocupado em produzir, existe quase uma dúzia que não estão ocupados em tarefas produtivas. Nestas condições, como poderá enriquecer a nação e safar-se do caos da inflação? (...) Investigar realmente as verdadeiras causas do nosso fracasso econômico e social. Ora, a raiz mais profunda esconde-se no crescimento desmesurado dos burocratas, bem como na intensidade da influência absorvente que eles passaram a exercer em todos os setores da vida nacional. A iniciativa privada, fonte única do progresso, é cada vez mais oprimida e estiolada de um matagal de leis e portarias.”¹²⁶

Bombardeado por todos os lados, o tabelamento cedeu rapidamente. Em menos de quarenta dias Juscelino Kubitschek já assinava a primeira portaria, revendo o preço de alguns produtos. Nesse instante, os setores mais ressentidos com o tabelamento partem para o ataque, cobrando do governo autorização para aplicar novos reajustes. Geralmente, nestes momentos, a prática mais usual é a estocagem, o mercado negro, o ágio. A imprensa, como de costume, contribuía para amplificar o clima de descontrole, com manchetes do tipo:

“a banha aumentou de CR\$ 76,00 para CR\$ 82,00, o feijão de CR\$ 19,00 para CR\$ 22,00, a dúzia de ovos de CR\$ 40,00 para CR\$ 50,00”; “inesperadamente o boi desapareceu do pasto”; “a população de Porto Alegre só consegue comprar carne com ágio”; “o sumiço da banha”, “os produtores preferiam vender banha para o interior ou para outros estados do que dispor nos mercados de Porto Alegre para ser vendida com o preço tabelado. Os proprietários de padaria reclamam contra o elevado preço do trigo nacional e ameaçam parar a produção do pão, caso

¹²⁵ *A Hora*, Porto Alegre, 3 nov. 1958.

não haja um imediato reajuste. Com relação ao preço do pão, o diretor da COAP, o Cel. Julio Barão, tinha uma solução por todos conhecida: “a importação do trigo dos EUA, pois, segundo ele, nada justificava o preço exorbitante do trigo nacional. Até mesmo os produtores de açúcar não estavam contentes com o tabelamento e ameaçavam para de “adoçar o cafezinho”. Os empresários do transporte urbano deixaram de ameaçar e resolveram publicar nota na imprensa reajustando em 50% o preço das passagens dos ônibus de Porto Alegre. Os pequenos e médios agricultores do cinturão verde de Porto Alegre, responsáveis pelo abastecimento das feiras livres e pequenos mercados da cidade, impacientes, decidiram ir às vias de fato, promovendo um boicote geral no abastecimento da produção hortifrutigrangeira”.¹²⁷

No segundo semestre de 1959 uma nova onda altista apresentava-se como inevitável. Percebendo o fracasso das medidas de contenção de aumento dos preços, Juscelino Kubitschek resolveu partir para ofensiva. De início, tratou de detectar e punir os responsáveis pelo malogro do tabelamento dos preços. Segundo o presidente, eram eles: os fretes ferroviários, marítimos e rodoviários e a ação ineficiente dos órgãos controladores dos preços. Em seguida, anunciou novas medidas, prometendo conduzir pessoalmente a batalha pelo barateamento do custo de vida. Em cadeia nacional de rádio e televisão, Juscelino Kubitschek fez saber à nação o novo Plano Nacional de Abastecimento:¹²⁸

1. Início imediato de construção de centros de abastecimento nas capitais, entrosados com as redes de armazéns e silos das zonas produtoras.
2. Abolição do imposto de consumo sobre roupas populares.
3. Favorecimento das operações comerciais para evitar ação dos atravessadores.
4. Financiamento, com prioridade, dos provimentos que visem as atividades agropecuárias e o desenvolvimento da agricultura de subsistência.

¹²⁶ *Idem*. 10 nov. 1958.

¹²⁷ Essas e tantas outras manchetes sobre a carestia podem ser encontrada nos principais jornais, principalmente, no primeiro semestre de 1959.

¹²⁸ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 mar. 1959.

5. Extinção da COFAP e estabelecimento de normas que tornem mais eficazes as ações do governo no que se refere aos preços dos gêneros de primeira necessidade.
6. Proibição da revisão de taxas e tarifas das entidades estatais e das concessionárias de serviços públicos.
7. Aplicação de verbas, dando prioridade às cooperativas agrícolas.
8. A industrialização da carne e subprodutos e a industrialização de pescado.
9. Intensificação das obras das redes de armazéns e silos novos e redução de 20% dos gastos de combustíveis das repartições públicas
10. Manutenção da política de execução orçamentária e da política cambial.

Na conclusão de seu pronunciamento Juscelino Kubitschek apelou a todos para um combate sem descanso contra o aumento do custo de vida. Na seqüência, ameaçou os gananciosos, afirmando que “sua paciência e a do povo tinham chegado ao limite e que o aumento dos preços tinha atingido um ponto que não podia ser mais ultrapassado.”¹²⁹

Enquanto o governo federal tornava público o Plano Nacional de Abastecimento, Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, “arregaçava as mangas” para entrar na batalha contra a carestia. De imediato, o governador gaúcho assumiu a luta de dois setores bastante influentes na região: os rizicultores e os marchantes. Depois de manifestar solidariedade aos rizicultores gaúchos, “que como jagunços indomáveis, respondem bravamente a cada golpe adverso com um marco de uma nova jornada” e ser ovacionado publicamente pelos produtores de arroz, Leonel Brizola decidiu ir ao Rio de Janeiro negociar diretamente com o diretor da COFAP a seguinte proposta elaborada pelos próprios rizicultores: colocação no mercado nacional de 20% da produção de arroz da região ao preço de CR\$ 20,00 por quilo. O governo federal, por sua vez, arcaria com os custos de transporte, o que possibilitaria que o preço do arroz fosse estabilizado

¹²⁹ Idem. 15 mar. 1958.

durante um ano ao preço de CR\$ 23,00 o quilo. Neste esquema, parte da produção de arroz do Rio Grande do Sul seria desovada a um preço justo, evitando que o setor decretasse falência.

Leonel Brizola não obteve sucesso nesta negociação, pois a política econômica do governo federal investia na importação para regular os preços. Contra essa posição, defendida sobretudo pelo Ministro da Economia, o governador gaúcho, em um momento de exaltação, fez o seguinte desafio:

“Se o governo federal pretende importar arroz, banha e outros produtos, que os importe do Rio Grande do Sul e não do estrangeiro. Dêem transporte, crédito, que o Rio Grande do Sul se encarregará de colocar em toda parte do país todos os gêneros de que o Brasil precisa, e mais baratos que os dos estrangeiros, desde que não haja favores cambiais.”¹³⁰

O governo federal frustrou por duas vezes as expectativas de Leonel Brizola. Isso certamente contribuiu para acumular mais ressentimentos. Para solucionar o impasse criado com os rizicultores, Leonel Brizola acionou a sua relação de parentesco com João Goulart, a fim de obter um empréstimo para acalmar os ânimos e contornar os atritos com o rizicultores. Apesar dos silos gaúchos estarem abarrotados de arroz e do empréstimo obtido, os preços mantiveram-se altos e os rizicultores engrossaram as fileiras dos que exigiam o fim do tabelamento.

Dias depois, Limeira Tejo teceu o seguinte comentário sobre a obtenção deste empréstimo:

“Viu-se a pouco como a discussão do financiamento do arroz chegou a assumir as proporções de um caso político, com uma nota apaixonada de brios regionalistas ofendidos. Mas, ninguém se iluda: a solução encontrada foi artificial, o dinheiro do Banco do Brasil foi arrancado a caneladas, nitidamente de favor, e não há economia que possa viver indefinidamente por força de prestígio. Sua pujança está na rentabilidade e não nos pistolões políticos que pode manobrar.”¹³¹

Após resolver a falta de crédito para os produtores de arroz, os pecuaristas foram os próximos da fila. Como não era possível manter o “boi escondido no mato por muito tempo”, os pecuaristas, aliados aos marchantes, passaram a reclamar, publicamente, uma correção de 25% no

¹³⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 dez. 1958.

preço da carne. Ocorreu que, naqueles dias, a presidência da COAP tinha sido renovada: no lugar do Cel. Júlio Barão assumiu Arão Verba, um funcionário de carreira da própria COAP. Arão Verba, cansado de tanto ouvir críticas em relação à postura frouxa do órgão que agora presidia, quis logo “mostrar serviço”, empreendendo uma campanha de fiscalização nos açougues da cidade. Vários estabelecimentos foram lacrados e, temporariamente, proibidos de comercializar, não só por desrespeito ao tabelamento do preço da carne, mas por apresentarem irregularidades no funcionamento.¹³² Por essa iniciativa, a COAP, pela primeira vez, foi elogiada pelos consumidores. Por outro lado, passou a ser odiada pelos retalhistas. Enfurecido com a inesperada postura da COAP, Adão Souto, presidente do Sindicato dos Retalhistas, ameaçou publicamente o diretor da COAP, afirmando: “Arão Verba não irá durar oito dias no cargo”. Na iminência de locaute no abastecimento de carne na capital, Leonel Brizola interviu, autorizando o aumento de 25% e o cancelamento do controle dos preços das carnes mais nobres, atendendo a uma velha reivindicação dos retalhistas.

Ao intervir em favor dos rizicultores e retalhistas, Leonel Brizola abriu um precedente que será utilizado por todos os setores econômicos que pleitearam aumento de preços durante o seu governo.¹³³

Para protestar contra o fracasso do congelamento dos preços, o Comando Sindical de Porto Alegre e a Executiva do III CTG, juntamente com entidades estudantis, com a Federação das Mulheres do Rio Grande do Sul e com as organizações de bairros decidiram promover outra passeata no dia 17 de setembro de 1959. Essa manifestação, chamada de Passeata da Fome, privilegiou, em seu itinerário, uma passagem pela sede dos principais jornais de grande circulação. Saindo do Largo da Prefeitura, a passeata da Fome dirigiu-se ao recém inaugurado jornal Última Hora. Ao chegar na sede do jornal, o jornalista João Aveline recepcionou a multidão e afirmou a “orientação nacionalista da Última Hora”. O líder dos sindicatos dos gráficos, Assis Brasil Albuquerque, também discursou, elogiando as posições das primeiras edições daquele jornal a favor do povo. Em seguida, a passeata rumou para os jornais Correio do Povo e Folha da Tarde. Desta vez, discursou Roque Cruz Vargas, esclarecendo sobre o papel que

¹³¹ Idem. 11 jun. 1959.

¹³² Segundo matéria publicada no *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 jun. 1959, foram autuados 42 açougues em Porto Alegre.

¹³³ Em 1960, por exemplo, quando os produtores de leite e os tricultores uniram-se, ameaçando inclusive ir a greve, caso não obtivessem a autorização do governo para aumentar os seus preços, utilizaram como argumento as “conquistas” de outros segmentos, principalmente, dos rizicultores.

a imprensa tem na denúncia daqueles que abusam do aumento dos preços. Minutos depois, a passeata seguiu pela rua dos Andradas, em direção ao Palácio Piratini. Ao chegar na sede do governo estadual, ponto de encerramento do ato, Jorge Alberto Campezzatto, em nome do Comando Sindical de Porto Alegre, tomou a palavra e discursou para um público de aproximadamente 20 mil pessoas. Sua fala foi sobre a política financeira do governo federal e a disposição do movimento sindical de continuar lutando contra a carestia, caso ela não fosse estancada. Conforme estava programado, logo depois do pronunciamento de Jorge Alberto Campezzatto a manifestação deveria ser encerrada com o discurso de José Cesar Mesquita, então presidente da Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Ao receber o microfone, José Cesar Mesquita disse:

“que não tinha vindo ao Palácio Piratini para falar às paredes e, sim, ao governador e enquanto o mesmo não aparecesse se negava a usar da palavra.”¹³⁴

Depois de mais de uma hora de espera, sob uma chuva rala que caía ininterruptamente, Leonel Brizola surgiu na porta do Palácio Piratini. Imediatamente, o líder metalúrgico discursou, enfatizando a sua preocupação pela

“constante alta dos preços, sem que algo fosse feito em seu favor, criticou o financiamento aos criadores, pois achou que o povo pagaria por igual tal financiamento, criticou a política financeira do govêrno (sic) federal e solicitou urgentes providências para barrar o contrabando do gado, do porco, do estocamento criminoso do feijão e providências no sentido de que o pão não subisse de preço.”¹³⁵

Assim que José Cesar Mesquita terminou seu discurso, Leonel Brizola fez uso da palavra, assegurando que os trabalhadores podiam

“ir descansados para suas casas, que tudo faria para deter a alta desenfreada do custo de vida, e que se se convencesse que nada poderia fazer para bem cumprir

¹³⁴ Jornal Fôlha Metalúrgica, set. 1959.

¹³⁵ Jornal Fôlha Metalúrgica, set. 1959.

seu mandato, deixaria o Palácio Piratini e se juntaria em praça pública com o povo, na luta contra os gananciosos, e contra os inimigos da nossa pátria.”¹³⁶

Na edição da Folha Metalúrgica de outubro de 1959, na coluna aberta para escritos de trabalhadores da base, encontra-se um artigo assinado por Jayme Rodrigues, com o seguinte comentário sobre a Passeata da Fome de 17 de setembro de 1959:

“Ali estavam immanados na grande jornada cívica pela redenção das forças legitimamente produtoras, elementos pertencentes às mais diversas categorias sindicais. Donas de casa e estudantes também uniam suas vozes ao heróico côro de protesto contra a volúpia com que os homens que mandam neste país, se afogam na escandalosa onda de corrupção e derrocada moral, cuja duplamente criminosa finalidade é o enriquecimento sempre crescente de uma minoria privilegiada à custa do esfomeamento até o desespero do homem que trabalha e de seus dependentes. Era um espetáculo maravilhoso ver-se os mais legítimos homens do povo, de forma pacífica e ordeira conduzirem pelas ruas centrais da cidade, cartazes onde ia retratada tôda a sua repulsa contra êste estado de coisas, mostrando que neste povo, para desventura dos exploradores e seus padrinhos, ainda existe uma parcela que não teme dizer o que sente, e sabe onde estão as raízes de suas dificuldades.”¹³⁷

As ações coletivas, de 1958 e 1959, em torno do aumento do custo de vida, fortaleceram a identidade de um novo grupo de sindicalistas e motivaram a reorganização do Comando Sindical de Porto Alegre. A retomada do Comando Sindical marcou a presença de uma organização vertical em Porto Alegre e tornou-se o espaço de aglutinação e expressão de um conjunto de jovens líderes, que estavam, progressivamente, assumindo postos de direção nos sindicatos e no movimento sindical. Esse processo quebrou uma tradição em que as referências das organizações sindicais, inclusive o III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, advinham de sindicalistas que monopolizavam a representação nas federações e confederações.

¹³⁶ Idem. Set. 1959.

¹³⁷ Ibidem. Out. 1959.

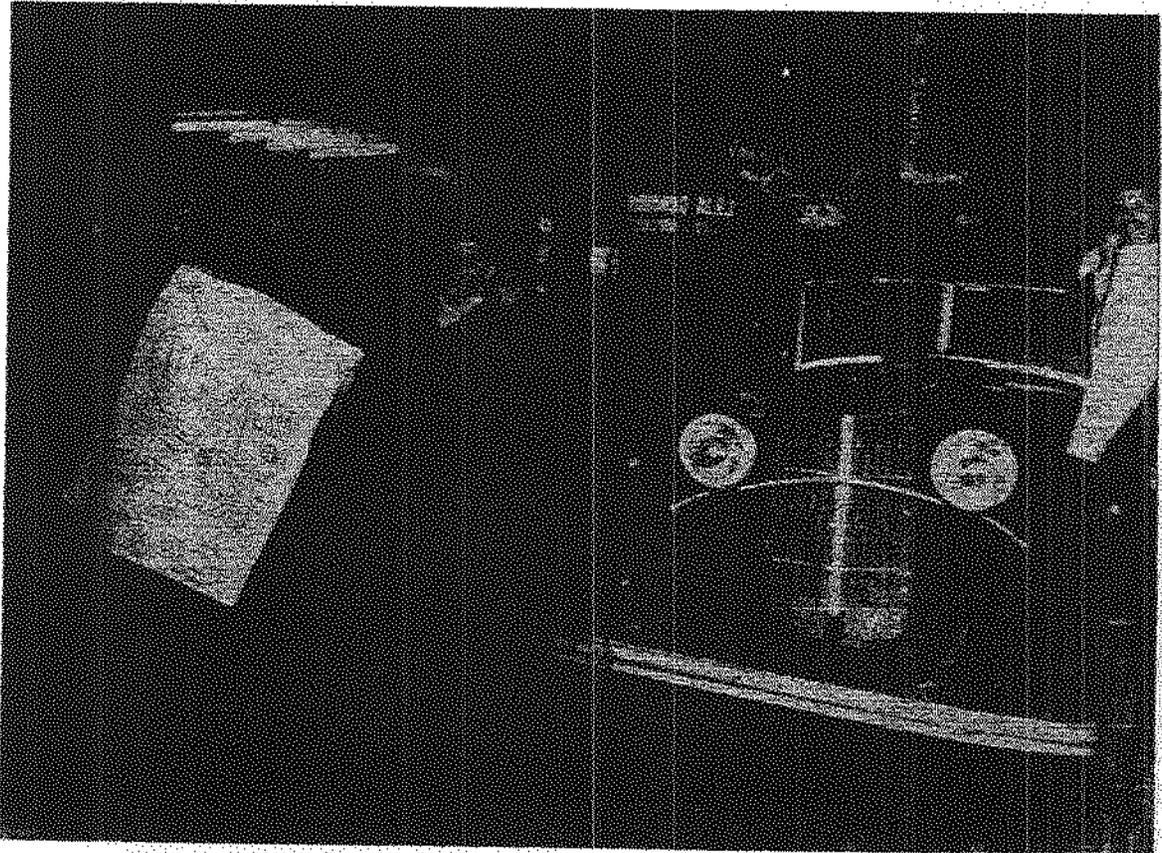
Desde o final de 1958, até o golpe de 1964,¹³⁸ o sindicalismo gaúcho passou a agregar, em suas ações coletivas, a luta contra a carestia. Como vimos, essa luta propiciou maior unidade e organização ao movimento sindical, em Porto Alegre. A partir do combate a carestia o sindicalismo porto-alegrense expandiu a sua agenda e absorveu coletivamente outras lutas, uma delas foi a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, que será narrada no capítulo seguinte.

¹³⁸ Nos meses de junho e julho de 1960 os produtores de leite e os tricultores organizaram uma ofensiva exigindo aumento dos preços de seus produtos. O movimento sindical reagiu, agregando, nas greves de abril e julho e nas passeatas anti-fome, a defesa do congelamento dos preços. Os detalhes destas ações foram amplamente divulgados na imprensa da época.



Arquivo fotográfico de Jorge Alberto Campezzato.

Foto da reunião do Comando Sindical de Porto Alegre: da direita para esquerda (de costa): Januário Luis Barreto, Luis Vieira da Silva e Gabriel Quintana. Da direita para esquerda (de frente): Álvaro Ayala, José César Mesquita, Jorge Alberto Campezzato, Euzier Capiberibe, Enzo Pereira e Dalimar Severo.



Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre

Foto da passeata contra a carestia: na frente, José César Mesquita. No fundo, encima do veículo, Luis Vieira da Silva.

Capítulo III - Eletricitários: toda energia é pouca

A instalação das primeiras lâmpadas incandescentes no Palácio do Governo do Rio Grande do Sul pela Companhia Fiat Lux,¹³⁹ no início do século passado, sinalizou o início de importantes transformações no cotidiano da cidade de Porto Alegre. A iluminação das vias públicas, sobretudo do eixo central da cidade, feita por lampiões a gás, rapidamente tornou-se obsoleta. Finalmente, o ermo que tomava conta da cidade ao anoitecer, poderia ser vencido através de feixes de luz artificial. A luz elétrica também criou um sentimento de maior segurança àqueles que transitavam pelo centro da cidade durante a noite. A vida noturna mais iluminada exigia dos “arruaceiros” e dos “amigos do alheio”, cuidados redobrados, pois poderiam ser percebidos e denunciados com mais facilidade. Já os trabalhadores, não mais precisavam retornar com tanta pressa à segurança de suas casas.

Aos poucos, a luz artificial foi deixando de ser um bem de luxo, reservado aos mais abastados. Inicialmente, os fios que desciam das redes elétricas e penetravam nas casas causaram medo e temor de curtos circuitos, incêndios e choques, provocadores de queimaduras e mortes. Entretanto, com o passar do tempo, o medo do desconhecido foi vencido pelas vantagens do conforto. Os castiçais, candelabros, candeeiros e velas, abastecidos por óleo de baleia, querosene, parafina, carvão e sebo, progressivamente foram sendo trocados por lâmpadas. O mesmo acontecia com vários utensílios domésticos: o ferro de brasa, a enceradeira manual, etc.; e, na medida em que iam sendo substituídos por outros equipamentos movidos a eletricidade, tornavam a lida doméstica mais leve. Anos depois, a própria Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), através de anúncios nos jornais, do tipo: “94% dos lares eletrificados dos Estados Unidos possuem ferro elétrico” ou “semana do ferro elétrico – venda o velho e compre o novo da CEERG,”¹⁴⁰ encarregou-se de promover o consumo dos novos equipamentos elétricos: ferros de engomar, ventiladores, estufas, etc.

No rastro da Companhia Fiat Lux surgiram mais duas geradoras: a Companhia Municipal, à qual coube a iluminação das vias públicas da cidade e a Companhia Fôrça e Luz Porto-Alegrense, encarregada da movimentação dos bondes. Juntas, essas três empresas

¹³⁹ A Companhia Fiat Lux, constituída em 11.05.1891, foi pioneira no fornecimento de luz elétrica para a cidade de Porto Alegre.

¹⁴⁰ Usina do Gasômetro/Textos Luiz Sérgio Metz, Luís Augusto Fischer. Porto Alegre:(s.n), 2001, p.99.

provocaram o primeiro surto de crescimento do setor de energia elétrica na cidade de Porto Alegre.

Juntamente com a energia elétrica vieram a água encanada, o sistema de esgoto, os bondes elétricos, etc. Essas e tantas outras novidades demonstravam que a cidade experimentava uma aceleração no seu processo de urbanização. Porto Alegre, nos anos 20, estava mais iluminada e despedia-se de toda uma história associada a um tempo anterior à energia elétrica.

O crescimento da cidade e o surgimento de novos hábitos de consumo demandavam mais e mais energia. As três geradoras existentes já não comportavam a demanda em ritmo acelerado de expansão. Muito rapidamente, criou-se a necessidade de novos investimentos e novas tecnologias para geração e distribuição de eletricidade. Na ocasião, a solução encontrada foi a transferência desses serviços às empresas que atuavam internacionalmente nesse setor.

Depois de várias tratativas, em 05 de maio de 1928 a Prefeitura de Porto Alegre finalizou a concessão dos serviços públicos de luz e força à Cia. Brasileira de Energia Elétrica, empresa ligada a American And Foreign Power (AMFORP).¹⁴¹ Seguindo o exemplo da capital, a municipalidade de Gravataí, anos depois,¹⁴² também repassou os serviços de energia elétrica do distrito de Canoas para essa mesma multinacional. Desde então, a empresa Bond and Share, subsidiária do grupo AMFORP, assumiu o controle da geração, distribuição e comercialização da energia elétrica de Porto Alegre e adjacências.

Como uma adolescente saudável, a cidade não cessava de crescer. Novos investimentos no comércio e na indústria foram realizados. Esse crescimento econômico atraiu trabalhadores ansiosos por emprego assalariado.¹⁴³ Novos bairros surgiam, alargando as fronteiras da cidade¹⁴⁴. Os 11.750¹⁴⁵ quilowatts produzidos pela CEERG, quando de sua fundação, já não eram suficientes para movimentar os bondes, aquecer os fornos das forjarias, iluminar os novos

¹⁴¹ A American Foreign Power (AMFORP) era uma das grandes multinacionais do ramo de energia elétrica. Através da Light e da Bond and Share detinha o monopólio dos serviços de energia elétrica em praticamente todas as capitais do país. Integravam o grupo (AMFORP) a Companhia Força e Luz do Nordeste, Minas Gerais, Paraná; a Companhia Energia Elétrica da Bahia, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, a Companhia Paulista de Força e Luz, a The Pernambuco Tramway & Power e a Companhia Energia Elétrica Riograndense (CEERG).

¹⁴² O contrato da Bond and Share com a municipalidade de Gravataí foi celebrado em 07 de março 1936.

¹⁴³ Baseado em dados do IBGE, Geraldo Müller constatou que em menos de duas décadas (1940 a 1960), Porto Alegre duplicou a sua população residente: em 1947 Porto Alegre tinha 313,9 mil habitantes, em 1958 passou para 522,6 mil habitantes e em 1962 pulou para 694,7 mil habitantes. Müller, Geraldo. *Idem*. Pp. 232 a 335.

¹⁴⁴ Sobre o processo de urbanização e industrialização da cidade de Porto Alegre a tese de doutoramento de Alexandre Fortes é rica em detalhes e análises. Fortes, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito ...: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp/IFCH, 2001.

estabelecimentos comerciais; enfim, a energia elétrica disponível já não atendia às demandas de uma cidade em franca expansão.

A insuficiência de energia elétrica passou a obstruir o curso natural do crescimento da cidade. Tudo levava a crer que a saída encontrada na década de 20, ou seja, a concessão dos serviços para as empresas estrangeiras tinha esgotado suas virtuosidades. Nos anos 50, a problemática da falta de segurança, do baixo crescimento econômico, do aumento do crime e dos transtornos causados por uma cidade que já não sabia conviver com a escassez de energia elétrica, invadiu os jornais, as reuniões de sindicatos, as conversas de botequim, enfim, os espaços públicos e privados dos porto-alegrenses.

Sofrendo com a falta de energia elétrica, empresários do comércio e da indústria, bem como a população de um modo geral, recorreram aos meios de comunicação e à Câmara de Vereadores de Porto Alegre para protestar contra a “nova escuridão”. Na Câmara Municipal, alguns vereadores trouxeram à tribuna os reclamos que ouviam de seus eleitores nas ruas. Os vereadores Jorge Achutti, Pedro Alvarez, Fernando Schneider e outros, na legislatura de 1957 a 1960, notabilizaram-se pelas denúncias contra o racionamento de energia elétrica imposto à cidade de Porto Alegre:

“Porto Alegre, de 20 anos para cá mais parece uma cidade da campanha, porque é rara a via pública que não se encontre em trevas.”¹⁴⁶

“Damos, como exemplo, o caso da Vila Elizabeth, além da Vila Sarandi, um loteamento moderno, que tem calçamento, água, mas que lá não existe luz porque não há força e nem energia, e não há água encanada, porque não há energia para movimentá-la dos depósitos até as residências.”¹⁴⁷

Sr. Presidente e Srs. Vereadores. Fomos procurados por diversas pessoas, diversos munícipes, os quais fizeram ver a êste Vereador a triste situação em que está colocada a nossa Cidade pela absoluta falta de iluminação pública. Diversas

¹⁴⁵ Pós Segunda Guerra Mundial, a CEERG tinha um potencial de geração de energia de 24.600 kw.

¹⁴⁶ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre. 08.08.1957. P. 222.

¹⁴⁷ Anais. Idem. Maio 1957, Vol. III. P. 154 a 157.

zonas, como Partenon, Caminho do Meio, na própria Praça da Alfândega, não há mais iluminação pública.”¹⁴⁸

Esses vereadores, na vã tentativa de pressionar a Prefeitura e a CEERG, também lançavam mão do expediente das moções e indicações para que o racionamento fosse minorado e a rede de energia elétrica expandida aos bairros mais distantes da região central da cidade:

“O nobre vereador Pedro Alvarez, na indicação 348-57, sugeriu ao Poder Executivo municipal a necessidade de rede de energia elétrica pública e residencial para a rua Banco do Comércio, no Morro Menino Deus. Desde há muito vem os moradores da rua Banco do Comércio, no morro Menino Deus, solicitando que seja instalada naquela via pública, bem como em suas residências, rede de energia elétrica. O signatário do presente parecer, bem como o autor desta indicação, já apresentaram, em 1956, indicação neste sentido. É preciso que o Executivo Municipal atenda velha reivindicação dos que residem naquela rua.”¹⁴⁹

A falta de energia elétrica na periferia da cidade era de amplo conhecimento e algo que tolerava-se. Porém, a questão adquiriu relevância pública e aumentou a mobilização, ao afetar a população dos bairros mais centrais e nobres da cidade. Ou seja, quando a “escuridão” acarretou prejuízos econômicos, incomodou as classes mais favorecidas, espalhou inseguranças de toda a ordem e fez renascer hábitos de violência característicos do “tempo dos lampiões”.

“Sr. Presidente e nobres Vereadores. Ultimamente, vem acontecendo na Azenha um racionamento de energia elétrica prejudicial à indústria e às casas comerciais ali localizadas. Esteve nesta Casa uma comissão de moradores daquela zona e fez um apêlo, para que esta casa se dirija ao Poder Executivo. Julgávamos, a princípio, que fôsse apenas um defeito de ordem técnica, mas tal não foi apurado, porquanto êsse racionamento é feito quase que em horas certas; apenas num dia, o racionamento foi feito durante 24 horas, deixando o bairro sem fôrça, o que veio

¹⁴⁸ Ibidem. Discurso do Vereador Fernando Schneider. 06 de Agosto de 1957. P. 151.

¹⁴⁹ Ibidem. Indicação do vereador relator Célio Marques Fernandes, nº. 348-57. 13.8.195. P. 128.

ocasionar contratempos e enormes prejuízos, principalmente à indústria e ao comércio.”¹⁵⁰

“A iluminação pública, realmente está sofrendo bárbaramente, está sofrendo um tremendo corte, que favorece sobremaneira as atividades dos amigos do alheio. Sabemos perfeitamente que durante o dia, à luz meridiana, os gatunos investem contra a propriedade alheia; quanto mais com êste “black-out” a que está submetida nossa cidade. Procuramos indagar qual a razão, qual o motivo desta falta de luz. E chegou ao nosso conhecimento que a poderosa Cia. Energia Elétrica estava assim procedendo pela falta de pagamento da Prefeitura de suas contas junto àquela empresa.”¹⁵¹

Os jornais diariamente nos dão conta de que neste ou naquêle ponto da cidade a escuridão é completa, como em parte da Av. Borges de Medeiros e na Praça senador Florêncio, em frente aos Correios e Telégrafos, em pleno coração da Cidade.”¹⁵²

Quando interroguei Jorge Alberto Campezatto sobre a prática do racionamento, deu-me o seguinte depoimento:

“Havia uma programação, os jornais da véspera diziam: amanhã, no período das 08:00 às 12:00 poderão ser racionadas as seguintes áreas: Bairros Glória, Partenon, Teresópolis. No período da tarde, das 13:00 às 18:00, tais bairros: Auxiliadora, Navegantes, São João, etc. Ou seja, pela manhã era uma área da cidade, bastante expressiva, que era racionada, à tarde era outra área. Isso desorganizava a vida civil e econômica da cidade, com repercussões terríveis. O consumidor particular ficava preocupado até no que diz respeito à sua segurança e às suas condições de vida. Eu, no cargo de despachante de carga, responsável pelo funcionamento da Usina, era obrigado, quando a carga ultrapassava a capacidade de geração, a racionar. Recebíamos, às vezes, telefonemas bastantes sérios.

¹⁵⁰ Indicação, n.º 140-57 para “Acabar com o racionamento de luz elétrica na Azenha”. Anais da Câmara de Vereadores, 24.7.1957. P. 835-836.

¹⁵¹ *Ibidem*. Agosto de 1957. P. 151.

Lembro de um, particularmente, uma senhora que estava no décimo andar de um edifício, estava doente, estava à morte, necessitava de ser removida para o hospital e o elevador estava parado, os familiares telefonavam, ameaçando de ir na Usina e dar um tiro no responsável. Em virtude disso tivemos que mandar uma equipe especial, através de uma viatura, para fazer a remoção daquela senhora pela escadaria, porque o edifício estava sem energia. Fatos desses aconteciam, tanto que a gente tinha temor de atender telefonemas durante o período de racionamento. Também não podíamos mandar o consumidor se queixar para a gerência da empresa, porque seríamos punidos. A vida econômica e civil da cidade foi seriamente afetada, daí a insatisfação popular e daí o fato da encampação da empresa estrangeira ter sido aplaudida e recebida com festas em Porto Alegre.”¹⁵³

O racionamento também agravava a crise do sistema de transporte coletivo: a frota de bondes elétricos rapidamente tornou-se pequena para transportar uma população urbana em rápida expansão. Os altos preços das passagens, permanentemente denunciados pelos usuários, a frota envelhecida pelo tempo e desgastada pelo uso excessivo, juntamente com o racionamento, tornavam a situação insuportável. Nos horários de pico, momentos em que a carga de energia elétrica atingia o seu limite máximo, como medida preventiva do “sempre anunciado pane geral no sistema”, costumava-se retirar de circulação uma certa quantidade de bondes. Naquele período, a Cia. Carris Porto-Alegrense tinha capacidade de fazer circular 115 bondes. Contudo, em função do racionamento restringia o número para 80 bondes. Esse expediente acarretava superlotações, atrasos, aborrecimentos, etc. Era comum encontrar trabalhadores que moravam nos bairros mais próximos do eixo central da cidade, depois de um dia estafante, retornando a pé às suas casa. Já para aqueles que habitavam na periferia, não restava outra opção, senão aguardar o restabelecimento do sistema e a chegada do próximo bonde. Neste contexto, a Cia. Carris Porto-Alegrense, empresa municipal de transporte público, ficava impossibilitada de enfrentar a concorrência dos ônibus e das lotações, ambos movidos à combustível. A problemática do transporte coletivo era tamanha que parecia sem solução. Pois sempre que se cogitava uma saída,

¹⁵² Ibidem. Agosto de 1957. P. 154.

¹⁵³ Entrevistas com Jorge Alberto Campezatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

seja através da ampliação da frota ou da adoção do sistema de trólebus, esbarrava-se na insuficiência de energia elétrica.

Essa situação alimentava, fartamente, as manchetes sensacionalistas dos jornais locais, que não cansavam de anunciar a eminência de um colapso geral na cidade.¹⁵⁴ Duramente afetada em seu cotidiano, a população que trabalhava já não estava mais disposta a conviver com aquela situação, tornando-se consenso que algo de muito sério precisava ser realizado.

Salve a encampação!

A realização, pelo próprio estado, de alguns serviços essenciais era uma reivindicação antiga dos sindicatos. Em momentos anteriores, o sindicalismo gaúcho envolveu-se na encampação do Porto de Rio Grande (1919), na federalização da Viação Férrea (1920), na encampação da Carris, entre outras. Também é do nosso conhecimento que a defesa da Petrobrás alimentava os discursos nacionalistas dos sindicalistas e era uma bandeira que animava as ações coletivas dos sindicatos.¹⁵⁵ No caso da energia elétrica, a encampação era uma reivindicação que estava latente, esperando o melhor momento para manifestar-se.

No dissídio coletivo de 1954, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Industrias Termo-Elétricas e da Produção de Gás de Porto Alegre,¹⁵⁶ cuja presidência vinha sendo exercida por Nonoso Leal, estava propensa a endossar um reajuste salarial de 8%. Secretamente negociado com a diretoria da CEERG, esse reajustamento distanciava-se, em muito, dos índices oficiais de aumento do custo de vida, que no período aproximavam-se de 20%. Em vista disso, um grupo de trabalhadores da Usina do Gasômetro,¹⁵⁷ mobilizados por Vitor, um “militante reconhecidamente comunista”, decidiu enfrentar a liderança de Nonoso Leal. Na assembléia sindical convocada para deliberar sobre o dissídio coletivo, esses trabalhadores rejeitaram a proposta apresentada pela direção do sindicato e partiram para organizar uma campanha em torno

¹⁵⁴ Uma das matérias que atacou com veemência a falta de energia elétrica na cidade pode ser lida no Jornal Folha da Tarde, na edição de 3 de agosto de 1957.

¹⁵⁵ A questão da encampação da energia elétrica era algo que já vinha de muito antes. No bojo do projeto de criação da Eletrobrás, encaminhado ao Congresso em abril de 1954, cogitava-se a nacionalização das empresas de eletricidade Light & Power e da Bond & Share.

¹⁵⁶ Afim de simplificar a nomenclatura, a partir deste momento chamarei apenas de sindicato dos eletricitários.

¹⁵⁷ A Usina do Gasômetro foi a maior termelétrica de Porto Alegre, localizada nas margens do Rio Guaíba. Inaugurada em 1928, só foi desativada na década de 70. Durante o período de vigência do contrato de concessão, a Usina do Gasômetro foi a principal unidade da CEERG. Em 1982, foi tombada como Patrimônio Histórico e Cultural e, atualmente, é um espaço que fornece energia cultural à cidade. O histórico da Usina do Gasômetro está retratado na publicação organizada por Sérgio Luiz (2001).

da reivindicação do índice do custo de vida. Dias depois, a CEERG assinou o dissídio coletivo com um reajuste salarial de 15%.

Passado o dissídio coletivo, formou-se uma oposição sindical, tendo como candidatos mais proeminentes: Álvaro Ayala¹⁵⁸ e Jorge Alberto Campezzato. Recém formado em eletrotécnica pelo Colégio Parobé, Campezzato, como passou a ser conhecido, foi contratado pela CEERG para exercer o cargo de despachante de carga,¹⁵⁹ função vista pelos trabalhadores dos demais setores da Usina do Gasômetro como sendo de chefia e de confiança da direção da empresa. No início, lembra Campezzato,

“isso dificultou minha relação com os trabalhadores. Eles desconfiavam, achavam que eu era chefe. Na assembléia que rejeitou a proposta da empresa, em 1954, fiz um discurso, falei que os 8% eram inaceitáveis. Os trabalhadores acharam estranho, pensaram que eu era um informante da empresa.”¹⁶⁰

Quando solicitei a Jorge Alberto Campezzato que caracterizasse a ação sindical no período de Nonoso Leal, obtive o seguinte depoimento:

“Neste período, tomei conhecimento da prática sindical exercida pelo presidente do sindicato. Quando o Nonoso se elegeu presidente do sindicato, pediu desligamento do Partido Comunista e passou a perseguir as lideranças e a delatar, principalmente as lideranças comunistas. Na época, tinha um posto policial dentro da empresa, espécie de DOPS particular, que era dirigido por um policial de carreira, um inspetor de polícia de nome Gonçalves. O sindicato da energia, na época, era um sindicato oficialista que, além de tudo, nutria boas relações com a empresa.”¹⁶¹

A Usina do Gasômetro era o principal centro da CEERG. Nela trabalhavam os operadores de caldeiras (foguistas e auxiliares); o pessoal do quadro de comando, onde ficavam o despachante de carga e os quadristas; os maquinistas e o pessoal da manutenção das máquinas, dos motores e das caldeiras transportadoras de carvão; o pessoal dos serviços gerais de descarga

¹⁵⁸ Álvaro Leonardi Ayala faleceu em 1999, sem que pudesse conceder a entrevista previamente agendada.

¹⁵⁹ Pessoa encarregada do monitoramento do painel de controle elétrico da Usina. Ou seja, a pessoa que controlava a chave que mantinha o fluxo de energia elétrica para a cidade.

¹⁶⁰ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzato realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

¹⁶¹ Idem.

de carvão, remoção de cinzas,¹⁶² carpintaria, pedreiros e pintores. No total, a Usina do Gasômetro ocupava, diariamente, 286 trabalhadores. A Usina do Gasômetro tinha uma tradição de organização sindical e partidária bastante forte. Jorge Alberto Campezzatto lembra que:

“A célula comunista da Usina do Gasômetro era uma das mais atuantes, chegamos a ter cem contribuintes regulares com o Partido Comunista.”¹⁶³

A campanha da oposição sindical concentrou-se na denúncia da prática sindical oficialista da direção do sindicato. Como proposta, defendeu a importância de uma “ampla reforma administrativa”¹⁶⁴ e a necessidade de aumentar a participação dos trabalhadores na vida do sindicato. A oposição venceu as eleições em julho de 1956 com uma porcentagem de 76% dos votos. Curioso notar que na diretoria eleita em 1956 encontra-se Anízio Pereira Gonzaga, no cargo de tesoureiro. Esse dirigente sindical foi um dos fundadores do sindicato e o primeiro presidente, em dezembro de 1941.

A diretoria eleita redirecionou a atuação do sindicato. Quando solicitei a Jorge Alberto Campezzatto que falasse sobre a principal mudança ocorrida no sindicato, depois da eleição da oposição sindical, forneceu seguinte depoimento:

“O sindicato antes era oficialista, tinha boas relações com o patrão, seguia o padrão dos demais sindicatos da época. Não cortamos as relações com a empresa, mas o nosso procedimento mudou completamente. Eu, como presidente do sindicato, fazia a sede do sindicato nos locais de trabalho. Locomovia-me pela manhã para o local de trabalho, ficava conversando, fazia reuniões, visitava as diferentes seções, conversando com os companheiros, tomando conhecimento da situação. No dia seguinte, visitava outro setor, só voltava para a sede do sindicato no fim da tarde, por volta das 17:00 horas, para tomar conta do expediente e receber os associados, e aí ficava até às 20:00 e 20:30 horas. Ao mesmo tempo que adotamos o sistema da visita aos locais de trabalho, periodicamente, instituímos uma coisa que foi fundamental, que eu acho que é fundamental em qualquer organização sindical, que é o delegado de base. Em cada setor de trabalho nós colocamos a possibilidade dos integrantes daquele setor de trabalho,

¹⁶² Para a remoção de cinzas, por um bom período, utilizou-se a mão-de-obra de apenados do Presídio do Gasômetro.

¹⁶³ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

eleger os seus representantes, o seu delegado sindical, eleger de forma direta e aberta. Depois de uma discussão aberta, cada associado recebia uma circular do sindicato, dizendo quais eram as atribuições dos delegados. Então, os delegados eram eleitos diretamente. Na circular que o sindicato enviava, tinha, na parte de baixo, uma espécie de voto, o associado destacava, preenchia e assinava. O associado assinava o voto: voto no companheiro fulano de tal para delegado, registro número tal, indicando a seção e o departamento do votante. Quer dizer, a votação era aberta mesmo e esses delegados sindicais, que, num primeiro momento, eram em torno de 58, eram a grande força de mobilização sindical, eram eles que levavam os assuntos para discussão nas suas bases. As reuniões preliminares, para encaminhamento de discussões dos problemas, eram feitas sempre com os delegados sindicais. A assembléia era para formalizar, oficializar, porque já vinha pronta da base, já vinha com a opinião formada, inclusive com sugestões, com adendos e enriquecimento. Essa foi a maneira pela qual nós conseguimos enfrentar a repressão (da empresa). A partir daí nos colocamos como porta-vozes. A direção sindical é somente porta-voz, dizíamos.”¹⁶⁵

Além de aumentar a sindicalização¹⁶⁶ e reforçar a presença do sindicato nos locais de trabalho, a nova direção deparou-se com a seguinte questão: toda vez que o sindicato reivindicava reajustamento salarial, a CEERG chantageava com a correção das tarifas. Além disso, a CEERG costumava argumentar que a folha de pagamento de pessoal consumia a liquidez da empresa e impedia a realização de novos investimentos na captação de energia. Esse expediente travava as reivindicações salariais e as demais lutas desenvolvidas pelo sindicato, pois, tanto o reajustamento das tarifas, quanto as supostas dificuldades financeiras da empresa, eram repassados para a opinião pública como sendo decorrentes da ação do sindicato. Constrangido, não restava outra alternativa ao sindicato, senão a de buscar uma solução abrangente para o caso da CEERG.

¹⁶⁴ O panfleto utilizado durante a campanha da chapa de oposição foi-me cedido por Jorge Alberto Campezatto.

¹⁶⁵ Entrevistas com Jorge Alberto Campezatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

¹⁶⁶ No ano de 1957 o índice de sindicalização atingiu 92% da categoria.

Inteirado das recentes mudanças ocorridas na prática do sindicato dos eletricitários, iniciadas com a nova direção, e da possibilidade de obter informações precisas¹⁶⁷ sobre a escritura contábil e patrimonial da CEERG, o vereador Pedro Alvarez propôs à Câmara Municipal a constituição de uma “Comissão Especial a fim de estudar uma solução para o problema da Energia Elétrica.”¹⁶⁸ Aprovada, a Comissão Especial foi composta por Roberto Landell de Moura, presidente da Comissão e líder do PSD, Jorge Achutti, do PTB, e Pedro de Arbues Martins Alvarez, vereador comunista, alojado na sigla do PRP.¹⁶⁹

Jorge Alberto Campezzatto recorda que a idéia da criação de uma Comissão Especial para estudar o assunto da energia elétrica originou-se em uma reunião mantida com Noé de Melo Freitas.¹⁷⁰

“Antes de tomar posse, decidimos entrar em contato com o engenheiro Noé de Melo Freitas, a fim de nos inteirmos do plano da CEEE em relação à política de energia para o estado. Como funcionários de uma empresa estrangeira, concessionária dos serviços de energia elétrica dos municípios de Porto Alegre e Canoas, estávamos interessados em saber porque aquela empresa estava sendo responsável por um danoso e penoso racionamento de energia elétrica em Porto Alegre. O engenheiro Noé de Melo Freitas nos recebeu em sua residência, porque aquele assunto era longo. Começamos a conversa por volta das 1:30 da tarde e

¹⁶⁷ Em um debate com o vereador Adel Carvalho, líder da UDN e ferrenho defensor do “livre mercado”, Pedro Alvarez cometeu o deslize de tornar pública a sua “fonte de informações”: “(...) para mim será muito difícil conseguir dados com os dirigentes da Cia. Energia Elétrica Rio Grandense, tendo em vista as posições públicas que tenho assumido contra esse truste norte-americano que se encontra na rua da Praia. No entanto, posso afirmar a V. Exa. **que funcionários que lá trabalham e que estavam ligados a nós quando da campanha iniciada contra esse truste, forneceram dados como êsses.** Entretanto, V. Exa., como bom amigo que é desses norte-americanos, poderá obter informações mais precisas, pois eles lhe abrirão seus livros”. Anais. Ibidem. Fevereiro de 1957, Vol. XV. P. 441 a 451.

¹⁶⁸ A Comissão Especial, vinculada à Comissão de Serviços Públicos e Obras Públicas, foi criada pelo Projeto de Resolução n.º 7 – 57 em 8 de agosto de 1957.

¹⁶⁹ Em anos anteriores já havia sido cogitada a instauração de uma Comissão Especial para tratar da questão do fornecimento de energia elétrica na cidade. Chegou-se até a formalizar a sua existência, entretanto, o trabalho desta Comissão foi limitado pela dificuldade de acesso às informações da vida contábil e administrativa da CEERG. Por um período, os vereadores integrantes desta Comissão restringiram-se a proferir discursos com acusações genéricas, destituídas de informações. O maior feito dessa Comissão foi a realização de uma “mesa redonda para debater o assunto relativo à energia elétrica”, com a presença de representantes do governo estadual e municipal, diretores da CEEE, líderes das bancadas partidárias da Assembléia Legislativa e diversos líderes de associações de classes produtoras, de sindicatos de trabalhadores e órgãos estudantis de POA. Anais. Ibidem. Junho de 1957. P. 611.

¹⁷⁰ Noé de Melo Freitas foi uma das maiores autoridades no assunto de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul. Participou da elaboração do primeiro Plano de Eletrificação do Estado e, na época, era um dos diretores da CEEE.

saímos em torno das 19:30. Saímos convencidos de que a nossa tarefa inicial era lutar pela encampação.”¹⁷¹

Depois de dois meses de estudos, a Comissão Especial apresentou um primeiro relatório. Esse relatório contém um exame dos contratos firmados entre o Estado e a CEERG e apresenta evidências de descumprimento de importantes cláusulas contratuais, principalmente as relacionadas com a ampliação da capacidade de geração de energia e instalação de equipamentos modernos.

“A verdade é que a Companhia não acompanhou as necessidades de consumo na sua área de concessão, através da indispensável ampliação de suas instalações, tudo isso com os mais graves prejuízos para a população e as indústrias locais.”¹⁷²

Porém, a sua maior novidade foi a exposição dos detalhes da escritura contábil da CEERG. Na verdade, as informações fornecidas pelo sindicato dos eletricitários possibilitaram que a Comissão Especial tivesse acesso à arrecadação da energia comercializada e aos custos operacionais: salários, insumos e manutenção da empresa. Além disso, o relatório desnudou o quanto a CEERG remetia ao exterior, a título de assistência técnica e pagamento de royalty. Com isso, ficou comprovado que além de conseguir exorbitantes lucros com a comercialização de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas, a CEERG remetia dinheiro, ilegalmente, para o exterior. Vejamos este trecho do relatório:

a) Mantendo uma usina obsoleta de 24.600 KW, inclusive reservas, a Companhia atende cerca de 115 mil consumidores com uma receita bruta de aproximadamente 50 milhões de cruzeiros mensais; b) A média da receita bruta, por KW/H entregue pela Companhia, é de cerca de CR\$ 3.00 cruzeiros. Como a Companhia compra energia elétrica a 1 cruzeiro e vinte centavos, sobra-lhe a diferença de um cruzeiro e oitenta centavos para pagamento do impôsto, lucro e encargos na manutenção dos serviços de distribuição. Deduzindo o necessário para o impôsto único, pelo máximo, ou 20 centavos, restam 1 cruzeiro e 60

¹⁷¹ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzato realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

¹⁷² Relatório da Comissão Especial. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 10.09. 1957. Pp. 307 a 316.

centavos por KW/H. Assim, a revenda de energia comprada deve deixar um saldo de 13 milhões por mês, do que metade pelo menos é lucro líquido.¹⁷³

Com base nestes e em outros dados, a Comissão Especial finaliza o relatório apontando as seguintes recomendações:

i) imediata limitação na área de abrangência da CEERG, de acordo com a sua real capacidade de fornecimento de energia; ii) que a CEEE passe a operar diretamente a distribuição de energia em Porto Alegre¹⁷⁴; iii) a reabertura de uma comissão no Ministério de Agricultura para encaminhar o tombamento físico e financeiro da CEERG; iv) conclama os sindicatos, as organizações de classe e ao povo em geral para que apoiem, através de manifestações firmes e corretas, as medidas preconizadas pela CEEE, sem perder de vista a complexidade do problema, a possibilidade de explorações e inconvenientes de qualquer cunhagem política no caso.¹⁷⁵

Na época, a fiscalização e o monitoramento do sistema de energia elétrica no país era prerrogativa do Ministério da Agricultura, através da Divisão Nacional de Água e Energia. A negligência do Ministério da Agricultura em relação ao controle público das empresas estrangeiras que atuavam no setor de energia elétrica foi contestada pelo relatório elaborado pela Comissão Especial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre que, com autoridade, passou a exigir a abertura de uma Comissão em âmbito federal para realizar o tombamento patrimonial da CEERG.

Entusiasmados com o impacto causado pelo relatório, os vereadores passaram a pressionar o Ministro Mário Meneguetti, gaúcho e irmão do governador do estado, para que ele ressuscitasse uma velha comissão que fora instalada para realizar uma perícia na escritura contábil da CEERG. Para isto, agendaram uma audiência pública com o ministro da Agricultura. Coincidentemente, na mesma ocasião em que veio a público o relatório produzido pela Comissão Especial, corriam boatos de que Mário Meneguetti era um ferrenho defensor da importação de trigo dos EUA. A recepção cordial prestada pelo Ministro à comitiva de vereadores que foi ao

¹⁷³ Relatório. Idem.

¹⁷⁴ Em abril de 1957, a CEEE, através de um protocolo enviado ao Ministério da Agricultura, pleiteou essas e outras medidas, que avançavam na direção da encampação da CEERG.

¹⁷⁵ Anais. Ibidem. Setembro de 1957.

Rio de Janeiro para apresentar o relatório¹⁷⁶ e a agilidade com que ele, pessoalmente, encaminhou a proposta de reabertura da comissão, para realizar o tombamento da CEERG¹⁷⁷, revelam que o ministro não estava disposto a ver crescer, em solo gaúcho, denúncias referentes às suas opções “anti-nacionalistas” e “entreguistas”. Meses depois, os tricultores e rizicultores gaúchos, em meio a uma greve, festejaram a substituição de Mário Meneguetti por Antônio Barros Carvalho, que assumiu o Ministério da Agricultura afirmando “que de trigo não entendia nada e que deseja aprender tudo pelas mãos dos gaúchos.”¹⁷⁸

A pressão branca exercida junto ao Ministério da Agricultura também rendeu a aprovação de uma portaria, dando poderes à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, junto à Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral, para

“fiscalizar o rigoroso cumprimento, por parte da empresa concessionária dos serviços de produção e suprimento de energia elétrica nos municípios de Porto Alegre e Canoas.”¹⁷⁹

Essa portaria ampliou os poderes da CEEE para enfrentar a direção da CEERG.

Se a CEERG obtinha “vultosos lucros” com o fornecimento de energia elétrica, como explicar o seu sucateamento? Se havia um mercado consumidor que crescia constantemente, como justificar a recusa em investir na ampliação da capacidade de geração de energia elétrica? Qual o destino dos lucros gerados pela venda de energia elétrica? Por que manter a CEERG operando em Porto Alegre e Canoas se aproximadamente 50% da energia era fornecida pela CEEE a um preço próximo do custo de produção? Como aceitar que a CEERG revendesse energia elétrica fornecida pela CEERG ao dobro do preço, obtendo com essa transação lucros

¹⁷⁶ O vereador Pedro Alvarez deixou registrado nos Anais da Câmara de Vereadores descrição da recepção pelo Ministro da Agricultura no Rio de Janeiro da comitiva composta por vereadores, deputados e técnicos da CEEE. Anais. Ibidem, 27 de novembro de 1957.

¹⁷⁷ A Comissão de Tombamento foi instalada junto ao Conselho Nacional de Água e Energia, através da Portaria n.º 949, de 10 de Setembro de 1957. Seus componentes foram: Abel Pereira Rodrigues dos Santos (chefe do 7 Distrito da Divisão de Águas, sediada em Porto Alegre); Homero Dias (ex-diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul); Pedro Drügg (ex-diretor da Diretoria de Eletricidade da Prefeitura e Porto Alegre); Wilson Goldschimit (contato da Divisão de Água do Ministério da Agricultura); Cibilis da Rocha Viana (Economista e catedrático da UFRGS); Urcecino Silva (chefe da contabilidade de custos da CEEE).

¹⁷⁸ Jornal Correio do Povo, 22.06.1960.

¹⁷⁹ Ver, na íntegra, a Portaria n.º 1.172 de 16.11.1957 nos Anais da Câmara de Vereadores. Anais. Ibidem. 21 de novembro de 1957. P. 381.

exorbitantes? Por que não criar as condições para que a própria CEEE fornecesse, diretamente aos consumidores, a energia necessária?

As reações da CEERG e a precipitação da encampação

Frente às indagações acima colocadas, a CEERG reagiu com agressividade e sem diplomacia. Na realidade, não lhe restava outra opção, uma vez que a exposição de sua contabilidade, como forma de contestação das informações divulgadas e popularizadas pela imprensa, explicitaria ainda mais as suas contradições. Certamente, as dificuldades da CEERG em se contrapor às informações veiculadas pelos jornais, acabaram conferindo veracidade e legitimidade ao relatório da Comissão Especial.

No auge das denúncias e manifestações contra a CEERG, a direção da empresa reagiu com novo aumento no preço da tarifa de energia elétrica e da taxa de religamento.¹⁸⁰ Além disso, a CEERG centralizou o pagamento das contas domésticas, suspendendo os serviços de cobrança que mantinha através de agências localizadas nos bairros:

“A CEERG, dentro de seu plano de contenção de despesas, acaba de fechar seus escritórios de cobrança nos bairros. Com esta medida antipática para o povo, inúmeros cidadãos são obrigados a procurar o escritório central, à rua dos Andradas, onde chegam a perder manhãs inteiras, sem conseguirem ser atendidos.”¹⁸¹ Essas medidas atingiram diretamente o bolso dos consumidores, aumentando ainda mais a fúria da população “contra a presença do truste americano na Rua da Praia.”¹⁸²

Utilizando-se de uma das cláusulas do contrato de concessão de energia elétrica de 1928, que dizia: “Sempre que a Intendência Municipal fique em atraso além de 90 dias, não será a Companhia obrigada a fazer novas despesas de conservação ou com extensão dos serviços de iluminação pública, enquanto não forem saldas as custas,”¹⁸³ a CEERG passou a não substituir as

¹⁸⁰ Ao invés de aplicar a multa nas contas de energia elétrica em atraso, como costumeiramente procedia, a CEERG decidiu efetuar o desligamento imediato e o aumento da taxa de religamento. Conforme noticiou amplamente na imprensa, a taxa de religamento aumentou de Cr\$ 15,90 para CR\$ 106,00.

¹⁸¹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 08.08.1957. P. 218.

¹⁸² Na época era freqüente a referência à CEERG como o “truste americano na Rua da Praia”, pois a sede principal da CEERG localizava-se na rua dos Andradas, nº 1223. Essa rua é popularmente conhecida como “rua da praia”.

¹⁸³ Cláusula décima primeira do contrato de concessão de produção e distribuição de energia elétrica. O contrato entre a Prefeitura de Porto Alegre e a CEERG foi firmado em 05 de maio de 1928.

lâmpadas das vias públicas que queimavam, a não encaminhar os reparos nos circuitos da rede pública e a suspender as obras de ampliação da rede pública para os novos bairros.

Ao mesmo tempo, a CEERG ajuizou a cobrança das dívidas que a prefeitura de Porto Alegre e a Cia. Carris Porto-Alegrense tinham acumulado ao longo dos anos¹⁸⁴. Também denunciou o Estado por ter frustrado um dos seus maiores empreendimentos: a construção, nas margens do Rio Gravataí, de uma usina termoelétrica.¹⁸⁵ Nos planos da CEERG, essa obra duplicaria a capacidade de captação de energia e solucionaria o problema do racionamento em Porto Alegre. Segundo a CEERG, essa e outras atitudes da gestão de Leonel Brizola demonstravam, inequivocamente, que encontrava-se em curso uma política de monopólio estatal do setor de energia elétrica. Frente a isso tudo, a direção da CEERG só visualizava uma solução: a renovação do contrato de concessão por mais quarenta anos. A renovação do contrato lhe permitiria escalonar, a médio prazo, o pagamento das dívidas da Cia. Carris Porto-Alegrense e da Prefeitura de Porto Alegre e lhe daria maior segurança para investimentos de longo prazo. Em síntese, a CEERG procurou demonstrar para a opinião pública que a empresa se encontrava na iminência de um colapso financeiro, causado sobretudo pelas dívidas da Prefeitura e da Cia. Carris Porto-Alegrense, além de estar constrangida pela estatização do setor de energia elétrica e sem perspectivas a longo prazo.

Os reais interesses da CEEE na defesa da encampação

Para uns, a encampação representava a possibilidade mais concreta de resolver problemas imediatos da falta de energia elétrica; para outros, era uma luta que assumia cada vez mais contornos ideológicos. Entretanto, para a CEEE, a encampação da CEERG era um excelente negócio.

A Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), antecessora da Companhia Estadual de Energia Elétrica, foi criada em 1943.¹⁸⁶ Durante os primeiros anos de sua fundação, a

¹⁸⁴ Os jornais da época noticiaram que as dívidas da Prefeitura de Porto Alegre aproximavam-se de 200 milhões de cruzeiros e as da Carris, 87 milhões de cruzeiros.

¹⁸⁵ Na ocasião, os técnicos da CEEE emitiram um parecer alegando que o Plano de Eletrificação do Estado tinha como prioridade investir na expansão de hidroelétricas.

¹⁸⁶ A Comissão Estadual de Energia Elétrica foi originada da Comissão Municipal de Energia Elétrica de São Leopoldo que, em 1938, obteve do governo federal a concessão para exploração dos serviços de eletricidade nos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí, Caxias, entre outros. Em 1943, o governo estadual absorveu esses serviços, criando a Comissão Estadual de Energia Elétrica. Através da Lei Estadual de nº 1.744, de 20 de fevereiro de 1952, a CEEE foi constituída em autarquia, com autonomia administrativa e financeira, além de possuir patrimônio próprio.

CEEE dedicou-se ao levantamento de informações técnicas a fim de compor um planejamento para o setor de energia elétrica. O fim da Segunda Guerra Mundial alargou as possibilidades de importar máquinas e equipamentos para o setor de energia elétrica. Essa mudança no comércio internacional motivou a CEEE a esboçar o seu primeiro Plano de Eletrificação¹⁸⁷. Com o passar dos anos a CEEE foi se constituindo em uma autarquia com relativa autonomia administrativa e financeira, dedicando-se não apenas ao planejamento e coordenação do sistema elétrico no Estado, mas assumindo gradativamente os serviços de produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica. Na prática, a CEEE acabou envolvendo-se diretamente na construção de usinas de pequeno e médio porte, apoiando a instalação de geradoras de emergência, movidas a Diesel, em regiões de maior carência e promovendo encampações de pequenas usinas privadas.

Todavia, a falta de capital impossibilitava que a CEEE investisse em empreendimentos de médio e grande porte. Aqui, vale lembrar que a construção de hidrelétricas exige aportes elevados de capital e o retorno não é imediato. Por outro lado, a empresa considerava a contratação de empréstimos federais ou externos como sendo uma possibilidade difícil e relutava, inclusive, em basear sua expansão num endividamento. O caminho perseguido pela CEEE era a mudança em sua estratégia de venda. Ou seja, ao invés de vender a energia produzida para terceiros, porque não comercializá-la diretamente aos consumidores?

Através de encampações realizadas em pequenas usinas, a CEEE já estava ofertando energia elétrica diretamente aos consumidores, entretanto, o fazia com preços muito próximos do custo, já que esses investimentos visavam suprir carências de regiões interioranas, com poucas possibilidades de prosperidade. No período, costumava-se afirmar que metade das residências de Porto Alegre não contavam com energia elétrica instalada, o que indicava uma enorme demanda reprimida. Por outro lado, a população estava em constante crescimento e a abertura de novas fábricas e estabelecimentos comerciais, num ritmo sempre crescente, demandava mais e mais energia elétrica. Segundo os dados do Relatório da Comissão Especial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre,

“a CEERG mantinha uma usina obsoleta de 24.600 kw, inclusive reservas; a Companhia (CEERG) atende cerca de 115 mil consumidores com uma receita bruta de aproximadamente 50 milhões de cruzeiros mensais. Enquanto isso, as usinas da CEEE em serviço têm uma potência global de 120.000 kw e a receita

¹⁸⁷ O primeiro Plano de Eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul é datado de 1945.

não vai além de 35 milhões por mês, distribuindo energia entre 150.000 consumidores, em mais de 200 localidades.¹⁸⁸

Realmente, as chances de crescimento da CEEE estavam vinculadas à ocupação do mercado consumidor mais promissor de energia elétrica: Porto Alegre e adjacências.

Sem dúvida, a encampação da CEERG significava a possibilidade de crescimento e consolidação da CEEE. Noé de Melo Freitas, diretor presidente da Comissão de Energia Elétrica, um dos autores do primeiro Plano de Eletrificação, quando interrogado a esse respeito, não escondia as razões que o levavam a ser um dos mais fervorosos defensores da encampação. Segundo Noé de Melo Freitas, na medida em que ficou comprovado que a CEEE repassava mais da metade da energia elétrica comercializada pela CEERG e que essa mesma energia elétrica era revendida pelo dobro do preço, cabia à CEEE comercializar diretamente e eliminar essa irracional intermediação. Somente a partir do momento que a CEEE passasse a operar em Porto Alegre, é que teria condições de diminuir tanto a tarifa de energia dos consumidores domésticos, quanto de baixar o preço das passagens dos bondes. Esse era o raciocínio de Noé de Melo Freitas.¹⁸⁹

Tudo leva a crer que a construção de um sistema integrado de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, controlado pelo Estado através de uma autarquia, era um objetivo perseguido desde o primeiro Plano de Eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul.¹⁹⁰ Na realidade, a estatização do setor de energia elétrica vinha sendo concretizada principalmente através de ensaios de encampações de pequenas geradoras. Estima-se, por exemplo, que no final de 1955 a CEEE já havia encampado os serviços de energia elétrica em 59 municípios.

O desfecho da encampação

No início de 1958 os sindicatos de Porto Alegre, especialmente o sindicato dos eletricitários, resolveram levar à praça pública a luta pela encampação, inspirados nas resoluções

¹⁸⁸ Anais. *Ibidem*. Setembro de 1959.

¹⁸⁹ Na época, Noé de Melo Freitas concedeu uma entrevista que foi publicada nos principais jornais da cidade, demonstrando a lucratividade da CEERG e as possibilidades que a CEEE tinha de comercializar diretamente a energia elétrica em Porto Alegre e adjacências. Essa entrevista repercutiu bastante na opinião pública. Tanto, que foi transcrita, na íntegra, nos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Anais. *Ibidem*. 25 de junho de 1957. Pp. 717 a 721.

¹⁹⁰ O próprio secretário de Wilson Vargas, em reunião com o Conselho Diretivo da CEEE, afirmou que “a orientação em matéria de eletricidade traçada pelo Estado, é a da exploração em regime de estatização.” Ata Conselho Diretivo da CEEE. Nº 183, 29.04.1959. P. 19.

do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, que havia aprovado uma resolução favorável à encampação:

“Somos pelo Monopólio Estatal da Energia Elétrica, manutenção da C.E.E.E., anulação do contrato da C.E.E.R.G. e contra a privatização dos serviços públicos. Encampação da C.E.E.R.G., por ser uma aspiração do trabalhador e do povo gaúcho. Que o Estado conserve o atual sistema da C.E.E.E., evitando-se qualquer tentativa de privatização dos serviços públicos.”¹⁹¹

Os sindicalistas organizaram, no Largo do Mercado Público de Porto Alegre, uma manifestação para divulgar o relatório produzido pela Comissão Especial. Esse ato visava também pressionar a Assembléia Legislativa a aprovar um parecer favorável à encampação. Sintomaticamente, dois dias depois a Assembléia Legislativa votou um parecer favorável à encampação da CEERG.¹⁹²

Um acompanhamento atento dos debates ocorridos na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na Assembléia Legislativa e na imprensa revela uma evolução na abordagem da problemática da energia elétrica em Porto Alegre. Antes da divulgação dos relatórios, os debates em torno da problemática da energia elétrica polarizavam-se em torno de acusações e denúncias. E, geralmente, desacompanhadas de dados, comprovações e alternativas. Depois da divulgação dos dados sobre o preço de compra e venda de energia elétrica, dos custos operacionais e da lucratividade da CEERG, bem como sobre os possíveis lucros remetidos ao exterior e as demais denúncias, o debate público ganhou outra qualidade e a luta pela encampação assumiu novos contornos.

O prazo para renovação do contrato de concessão vencia em 02 de junho de 1958, exatamente em meio a campanha eleitoral. Sabia-se muito bem que o governador Ildo Meneguetti, em final de mandato, não assumiria os riscos de um processo de encampação. Era claro que a solução para problemática da energia elétrica só teria alguma possibilidade no governo seguinte. Em vista disso, o movimento sindical, além de incluir a bandeira da encampação em todas as suas manifestações públicas, procurou, nos debates ocorridos com os candidatos a governador, colocar a encampação como um compromisso de campanha.¹⁹³ Como já vimos, a disputa eleitoral em 1958 foi polarizada em torno do debate da crise e das alternativas

¹⁹¹ Carta de Reivindicações e de Princípios do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

¹⁹² O parecer foi votado no dia 28 de maio de 1958. Anais da Assembléia Legislativa. Maio de 1958.

¹⁹³ Ver no Capítulo I desta dissertação o episódio da “sabatina com os governadores”.

de desenvolvimento do Estado. Tanto Leonel Brizola quanto Walter Perachi sabiam que a retomada do crescimento econômico, seja ele orgânico à vocação produtiva do estado (proposta do PSD), ou proporcionado por uma nova etapa da industrialização, impulsionada a partir da introdução de outros setores produtivos (exógenos à tradição econômica gaúcha) (proposta do PTB), dependia de uma saída abrangente para questão da energia elétrica.

Vimos anteriormente que a conjuntura eleitoral de 1958 proporcionou o aflorar de um conjunto de questões pelas quais o sindicalismo gaúcho lutava. Destacaremos as principais: retorno da Viação Férrea do Rio Grande do Sul ao controle do governo estadual¹⁹⁴, baixos salários do funcionalismo público, encampação da CEERG e aumento do custo de vida. Walter Perachi e Leonel Brizola, quando foram “sabatizados” pelo movimento sindical, assumiram compromissos genéricos em relação a essas três questões. Entretanto, no que toca à encampação, as propostas dos candidatos ao governo do estado foram evasivas. Até mesmo o candidato Leonel Brizola,¹⁹⁵ elogiado por Luís Carlos Prestes como “o representante no Rio Grande do Sul das forças do mais autêntico nacionalismo”, em seu programa de governo não incluiu, explicitamente, a encampação da CEERG, limitando-se a estabelecer grandes metas de expansão da capacidade de geração de energia elétrica.¹⁹⁶

A divulgação dos relatórios da Comissão Especial da Câmara Municipal de Porto Alegre e da Comissão da Divisão Nacional de Águas e Energia comprovou a existência de um escândalo na CEERG. A partir deste momento, espalharam-se manifestações de toda ordem, exigindo a encampação da empresa americana. Algo que, no início, limitava-se a uma luta na busca de soluções para conseqüências decorrentes da escassez de energia elétrica, aos pouco foi sendo permeado por um componente ideológico contra a presença dos trustes americanos.¹⁹⁷

¹⁹⁴ A Viação Férrea do Rio Grande do Sul fora vendida à Rede Ferroviária Federal, e seus funcionários, considerados funcionários públicos estaduais, insatisfeitos com essa transação, passaram a pleitear o retorno da ferrovia para o Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁹⁵ O período de maior crise e enfrentamento com a CEERG se deu, coincidentemente, quando Leonel Brizola estava à frente do executivo municipal de Porto Alegre.

¹⁹⁶ O Plano de Eletrificação de Leonel Brizola foi detalhado por Wilson Vargas em uma assembléia do Conselho Diretivo da CEEE, a cuja ata tivemos acesso. Resumidamente, o Plano de Eletrificação consistia em duas fases: na primeira, projetada para ser concluída em 4 anos, previa-se a elevação dos 180 mil quilowatts para meio milhão, através da recuperação das usinas existentes e da construção de médias e pequenas usinas geradoras. Na segunda fase, a ser executada em 8 anos, planejava-se investimentos pesados na construção de duas unidades no Jacuí e na duplicação de Candiota. Nesta segunda fase, a meta era completar um milhão de quilowatts. Ata nº 183 de 29.04.1959, p. 20 a 26.

¹⁹⁷ Não faz parte da nossa análise, mas encontramos durante a pesquisa referências sobre a criação de comitês nacionalistas de bairro e iniciativas para a formação de uma Frente Parlamentar Nacionalista Gaúcha.

Neste sentido, os posicionamentos de Wilson Vargas são elucidativos da matriz ideológica que guiava determinados setores do trabalhismo. Wilson Vargas era um dos tantos jovens líderes do PTB em ascensão. Eleito junto com Leonel Brizola para a Assembléia Legislativa em 1950, tornou-se um dos mais reputados deputados estaduais do partido, destacando-se, sobretudo, na enérgica defesa das causas nacionais. Depois de cumprir dois mandatos na Assembléia Legislativa, em 1958 elegeu-se para a Câmara Federal como o segundo deputado mais votado do PTB¹⁹⁸. Durante a campanha eleitoral de 1958 foi um dos responsáveis pela elaboração das metas do Plano de Governo da Frente Popular para o setor de energia elétrica. Antes mesmo da posse de Leonel Brizola, com autoridade de titular da Secretaria de Estado dos Negócios de Energia e Comunicações, já havia encaminhado uma série de contatos internacionais com o intuito de atrair para o Rio Grande do Sul empreendimentos na área de energia elétrica. No momento que a problemática do fornecimento de energia elétrica ganhou evidência, Wilson Vargas rapidamente destacou-se pelo seu engajamento na defesa da encampação da CEERG.

Esse intenso empenho de Wilson Vargas em relação à problemática da energia elétrica, algo crucial para vida dos porto-alegrenses, foi denunciado por seus adversários, inclusive de seu próprio partido, como instrumentalização política de uma causa popular, pois era do conhecimento geral que Wilson Vargas preparava-se para consagrar-se candidato natural do PTB a prefeito de Porto Alegre. A necessidade de analisar a veracidade desta acusação possui pouca significância para o nosso estudo, mais interessante é o conteúdo das posições nacionalistas deste exemplar do trabalhismo gaúcho.

Internamente, no PTB, tanto em âmbito estadual quanto nacional, Wilson Vargas foi responsável por remover as dúvidas existentes, entre os seus correligionários, sobre a encampação da CEERG. Quando o fazia, sempre enfatizava a natureza ideológica do nacionalismo trabalhista. Na Moção de Apoio à Encampação da CEERG, aprovada nas convenções estadual e nacional do PTB, realizadas no primeiro semestre de 1959, Wilson Vargas sistematizou da seguinte maneira as bases do nacionalismo petebista:

“À reivindicação acima veiculada, não aditam os postulados da filosofia social do marxismo, senão os imperativos da soberania nacional e integral consonância

¹⁹⁸ O primeiro deputado federal mais votado nas eleições de 1958 foi Fernando Ferrari. In, *As eleições no Rio Grande do Sul de 1945 a 1978*. Editora Síntese.

inclusive, com os princípios da filosofia social católica, tais como os cristaliza o célebre Código Social de Malinos, no seguinte teor: por nacionalização entende-se a atribuição de uma empresa à coletividade, representada pelos poderes públicos. Ela é limitada à aprovação ou estendida à gestão ou aos lucros, e, em princípio, a moral cristã não condena a nacionalização ou a socialização.” (Pio XI, Encíclica ano 40, nº.1129).¹⁹⁹

A Moção de Apoio à Encampação da CEERG, de autoria de um dos personagens mais eloqüentes na defesa ideológica do nacionalismo trabalhista, revela uma tradição no PTB, alimentada desde Alberto Pasqualini, que buscava estabelecer conexões entre as doutrinas trabalhista e católica. Não consta que Wilson Vargas fosse um praticante do aprofundamento teórico da doutrina trabalhista. Na realidade, trata-se, fundamentalmente, de uma preocupação em demarcar os campos que diferenciavam o nacionalismo petebista do nacionalismo defendido por outras agremiações partidárias, particularmente dos comunistas. Ao fazer essa diferenciação, Wilson Vargas não só explicitou o embate existente na época entre o conteúdo e a prática da luta nacionalista, como deu vazão à postura anticomunista de certos setores do trabalhismo gaúcho.

A cerimônia de encampação da CEERG

O parecer de um órgão federal era a peça que faltava para revestir, de legalidade, o ato encampador.²⁰⁰ Portanto, assim que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, divulgou a Resolução nº 1671²⁰¹, sugerindo, como conveniente e oportuna, a encampação da CEERG, o governo do Rio Grande do Sul tornou

¹⁹⁹ Jornal Correio do Povo, 26.07.1959.

²⁰⁰ Uma vez que a concessão dos serviços de energia era uma atribuição do Governo Federal, a CEERG entendia que a encampação era uma prerrogativa da esfera federal, através do Ministério da Agricultura, algo que estava fora da alçada do governo do Estado e, muito menos, da CEEE.

²⁰¹ “O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, usando de atribuições legais, e tendo em vista o que requer a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul, no Processo nº. 519/57 - CNAES, considerando os pareceres favoráveis da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, da Divisão Técnica e Consultora Jurídica deste Conselho, no sentido de serem encampadas as concessões outorgadas a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense; considerando o disposto no Art. 1, alínea 10 do Decreto nº. 19896, 29 de Outubro de 1945; considerando o que mais consta no aludido processo, e finalmente, a conveniência e a oportunidade da medida solicitada resolve: declarar conveniente e oportuno a encampação dos serviços de energia de eletricidade de que é concessionária a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, podendo, conseqüentemente, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, usar de autorização constante no Decreto nº. 19896, de 29 de Outubro de 1945, cabendo-lhe o ônus das indenizações decorrentes. Sala das Seções. Pio Borges, Presidente; Alcides Paula Freitas Coelho, relator; José Eleves de Albuquerque Lima; Miguel Magaldi; e Waldemar José de Carvalho.”

público o Decreto de encampação e desapropriação dos bens físicos da CEERG²⁰². Dois dias depois, com a Emissão de Posse concedida pela Justiça Pública do Estado, Wilson Vargas presidiu, defronte à sede da CEERG, a cerimônia de encampação. Discursando na presença de várias “autoridades e populares” o secretário prometeu investimentos para recuperar a qualidade dos serviços prestados às comunidades de Porto Alegre e Canoas, acenou com a possibilidade de redução imediata dos preços das tarifas domésticas de energia elétrica e, mais uma vez, garantiu não violar nenhum dos direitos adquiridos pelos trabalhadores da empresa encampada. Wilson Vargas encerrou o seu discurso divulgando a projeção do Plano de Eletrificação do Governador Leonel Brizola: elevação do potencial instalado de energia elétrica, de 180 mil Kw para meio milhão de Kw. Em seguida, Paulo Gastão Przettnolski, representando a diretoria do sindicato dos eletricitários, também discursou, elogiando “o ato de desassombro do governador Leonel Brizola” e emprestou o apoio dos trabalhadores à Encampação.²⁰³ O ato da posse da CEERG foi encerrado com o hasteamento da Bandeira Nacional na fachada da sede da CEERG, acompanhado do Hino Nacional.

Esse cerimonial, realizado em 13 de maio de 1959, coincidiu com as comemorações dos cem dias de governo de Leonel Brizola e permitiu que, no plano simbólico, o ato de encampação fosse transformado em um gesto de independência em relação aos chamados trustes estrangeiros. Coincidentemente, o maio de 1959, em âmbito nacional, também foi marcado por rompantes nacionalistas: dias antes à Encampação da CEERG o governo brasileiro recepcionou Fidel Castro; dias depois, interrompeu as negociações com o FMI. Além disso, seguindo o exemplo de Porto Alegre, algumas capitais retomaram movimentos de encampação dos serviços de energia elétrica prestados por concessionárias estrangeiras.²⁰⁴

Quando Leonel Brizola completou cem dias no governo do Rio Grande do Sul, já existia toda uma opinião pública que manifestava apoio à encampação da CEERG. Mas, não só: os relatórios produzidos pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre e pela Divisão de Águas e Energia do Ministério da Agricultura, bem como a aprovação das resoluções, recomendando a encampação da CEERG, na Assembléia Legislativa e no Ministério da Agricultura, produziram argumentos econômicos, operacionais e judiciais que revestiram a encampação de uma certa

²⁰² O Decreto de Encampação da CEERG nº 10.466, de 11 de maio de 1959: “Encampa contratos de concessão e declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens aplicados pela CEERG nos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas”.

²⁰³ Jornal Correio do Povo, 14.05.1959.

legalidade. De outro lado, as reações intolerantes da CEERG causaram uma enorme antipatia com relação “à empresa americana com sede na rua da Praia”, agregando à causa da encampação um componente ideológico de “defesa dos interesses nacionais”. Ou seja, a encampação da CEERG era algo amadurecido sob, praticamente, todos os aspectos. O Decreto foi apenas um “ato finalizador”. O próprio Leonel Brizola, quando trata da encampação, reconhece que:

“No caso específico da Bond and Share não havia nenhuma escolha para um Governo que desejasse realmente cumprir com o seu dever, senão retomar os serviços pessimamente explorados pelo truste internacional. O prazo de concessão já se havia esgotado, a companhia estrangeira já havia auferido lucros ilegais muito superiores ao capital que investia, o serviço que vinha prestando era deficiente, entremeados de constantes racionamentos, (...); nada menos de 50% da energia fornecida pela empresa estrangeira vinha das usinas do Estado e as tarifas por ela cobradas eram escorchantes.”²⁰⁵

Alguns estudiosos, ao abordarem o governo de Leonel Brizola ou a história do Rio Grande do Sul deste período, referem-se à encampação da CEERG da seguinte forma:

“Brizola tomou posse em 1959 e, já nos primeiros meses de seu mandato, consolidou sua posição entre os “nacionalistas radicais”, desapropriando uma subsidiária da American And Foreign Power.”²⁰⁶

“Até aquele dia, nem Fidel Castro, cuja revolução se tornava vitoriosa em Cuba no Révellion de 1958, ainda havia encampado uma empresa norte-americana.”²⁰⁷

Outros, incluem esse episódio no rol das manifestações típicas do comportamento populista de esquerda, responsável por perturbar a frágil estabilidade econômica e política costurada pelo governo de Juscelino Kubitschek²⁰⁸.

Quando indaguei Jorge Alberto Campezatto a esse respeito, obtive a seguinte opinião:

²⁰⁴ Belo Horizonte foi uma das capitais que iniciou fortes movimentos em prol da encampação da energia elétrica.

²⁰⁵ Oliveira, Franklin de. Rio Grande do Sul um novo Nordeste. Rio de Janeiro: Retratos do Brasil, 1960, p. XVIII.

²⁰⁶ Debert, Guita Grin. Ideologia e Populismo: Barros, M. Arraes, C. Lacerda, Leonel Brizola. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979, p. 127.

²⁰⁷ Barros, Jefferson. O Golpe mata jornal. Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora. Porto Alegre: Já Editores, 1999, pp. 140, p. 35.

²⁰⁸ Skidmore, Thomas. Idem. Pp. 203 a 225.

“Na época, no pós guerra, houve aquele boom, aquele estouro, aquele aumento da atividade econômica, mais comercial do que industrial. A cidade deu um salto para cima, e a velha Usina do Gasômetro se mostrou insuficiente para fornecer energia para o estado e o americano não tinha interesse em fazer novos investimentos e ampliar a Usina, a não ser que obtivesse uma nova concessão por mais quarenta anos, o monopólio por mais 40 anos. Isso era inaceitável. (...) Quando começou a questão do racionamento, a Usina de Porto Alegre já estava saturada, eu era o funcionário, exatamente a pessoa responsável pelo sistema de toda a cidade de Porto Alegre e Canoas. Então esse era o nosso drama. Tinha dias, de manhã, que as máquinas estavam todas esgotadas. A CEEE já tinha feito uma Usina de Emergência na Avenida Farrapos, para ajudar no abastecimento da cidade, mas não passava das 8:30 horas sem racionar vários setores da cidade; um terço da cidade era racionado pela manhã e só era religada em torno do meio-dia. À tarde, quando a carga tornava a aumentar, quando a indústria e o comércio começavam a funcionar, o outro lado da cidade era desligado. Isso causava um enorme prejuízo à indústria e ao comércio. Havia um enorme movimento, havia uma enorme insatisfação popular. Logo após nossa eleição para a direção do sindicato, antes mesmo de tomar posse, pedimos uma audiência com o engenheiro Noé de Melo Freitas, então diretor geral da CEEE, para saber quais eram os seus planos para Porto Alegre. Eles nos mostrou em detalhes o Segundo Plano de Eletrificação do estado, que previa, inclusive, a encampação da empresa estrangeira, isto ainda em 1956. Saímos dali com a obrigação moral de iniciar um movimento pela encampação e desapropriação da empresa estrangeira. Esse movimento foi iniciado pelo Sindicato dos Trabalhadores. Na época, tinha sido eleito para vereador de Porto Alegre o então major Pedro Alvarez, hoje Coronel Pedro Alvarez, que foi expulso do exército em 1964. Mas, na época, o major Pedro Alvarez tinha sido eleito vereador de Porto Alegre, era militante socialista como nós. Nós o procuramos e ele requereu uma comissão especial na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Uma comissão de três membros para estudar o abastecimento de energia elétrica da cidade. Aí começou a campanha. Através de elementos que nós fornecíamos a essa comissão, foi se divulgando e mobilizando

a opinião pública. A imprensa começou a refletir o que era realmente a presença da empresa estrangeira e os prejuízos que ela vinha causando e a maneira como aumentava artificialmente o seu capital, sem investir nada, pelo contrário, mandava dinheiro para fora. (...) Nós elaboramos, na época, um estudo, demonstrando que só os percentuais de aumento absurdo de tarifas autorizados para cobrir o reajustamento de salário de pessoal, ao longo de dez anos, tinha representado para a empresa um acréscimo. A tarifa básica eram 0,92 centavos, os adicionais para cobrir reajustamento de salário era de um cruzeiro e treze centavos, muito mais alto do que a tarifa básica, e independente disso ela ainda tinha aumento por conta de combustível e de despesas operacionais, outros materiais de manutenção e tudo mais. Era assim, artificialmente, que ela aumentava as tarifas. A popularização desse números, a divulgação, levou a um grande movimento popular. **Quando o Sr. Leonel Brizola assumiu o Estado, a encampação já estava definida, era só um ato finalizador, era um ato legal final. Precisava apenas chegar uma autoridade com independência suficiente e vontade política para fazer a encampação, porque, para a consciência popular, para a consciência pública, já estava claro que a empresa era podre e devia ser tirada daqui. Eles estão nos roubando, estão levando dinheiro para fora e nosso desenvolvimento está atrasado e nós não dispomos de energia suficiente.**²⁰⁹

Concretamente, o episódio da encampação, quando não ignorado é apresentado como demonstração das convicções nacionalistas de Leonel Brizola. Até aqui, realcei que a encampação foi marcada por uma luta social, permeada de vários interesses e alimentada e de um intenso e qualificado debate público. Escapou dos nossos objetivos uma análise em profundidade sobre as origens e a capilaridade ideológica do nacionalismo no Rio Grande do Sul, algo que, reconheço a necessidade, deve ser pesquisado com mais rigor. Contudo, sugerimos na narrativa que a “bandeira do nacionalismo” possuía concretude, uma vez que penetrava nos lares dos consumidores e permeava diversas esferas da sociedade: sindicatos, agremiações

²⁰⁹ Entrevistas com Jorge Alberto Campezatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

partidárias, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa. Isto, sempre procurando apontar o papel de protagonista do sindicalismo na luta em defesa da encampação da CEERG.

“E dela, quem nos salvará?”

Durante os momentos finais da luta pela encampação, os trabalhadores da CEERG ouviram repetitivamente promessas do governo de que a encampação não violaria nenhum direito conquistado. Entretanto, pressentiam que, uma vez acomodadas as pendências legais da encampação, teriam que enfrentar a Diretoria Geral da CEEE.

O Decreto de Encampação da CEERG foi excessivamente sumário e omisso em questões cruciais, uma delas foi o regime de regulação das relações de trabalho.²¹⁰ A CEERG, antes de ser encampada, era uma concessionária privada e os seus 866 trabalhadores estavam abrigados pela CLT. Com a encampação, todo o seu patrimônio, assim como a concessão da produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, foram revertidos à CEEE. Como já vimos, a CEEE era uma autarquia estadual e os seus 2.632 funcionários eram regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual Civil. A CEEE tinha, em seus quadros, servidores públicos, servidores contratados, técnicos nacionais e estrangeiros contratados e o pessoal de obras. Em nenhuma dessas classificações os trabalhadores da ex-CEERG encaixavam-se.²¹¹

Como costume, no mês de setembro o sindicato fez saber à Diretoria Geral da CEEE a abertura do dissídio coletivo da categoria. A principal reivindicação do dissídio era a correção de 45% dos salários dos trabalhadores da ex-CEERG. Logo que tomou conhecimento da proposta do sindicato, a Diretoria Geral da CEEE apresentou formalmente uma contra proposta que previa: “aumento salarial decrescente, na faixa de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 15.000,00, de 40 a zero por cento”. Essa proposta, além de estar aquém da reivindicada pelo sindicato, vinha condicionada ao

²¹⁰ No Decreto de Encampação da Unidade de Produção e Serviço de Gás, percebe-se claramente a tentativa de evitar os conflitos causados pela forma genérica como o Decreto de Encampação da CEERG tratou o regime contratual de trabalho. Naquele decreto, assinado em 03 de fevereiro de 1961, depois de uma greve que durou cinquenta e um dias, expressa-se um dos aprendizados que o governo obteve com o caso da encampação da CEERG: “A relação de emprego regida pela Consolidação das Leis de Trabalho e ajustada com a Companhia Energia Elétrica Rio Grandense, bem como a filiação à entidade sindical serão mantidos, provisoriamente até que o Poder Judiciário se pronuncie”. Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul. Ano XIX, n.º 159, Porto Alegre, Sexta-feira, 3 de fevereiro de 1991.

²¹¹ O Estatuto do Funcionalismo Público do Rio Grande do Sul, no seu artigo 281, estabelecia que: “a todos os servidores do Estado serão assegurados, no mínimo, os direitos, garantias e vantagens que a legislação social atribui aos trabalhadores, salvo a sindicalização”.

“enquadramento de todos os trabalhadores da ex-CEERG nos quadros do funcionalismo da CEEE.”²¹²

Dias antes, a Diretoria Geral da CEEE, através de um parecer jurídico assinado por Arno Schilling, homem que “em matéria de encampação tornou-se catedrático”,²¹³ notificou que

“a partir do momento da encampação, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termo-Elétrica e da Produção de Gás, tinha perdido a qualidade legal para representar os interesses da classe.”²¹⁴

Em reação, a direção do sindicato dos eletricitários convocou uma Assembléia Geral para discutir as proposições da CEEE²¹⁵. Os trabalhadores, por unanimidade²¹⁶, decidiram rejeitar todas as propostas da Diretoria Geral da CEEE, inclusive a incorporação dos trabalhadores da ex-CEERG nos quadros do funcionalismo público estadual. Os trabalhadores também autorizaram o ajuizamento do dissídio coletivo e deram poderes à diretoria do sindicato para deflagrar uma greve de advertência no momento que julgasse mais oportuno. Com isso, estabeleceu-se um verdadeiro conflito: de um lado, o sindicato dos eletricitários exigindo aumento salarial e atuando na perspectiva de se constituir em uma organização de base estadual; de outro, a Diretoria Geral da CEEE, disposta a não reconhecer a representatividade do sindicato e negociar diretamente com os trabalhadores.

Na tentativa de encontrar uma saída negociada para o impasse, que já possuía data marcada para o confronto,²¹⁷ o governador Leonel Brizola assinou uma Resolução, constituindo

²¹² A Diretoria Geral da CEEE, na ocasião, tornou público que o regime estatutário traria vantagens que os trabalhadores da CEERG ainda não tinham conquistado, tais como: 14,5 salários anuais, adicional por tempo de serviço, estabilidade aos 5 anos de serviço e férias de 30 dias”. *Jornal Fôlha da Tarde*, 09.12.1959.

²¹³ “(...) Aliás o Dr. Arno Schilling em matéria de encampação e tombamento e não apenas nisso, mas nisso tem uma cátedra assegurada; quando criarem a cátedra de encampação ele vai concorrer sozinho”. Afirmção de Wilson Vargas proferida na Assembléia do Conselho Diretivo da CEEE. Ata de Assembléia do Conselho Diretivo da CEEE, nº 183, 29.04.1959. P. 27.

²¹⁴ CEEE - Circular Interna, Porto Alegre, 16 de novembro de 1959.

²¹⁵ Pauta da Assembléia Geral: 1. Apreciação da situação dos empregados do gás. Medidas a serem tomadas. Conveniência ou não da deflagração da greve; 2. Apreciar a situação dos servidores da CEEE setor Pôrto Alegre, face as últimas medidas tomadas pela direção da CEEE. Situação das negociações sôbre reajustamento de salários. *Jornal do Dia*, 8 de dezembro de 1959.

²¹⁶ Os jornais notificaram que o resultado da votação foi de 400 trabalhadores contra as propostas da CEEE e 3 favoráveis.

²¹⁷ A deflagração da greve estava marcada para 11 de dezembro, data em que a CEEE iria apresentar a proposta de conciliação.

uma Comissão Especial²¹⁸ com a incumbência de mediar as negociações. A nomeação da Comissão Especial foi em vão, pois a tensão entre as partes era tão elevada que impediu a realização da primeira reunião.

Conforme deliberou a assembléia, a direção do sindicato dos eletricitários ajuizou o dissídio coletivo. Wilson Oliva, então delegado regional do trabalho, estipulou um prazo de 15 dias para CEEE apresentar uma proposta conciliatória. Neste meio tempo, o sindicato criou um verdadeiro clima de greve, a ser deflagrada na véspera da apresentação da proposta da Diretoria Geral da CEEE. Na eminência de uma greve no setor de energia elétrica, marcada para iniciar na zero hora de 11 de dezembro, entram em cena os secretários Wilson Vargas e Clay Araújo, para intermediar o impasse e convencer a Diretoria Geral da CEEE a formular uma proposta aceitável. A intervenção dos secretários produziu efeito: a Diretoria Geral da CEEE, apesar de não ter acatado, na íntegra, as sugestões dos dois secretários de estado, ofereceu um reajuste salarial de 35%. Com relação ao regime de contrato de trabalho, sinalizou com um procedimento que permitia aos trabalhadores poderem optar, democraticamente, tanto pela permanência do regime contratual CLT quanto pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual.²¹⁹

Na Assembléia Geral, realizada no dia 11 de dezembro de 1959, Jorge Alberto Campezatto leu, na íntegra, os termos da proposta conciliatória apresentada pela Diretoria Geral da CEEE. Logo após a leitura, Enedino dos Santos²²⁰ manifestou apoio ao reajuste de 35%;

²¹⁸ A Resolução criando a Comissão foi publicada no Diário Oficial, em 27 de novembro de 1959. Essa Comissão, a ser presidida pelo Procurador Geral do Estado, foi composta por Arno Schilling, Francisco Araújo (Consultor Jurídico da Secretaria do Trabalho) e um representante da entidade de classe dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Têrmo-Elétrica de Porto Alegre.

²¹⁹ A proposta conciliatória formulada pelos secretários Wilson Vargas da Silveira e Clay Araújo foi amplamente divulgada, na íntegra, pelos principais jornais da época. A proposta consistia nos seguintes pontos: 1) Abertura do prazo de opção, com a duração de dois dias, a ser feita dentro de, no máximo, três dias; 2) os que optarem pelo enquadramento na CEEE, serão reajustados na base da tabela, já apresentada pela aquela autarquia; 3) os que optarem pelo não enquadramento, receberão um aumento de 40%, a partir de 1º. do corrente mês, sobre os salários atuais, até o limite de 8 mil cruzeiros; Único – os servidores referidos nesse artigo, que, posteriormente, desejarem se enquadrar dentro de um ano, terão esse aumento compensado pelas vantagens resultantes do enquadramento; 4) – além do aumento mencionado no item terceiro será elevado para trinta dias o abono contratual, já existente, de 16 dias, com o teto de 20 mil cruzeiros; 5) – ampla garantia à liberdade de esclarecimento por ambas as partes (Sindicato e CEEE), durante o período de opção referido no item primeiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 dez. 1959. Essa proposta foi reformulada pela Diretoria Geral da CEEE nos seguintes aspectos: rebaixou o reajuste de salário de 40% para 35%; rebaixou de 30 dias para 16 dias o valor do abono contratual e não estipulou os prazos para o processo de opção pelo regime contratual.

²²⁰ Enedino França Carneiro trabalhou na CEERG e tornou-se tesoureiro do Sindicato na segunda gestão de Jorge Alberto Campezatto.

entretanto, grande parte do seu discurso foi dedicado a concitar os trabalhadores a lutarem pelos direitos adquiridos, pois

“muito mais do que eventuais e ocasionais vantagens, vale o Sindicato como instrumento de luta de uma coletividade de trabalhadores.”²²¹

Por aclamação, a Assembléia Geral aprovou a proposta conciliatória. Antes de encerrar a Assembléia, Clay Araújo improvisou uma fala. Depois de tecer elogios a Leonel Brizola como o

“primeiro governador do Rio Grande a dar particular importância ao movimento sindical, onde o povo e o governo marcham juntos para a solução de todos os problemas”, concluiu, afirmando: **pessoalmente, sou da opinião que este Sindicato é uma das peças mais importantes no processo de emancipação, não só do Estado, como do país.**”²²²

Pela primeira vez, depois de muitos anos, os trabalhadores da energia elétrica e do gás concluíram um acordo salarial sem que fosse repassado automaticamente para o preço da tarifa de energia elétrica. Entretanto, o impasse sobre o regime contratual não foi resolvido.

A tentativa frustrada de incorporar, sob pressão, os trabalhadores da ex-CEERG nos quadros regulares da CEEE, bem como a derrota sofrida na negociação salarial, convenceram a Diretoria Geral da CEEE a rever suas estratégias de negociação. No apagar das luzes do ano de 1959, ela divulgou, amplamente, aos trabalhadores da ex-CEERG, o seu “presente de final de ano”, concedendo a todos os trabalhadores, que optassem pelo regime estatutário, as mesmas conquistas adquiridas pelo funcionalismo público do setor de energia elétrica:

Para os servidores do setor Porto Alegre, que optarem pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual, vamos garantir os seguintes benefícios:

- a) Uma gratificação anual de fim de exercício igual a um ordenado mensal inteiro;
- b) Uma gratificação anual de férias igual a um ordenado mensal inteiro, sem desconto.
- c) Auxílio farmácia, pagável de acordo com as necessidades, até um máximo 25% do ordenado mensal por semestre, ou seja, meio ordenado mensal por ano (no

²²¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 dez. 1959.

²²² *Idem. Idem.*

caso do servidor não ter tido necessidade deste auxílio, recebe o seu valor no fim de cada semestre).

d) 30 dias de férias por ano de efetivo exercício.

e) Gratificações de 15 e 25%, completados 15 e 25 anos de serviço respectivamente (computando-se o tempo de serviço prestado à empresa encampada).

f) Gratificações adicionais de 5, 10, 20 e 30%, quando completados 5, 10, 20 e 30 anos de serviço exclusivamente à CEEE.

g) Estabilidade após cinco anos de exercício efetivo.

h) Estabilidade assegurada, se já adquirida na antiga concessionária, antes de maio de 1959.

i) Licença prêmio remunerada após 10 anos de serviço.

l) Licença de 8 dias por motivos de casamento ou luto.

Além destas gratificações, com base em outros processos judiciais de encampação realizados pelo Estado, a Diretoria Geral da CEEE informou aos trabalhadores que o ato de encampação significou um rompimento unilateral do contrato de trabalho, o que tornava obrigatória uma indenização que deveria ser paga a todos trabalhadores que aderissem, voluntariamente, ao regime estatutário. Durante os três primeiros meses do ano de 1960, a Diretoria Geral da CEEE percorreu todos os setores da ex-CEERG, conversando diretamente com os trabalhadores, na tentativa de persuadi-los para sua proposta. Essa “nova” postura da CEEE teve efeito contrário e provocou uma enérgica reação, não apenas dos eletricitários,²²³ mas de grande parte do sindicalismo gaúcho.

²²³ A identificação dos trabalhadores com as lutas travadas pelo sindicato também pode ser medida pela baixa adesão ao enquadramento proposto pela CEEE: até 13 de junho de 1960, dos 866 trabalhadores da empresa encampada, apenas 75 aderiram ao regime estatutário. Supremo Tribunal de Justiça, Processo nº 59982, Vol. III, p. 340.

Os eletricitários não estavam sozinhos

Em menos de quatro meses o sindicalismo gaúcho promoveu duas greves gerais. Nestas greves, a defesa da permanência do sindicato dos eletricitários foi uma das principais reivindicações. A primeira greve foi mobilizada pela Intersindical CAPFESP, entidade criada em 1958 pelos ferroviários, os telefônicos, os eletricitários e os trabalhadores da Carris.²²⁴

A paralisação de 12 de março de 1960 foi a primeira tentativa de greve geral promovida no governo trabalhista de Leonel Brizola. Essa greve, não só unificou essas quatro organizações sindicais em torno de bandeiras comuns - entre elas: contra a carestia, pela aprovação da Lei da Previdência e pela Regulamentação do Direito de Greve -, como colocou em evidência reivindicações específicas. Os trabalhadores da Carris, por exemplo, cobravam da empresa um abono salarial de emergência; já, os eletricitários desejavam sustar o ímpeto de alguns setores do governo, que defendiam abertamente a liquidação do sindicato; os ferroviários lutavam pela reversão da ferrovia e pela regularização do pagamento dos segurados e pensionistas.

Antes mesmo dos ponteiros do relógio cruzarem as 24 horas do dia 11 de março de 1960, os trabalhadores da Carris, em sinal de adesão voluntária à greve, paralisaram os bondes. Minutos depois, na Usina do Gasômetro, Jorge Alberto Campezzato desligava seletivamente as chaves do painel de controle: primeiro, a chave que mantinha acesa a iluminação pública; depois, interrompeu a energia que alimentava os bondes, e, assim, sucessivamente, sempre resguardando os serviços essenciais. Horas depois, os funcionários da Usina do Gasômetro festejavam um fato inédito: pela primeira vez, os setores da administração da CEEE - Setor Porto Alegre, cruzavam os braços. Esse acontecimento reforçou ainda mais o pedido de afastamento de Albano Mirandôla, presidente da CEEE, que, na véspera da greve, visitou ostensivamente a Usina do Gasômetro, a fim de intimidar a participação dos trabalhadores na greve. Álvaro Ayala, que, no

²²⁴ Cada um destes segmentos passava por transformações estruturais em suas bases: os telefônicos enfrentavam a empresa multinacional International Telephon and Telegraph Corporation e, a exemplo dos eletricitários, reclamavam a encampação. Os ferroviários, por sua vez, lutavam para garantir direitos conquistados em meio às mudanças no sistema de transporte ferroviário. A Carris, além de endividada, já não conseguia vencer a concorrência com os ônibus e lotações. Na realidade, sérias ameaças pairavam sob os ombros dos trabalhadores destes quatro segmentos. Seguramente, essas e outras questões facilitaram a constituição de um campo de identidade, para além da fiscalização do pagamento das aposentadorias dos funcionários públicos inativos e dos serviços médicos prestados pela CAPFESP, objetivo inicial que inspirou a fundação da Intersindical.

dia da greve, tornou-se porta voz da Intersindical, tratou de demonstrar as contradições existentes no governo:

“Enquanto o governo do Estado reconhece e se apóia nos sindicatos para levar à prática a sua política nacionalista, a direção da CEEE ostensivamente investe contra a entidade de classe de seus empregados, num flagrante desrespeito à orientação governamental.”²²⁵

Em Santa Maria, cidade conhecida como a república dos ferroviários, antes mesmo do sol nascer, o telégrafo da VFRGS anunciava a paralisação em todas as estações de trens do estado. Essa greve transcorreu sem maiores sobressaltos e sem repressão. Dias depois, o governo federal agilizou o pagamento dos atrasados dos pensionistas gaúchos; e os trabalhadores da Carris receberam um abano salarial, sem que houvesse aumento no preço das passagens de ônibus. No plano organizativo, estruturou-se no Rio Grande do Sul uma outra entidade sindical, que ficou conhecida como Intersindical da CAPFESP.²²⁶

A adesão formal de outras entidades sindicais e as restrições colocadas pela Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos dificultaram a difusão da greve para todo o estado. De fato, a greve de março de 1960 limitou-se à Porto Alegre e Santa Maria. Com exceção da Executiva do IV CTG,²²⁷ que relutou até o último momento em apoiar a greve de março e dizia não ver a necessidade de uma nova greve, as demais organizações sindicais defenderam a realização de uma nova paralisação. Durante dois meses consecutivos, as lideranças das principais entidades sindicais do estado reuniram-se sistematicamente para discutir a viabilidade de uma nova greve. No dia 06 de julho as maiores cidades do estado do Rio Grande do Sul pararam. A greve de junho teve um caráter mais amplo e foi organizada e dirigida pela Intersindical, pelo Comando Sindical de Porto Alegre e pela Executiva do IV Congresso dos

²²⁵ *Ultima Hora*, Porto Alegre, 13 mar. 1960.

²²⁶ Logo após a greve de 12 de março de 1960 foi eleita a nova direção da Intersindical, que ficou assim composta: Santiago Gusmão (Presidente - Ferroviário); Jorge Alberto Campezzato (Vice-Presidente - Eletricitário); José Carlos Azeredo (Secretário - Ferroviário); Alzier Capiberibe (Segundo Secretário) e José Rodrigues Sanches (Tesoureiro - Tranviário). Nos dias 21 e 22 de maio de 1960 a Intersindical da CAPFESP realiza o seu maior encontro em Santa Maria. Naquela ocasião foi redigida a Carta de Santa Maria que, entre outras resoluções, aprovou a organização de uma greve geral.

²²⁷ Apesar da hegemonia dos comunistas e trabalhistas autênticos, a Executiva do IV CTG ainda tinha uma forte presença das federações e confederações, tradicionalmente controladas por lideranças sindicais oficialistas. O episódio da greve de junho de 1960 leva José Cesar Mesquita, presidente do IV CTG, para posições mais avançadas. Até aquele momento, sua atuação na Executiva do IV CTG mantinha o equilíbrio de forças entre os dois setores do

Trabalhadores Gaúchos. Essa greve explicitou as reivindicações comuns dos trabalhadores: o respeito às entidades de classe (sindicatos e associações); a garantia de direitos adquiridos; uma Lei Orgânica da Previdência Social que incluísse as proposições das organizações sindicais, inclusive a participação dos trabalhadores na direção das autarquias de Previdência; uma lei que regulamentasse o exercício e o direito de greve; a luta contra o aumento da carestia, etc.

Jorge Alberto Campezzatto relatou um episódio que ilustra o alcance da greve de junho:

“Deflagrada a greve à zero hora, foi desligada toda a iluminação das ruas da cidade; os bondes e outros veículos de transporte coletivo foram recolhidos; os trens de passageiros, que haviam iniciado viagem antes da zero hora, pararam nas estações mais próximas. Cessou totalmente a atividade comercial e industrial no estado. Como estávamos sem nos alimentar desde o meio-dia do dia anterior, convidei alguns companheiros para irmos ao Restaurante Treviso, no mercado público, que funcionava 24 horas. Saímos da Sede do Comando de Greve, instalada no Sindicato dos Telefônicos na Rua Riachuelo, na esquina com a Marechal Floriano, e descemos a Avenida Borges de Medeiros, escura e completamente deserta. Chegando ao mercado público, encontramos o Treviso fechado. Percebi luz no interior e bati na porta. Atendeu o Carlinhos, gerente a quem informamos que estávamos famintos e que precisávamos comer alguma coisa. Resposta: “ - Mas como Campezzatto?! Não fostes tu que mandaste fechar? Eu dispensei o pessoal e fechei, não tenho nada para alimentar vocês. A solução foi irmos às nossas casas para comer algo.”²²⁸

O Sindicato dos Gráficos, conhecido por suas posições avançadas, redigiu em seu jornal os motivos pelos quais aderiu à greve:

“O comando sindical de POA e a executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos apresentaram justas reivindicações do povo e da classe operária: previdência social, direito de greve e custo de vida (leite, carne, transporte, etc.), mas não mostraram, não denunciaram ao povo a totalidade dos responsáveis pela

movimento sindical gaúcho. A relutância de José Cesar Mesquita em apoiar, de imediato, a greve de junho, provocará reações dos comunistas, que se manifestam, principalmente, no V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

difícil situação que atravessamos. Nós, os gráficos e os trabalhadores conscientes, segundo pensamos, ao participar desta greve, o fizemos não só pelas reivindicações acima enunciadas, mas também como protesto, pela inépcia, incapacidade, demagogia e traição dos governantes e legisladores às suas próprias promessas de candidato. Fizemos greve contra o governo municipal pela falta de água, pela falta de esgotos, pela falta de calçamentos, pela falta de planos para as deficiências acima apontadas, pela falta de organização e fiscalização dos transportes municipais e particulares, pela falta de uma melhoria nos mercados de verduras e feiras livres. Fizemos greve contra o governo do Estado, por ter se afastado totalmente da plataforma popular, democrática e nacionalista com que foi eleito.”²²⁹

João Aveline, ainda empolgado com as primeiras edições do jornal Última Hora e dando mostras de que a sua “coluna sindical” seria uma aliada incondicional dos sindicatos, deu o seu recado:

“Os que pretendem fazer dos cargos públicos balcões de negócios, que também ponham a barba de molho.”²³⁰

A Folha Metalúrgica destacou o principal mérito da greve:

“A greve teve a faculdade de, em primeiro lugar, CHAMAR A ATENÇÃO E ADVERTIR os responsáveis pela direção dos destinos de nosso Município, de nosso Estado, de nosso País, contra os desmandos de meia dúzia que rouba escandalosamente, de dia claro, as classes menos favorecidas, justamente aquelas que trabalham e se sacrificam pela grandeza de nossa Pátria.”²³¹

Essas paralisações não só pautaram a Lei da Previdência Social e a Lei de Greve, como serviram para defender demandas específicas e imediatas das categorias e a problemática do aumento do custo de vida. No entanto, no plano político organizativo, essas duas greves elevaram os patamares de unidade e articulação das três organizações sindicais: a Executiva do

²²⁸ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

²²⁹ Jornal O Gráfico, Agosto de 1960.

²³⁰ Última Hora, Porto Alegre, 13 mar. 1960.

²³¹ Jornal Folha Metalúrgica, edição de julho de 1960.

Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, a Intersindical CAPFESP (ambas de abrangência estadual) e o Comando Sindical de Porto Alegre.

Além destas ações coletivas de maior abrangência, outras categorias de trabalhadores realizaram greves que, indiretamente, contribuíram para demonstrar ao governo e aos setores econômicos a ele vinculados, o aumento da unidade e a radicalização das ações sindicais. Antes de retomar o curso da narrativa do caso da encampação, dois episódios não podem ser esquecidos.

O primeiro foi a greve dos moleiros. Inicialmente, a paralisação dos moleiros originou-se de um arranjo entre a direção do sindicato dos trabalhadores²³² e os empresários da indústria moageira. Na realidade, a greve dos moleiros não passava de uma manobra dos empresários para forçar o aumento do preço da farinha. No percurso da greve, um grupo de trabalhadores, percebendo o comportamento da direção do sindicato na condução do movimento, resolveu levantar a bandeira do “reajuste salarial sem majoração no preço da farinha”. O presidente do sindicato foi afastado do comando de greve²³³ e abriu-se espaço para que os representantes do Comando Sindical de Porto Alegre pudessem participar da direção do movimento. Ao não aceitar a vinculação do reajuste salarial ao aumento do preço farinha, os empresários do setor moageiro suspenderam as negociações. Nesse momento, a greve chega ao seu ponto de impasse. O Comando Sindical de Porto Alegre dá, então, um ultimato, ameaçando com a deflagração de uma greve geral de solidariedade.²³⁴ Além disso, denuncia a direção da COAP por não ter imposto nenhuma resistência ao pedido de aumento do preço da farinha. Essa ações sustaram o aumento do preço da farinha e os moleiros negociaram um reajuste salarial de 40%.

Logo após a greve dos moleiros, os trabalhadores dos postos de gasolina cruzaram os braços por três dias, reivindicando um reajuste salarial de 45% e a elevação do percentual de insalubridade de 15% para 30%. Juntamente com os moleiros e os trabalhadores dos postos de gasolina, os bancários, os metalúrgicos, os marítimos, os estivadores, os portuários, os ferroviários, os funcionários públicos municipais e estaduais, os eletricitários e outras categorias

²³² Na época, o sindicato chamava-se Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Trigo, Milho, Soja e Mandioca.

²³³ Dias depois da greve, o presidente do sindicato foi deposto e o grupo que liderou a greve assumiu a direção do sindicato, através de eleições.

²³⁴ A greve geral em solidariedade aos moleiros foi marcada para o dia 13 de setembro de 1960. A greve dos moleiros foi encerrada no dia 10 de setembro. No lugar da greve geral, decidiu-se pela realização de uma “Passeata da Vitória”

ensaiaram movimentos reivindicatórios e grevistas. Esse clima de mobilização contagiou até mesmo alguns sindicatos que, historicamente, foram refratários a greves, entre os quais podemos destacar o do comércio e o da construção civil.

Depois destes enfrentamentos, o governador Leonel Brizola, na tentativa de jogar uma pá de cal na questão dos eletricitários, obrigou a Diretoria Geral da CEEE a reconhecer o sindicato como representante legítimo dos trabalhadores e a circunscrever as disputas apenas à esfera judicial.²³⁵

A união entre o sindicato dos eletricitários e a Associação dos Funcionários da CEEE

Animados por estas recentes vitórias, o sindicato dos eletricitários passou a desenvolver uma série de ações voltadas para o objetivo de irradiar a sua representação para o conjunto dos trabalhadores da CEEE, em todo o estado. Como já vimos anteriormente, nos quadros do funcionalismo da CEEE existia um razoável número de trabalhadores denominados “pessoal de obra” (PO). Esses trabalhadores eram contratados para a construção de usinas, barragens, subestações, redes elétricas, etc. Quando concluíam essas obras, acabavam sendo designados para operá-las ou eram transferidos para novas construções. O fato é que, ao longo do tempo, a CEEE incorporou em seus quadros um razoável contingente de trabalhadores regidos pela CLT, que não tinham abrigo no Estatuto do Funcionalismo Público e não sentiam-se representados pela Associação dos Funcionários da CEEE.

Foi a partir da situação destes trabalhadores que a direção do sindicato ensaiou uma política de aproximação com a Associação dos Funcionários da CEEE, com o objetivo de torná-la mais simpática à luta do “pessoal de obra”.

“Então, tivemos a habilidade de nos aproximarmos da Associação da CEEE e mostrar aos companheiros que a nossa luta tinha muito a ver com o conjunto da categoria, com todos os funcionários da empresa. (...) Nós dizíamos o seguinte: vocês têm um grupo expressivo de trabalhadores, cerca de dois mil e quinhentos,

²³⁵ “Face à controvérsia dos respeitáveis pareceres da Consultoria Jurídica da CEEE, da Assessoria Jurídica da Secretaria do Trabalho e Habitação e do próprio parecer da Procuradoria Geral do Estado, resolvo: reconhecer o Sindicato de classe dos trabalhadores, hoje prestando serviço na CEEE – Setor Pôrto Alegre, até que, conclusivamente, se defina a Comissão nomeada pelo Excelentíssimo Senhor Governador, sôbre a validade jurídica

extra numerário, mas têm uns três mil e quinhentos que são regidos pela CLT e que estão pendurados, que não têm entidade representativa, pois a associação não representa esse pessoal; a associação, de caráter beneficente e recreativo, não representava aquele pessoal, não tinha o poder legal para representar aquele pessoal. Foi por aí que nós chamamos para o nosso lado, para o lado do sindicato, a associação.”²³⁶

A aproximação com a Associação dos Funcionários da CEEE trouxe resultados. Tanto que, a partir de 1960, algumas assembleias e mobilizações foram realizadas conjuntamente. Jorge Alberto Campezzatto recorda que:

“A associação entrava junto com o sindicato no movimento de reivindicação geral, fazia-se assembleias gerais conjuntas, visando reivindicações comuns, pauta comum de reivindicação. Foi aí que se estabeleceu uma força política que o próprio engenheiro Leonel Brizola não contava que aparecesse no cenário político estadual. Lembro de uma assembleia conjunta, realizada no cinema Marabá, que ficava na rua Coronel Genuíno. O cinema Marabá tinha capacidade para 1.300 pessoas, sentadas. Tivemos que colocar alto-falantes no rol do cinema, porque ficou superlotado, interrompeu o trânsito, vieram delegações de praticamente todos os municípios do estado; aí, de fato, foi constituído o sindicato de base estadual, embora não existisse legalmente. Esse foi o nosso grande trunfo político. Outra vez, o senhor Leonel Brizola apareceu inesperadamente em uma assembleia nossa, realizada no Instituto Belas Artes, na rua Senhor dos Passos. Quando apareceu, inesperadamente, e a massa percebeu a presença do Senhor Leonel Brizola, irrompeu uma estrondosa vaia. Ele estava protelando a solução de uma reivindicação da classe. Ouviu uma estrondosa vai que nos deixou, nós que estávamos dirigindo a assembleia, meio constrangidos. Afinal de contas, era o governador do Estado. Ele se dirigiu à frente e pedi que sentasse ao meu lado. Ele pediu licença e disse essas palavras, que não vou esquecer nunca: “- Recebo com humildade as vais que me são endereçadas, mas vou impor aos senhores o

do Sindicato, ou até que o Poder Judiciário dirima a controvérsia jurídica. Cumpra-se.” (Notificação da Secretaria de Energia e Comunicações. 4 de dezembro de 1959).

²³⁶ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

desprazer da minha presença até o fim desta assembléia”. Ficou até o fim mesmo. Em alguns momentos houve um diálogo até ríspido, mas quando o governador saiu da assembléia, saiu convicto de que, daquele momento em diante, tinha que ter outro tipo de diálogo com a categoria. É verdade que, muitas vezes, tivemos que pegar mil e duzentos trabalhadores e colocar no saguão do Palácio Piratini, para fazer ele descer e falar conosco. Politicamente, não tenho dúvidas de que esse fato mudou todas as relações com o movimento sindical, mudou o conteúdo político do estado, não tenho dúvidas.”²³⁷

O presidente da Associação dos Funcionários da CEEE tornou-se tão simpático às lutas dos eletricitários, que chegou, até mesmo, a realizar assembléias sindicais conjuntas e a assinar manifestos com a direção do sindicato. Esse comportamento pró sindicato rendeu inúmeros desentendimentos com a direção estadual do PTB, pois, além de presidente da Associação dos Funcionários da CEEE, Walmir Gomes de Mello era vereador petebista no município de Bento Gonçalves.

A partir de então, Walmir Gomes de Mello passou a defender, abertamente, a unificação das duas entidades. Em uma das tentativas de anular o movimento de integração estadual da categoria dos eletricitários, Arno Shilling, respaldado por Wilson Vargas, interveio diretamente na Associação dos Funcionários da CEEE, a força e exigindo a renúncia do presidente. Em reação, o sindicato, que naquela oportunidade também pleiteava aumentos salariais, pautou, em assembléia geral da categoria, a intervenção na Associação dos Funcionários da CEEE e as declarações na imprensa de Arno Schilling, acusando a direção do sindicato de conspirar contra o Plano de Eletrificação de Leonel Brizola. A assembléia marcou uma greve de advertência para o dia 24 de agosto. Assim que tomou conhecimento da greve, Wilson Vargas classificou-a de “ilegal, inoportuna e injusta.”²³⁸ Essa greve acabou não se concretizando, contudo, marcou o rompimento da direção do sindicato com Wilson Vargas:

“O senhor Wilson Vargas se alia hoje àqueles que mais combateram a encampação. (...) Entretanto, hoje, o secretário de energia chafurda no mesmo lamaçal de indignidade, colocando-se ao lado dos seus detratores de ontem, em

²³⁷ *Idem*.

²³⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08 agos. 1960.

oposição ao sindicato que mais o ajudou a desfraldar, no mastro da Bond and Share, o patrimônio nacional.”²³⁹

Em agosto de 1960, no V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, os eletricitários aprovam uma moção que simboliza o rompimento com o governo trabalhista:

“AO GOVÊRNO DO ESTADO: manifestando sua desconformidade pelo fato de não estar cumprindo seu compromisso com o movimento sindical, de respeitar os direitos adquiridos e a entidade de classe dos trabalhadores em energia elétrica, após a encampação da empresa americana.”²⁴⁰

Em 1962, quando o sindicato consolidou a sua representação em todo o estado, resolveu dirigir ao Ministério do Trabalho uma autorização para ampliar a base territorial e a representação dos trabalhadores para todo o estado. A partir desse momento, o sindicato passou a se chamar Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Hidro e Termo Elétricas do Estado do Rio Grande do Sul. Para Jorge Alberto Campezatto, a formação de um sindicato de eletricitários em âmbito estadual

“mudou a relação política do governo e do PTB com os sindicatos. Já mencionei antes que, quando Leonel Brizola precisava resolver alguma questão relacionada com o movimento sindical, chamava algumas federações e presidentes de sindicatos e dizia o que queria. Os caras assinavam. Dali prá frente não, eles tinham que discutir com o movimento sindical. Depois da luta da encampação, de todo esse fato político que foi o reconhecimento da existência do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Termo-Elétricas e da Produção de Gás de Porto Alegre e, depois, da Intersindical, o governo teve que vir para o diálogo e para a discussão com o movimento sindical.”²⁴¹

Vimos que a recusa dos trabalhadores, em optar pelo regime de trabalho regulado pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual, gerou vários conflitos entre a Diretoria Geral da CEEE e o sindicato. Esses conflitos motivaram a eclosão de duas greves, que transformaram a

²³⁹ Nota enviada à imprensa por Álvaro Ayala, presidente do Sindicato dos Eletricitários. *Última Hora*, Porto Alegre, 08.agos. 1960.

²⁴⁰ As resoluções do V CTG foram publicadas na Folha Metalúrgica, na edição de setembro de 1960.

²⁴¹ Entrevistas com Jorge Alberto Campezatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

defesa da existência do sindicato dos eletricitários em uma causa do sindicalismo gaúcho. Também tentei explicitar que, esse impasse, relacionava-se mais com o temor que a Diretoria Geral da CEEE tinha de ver surgir uma organização sindical em âmbito estadual, ramificando a representação sindical para o conjunto dos funcionários da CEEE, do que uma apego dos dirigentes da autarquia às normas que regulavam as relações de trabalho. Ou seja, por trás dessa questão encontramos uma luta mais política do que legal. Para finalizar este capítulo, falta remontar com mais detalhes a visão que setores do governo petebista tinham sobre o papel do sindicato e a sua relação com o Estado.

A visão petebista sobre as relações entre Estado e Sindicato

Ocasionalmente, tive acesso aos quatro volumes do processo movido contra o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Termo-Elétricas e da Produção de Gás de Porto Alegre. Nesse documento, através da argumentação jurídica do Procurador Arno Schilling, encontramos, de forma elaborada, a visão que parte expressiva do PTB, principalmente os setores governistas, carregavam sobre o sindicalismo e suas relações com o Estado.

Arno Schilling, na qualidade de consultor jurídico da CEEE e Procurador no processo de cassação movido contra o Sindicato, estruturou sua acusação em três níveis. No primeiro, procurou caracterizar a permanência da sindicalização dos funcionários da ex-CEERG como um “corpo estranho à organização administrativa do Estado”. Na segunda, tentou demonstrar que a ação grevista do sindicato causava prejuízos econômico à autarquia e à coletividade porto-alegrense. Por fim, denunciou a não observância, por parte do sindicato, do princípio da especialidade, previsto na CLT. Para demonstrar que a permanência de um sindicato intermediando a representação de funcionários públicos era uma aberração legal, por impedir o direito, tanto da autarquia quanto do servidor público, de encaminhar petições (leia-se: estabelecer relações diretas entre o servidor público e a autarquia), Arno Schilling escreveu:

“O sindicato, pretendendo monopolizar a representação dos associados, quer impedir o contato direto da Diretoria Geral da C.E.E.E. com o pessoal da C.E.E.E. – Setor Pôrto Alegre – e introduz, dest’arte, um profundo elemento de perturbação na administração do pessoal desta autarquia.”²⁴²

²⁴² Processo nº 59982. Supremo Tribunal dos estados Unidos do Brasil. Vol. II, p. 88.

Fica evidente a continuidade de uma prática de Estado que, na tentativa de estabelecer relações diretas, nega a existência de instituições autônomas da sociedade civil.

Grande parte do texto acusatório de Arno Schilling é dedicado à análise dos danos econômicos causados pelas greves. Sua principal preocupação é demonstrar que a atuação grevista do Sindicato dos Eletricitários, ao longo dos anos, infligiu queda na receita, dificultou a consolidação da empresa e ocasionou graves prejuízos ao fornecimento de energia à população. Na realidade, Arno Schilling simplesmente atualizou os argumentos anteriormente manejados pela CEERG. Ou seja, assim como a CEERG justificava o aumento do preço das tarifas de energia elétrica e sua situação “pré falencial” a partir da ação grevista do sindicato, a CEEE responsabilizava as “greves de natureza política” e “decretadas pela diretoria do sindicato” pela não consolidação de uma empresa estatal no setor de energia elétrica. Arno Schilling chegou a afirmar que:

“Agindo dessa maneira, o sindicato conspirava contra o Estado e contra o nacionalismo. Esse descontentamento, na realidade, revelava o apoio deste sindicato aos interesses das multinacionais.”²⁴³

Do texto de Arno Schilling, o que mais impressiona são as provas para sustentar que o sindicato realizava “desvio de funções”. Para fundamentar a acusação de que o sindicato desrespeitava o princípio da especialidade da CLT, foi anexado, como prova, uma convocatória de Assembléia Geral da Categoria para debater, entre outros assuntos, o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Seguramente, essa Assembléia Geral foi realizada e o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi debatido. Entretanto, o que tornou essa assembléia sindical diferente das demais, foi a defesa da inclusão do princípio do monopólio da escola pública, algo que não estava explicitado, originalmente, naquele projeto. A defesa da escola pública, feita pelo Sindicato dos Eletricitários, repercutiu de tal maneira que o arcebispo, Dom Vicente Scherer, em celebração do seu 13º aniversário de sagração episcopal, na Catedral Metropolitana, fez o seguinte comentário:

“No atual movimento contra a Lei de Bases do Ensino há também fatos pitorescos, como, por exemplo, a iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Termelétricas de Porto Alegre, sabidamente dominado por conhecidos

²⁴³ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 26 nov. 1959.

dirigentes comunistas, que convocaram, para o dia 24 do corrente, uma sessão de Assembléia Geral Extraordinária, em primeiro lugar, para definir a posição da classe face ao projeto de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.”²⁴⁴

Respalhado pela autoridade eclesiástica mais influente do Estado, Arno Schilling advoga que a atuação do sindicato é estranha ao bem público e introduz nas relações de trabalho constantes perturbações, nocivas à autarquia e à coletividade. Com suas próprias palavras:

“O sindicato réu é useiro e vezeiro na violação do princípio da especialidade, pois, em lugar de ação sindical apoiada na legislação vigente, costuma agir politicamente, em assuntos que fogem à sua competência.”²⁴⁵

Ou, ainda:

“O Sindicato adora exercer ação política de todo estranha aos fins que presidiram a sua instituição, fins que se resumem na defesa de justas condições de trabalho.”²⁴⁶

Na opinião de Arno Schilling e de renomados petebistas, os sindicatos deviam ater-se ao prescrito na CLT, sendo que o “desvio de função” teria que ser punido com a cassação da carta sindical. Pela lógica deste representante de estado, tanto no regime CLT quanto no Estatuto do Funcionalismo Público, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Termo-Elétrica e da Produção de Gás de Porto Alegre, condenava-o a ter as suas portas lacradas.

À primeira vista, a encampação da CEERG e a tentativa de cassar a existência do sindicato, minuciosamente detalhada no Processo movido contra o Sindicato dos Eletricitários, não passam de expedientes jurídicos. Porém, a análise destes episódios permitiu reconstruir as visões que o estado, então governado por Leonel Brizola, tinha sobre o sindicalismo. Ajudou a esclarecer as diferentes opiniões sobre o papel do sindicato na sociedade e a percepção que os próprios dirigentes sindicais tinham do perfil de sindicalismo que estavam construindo. Também ficaram claros os receios que as instituições do estado, particularmente a direção da CEEE e da Secretaria de Energia, tinham do surgimento de uma organização sindical autônoma em âmbito

²⁴⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 fev. 1960.

²⁴⁵ Processo nº 59982. Supremo Tribunal dos Estados Unidos do Brasil. Vol. II, p. 89.

²⁴⁶ *Idem.* Vol. II, p. 198.

estadual, semelhante ao que vinha acontecendo com os ferroviários, os trabalhadores da orla marítima e outras categorias de trabalhadores.



Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre

Foto do IV CTG

Capítulo IV - Entre o mar e o rochedo: a greve da CARRIS

Referências sobre a situação falimentar da Cia. Carris Porto-Alegrense são frequentes no período estudado. Embora houvesse uma relativa unanimidade no reconhecimento da crise financeira da Cia. Carris Porto-Alegrense, quando o assunto eram as suas causas, logo surgiam polêmicas insolúveis. Para uns, a origem da crise estava na excessiva permissividade com as empresas privadas, que crescentemente ampliavam o controle do transporte coletivo e estabeleciam uma concorrência difícil de ser vencida, ou seja, na renúncia do poder público municipal de consolidar uma empresa de transporte público na cidade. Para outros, a crise era gerada pela sangria financeira, oriunda das dívidas que a Cia. Carris Porto-Alegrense tinha contraído ao longo do tempo com a Companhia Estadual de Energia Elétrica e com o IAPFESP; a estes, uma moratória era a única solução plausível para salvar a empresa. Não faltava quem acusasse a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense de incompetência administrativa, pois, mesmo sendo agraciada com dilatações nos prazos e abatimentos nos valores das dívidas e, tendo sob sua tutela, boa parcela do transporte coletivo, os administradores da empresa mostravam-se incapazes de revitalizá-la. Havia também aqueles que atribuíam a crise da Cia. Carris Porto-Alegrense à ação grevista e à intolerância da direção do sindicato, considerada como um dos ninhos dos comunistas.²⁴⁷

O fato é que a Cia. Carris Porto-Alegrense, depois de experimentar uma trajetória de notável crescimento, entrou na década de 50 enfrentando enormes dificuldades: déficit orçamentário, envelhecimento da frota, diminuição da quantidade de passageiros transportados, não ampliação das linhas (apesar do crescimento da cidade e da população), defasagem tecnológica do sistema de bondes²⁴⁸ e progressiva equiparação, no preço das passagens dos bondes, com os preços das empresas particulares.²⁴⁹

Desde 1947 era rotina os tranviários realizarem greves para obterem acréscimos em seus salários. Depois de um movimento grevista bastante traumático, em julho de 1954 os

²⁴⁷ Essas posições foram explicitadas nos principais jornais de Porto Alegre (Correio do Povo, Última Hora, Folha da Tarde) e nos debates travados na Câmara de Vereadores, nos quinze dias que antecederam a greve da Carris.

²⁴⁸ Na época já circulavam, em Porto Alegre, ônibus movidos a combustível que travavam uma forte concorrência com os bondes. Estudava-se a implantação de um sistema de trolebus.

²⁴⁹ Neste período, a Carris empregava 1.620 tranviários distribuídos entre condutores, motoneiros, fiscais, inspetores e pessoal de escritório e manutenção. Transportava nos 110 bondes em circulação uma média de 45% dos passageiros de Porto Alegre Para uma visão ampla da história da Carris, ver: Marion Kruse e Maria da Graça Vilarino (Org.). Carris 120 anos. Secretaria Municipal de Cultura. Porto Alegre, 1992.

operários da Carris não apenas conquistaram um aumento salarial de 24,63% (índice oficial da elevação do custo de vida, referente ao período de julho de 1953 a julho de 1954), como um acordo coletivo que obrigava a Cia. Carris Porto-Alegrense a pautar, anualmente, os reajustes salariais segundo os índices de inflação de procedência oficial. Esse acordo coletivo, celebrado na gestão de José Antônio Aranha (1953 a 1955), diminuiu por poucos anos as tensões entre a Cia. Carris Porto-Alegrense e a base tranviária:

“A elevação periódica de salários, face ao aumento do custo de vida, que desejamos conceder à classe, em todos os anos, deve inspirar a necessária confiança e harmonia entre esta Companhia e seus servidores.”²⁵⁰

De 1954 até 1958 não houve incidente quando o assunto era o reajuste salarial, pois procedia-se quase que automaticamente:

“A nossa missão era só ir no IBGE e trazer o officio dizendo quanto tinha sido o índice do custo de vida. Esse prefeito tinha feito esse acordo para não precisar ter mais greve, pois o que dava no índice do custo de vida, era o que nós ganhávamos.”²⁵¹

A partir de 1958, a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense passou a alegar dificuldades para manter o acordo coletivo com os tranviários. No primeiro semestre de 1960, depois que os tranviários participaram de uma greve de 24 horas, convocada pela Intersindical do IAPFESP, negociaram um abono salarial abaixo dos índices de inflação, mediante a promessa de um reajuste integral no ano seguinte.

Quando Loureiro da Silva assumiu o governo municipal, em seguida mudou a administração da Carris. A nova direção, que substituiu Raul Daudt,²⁵² foi composta por dois militares: o general Armando Cattani (diretor-presidente) e o tenente coronel Rui Collares (diretor-administrativo). Esses dois militares assumiram a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense com a missão de executar uma reestruturação administrativa. Empossados, passaram a implantar um plano de austeridade baseado na intensificação do trabalho, no aumento da fiscalização, na

²⁵⁰ Termo do acordo coletivo de 1954, transcrito na íntegra nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a pedido do deputado estadual José Vecchio. Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ano de 1961, julho, p. 459.

²⁵¹ Entrevista com Ívo dos Santos Amaral realizada em abril de 2000.

²⁵² Raul Daudt, foi diretor-presidente da Cia. Carris Porto-Alegrense durante o governo municipal de Sucupira Viana.

ampliação dos métodos de controle do trabalho, alterações são nos horários, rigor nas punições e enxugamento do quadro de funcionários.²⁵³ Para Ivo dos Santos Amaral:

“Fomos submetidos a uma disciplina rigorosa, como se fôssemos soldados. A disciplina implantada era na base do general para o coronel. Tudo descarregando nas costas dos trabalhadores.”²⁵⁴

O início da gestão Catanni e Collares também coincidiu com o período das eleições sindicais. Em outubro de 1960, Ivo dos Santos Amaral, tesoureiro do sindicato, liderou uma chapa de oposição. Com uma margem surpreendente de votos, o candidato da chapa 1 tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de Pôrto Alegre.²⁵⁵

Os desentendimentos entre as novas direções da Cia. Carris Porto-Alegrense e do sindicato iniciaram-se ainda antes das eleições sindicais:

“Peguei na Carris um tenente-coronel e um general. O coronel era diretor administrativo. Nosso presidente (do sindicato), no primeiro mandato, tudo bem, mas, no segundo, se apelegou uma barbaridade. Eu era tesoureiro do sindicato por duas gestões. Então, vou dar um exemplo: um cobrador cometia uma infração; a gravidade daquela infração, quando muito, era para uma advertência. Então, o chefe da disciplina, o Andreatta, dava cinco dias para o cara. Então, o advogado, o Lopes, também safado, dava cinco dias. O Sanchez (presidente do sindicato) chamava o cara, o 209 por exemplo, e dizia: - Tu pegou cinco dias, mas nós conseguimos reduzir para um dia. Só que não era apenas um dia, o cara perdia a folga também. Comecei a achar que aquilo não eram faltas graves para dar suspensão de dias, comecei a ir no chefe da disciplina e a contestar. O chefe da disciplina e, até mesmo, o nosso advogado, disseram: - Olha, Sanchez, não traz mais esse teu tesoureiro. Depois, entrou esse tenente-coronel, que foi prá lá por ordem do comando do Terceiro Exército, antes do golpe, porque eu fui eleito em

²⁵³ Em um documento enviado à Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense informou que havia demitido 100 operários.

²⁵⁴ Entrevista com Ivo dos Santos Amaral realizada em abril de 2000.

²⁵⁵ Chapa 1 - Ivo dos Santos Amaral (865 votos), chapa 2 - René Gomes (172 votos), chapa 3 - Sergio Linchin (69 votos), chapa 4 - Amândio Bodleider (30 votos). *Última Hora*, Porto Alegre, out. de 1960.

1959 e tesoureiro em 1956 e, depois, em 1958, fui reeleito. Naquele tempo o mandato era de dois anos.”²⁵⁶

Durante os entendimentos para a montagem da chapa, os diretores da Cia. Carris Porto-Alegrense tentaram intervir para manter o mesmo presidente na direção do sindicato:

“No outro dia, ao meio-dia, nós tínhamos que registrar a chapa, não tinha mais nada, estava tudo decidido. Recebi um comunicado: - O coronel Collares mandou dizer que se tu não me colocar (Sanchez) na presidência, ele vai fechar as portas da companhia para vocês. O advogado do sindicato também me falou: - Você vai prejudicar a categoria. Deixei eles falarem. Eu disse: - Sanchez, são 21:10, eu te espero até meia-noite para você decidir se participa como secretário, senão estão (ele e o grupo dele) fora da chapa. Chegou meia-noite e eles não apareceram, então eu fechei o sindicato e chamei um taxista, que era muito amigo do sindicato e que morava perto da minha casa. Era um cara nosso. Eu disse: - João, eu preciso de ti, tem que rodar toda a noite comigo, aconteceu isso e isso. Ele já sabia que o cara era pelegão. Aí, eu fui na casa dos principais e disse: - Acontece isso, assim, assim. E eles disseram: - Tira fora, põe o secretario que tu achar melhor, tira fora. No outro dia registramos a chapa sem o Sanchez.”²⁵⁷

Com relação à reestruturação administrativa da Cia. Carris Porto-Alegrense, Antonio Giudice, vereador oriundo da classe tranviária, tendo em mãos o jornal “O Tranviário”, denunciou da tribuna da Câmara de Vereadores:

“A disciplina naquela empresa era muito severa, tão severa que já está sendo pior do que naqueles tempos em que os tranviários viviam debaixo do tacão da bota do trust americano. Hoje os tranviários dizem que a administração da Cia. Carris Pôrto-Alegrense também está procedendo, administrativamente, conforme procedia aquela empresa, quando era administrada por estrangeiros.”²⁵⁸

²⁵⁶ Entrevista com Ivo dos Santos Amaral realizada em abril de 2000.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Julho de 1961, p. 55.

Percebendo que aproximava-se a data do reajuste salarial,²⁵⁹ Loureiro da Silva se antecipou e decretou um acréscimo de Cr\$ 1,00 no preço das tarifas, a vigorar a partir de 1º de julho de 1961. Como justificativa do aumento, a direção da Carris assumiu, publicamente, que era para reajustar os salários dos tranviários e honrar o pagamento da dívida do IAPFESP (Instituto da Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados dos Serviços Públicos).²⁶⁰

Decorridos alguns dias após o aumento do preço das passagens e sem nenhuma manifestação oficial da direção da Carris, o sindicato encaminhou uma nova solicitação de aumento salarial, de 25,27% referente ao índice oficial do aumento do custo de vida do período.²⁶¹ Só que, desta vez, o documento enviado à direção da Cia. Carris Porto-Alegrense e ao prefeito mencionou a disposição da categoria de ir a greve caso suas reivindicações não fossem atendidas. Em resposta, a diretoria da Carris acenou com um aumento de 15%, condicionado à obtenção de uma moratória na dívida com a IAPFESP.

Ao atrelar o atendimento das reivindicações dos tranviários a um equacionamento da dívida com o IAPFESP²⁶², a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense abriu um canal de renegociação com o Instituto que ameaçava acionar a justiça, caso a Carris não efetuasse o pagamento da dívida.²⁶³ Neste primeiro momento, a ameaça de greve deu argumentos para a direção da Carris barganhar com a Delegacia Regional do IAPFESP um acordo de prorrogação.

Depois que o IAPFESP negociou uma moratória de 36 meses, esperava-se que a Cia. Carris Porto-Alegrense não colocasse nenhum outro empecilho para incorporar o reajuste dos salários. Como a diretoria da Carris não se manifestou, a diretoria do sindicato convocou uma assembléia geral da categoria para discutir os encaminhamentos. No dia 18 de julho de 1961, os 650 tranviários que participaram da assembléia estipularam um prazo de seis dias para a Cia. Carris Porto-Alegrense acatar a reivindicação da categoria. Passados os seis dias e sem nenhuma

²⁵⁹ Segundo os jornais, a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense recebeu um comunicado oficial do sindicato, exigindo um reajuste de 25,27% em meados do mês de junho.

²⁶⁰ A dívida da Carris com o IAPFESP decorria de uma prática recorrente das empresas, de descontar as contribuições dos trabalhadores e não repassá-las para o IAPFESP.

²⁶¹ Na época, os dados não oficiais mencionavam um aumento do custo de vida da ordem de 36%. O funcionalismo público estadual, por exemplo, reivindicava um reajuste de 36%.

²⁶² A imprensa, com base no balanço contábil da Cia. Carris Porto-Alegrense, divulgou que a dívida com o IAPFESP aproximava-se de 100 milhões de cruzeiros, sendo que, na gestão de Loureiro da Silva, ela tinha sido duplicada: em 1958 não ultrapassava os 36 milhões de cruzeiros e, em 1961, aproximava-se dos 100 milhões.

²⁶³ Se antes existia uma certa tolerância, por parte do IAPFESP, a Reforma da Previdência Social tinha acabado de introduzir constrangimentos normativos que obrigavam as empresas a repassar o recolhimento e saldar suas dívidas.

proposta, a diretoria do sindicato convocou uma nova assembléia e os tranviários decidiram, por unanimidade, deflagrar a greve:

“A intransigência de VV. SS. – negando cumprimento da praxe instituída desde 1954, através da qual se concedia aos trabalhadores um aumento proporcional ao custo de vida – compeliu os tranviários à medida extrema da greve, porque viram negado aquêle acréscimo que o Povo de Pôrto Alegre está pagando de boa vontade, na crença de que se destinava à majoração salarial dos empregados.

Não será possível transigir, ainda uma vez, como no ano passado, quando os trabalhadores já renunciaram ao aumento, para reerguer a emprêsa, porque não se poderá manter esse serviço público essencial rodando sôbre a fome de seus servidores. As mais modestas estatísticas acusam um índice de 25,27%, e a emprêsa nos dar apenas 15%, com a compensação do abono de emergência, se reduz a uma insignificância”.

“Estamos em greve, ordeira e pacificamente, porque querem nos liquidar pela fome. Estamos em greve porque querem liquidar com a própria emprêsa fundamental do transporte coletivo de Pôrto Alegre, em benefício da ganância de empresas particulares que só visam tirar lucros de uma atividade eminentemente social, que é o meio de transporte mais acessível à bôlsa do Povo”.

Os tranviários só voltarão ao serviço atendidas as seguintes condições:

1º) – Cumprimento da praxe instituída em 1954, com a concessão de aumento, de acordo com a estatística de 25,27%, sôbre o salário da revisão anterior.

2º) – Pagamento dos dias de Greve.

3º) – Nenhum tranviário sofrerá qualquer represália.

4º) – Nenhum desconto será efetuado nas férias.

Sem outro objetivo e no aguardo de vosso pronunciamento, subscreve-se.

Atenciosamente

Ivo dos Santos Amaral (Presidente)²⁶⁴

Dias antes da paralisação, a direção do sindicato, juntamente com a comissão de greve, na tentativa de encontrar uma solução para o impasse, procuraram o prefeito Loureiro da Silva. Depois de um rápido desentendimento, provocado pela insistência dos diretores Armando Cattani e Rui Collares em acompanhar a audiência, os tranviários foram recepcionados a sós pelo prefeito que, assim que recebeu o ofício, despediu-se com estas palavras: “- O ofício foi entregue. Passem bem.”²⁶⁵

Deflagrado o movimento grevista, Loureiro da Silva ameaçou aplicar os rigores da lei: afastamento de todos aqueles que permanecessem por mais de 48 horas paralisados. Além disso, distribuiu nota nos principais jornais da cidade responsabilizando os grevistas por terem dado um tiro de misericórdia contra uma empresa pública que agonizava:

COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE

AO POVO DE PORTO ALEGRE

Por tudo isso, podemos afirmar que se alguém está tramando, não às escondidas, mas às claras, a liquidação do transporte público da cidade, são os membros do sindicato, que pela impaciência e falta de compreensão querem, de qualquer forma, sem medir as conseqüências, o desgaste financeiro total da Empresa, levando-a assim à morte fatal, que, em última instância, viria atingir duramente as suas próprias famílias. Isto quando a Empresa, podendo subsidiar por mais alguns meses, pelos próprios meios, daria ao poder público municipal o tempo necessário para que a comissão, já constituída para estudar o problema da Carris, dê a ela

²⁶⁴ Esse documento, que oficializou a greve dos tranviários, foi publicado na íntegra nos Anais da Assembléia Legislativa. Anais da Assembléia Legislativa. Ano 1961, julho, p. 479.

condições normais de sobrevivência, propiciando-lhes meios para que continue a prestar seus serviços à coletividade pôrto-alegrense.”²⁶⁵

Os dois primeiros dias de greve transcorreram normalmente. A interrupção da circulação dos bondes foi completa. A principal tarefa dos piquetes era convencer a população dos reais motivos da greve. Sobre a adesão dos tranviários à paralisação, Ivo dos Santos Amaral recorda:

“Foi uma greve geral, até os chefões, tudo lá, estavam á disposição, caras que a gente nunca esperava, os chefões, ficavam à minha disposição, foi uma unanimidade: - Olha, Ivo, estamos aqui, à tua disposição.”²⁶⁷

Acompanhados de esposas e filhos, os grevistas montaram, no Parque da Redenção²⁶⁸, um grande acampamento, nomeado pelos grevistas de Sierra Maestra. A sede do sindicato transformou-se em quartel-general e lugar de descanso das equipes de piquetes, que se revezavam por turnos.

No dia 26, os tranviários concentraram-se em comício no Largo da Prefeitura, para forçar a realização de uma audiência com o prefeito. Depois da audiência com Loureiro da Silva, dirigiram-se em passeata, com mais de mil pessoas, ao Palácio Piratini. No dia seguinte, a imprensa tomou pública a posição e as medidas tomadas por Leonel Brizola:

Nota Oficial do Governador Leonel Brizola a respeito da greve da Carris:

Na noite de ontem o governador Leonel Brizola recebeu, no saguão do Palácio do Governo, mais de mil funcionários e familiares do pessoal da Carris, que foram ao Piratini expor ao governo do Estado seus pontos de vista relativamente ao aumento salarial que pretendem. Respondendo aos intérpretes da classe tranviária, o chefe do executivo afirmou que, no presente episódio, a orientação do governo firma-se, inicialmente, em três pontos básicos: primeiro, garantir a ordem; segundo, assegurar aos grevistas o direito das manifestações pacíficas; terceiro,

²⁶⁵ *Última Hora*, Porto Alegre, 22 jul. 1961.

²⁶⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 jul. 1961.

²⁶⁷ Entrevista com Ivo dos Santos Amaral realizada em abril de 2000.

²⁶⁸ O Parque Farroupilha, localizado na região central da cidade de Porto Alegre, é considerado um dos maiores e mais antigos parques públicos de Porto Alegre.

garantir os próprios municipais. Examinado, ainda, o problema, e levando em conta todas as implicações deste impasse criado entre a prefeitura de Porto Alegre e a classe tranviária, situação que determina profundas alterações e prejuízos na vida da comunidade, com diretos reflexos nos serviços e na economia do próprio estado, decidiu também o Governador Leonel Brizola instituir uma comissão composta pelo Sr. Dijon Ferreira de Oliveira (Delegado Regional do Trabalho), dos secretários de segurança e do trabalho, respectivamente Cel. Moacir Aquistapace e o prof. Clay de Araújo, para acompanharem e assistirem a marcha dos acontecimentos, cooperando e buscando uma pronta solução na qualidade de representantes do Governo do Estado. Outrossim, determinou o Governador Leonel Brizola que o sr. Procurador Geral do Estado proceda ao exame da situação e suas implicações, analisando todos os seus aspectos jurídicos.²⁶⁹

O prazo estipulado por Loureiro da Silva para punir os grevistas venceu na madrugada do dia 27. Como não se vislumbrava nenhuma possibilidade de acordo, montou-se uma comissão composta por deputados, vereadores, representantes da Executiva da Intersindical, Secretários do Município e representantes do governo estadual para mediar uma solução. Essa comissão reuniu-se durante a noite do dia 27 e conseguiu produzir alguns reparos na proposta original, já apresentada e rejeitada pelos tranviários:

“O Prefeito Municipal concede 15% de aumento nos salários dos tranviários, a partir de 1º de julho. 10,27% em novembro, se houver uma subvenção do Governo do Estado ou do Governo Federal ou um possível aumento das tarifas. Com referência ao pagamento dos dias de paralisação dos serviços, o sr. Prefeito assegura o pagamento de dois dias, deixando os outros cinco dias sob responsabilidade dos Deputados Estaduais, que deveriam apresentar na Assembléia Legislativa um Projeto de maneira a atingir a importância necessária para o pagamento dos cinco dias restantes.”²⁷⁰

²⁶⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 jul. 1961.

²⁷⁰ Anais da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Julho de 1961, p. 12.

Assim que tomou conhecimento desta proposta, o comando da greve se posicionou contra. No dia 28, a greve dos tranviários foi fortemente bombardeada. O primeiro ataque foi a suspensão das negociações:

“Considero encerrados os entendimentos com os tranviários. Abrirei imediatamente concorrência para o fornecimento de ônibus que substituam definitivamente os bondes, já que não há possibilidade de acordo com os grevistas.”²⁷¹

Depois, foi a Delegacia Regional do Trabalho, declarando a ilegalidade da greve. Não satisfeito com a decretação de ilegalidade da greve, o delegado regional do Trabalho incitou o prefeito a “usar a lei e botar pra fora os grevistas.”²⁷² Já o major Jaime Moreno, sub-chefe do gabinete militar da Presidência da República no Rio Grande do Sul, que tinha sido procurado pelo comando da greve para interceder junto ao Presidente da República, publicou na imprensa a sua posição:

“O sr. Jânio Quadros, por princípio, não recebia grevistas. E acrescentou que quaisquer reivindicações somente seriam ouvidas pelo presidente após o retorno da classe ao trabalho e a conseqüente normalização do tráfego de bondes em Porto Alegre.”²⁷³

Neste mesmo dia, o governador Leonel Brizola também tornou público algo que, até então, se comentava a “boca pequena”:

“Após recusar subvencionar a Cia. Carris Porto-Alegrense, declarou-se pronto para tomar conta dos serviços e instalações da Cia. Carris Porto-Alegrense, desde que se concorde em entregar ao Estado o ativo e passivo da empresa e garanta-se a concessão de exclusividade em todas as linhas por ela exploradas. Para isso, segundo o governador, bastaria que o prefeito da capital endereçasse uma carta ad referendum da Câmara Municipal, concordando com essas condições.”²⁷⁴

²⁷¹ *Última Hora*, Porto Alegre, 28 jul. 1961.

²⁷² Anais. Idem Julho de 1961, p. 14.

²⁷³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 jul. 1961.

²⁷⁴ Idem.

As declarações de Leonel Brizola, além de aquecerem a rivalidade entre o Palácio Piratini e a Prefeitura, deram munição para Loureiro da Silva construir a versão da greve motivada por interesses partidários:

“Como todo mundo sabe, essa greve foi movimentada por elementos ligados ao Palácio Piratini, e com amparo direto do Governador do Estado, com evidentes objetivos políticos. Entretanto, a finalidade dela era, como é, a de distrair também a opinião pública sobre os inquéritos do DAER, a falta de pagamento e atraso do seu pessoal, a brigada, o professorado e outros setores. Agora ficou claro a obstinação dos elementos grevistas, orientados pelo governo do Estado. No que concerne à possibilidade de uma greve geral, considero a mais estranha possível, pois seria uma greve de operários que ganham muito menos para dar mais a operários que ganham muito mais. Cedi no que era possível ceder e agora entrego essa causa ao julgamento decisivo do alto tribunal da opinião pública.”²⁷⁵

Essa versão foi amplamente explorada pelos meios de comunicação. As declarações de Leonel Brizola, levantando a hipótese da encampação da Cia. Carris Porto-Alegrense, desfocaram o debate público da greve em si para as disputas entre Leonel Brizola e Loureiro da Silva. A partir de então, a greve da Carris passou a ser vista como uma revanche partidária, patrocinada pelo Palácio Piratini. Na realidade, a encampação da Cia. Carris Porto-Alegrense pelo Estado só foi levada a sério pela imprensa e por um grupo petebista bastante influente na Carris. Esse grupo, resquício da gestão petebista da Carris, depois da ascensão da liderança de Ivo dos Santos Amaral e da troca de direção administrativa da Cia. Carris Porto-Alegrense, perdeu prestígio e poder, tanto na direção da empresa quanto na direção do sindicato. Para estes, a encampação, a partir do governo do estado, poderia ser uma alternativa de retorno ao poder.

As escaramuças entre Leonel Brizola e Loureiro da Silva; o impasse criado com a suspensão das negociações; o fracasso da intermediação dos representantes do legislativo municipal e estadual; e o sucesso do plano de transporte emergencial, montado pelo Departamento Municipal de Transporte Coletivo, com apoio das empresas privadas, abalaram os ânimos dos grevistas em um momento bastante delicado da greve.

²⁷⁵ *Última Hora*, Porto Alegre, 01 agos. 1961.

A não aceitação de um reajuste de 15% em julho, mais 10,27% em novembro, condicionados a um possível empréstimo do governo federal ou estadual, com pagamento dos dias paralisados e sem punição dos grevistas, representava, para a opinião pública, sinal de intolerância. Todavia, a proposta da direção da Carris escondia uma informação: na verdade, dos 15% devia-se descontar o abono incorporado aos salários desde dezembro de 1960. A quantia era tão irrisória que motivou o vereador Alberto Scroeter a fazer os seguintes cálculos:

“Gostaria de contar com a atenção de meus nobres pares, para que tivéssemos uma idéia do que vai representar, na realidade, um aumento de 15% para os funcionários da Carris, tomado-se por base um salário de 9 mil cruzeiros, que boa parte de seus operários percebem. 15% sobre CR\$ 9.000,00 daria um aumento de CR\$ 1.350, dos quais se deve descontar o abono, que vinham recebendo e que são sobre oito horas diárias (ou já vem recebendo): Cr\$950, por média. Diminui-se Cr\$ 960,00 de Cr\$ 1.350,00 e teremos um aumento de Cr\$ 400,00, dos quais se deve diminuir ainda 8%; e teremos, então, verificado que aos operários da Carris foi concedido um fantástico aumento de Cr\$ 272,00.”²⁷⁶

Durante o dia 28, os tranviários apelaram para a solidariedade do conjunto do movimento sindical e estudantil. Além disso, reforçaram os piquetes. Porém, o mais difícil de tudo foi convencer a opinião pública de que a greve não estava sendo motivada por interesses estranhos à classe tranviária e que o reajuste pretendido era justo. No dia 29 realiza-se uma assembléia ampliada no refeitório estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre os rumos da paralisação. Contando com o conjunto do movimento sindical, os tranviários optaram por manter o movimento até a conquista dos 25,27%. Nesta assembléia aprovou-se também a deflagração de uma greve geral no dia 1º de agosto, convocada pelo Comando Sindical de Porto Alegre. Desta assembléia saiu o seguinte manifesto:

Reafirmar irrestrita solidariedade aos trabalhadores em greve, por entender justas as suas reivindicações;

²⁷⁶ Anais. Idem. Julho de 1961, p. 138.

Esclarecer a opinião pública que o movimento paredista não teve, nem tem origens ou razões políticas partidárias. Por isso, não deve sofrer as conseqüências de choque de interesses políticos;

Espera-se que os responsáveis, na reunião de hoje à noite, dêem a solução urgente que o problema está a exigir;

Se a situação permanecer insolúvel até às 10 horas de amanhã, 1º de agosto, o Comando Sindical de Porto Alegre entrará em reunião para tratar da deflagração da greve geral na cidade.²⁷⁷

O sindicato também divulgou uma nota à população, dando explicações sobre a continuidade da greve.²⁷⁸

PORQUE AINDA ESTAMOS EM GREVE

SINDICATO DOS TRABALHADORES

PORQUE: todas as propostas que nos trouxeram, condicionavam o reajustamento salarial a um eventual aumento das passagens de bonde, o que viria trazer maiores prejuízos ao nosso tão sacrificado povo!

PORQUE: ao contrário do que tendenciosamente afirmam os diretores da empresa, percebemos salários de fome, só atingindo a média de Cr\$ 14.600,00 mensais, trabalhando 10 a 12 horas diárias, ou seja, mês de 38 horas de jornada de trabalho, desgastando-nos fisicamente sobre as piores condições de trabalho. Para exemplificar, um sub-inspetor (cargo alto na empresa), com 24 anos de serviços, ganha Cr\$ 14.160,00 mensais. Quem tiver família poderá responder em que condições vive uma família com esse salário!

²⁷⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 jul. 1961.

²⁷⁸ *Idem*.

PORQUE: só nos querem conceder pouco mais da metade do que temos direito, e não nos dão garantias de quando pagarão o resto, quando existe um acôrdo, que até agora foi respeitado por todas as administrações, segundo o qual, independentemente da situação da emprêsa, devem os nossos salários serem reajustados a partir de primeiro de julho de cada ano!

PORQUE: intransigentemente, o poder público municipal se recusa a assumir a responsabilidade de parte deste aumento, mesmo a prazo, como lhe foi proposto pela Intersindical, mesmo tendo já aumentado as passagens para Cr\$ 5,00 para esse fim, numa demonstração de descaso pelo bem estar público, encerrando as negociações antes de findar o prazo estabelecido pelo próprio sr. Prefeito.

O povo que julgue com quem esta a razão e quem é o intransigente!

Porto Alegre, 30 de julho de 1961

Ivo dos Santos Amaral

No auge do impasse e com os canais de negociação completamente interrompidos, formaram-se duas comissões interpartidárias: uma na Câmara de Vereadores de Porto Alegre²⁷⁹ e, outra, na Assembléia Legislativa,²⁸⁰ com a incumbência de restabelecer as negociações e construir uma nova proposta. Jorge Alberto Campezzatto lembra que:

“Então, a Assembléia Legislativa nomeou uma comissão, juntamos as duas comissões e começamos a intermediar. Foi muito difícil, nós andávamos de um lado para o outro e não se conseguia falar com o prefeito. Até que, numa noite, com a ajuda do vice-prefeito, nós tiramos o Loureiro de uma carpeta, de uma mesa de jogo, lá no Clube do Comércio, já era umas dez e tantas da noite. Nos

²⁷⁹ Na Câmara de Vereadores foi aprovada a Comissão Interpartidária através do Projeto de Resolução 15-61. Integraram a Comissão os seguintes vereadores: Petersen Filho (PSD), Milton Krause (PDC), Say Marques (PL), César Mesquita (PTB), Larry Faria (UDN), Geraldo Stédile (PSP) e Mariano dos Santos (PR). Anais da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Agosto de 1961, pp. 30 e 31

²⁸⁰ Na Assembléia Legislativa foi aprovada uma Comissão composta pelos deputados Naio Lopes de Almeida, Milton Rosa e Heitor Galant. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Agosto de 1961, p. 508.

reunimos a portas fechadas lá na prefeitura, colocamos a questão e ele disse: “- Olha, Campezzatto, por causa de vocês, do pedido de vocês, do deputado Nairo Lopes de Almeida, que é meu amigo pessoal, do vice, Braga Gastal, então eu vou fazer o seguinte, vou reunir a imprensa amanhã pela manhã, vocês estejam lá, e vou determinar que a Carris reabra as negociações”. Isso foi feito. Falou que, atendendo o apelo dos vereadores e deputados, ordenou que a diretoria da Carris reabrisse as negociações. Conseguimos que fossem reabertas as negociações. Eu mesmo fui negociar ao lado dos dirigentes do sindicato da Carris e conseguimos uma proposta: o reajuste pedido, que era de 25% e uns quebrados, que a Carris pagaria em duas etapas, 15% no primeiro mês e o restante no segundo mês, os dias de greve seriam pagos, não sei se foram 4 ou 5 dias de greve, pagava os dias de greve, não punia ninguém, só que pagava os dias de greve na razão de um dia por mês, era uma negociação, nas circunstâncias, uma vitória.”²⁸¹

No dia 02 de agosto, depois de oito dias de greve, os tranviários, num clima de pouca euforia, acataram a proposta que, dias atrás, tinham rejeitado.

No dia 3 de agosto, o Comando Sindical de Porto Alegre, que naquele ano estava sendo liderado pelo eletricitário Álvaro Ayala e pelo ferroviário José Carlos Azeredo, notificou a suspensão da greve geral de solidariedade:

“O Comando Sindical de Porto Alegre, ao término da vitoriosa greve dos tranviários, de público agradece a cooperação de todas as entidades de classe de nossa capital, as quais, atendendo o chamamento deste Comando, deram indiscutível demonstração de unidade e compreensão dos problemas sindicais, pois a greve geral que estava programada não era somente de solidariedade aos empregados da CARRIS, mas, também, contra o alto custo de vida, contra as tentativas de envolvimento do movimento sindical em maquinações políticas partidárias e de enérgica repulsa ao prefeito municipal, [cujas atitudes foram] consideradas altamente injuriosas aos bríos e à dignidade do movimento sindical do Rio Grande do Sul.”²⁸²

²⁸¹ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

²⁸² *Última Hora*, Porto Alegre, 03 agos. 1961.

Em um momento de extrema dificuldade da Cia. Carris Porto-Alegrense, quando suspeitava-se que o prefeito Loureiro da Silva apostava na privatização da Carris, os tranviários pautaram não apenas a correção salarial, mas a manutenção de uma empresa pública de transporte coletivo em Porto Alegre. A greve dos tranviários contribuiu para pautar o debate sobre a necessidade do poder público regulamentar o transporte coletivo em Porto Alegre. Meses depois, o sindicato, com respaldo das organizações de bairro, resistiu e demoveu a proposta de desativação do Departamento de Transporte Coletivo, órgão municipal encarregado de controlar o sistema de transporte coletivo na cidade.

Frente à prepotência do governo municipal, os tranviários afirmaram a defesa de direitos adquiridos (reajuste anual de acordo com os índices oficiais do custo de vida). Apesar de não ter tido um desfecho inteiramente favorável, a greve dos tranviários reposicionou o sindicato e a classe tranviária no caminho das lutas sindicais do período. Para os que costumam analisar as lutas operárias apenas pela superfície, essa foi mais uma greve motivada por interesses corporativos ou que serviu de instrumento político nas mãos de governos populistas. Entretanto, uma análise mais profunda revela que a greve da Carris foi, antes de tudo, um protesto contra as más condições de trabalho, contra as tentativas de implantação de uma disciplina militarizada e a favor da manutenção dos direitos adquiridos.

Meses depois, quando chegou o momento de incorporar os 10%, a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense novamente alegou que não dispunha de recursos. Os tranviários, unidos e com uma moral alta pela destacada participação do movimento de Resistência Democrática, ameaçaram cruzar os braços. Mas, antes de deflagrar uma nova greve, João Goulart autorizou um empréstimo à Cia. Carris Porto-Alegrense e os 10% de reajuste salarial foram repassados aos tranviários.

Depois dos tranviários, vieram os eletricitários, os funcionários públicos, os bancários...

Assim que a greve dos tranviários terminou, os eletricitários iniciaram uma ação coletiva para incorporação dos adicionais e equiparação salarial.²⁸³ Logo de início, a direção da CEEE, em permanente rota de colisão com o sindicato, recusou-se a discutir a questão, alegando que a empresa passava por um momento de estrangulamento financeiro, originado da morosidade das negociações com o governo federal.²⁸⁴

O sindicato e a Associação dos Funcionários da CEEE convocaram uma plenária com representantes de diversos núcleos de eletricitários, espalhados em todo o estado, para decidirem sobre os preparativos da greve. Após a plenária, divulgaram o seguinte pronunciamento:

“O Sindicatos dos Trabalhadores em Energia Elétrica e a Associação dos Funcionários da CEEE, tendo em vista que, até o momento, não foi satisfeito o pagamento, tanto dos adicionais devidos ao pessoal do setor-Porto Alegre, como o da equiparação dos vencimentos dos funcionários da CEEE-RS; que, pacientemente, os servidores da CEEE, aguardam o cumprimento desta promessa formal do governo do estado, uma vez que foram os mesmos aprovados pelos órgãos competentes; que, apesar de terem insistido junto às autoridades responsáveis, não se vislumbra, sequer, a data para o atendimento das reivindicações pleiteadas; que as resoluções das assembleias gerais da classe autorizam as diretorias das entidades acima a deflagrarem um movimento paredista no momento necessário; querem, de público, manifestar que, diante de todas as circunstâncias expostas, premidos pelos sucessivos aumentos das utilidades, a contragosto, estão na eminência de utilizarem a autorização da classe, deflagrando a parede, o que ocorrerá nos próximos cinco dias, greve essa que atingirá todo o estado. Todavia, em respeito à população de nosso estado, se buscará manter, tanto quanto possível, os serviços essenciais (hidráulicas e

²⁸³ Os eletricitários da CEEE, que não eram sindicalizados por impedimento do Estatuto do Funcionalismo Público Estadual, no geral recebiam salários inferiores aos eletricitários da Ex-CEERG.

²⁸⁴ Na ocasião, a direção da CEEE pleiteava um empréstimo de um bilhão de cruzeiros junto à União, para impulsionar o Plano de Eletrificação do Estado.

hospitais); e lamentam que tenham de usar deste recurso extremo para serem atendidos em seus direitos legítimos e garantem que, se o fazem, é na impossibilidade de buscar solução por outros meios”. Porto Alegre, 17 de agosto de 1961”. Jorge Alberto Campezzato – Presidente do Sindicato da Energia Elétrica. Walmir Gomes de Mello – Presidente da Associação dos Funcionários da CEEE.²⁸⁵

Apesar da ameaça de greve, as negociações com a direção da CEEE não evoluíram. Arno Schilling, consultor jurídico da CEEE, em reação à ameaça de greve, afirmou que as reivindicações dos eletricitários não passavam de uma conspiração a mando dos capitalistas da Bond and Share, para pôr abaixo as iniciativas de estatização da energia elétrica no estado. O sindicato e a Associação reagiram com energia: convocaram uma assembléia da categoria, acertaram a data da greve (25 de agosto) e exigiram a imediata renúncia de Arno Schilling. No dia anterior à deflagração da greve, uma comissão de eletricitários foi recebida pelo governador Leonel Brizola que, no final da audiência, autorizou a direção da CEEE a pagar os adicionais e a equiparar os salários de todos os eletricitários do estado. Descontente com a decisão do governador e insatisfeito com mais esse vexame, Arno Schilling pediu renúncia do seu posto na CEEE.

Dois dias antes de encaminhar as reivindicações dos eletricitários, Leonel Brizola abre as portas do Palácio Piratini para recepcionar uma comissão com mais de 300 servidores públicos, que reivindicavam uma correção de 50% e a regularização do pagamento dos salários, atrasados por três meses. No meio da audiência, Lino Prates, um ferroviário aposentado, se dirigiu ao governador e expressou a sua frustração:

“Não lhe dera nenhuma notícia de conforto, nenhuma esperança concreta, acenando, apenas, com dias negros ao servidor.”²⁸⁶

Face à forma “agressiva” como Lino Prates usou as palavras, Leonel Brizola o interrompeu e, segundo o jornalista João Aveline, responsável pela coluna sindical do Jornal Última Hora, teve a seguinte reação:

²⁸⁵ Última Hora, Porto Alegre, 18 jul. 1961.

²⁸⁶ Idem. 23.08.1961.

“Encontro-me aqui de boa vontade, debatendo os assuntos, mas que em nenhuma hipótese permitiria que o desconsiderasse. Poderia ter recebido o memorial e prometer uma resposta somente depois de o estudar. Mas preferi debater o assunto, por isso não permito que me desconsidere.”²⁸⁷

Na seqüência, o governador abordou a questão dos salários dos servidores:

“A maioria dos estados mantém em atraso o pagamento dos seus servidores e o governo federal consegue manter em dia os vencimentos, apelando para as demissões. Se o problema dependesse, pessoalmente de mim, tenham certeza de que eu resolveria. Mas a situação aflitiva do Estado não me permite dar-lhes nenhuma resposta melhor. Vou suspender, com dor no coração, todas as obras daqui por diante, fazendo, de imediato, um plano de redução de atividades para atender os vencimentos.”²⁸⁸

Outro acontecimento, que ilustra o aumento da intensidade dos conflitos entre o sindicalismo e o governo de Leonel Brizola, se deu com os trabalhadores do Banco do Estado Rio Grande do Sul (Barrisul). Insatisfeitos com os seus salários, os trabalhadores do Barrisul resolveram antecipar a campanha salarial unificada dos bancários²⁸⁹ e passaram a exigir reajustes em seus salários. A direção do Barrisul, em represália aos “líderes impacientes”, promoveu um processo de troca de setores e transferência para outras agências, com o objetivo de dispersar e fragmentar a organização. Telmo Abbott Romero, um dos líderes do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, em depoimento concedido ao Setor de Memória Sindical do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, narrou o episódio da seguinte maneira:

“Numa noite, nós saímos de uma assembléia só dos funcionários do Banco do Rio Grande e resolvemos sair daqui às 11 horas e ir lá falar com o Brizola. Houve um problema sério no Banco do Rio Grande e nós fizemos uma assembléia que terminou às onze e meia da noite e nós fomos todos falar com o Brizola no Palácio as onze e meia da noite. Aí, chegamos lá, vinha o Vicente Rao, que se dava com ele. O Vicente Rao era um sujeito muito conceituado, ele pediu ao

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ Já, na época, os bancários realizavam suas campanhas salariais articuladas nacionalmente.

secretário que a gente queria falar e ele mandou avisar que não podia: estava com o filho doente parece. Mas a turma não acreditou e começou a gritar. Queremos Brizola! Queremos Brizola! Queremos Brizola!. E aquilo não parava. Daqui a pouco, o Brizola desceu e chegou lá na rua, defronte da turma, devia ter mais de 220 pessoas. Ai chegou eu, chegou o Rao, o Bráulio, o Garcia, o pessoal dirigente todo e mais o Dorival de Abreu Pinheiro, que era muito chegado. O Garcia foi presidente da Federação dos Bancários por muito anos e o Lorival de Abreu Pinheiro era funcionário do Banco do Rio Grande, mas o Pinheiro era mais do PTB antigo. Ai nós chegamos para ele e o Brizola brabo, chegou e disse assim: - Mas eu não pedi a você, eu nunca me neguei a receber vocês, eu estou com uma pessoa da família doente e vocês insistem. Eu não vou atender vocês, combinem uma hora amanhã que recebo vocês, hoje não. Ai o Bráulio disse: - Pô, Leonel, olha aí como estou todo molhado.”²⁹⁰

Realmente, as três semanas de agosto foram de grandes manifestações. Entretanto, o mês de agosto ainda não tinha chegado ao fim. Muitas surpresas estavam por vir.

²⁹⁰ Entrevista de Telmo Abbott Romero. Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

Capítulo V - O Palácio e a Praça

O panorama político e social

Em suas projeções, Leonel Brizola calculava que a necessidade dos candidatos da aliança PTB-PSD reconquistarem a simpatia do eleitorado gaúcho e o clima de final de governo Juscelino Kubitschek criariam um ambiente favorável para incluir o Rio Grande do Sul na rota dos investimentos federais. Com a ambição de explorar as oportunidades da conjuntura sucessória, Leonel Brizola e o primeiro escalão de seu governo, durante o ano de 1960, consumiram-se em andanças ao Distrito Federal e à velha capital da República. Foram tantas viagens que um dos editoriais do *Jornal Correio do Povo*,²⁹¹ jocosamente, sugeriu que a sede do governo gaúcho também fosse inaugurada em Brasília. Na busca de aporte financeiro e apoio político, priorizaram-se os projetos considerados como “imprescindíveis para alavancar uma nova etapa de industrialização no Rio Grande do Sul”: a construção de uma siderurgia, de uma refinaria e o Plano Estadual de Eletrificação.

A conjuntura eleitoral passou. Os votos dos gaúchos preferiram a vassoura moralizante de Jânio Quadros à espada disciplinadora do marechal Henrique Teixeira Lott. Para vice-presidente, o dissidente Fernando Ferrari²⁹² contabilizou, no Rio Grande do Sul, mais votos que o candidato do PTB²⁹³ e superou a votação de Jânio Quadros. E, a julgar pelas críticas fartamente distribuídas por Leonel Brizola, até o último dia do governo de Juscelino Kubitschek os empréstimos foram insignificantes e o apoio às grandes obras mais retórico que efetivo.

Vimos, anteriormente, que o sindicalismo no Rio Grande do Sul, a cada ação coletiva, aumentava a sua capacidade de mobilização e de coesão. O mesmo não se pode afirmar em relação ao PTB gaúcho e ao governo estadual. Os resultados das eleições de 1960, no Rio Grande do Sul, precipitaram a explicitação das tensões internas do PTB. Amargurado com a derrota eleitoral “em sua própria casa”, João Goulart vinha atribuindo a culpa desta “derrota eleitoral” às críticas que Leonel Brizola fez a Juscelino Kubitschek e às vacilações, durante a campanha, do

²⁹¹ Editorial do *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 maio 1960.

²⁹² Fernando Ferrari concorreu para vice-presidente pelo MTR e obteve, no Rio Grande do Sul, 557.425 votos (44,11%). João Goulart, pela aliança PTB PSD, obteve 37,42 votos (37,42%). As Eleições no Rio Grande do Sul Editora Síntese.

²⁹³ Em termos percentuais, o resultado das eleições de 1960 no Rio Grande do Sul foi o seguinte: para presidente da República: Jânio Quadros 42,84%, Henrique T. Lott 34,15% e Adhemar de Barros 17,01%; para vice-presidente Fernando Ferrari, 44,11%, João Goulart, 37,42% e Milton Campos, 11,35%. *Idem*.

Marechal Henrique Teixeira Lott.²⁹⁴ Em vista disso e contrariando o governador Leonel Brizola, João Goulart passou a defender abertamente uma reforma na direção regional do PTB.

Por outro lado, alguns deputados estaduais e vereadores de Porto Alegre interpretaram o revés eleitoral do PTB no Rio Grande do Sul como sintoma do afastamento do partido de suas bases. Havia também aqueles que defendiam que a crise do PTB gaúcho decorria de algumas ações equivocadas do governador Leonel Brizola. De qualquer modo, as restrições de João Goulart à direção estadual do PTB gaúcho, na ocasião presidido por João Caruso²⁹⁵, estremeeceram a relação com Leonel Brizola. As distensões internas do PTB chegaram ao seu ponto mais elevado quando, publicamente, João Caruso rompeu com seu correligionário de partido, Wilson Vargas. Na época, Wilson Vargas era deputado federal, secretário estadual de Energia e Comunicações, candidato petebista derrotado por Loureiro da Silva nas eleições municipais de Porto Alegre e um dos nomes cotados para substituir Leonel Brizola no governo do estado. Cheio de ressentimentos, o deputado Wilson Vargas renunciou ao posto que exercia na executiva estadual do PTB. Neste momento, conjecturou-se até mesmo a aglutinação de um bloco petebista mais independente e menos atrelado aos setores governistas. Na iminência de acrescentar mais uma fratura no PTB gaúcho, Leonel Brizola interviu diretamente para apaziguar os ânimos²⁹⁶. Resumindo, na cizânia interna do PTB circundavam três questões: o sucesso eleitoral dos opositores à ala governista do PTB gaúcho (Loureiro da Silva e Fernando Ferrari); a posição do governo gaúcho em relação ao futuro presidente do país e a escolha do candidato petebista para suceder Leonel Brizola.

Almejei, com esse sucinto panorama político e social, demonstrar que o governador Leonel Brizola adentrou-se, no penúltimo ano de seu mandato, em um drama, brilhantemente sintetizado por ele próprio na Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Estadual, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1961:

“Iniciei o governo em meio a tantas e intensas expectativas, movendo-me no clima generoso de confiança popular, que eu não imaginava que iria me defrontar,

²⁹⁴ Na ocasião, Leonel Brizola e o grupo palaciano que o apoiava foram acusados de participar friamente da campanha do Marechal Henrique T. Lott.

²⁹⁵ O deputado federal João Caruso era considerado um fiel escudeiro do Palácio Piratini.

²⁹⁶ Em 25 de agosto de 1961, o PTB elege em convenção o novo Diretório Metropolitano. Venceu a chapa oficial, liderada por Leonel Brizola e Sereno Schaise que, dos 72 votos, obteve 44. A chapa de oposição, liderada pelo deputado Wilson Vargas, foi derrotada, obteve 28 votos. Entretanto, os conflitos internos do PTB foram apaziguados, provisoriamente, com a unidade partidária trazida pelo episódio da Resistência Democrática.

dentro em pouco, com uma situação de dificuldades, tanto maiores porque pouco precisas, apenas delineadas no quadro de tensões sociais que se iam desenhando diante dos olhos atônitos de todos nós. Empenhando nesta tarefa de disciplina administrativa e de revisão das estruturas do Estado no setor de seus serviços, eis que começamos a ser assediados por uma onda de reclamações, traduzindo a inconformidade de muitos setores com a situação que atravessamos. Essa onda de reclamos chegou a constituir-se, mais do que em elemento de perplexidade, em fator de perturbação dos esforços que vínhamos empregando para dar à administração uma pauta que servisse produtivo e eficiente (sic). Vinham de todos os cantos os clamores, procediam de todas as fontes os protestos, emanavam de todas as categorias os gestos de impaciência, surgiam de todas as camadas sociais as manifestações de inquietação, e, por vezes, até de revolta contra o quadro geral com que se defrontavam os empregadores e os assalariados, os agricultores e os criadores, os industriais e os operários, os comerciantes e os comerciários. Era a grita incessante, veemente e continuada contra a elevação de preços das utilidades, a alta incessante do custo de vida, era a luta, de um lado, por salários justos, e, de outro lado, por preços justos para os produtos do labor agro-pastoril ou industrial; era ao mesmo tempo o Estado que não arrecadava para pagar aos seus próprios servidores, ou atender as necessidades de inversão indispensáveis ao seu desenvolvimento; eram os industriais estrangulados pela restrição de créditos que se vinham impossibilitados de adquirir até a matéria prima para suas fábricas e obter inclusive numerário para folha de seus empregados; eram, ainda, empresários que não podiam reequipar seus parques industriais, promover a modernização de suas fábricas, elevar a produção e a produtividade de suas empresas, perdendo, portanto, seu poder competitivo; era a onda crescente de desemprego atingindo áreas até então prósperas, de que o exemplo típico era a cidade de Rio Grande, ou outras áreas até então. insensatas de conflitos sociais, como a de Caxias do Sul, para citar um caso expressivo; era o crescimento angustioso e ultrajante das legiões de marginais, ampliando o cerco de miséria em todas as cidades; era o quadro do êxodo rural, aumentando o desfalque de nosso capital humano, daqui se exilando em busca de melhores horizontes, era a

procissão melancólica e, ao mesmo tempo, revoltante de fábricas que ameaçavam cerrar suas portas, ou reduzir as suas atividades e, de outras, transferindo-se ou na eminência de se transferir para outras regiões irrigadas para o progresso.”²⁹⁷

Nesta mensagem, Leonel Brizola não se regozija com as primeiras realizações de sua gestão, nem enaltece o clima de adesão e otimismo que rondou o primeiro ano de governo. Muito menos, ressalta a falta de êxito nas tratativas com Juscelino Kubitschek e a “odiosa e intolerável discriminação do governo federal.”²⁹⁸ Nos excertos da Mensagem que lemos acima, Leonel Brizola apresenta-se desesperançoso com as possibilidades de compassar a economia gaúcha com a industrialização que se operava na região Sudeste. Seu escrito revela um desalento com o não cumprimento de sua promessa de industrialização do Rio Grande do Sul. Suas palavras demonstram surpresa com os resultados da reforma administrativa e com os protestos dos funcionários públicos, sobretudo dos professores e brigadianos.²⁹⁹ Finalmente, Leonel Brizola, em seu terceiro ano de governo, expressa perplexidade com o aumento das insatisfações e com a permanência da crise econômica. Em seus discursos, passa a enfatizar a falta de colaboração e entrosamento entre capital, trabalho e estado, ele comenta: “Todos os apelos de paciência realizados aos trabalhadores do setor privado caíam no vazio”; já, os funcionários públicos, “não compreendiam e sabotavam os esforços do governo para a racionalização a máquina pública”.

Com dificuldades para concretizar as promessas de campanha, em rota de colisão com a sua base social e enfrentando crises e questionamentos partidários, Leonel Brizola via diminuir as suas possibilidades de encerrar o mandato com uma avaliação positiva. Nesta situação, não precisava de grandes análises políticas para saber que a conclusão de um governo naquelas condições poderia facilitar o retorno da oposição e postergar para um futuro incerto as suas chances de tornar-se um líder de projeção nacional. Na realidade, não restavam muitas alternativas a Leonel Brizola, e a escolhida foi a aproximação com Jânio Quadros. Para atalhar o caminho, Leonel Brizola abraçou a política externa de Jânio Quadros e silenciou em relação à política econômica e social. Contrariando a tendência do PTB nacional, que já não escondia o seu descontentamento com a política econômica de Jânio Quadros, Leonel Brizola, na tentativa de obter apoio financeiro para os seus projetos, tornou-se um defensor e porta-voz da política

²⁹⁷ Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - sessão solene de instalação dos trabalhos da 3ª reunião legislativa da 4ª legislatura, em 21 de abril de 1961. Anais da Assembléia Legislativa. Vol. 14, abril de 1961.

²⁹⁸ Mensagem à Assembléia Legislativa de 1960

externa de Jânio Quadros e silenciou em relação às medidas econômicas. Essa estratégia de final de mandato estava dando resultados: Jânio Quadros já havia visitado o Rio Grande do Sul por ocasião das comemorações da Festa da Uva; Leonel Brizola, a convite do presidente, integrou a comitiva que representou o governo brasileiro na Conferência de Punta Del Este; e, finalmente, o presidente havia programando a instalação, por uma semana, do governo federal em Porto Alegre.

A resistência democrática

A instalação do governo federal em Porto Alegre prometia abalar politicamente a capital dos gaúchos. Todos os preparativos para recepcionar a chegada de Jânio Quadros foram assegurados. Clóvis Pestana, ministro da Viação e Obras Públicas, chegou dois dias antes, apenas para certificar-se dos retoques finais. O prefeito Loureiro da Silva, fervoroso cabo eleitoral de Jânio Quadros, tinha autorizado uma verdadeira higienização na cidade: praças limpas; avenidas pintadas de branco; e da Base Área de Canoas até o Palácio Piratini, trajeto oficial da comitiva presidencial, as cores da bandeira nacional deveriam predominar. As providências para hospedar Jânio Quadros no Quartel General do III Exército também foram tomadas, inclusive a aquisição de garrafas do vinho do Porto, *Lacrima Christi*, com ordens para que fosse servido, todas as noites, nos aposentos do presidente. Essa foi uma das poucas exigências de um hóspede considerado muito imprevisível. Para o dia 27 de agosto, Jânio Quadros havia confirmado a sua presença no Estádio Olímpico, a fim de assistir o clássico *Gre-Nal*.³⁰⁰ Para que o Presidente pudesse ouvir os reclamos da população, foi organizado um protocolo para audiências; em menos de 24 horas, mais de mil postulantes foram inscritos.

O Comando Sindical de Porto Alegre, que, semanas antes, estruturou um Grupo de Trabalho Contra a Fome, composto por líderes da União dos Servidores Públicos, Federação Estadual dos Universitários do Rio Grande do Sul (FEURGS) e representantes da Associação de Donas de Casa e das Associações de Bairros, planejava convocar uma assembléia popular, para entregar ao Presidente as suas propostas, entre as quais destacavam-se:

- a) denunciar, sistematicamente, a política econômica e financeira do governo federal como causadora do aumento do custo de vida, apontando como

²⁹⁹ Um dos nomes da Polícia Militar do Rio Grande do Sul

responsável as famosas instruções 204³⁰¹ e 208; b) lutar pelo congelamento de preços, uma vez revisado pelos órgãos competentes; c) revisão do atual salário mínimo, com reajuste para todos os trabalhadores; d) criação de armazéns populares no RS; e) revisão do Conselho da COAP.

Naqueles dias, o debate político fervia. De um lado, algumas iniciativas de Jânio Quadros levantavam suspeitas e protestos contra a esquerdização do país: a participação da delegação brasileira na Conferência Interamericana de Desenvolvimento, em Punta Del Este;³⁰² o reatamento diplomático com a União Soviética; a condecoração de Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, etc.³⁰³ De outro, a política de estabilização econômica, baseada na: restrição financeira, limites de créditos, congelamento de salários, corte de subsídios, etc, recebia elogios do FMI e promessas de novos empréstimos. Tudo isso servia para aumentar a agitação verbal, as provocações e as denúncias de golpes. Neste momento, velhos temas ganharam projeção e voltaram a ser debatidos: nacionalismo, independência nacional, reforma agrária, reforma universitária, entre outros.

Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, Carlos Lacerda arquitetava a melhor maneira de inundar o país com a denúncia de que o ministro Pedrosa Horta havia tentado persuadi-lo a participar de um golpe; e, no Rio Grande do Sul, João Caruso, com auxílio do Palácio Piratini, comandava uma solenidade em homenagem ao sétimo ano da morte de Getúlio Vargas. Em meio às lágrimas e manifestações de saudade dos que ainda guardavam vivo na memória o suicídio de Getúlio Vargas, os meios de comunicação local retomaram os temas que agitavam o debate em âmbito nacional. Neste mesmo momento, Francisco Julião, a convite dos estudantes de

³⁰⁰ Partida decisiva dos dois maiores clubes de futebol do Rio Grande do Sul: Esporte Clube Internacional e Grêmio Football Pôrto Alegrense.

³⁰¹ A instrução 204 da SUMOC estabeleceu a chamada "verdade cambial", ou seja, a desvalorização do cruzeiro em 100%. Um dólar passou de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00. Isto representava um corte drástico nos subsídios a importações, algumas essenciais, como o trigo e a gasolina.

³⁰² A convite de Jânio Quadros, Leonel Brizola integrou a delegação brasileira que foi à Conferência de Punta Del Este. Na véspera da viagem, esteve em Brasília e ouvira do presidente as ordens de caso a colocação dos problemas nos termos propostos pelo Brasil não fosse ouvida, a delegação estava autorizada a abandonar a Conferência. A posição dos Estados Unidos era de retaliar Cuba através da aprovação da resolução de não ajuda aos países com regimes ditatoriais, que não tivessem eleições periódicas e poder legislativo constituído. Essa resolução foi aprovada, inclusive com o apoio da delegação brasileira. Leonel Brizola, em protesto, retirou-se da Conferência e retornou ao Brasil.

³⁰³ Ao retornar da Conferência de Punta Del Este, o ministro da economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, passou por Brasília. No dia 19 de agosto de 1961, Jânio Quadros condecorou-o com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Carlos Lacerda, em revanche a Jânio Quadros, aproveitou a passagem do líder anticomunista Manoel Antonio de Verona pelo Rio de Janeiro, e o condecora.

Agronomia e Veterinária, participava, em Porto Alegre, do 8º Congresso Nacional de Agronomia. Suas críticas ao latifúndio e a defesa da proposta das Ligas Camponesas aqueciam mais ainda o debate político, ao ponto de estimular uma reação de Dom Vicente Scherer, que considerou as conferências de Francisco Julião como uma provocação inaceitável.

Na manhã do dia 25 de agosto, o jornal Folha da Tarde trazia a manchete: “O Governo do Estado convida o povo em geral para receber o Presidente Jânio Quadros, que deve chegar por volta das 11 horas”. Logo cedo, Leonel Brizola se dirigiu ao Monumento ao Expedicionário, localizado no Parque da Redenção, para participar da solenidade em comemoração ao Dia do Soldado. Ele carregava consigo as notícias do dia: “Carlos Lacerda denuncia as tentativas do Ministro da Justiça Pedrosa Horta de aliciá-lo para um golpe contra o regime”. No meio da solenidade, depois de ouvir reservadamente do general Antônio Carlos Muricy a informação que Jânio Quadros tinha renunciado, com a fisionomia contraída, o general José Machado Lopes, chefe maior do III Exército, sob pretexto da chuva que caía ininterruptamente, causando desconforto aos presentes, ordenou que o ritual fosse abreviado.

Conhecedor da disciplina militar, Leonel Brizola logo percebeu que o fator climático não era motivo suficiente para interromper aquela solenidade. Certamente, algo de grave acabava de acontecer. Minutos depois, Hamilton Chaves, um dos assessores de imprensa do Palácio Piratini, informado pela agência France Presse, comunicou a Leonel Brizola³⁰⁴ que Jânio Quadros havia renunciado. Cumpria-se a tradição: realmente o mês de agosto passaria para história como o “Mês de Cães Danados”,³⁰⁵ mês predileto dos golpes, das renúncias e das crises.

Encerrada a solenidade do Dia do Soldado, Leonel Brizola se deslocou para o gabinete do presidente da Caixa Econômica Estadual, localizado na esquina da rua Dr. Flores com a Rua da Praia, a poucas quadras do Palácio Piratini. Em ato contínuo, delegou ao coronel Roberto Riedel Osório, oficial ligado ao Palácio Piratini uma missão: consultar pessoalmente os chefes militares das bases de Santiago e Santa Maria. No final da tarde, Leonel Brizola já estava informado de que os generais Oromar Osório, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, e Pery Bevilacqua, comandante da 3ª Divisão de Infantaria, estavam dispostos a garantir os preceitos

³⁰⁴ Leonel Brizola recebeu o comunicado oficial do Ministro Pedrosa Horta, sobre a renúncia de Jânio Quadros por volta das 16:37 horas do dia 25. Após tentar, sem êxito, falar com Jânio Quadros, Leonel Brizola pede para que seja comunicado ao Presidente que o Rio Grande do Sul abriria as portas para que, dali, ele comandasse a nação.

³⁰⁵ Título de uma novela escrita por Moacir Scliar.

constitucionais. Com relação à Brigada Militar e à Polícia Civil do Estado, Leonel Brizola sabia que suas ordens seriam executadas com continência.

Antes de tornar pública sua posição, Leonel Brizola fez uma ligação para o general José Machado Lopes, com o intuito não apenas de confirmar a renúncia do Presidente, mas para sondá-lo sobre a opinião do III Exército. Leonel Brizola conta que:

“(…), tratei de me comunicar, por telefone, com o general José Machado Lopes. Ele me confirmou que o Presidente havia realmente renunciado. Fez até um comentário, dizendo que se ele desembarcasse no aeroporto seria, agora, um cidadão comum e não mais o Presidente.”³⁰⁶

Na seqüência, o governador tratou de contatar diretamente com Jânio Quadros. A tentativa foi frustrada. Jânio Quadros encontrava-se incomunicável na Base Aérea de Cumbica. Leonel Brizola conseguiu falar apenas com o jornalista Carlos Castello Branco, Secretário de Imprensa da Presidência:

“Primeiro perguntei se o presidente havia renunciado mesmo, ou se estávamos diante de um golpe contra ele. Castello respondeu-me que o Presidente havia renunciado. Disse-lhe, então, que mesmo tendo ocorrido a renúncia, desconfiávamos que o presidente Jânio Quadros havia sido constringido a esse gesto e que, neste caso, tratar-se-ia de um golpe. E mais: que nós do governo do Rio Grande do Sul convidávamos Jânio Quadros para vir ao nosso Estado e, daqui, dirigir-se à Nação em defesa do seu mandato legítimo. O jornalista Castello Branco, depois de consultar o Presidente, transmitiu-me os agradecimentos, informando finalmente que não havia nada a fazer.”³⁰⁷

Depois desta conversa com Carlos Castello Branco, Leonel Brizola fez outro contato com o general José Machado Lopes, para lhe transmitir as informações que acabava de receber: o marechal Odílio Denys, ministro da Guerra, havia explicitado publicamente suas restrições acerca do retorno de João Goulart. Neste segundo contato com o chefe do III Exército, Leonel Brizola ouviu: “Bom, bom, governador, eu sou soldado e fico com o Exército”. Leonel Brizola,

³⁰⁶ Legalidade 25 anos. A resistência popular que levou Jango ao poder. Editora Redactor. Porto Alegre. 1991.

³⁰⁷ Idem.

antes de encerrar a ligação disse: “General, eu sou governador e fico com a Constituição.”³⁰⁸

Enquanto Leonel Brizola procurava certificar-se dos acontecimentos e costurar apoio militar para uma resistência, a notícia da renúncia corria em disparada de boca em boca. Todavia, tudo parecia não passar de mais uma boataria, algo corriqueiro no noticiário político do país. Porém, à medida que os fatos foram se confirmando, a primeira suspeita foi de um golpe de Estado.³⁰⁹

No meio da tarde, com informações ainda pouco precisas, o Partido Comunista promoveu uma reunião emergencial “para analisar os fatos e decidir o que fazer.”³¹⁰ Concluída a reunião, a direção do Partido decidiu organizar uma manifestação e chamar uma greve geral para o dia seguinte. No final da tarde, sob a liderança do Comando Sindical de Porto Alegre, realizou-se uma manifestação com mais de 5 mil trabalhadores e estudantes no Largo da Prefeitura de Porto Alegre. Depois de selar o compromisso de, doravante, se constituir uma “unidade operária estudantil”, os manifestantes rumaram para o Palácio Piratini.

Na Assembléia Legislativa, antes do anoitecer, os deputados estaduais já haviam decretado sessão permanente e aprovado apoio unânime à manutenção da Constituição. Antes de retornar ao Palácio Piratini, Leonel Brizola promove uma reunião com o seu secretariado e com alguns deputados. Nesta reunião, manifesta a sua posição de garantir a posse de João Goulart. Por volta das 23 horas, ao passar pela Praça da Matriz, depara-se com uma multidão que, naquele momento, também exigia a posse do vice-presidente. Da sacada do Palácio Piratini, Leonel Brizola, convicto das possibilidades de desencadear um movimento em defesa da legalidade constitucional, declara sua disposição de resistir ao golpe: “O Rio Grande do Sul não pactuará com qualquer golpe contra as instituições e a liberdade pública.”³¹¹

Em parágrafos anteriores argumentei que Leonel Brizola, através de uma estratégia de apoio à política externa de Jânio Quadros, realizava uma estratégia de aproximação com o governo federal. Essa postura de final de mandato ajuda a compreender os seus primeiros gestos quando tomou conhecimento da renúncia de Jânio Quadros. Mais do que qualquer um, naquele momento trágico, precisava demonstrar o seu incondicional apoio, o tamanho de sua lealdade e a

³⁰⁸ *Ibidem*.

³⁰⁹ A confirmação da renúncia do Presidente seu deu às 16:45, quando o senador Moura Andrade abriu a sessão do Congresso Nacional, com a presença de 230 deputados e 46 senadores. Ao terminar a leitura do documento da renúncia, anunciou a cerimônia de posse do deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara Federal, na Presidência da República.

³¹⁰ Entrevistas com Jorge Alberto Campezatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

coragem de combater os “inimigos da pátria”. Não lhe ocorreu imaginar que tratava-se de mais uma peripécia e de uma astúcia de Jânio Quadros para acumular mais poder.

Uma vez que a renúncia era motivada por pressão dos quartéis, a resposta também deveria surgir nos quartéis. Ou seja, a reação a um golpe militar só se faz com força militar. Por isso, as primeiras consultas de Leonel Brizola foram aos militares. Ao saber que o III Exército estava dividido, ao perceber o apoio generalizado dos parlamentares gaúchos e, por último, ao constatar a rápida manifestação das lideranças sindicais e populares em defesa da Constituição, Leonel Brizola viu não apenas uma possibilidade para deflagrar um movimento em favor da legalidade constitucional, mas uma verdadeira oportunidade para tornar-se uma liderança de projeção nacional e extrair dividendos para o Rio Grande do Sul. Não podemos deixar de mencionar que Leonel Brizola tinha uma noção do quadro político do estado que governava. Portanto, estava inteirado da capacidade de mobilização social, por isso sou simpático à afirmação de Ony Nogueira, quando disse, em entrevista, que:

“De uma certa forma, Leonel Brizola foi forçado a tomar aquela decisão, ou ficaria para trás, ficaria no vagão de trás. Quando se fala em exigências é para que se dê condições ao governo para que ele faça. Sem exigências, qualquer providência que o governo tome vira uma iniciativa própria e exclusiva dele, que nem sempre vai representar a vontade do povo. Quando se vive momentos como esses, em que se diz: - Governador, nós, trabalhadores, estamos exigindo providências tais, aí a coisa é diferente.”³¹²

Semelhante opinião é partilhada por Jorge Alberto Campezatto:

Dizer que o Sr. Leonel Brizola fez a Legalidade não foi assim. Como começou? Nós tomamos conhecimento, o movimento sindical gaúcho e o movimento estudantil que era muito forte no estado, a federação dos estudantes universitários, os diretórios acadêmicos, mais os sindicatos, as entidades sindicais horizontais, a Intersindical que eu presidia, o Comando Sindical de Porto Alegre, os sindicatos mais fortes, que faziam parte destas entidades, quando tomaram conhecimento que o golpe estava escancarado, de imediato nos mobilizamos. Na avenida Borges

³¹¹ Revista do Globo, nº. 803.7. 1961.

³¹² Entrevista com Ony Nogueira realizada em outubro de 1999.

de Medeiros, com a esquina da Andrade Neves, bem na desembocadura da Av. Salgado Filho, tinha o que eles chamavam de Mata-borrão, era um pavilhão de exposições, nós nos adornamos do Mata-borrão e estabelecemos ali o Movimento de Resistência Democrática. Partimos para pressionar o governo do Estado. Passamos a fazer concentração no Palácio Piratini, para que o governo se decidisse, tomasse uma decisão. Houve até um incidente, o companheiro Fúlvio Petraco, companheiro do Partido Socialista, e mais outro oficial reformado do exército, Pery Cunha, foram para a frente do Palácio, subiram encima de um caminhão e com um alto falante passaram a pedir para que o governo do Estado se manifestasse, tomasse posição a favor do respeito à Constituição, pela legalidade democrática. Foi aí, já no segundo dia, que o Sr. Leonel Brizola primeiro falou que o Estado estava à disposição do Sr. Jânio Quadros, que ele viesse prá cá, depois é que veio instituir a famosa Cadeia da Legalidade, dirigida pela Rádio Guaíba. Tanto que, há dois anos, fui procurado por um pesquisador que estava escrevendo sobre a legalidade democrática. Eu respondi: “Bom, você veio procurar a pessoa errada; sobre o movimento da legalidade eu sou a pessoa errada; eu sou anterior, sou do movimento da Resistência Democrática, que, popularmente, começou pelos sindicatos, os trabalhadores, os estudantes e o povo em geral, pois foram eles que começaram a luta aí, foi aí, no Mata-Borrão, era um mar de gente em volta dele, sempre tinha em torno de 500 a 600 pessoas”. Essas são questões que, até hoje, discuto junto com meus companheiros.”³¹³

Nas primeiras horas do dia 26, vários líderes sindicais promoveram uma reunião na sede do Sindicato dos Alfaiates. Na pauta: informes sobre a renúncia e os preparativos para greve geral. A principal proposta dos comunistas – realização imediata de uma greve geral no país, iniciada a partir do Rio Grande do Sul - foi derrotada. No lugar da greve geral, decidiu-se organizar o Comando Sindical Unificado.³¹⁴ Para mobilizar os trabalhadores e a população, já circulava a idéia da organização dos comitês de resistência democrática. Sobre a questão da greve geral, Ony Nogueira fez um comentário que merece registro:

³¹³ Entrevistas com Jorge Alberto Campezatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

³¹⁴ No dia seguinte, José César Mesquita foi escolhido presidente do Comando Sindical Unificado.

“Que parasse o resto do Brasil, menos o Rio Grande do Sul, eu não concordava que parasse. Eu tinha um grupo, realmente, ali eu liderei uma facção. Éramos a maioria, a maioria não queria paralisar. A maioria estava pronta para guerrear, se tivesse uma greve nós não teríamos como guerrear. A greve seria contraproducente, então, com toda franqueza eu falava para os colegas nas reuniões. A assembléia era permanente, num momento que eles estavam numericamente confortáveis renovavam a proposta e colocavam em votação. Então, eu mantinha um grupo de colegas junto comigo e mais alguns próximos que tinham telefone em casa, para que pudéssemos suplantar o voto dos nossos colegas que queriam a greve. Essa foi uma das divergências. Eu entendia e comigo entendeu a maioria, que aquele não era um momento apropriado para fazermos a greve, mas a posição, talvez o objetivo deles fosse atingir o mesmo fim que nós buscávamos, só que através de outros caminhos. A greve seria um caminho mais tortuoso e mais difícil de explicar.”³¹⁵

A idéia de se estruturar os comitês de resistência democrática havia sido imaginada na tarde do dia 25. Amir Labaki, na entrevista realizada com Fernando Almeida, obtém um dos únicos relatos sobre este acontecimento:

“O Comitê de Resistência Democrática nasceu de encontro em rua; na nossa avenida Borges de Medeiros, nos encontramos eu, que era funcionário de um instituto de aposentadoria (IAPI), um advogado, dr. Victor Douglas Nuñez, e alguns líderes sindicais. (...) Desse encontro a gente resolveu que precisávamos fazer alguma coisa, e de um local. Existia na avenida Borges um pavilhão em forma de mata-borrão, construído para uma exposição do governo de Estado, pelo Brizola. Depois, ele ficou meio abandonado, ia ser destruído, se fez alguma exposição ali, mas nesse dia ele estava abandonado. Então nesse grupinho de meia dúzia de pessoas, olhamos para o Mata-Borrão e cogitamos instalar ali um comitê qualquer. Então falamos com um guarda que o estava vigiando. Ele disse: ‘Não posso entregar. Só com autorização’. Aí nós descemos um pouco a rua, uns vinte metros, e fui, peguei um papel e fiz uma autorização. Eu assinei e aquilo valeu.

³¹⁵ Entrevista com Ony Nogueira realizada em outubro de 1999.

(...) Nessa altura já éramos umas vinte, trinta pessoas. Isso tudo na tarde de 25 de agosto. E foi tudo espontâneo. Até o nome. Alguém sugeriu que fosse 'Comitê em Defesa da Democracia'; um outro, 'Comitê de Resistência'. E aí alguém disse: 'Vamos unir isso aí'. E ficou Comitê de Resistência Democrática. E o nome pegou muito bem."³¹⁶

Durante o dia 26, o impasse político tornou-se mais claro: Jânio Quadros tinha renunciado por pressão das "forças terríveis"; o deputado Mazilli, presidente da Câmara dos Deputados, havia assumido a Presidência da República; os ministros militares estavam vetando a posse de Jango, que naquele momento achava-se em viagem diplomática "abraçando comunistas chineses".

Leonel Brizola já havia sido comunicado pelo próprio deputado Ruy Ramos da conversa que esse parlamentar petebista tivera com o Marechal Odílio Denys: "Se Jango chegar em território da República, serei forçado a prendê-lo, imediatamente". Pois, para os ministros militares, um "vice-presidente que abraça Mao Tse Tung e outros comunistas não é digno que a Constituição lhe respeite".

Também já havia chegado ao Rio Grande do Sul a confirmação da prisão do marechal Henrique Teixeira Lott e de alguns militares da "ala nacionalista" do exército. Nesta altura dos acontecimentos, Leonel Brizola não tinha mais dúvida de que o Rio Grande do Sul, de uma forma ou de outra, lutaria para garantir a posse de João Goulart. Porém, prosseguiu estabelecendo contatos com os militares de alta patente de outras regiões do país.³¹⁷ Esses contatos deram a Leonel Brizola um panorama da situação: fora do Rio Grande do Sul, os militares estavam mais propensos a obedecer as ordens do Ministro da Guerra do que os preceitos constitucionais. Todavia, a divisão interna do III Exército e as inseguranças do general José Machado Lopes, lhe dava forças suficientes para deflagrar um movimento de resistência.

As ordens para deflagrar o movimento em defesa da posse do vice-presidente foram dadas: a Brigada Militar passou a ocupar os pontos estratégicos: usinas de energia elétrica, rede

³¹⁶ Amir Labaki. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1989, pp. 70 e 71. Essa versão foi confirmada na entrevista que realizei com Victor Douglas Nuñez. A direção do Comitê de Resistência Democrática foi composta por Fernando Almeida, presidente; Marat Buazewki, 1º vice; Demóstenes Escobar, 2º vice; Paulo Medeiros, 3º vice; Salvador Viário, 4º vice; Jary Schimidt, secretário; Victor Douglas Nuñez, diretor de propaganda.

de comunicações, ferrovias, etc. O Palácio Piratini foi bloqueado com arames farpados e protegido com armamentos da Brigada Militar. Os hospitais entraram em alerta. As atividades bancárias foram suspensas. As aulas foram interrompidas, etc.

Do outro lado da trincheira, já funcionava, a pleno vapor, a organização do primeiro Comitê da Resistência Democrática. De imediato, formaram-se filas de homens e mulheres para alistarem-se como voluntários da força reserva da Brigada Militar. João Amazonas, que achava-se em “exílio partidário” no Rio Grande do Sul, juntamente com outros líderes e dirigentes sindicais do Partido Comunista, tornaram-se os mais dinâmicos organizadores do Comitê de Resistência. Nos dois primeiros dias de funcionamento do Comitê da Resistência Democrática já havia mais de 30 mil pessoas alistadas. Para distribuir as tarefas em preparação a um possível combate, o Comitê da Resistência Democrática formou comissões para tratar da arrecadação de alimentos e dinheiro, divulgação³¹⁸, saúde, armamentos, etc. Os líderes que estavam no Mata-Borrão não receberam armas, mas, por conta própria, produziram uma enorme quantidade de coquetéis molotov; outros, ousaram ostentar em praça pública armas que, até então, mantinham em casa. Espontaneamente, as pessoas se alistavam e rumavam para Praça da Matriz, local de vigília permanente. A Praça da Matriz consagrou-se, definitivamente, como o lugar de expressão da resistência popular.³¹⁹

No domingo, Leonel Brizola requisitou a Rádio Gaúcha e instaurou a Cadeia da Legalidade. Através de um instrumento de comunicação bastante popular na época, Leonel Brizola rompeu o isolamento e as vozes do Palácio Piratini ecoaram pelos recantos mais longínquos. Realmente, a Cadeia da Legalidade foi uma das armas mais eficazes que Leonel Brizola utilizou para comandar o movimento em defesa da Constituição. A Cadeia da Legalidade abafou, no Rio Grande do Sul, as poucas vozes contrárias à posse de Jango e estimulou a adesão em outras regiões do país.

Enquanto a Cadeia da Legalidade estava sendo instalada, os batalhões operários desfilavam defronte ao Palácio Piratini. Os tranviários foram os primeiros: em colunas e com o seu fardamento parecido com os de soldados, marchavam e faziam exercício de ordem unida,

³¹⁷ Para obter detalhes desses contatos recomendo as obras Markun, Paulo & Hamilton, Duda. 1961: que as armas não falem. São Paulo: Senac, 2001. - Labaki, Amir. 1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³¹⁸ Amir Labaki menciona a publicação de um jornal chamado “Resistência”, com orientações práticas para se constituir os comitês de resistência em todo o Rio Grande do Sul. Procurei, sem sucesso, um exemplar dessa publicação.

estimulando, nos que assistiam, a coragem para resistir. Logo depois desfilaram os portuários, com o Batalhão Praiano, portando o estandarte da União da Orla Marítima e comandado pelo estivador Her Agapito da Luz, líder sindical que já havia feito uma pequena carreira militar. Já o batalhão dos eletricitários, com a adesão de todos os associados, faziam o trajeto da Praça da Matriz à Usina do Gasômetro. Em desfile e com uma enorme faixa onde se lia “TRABALHADORES DA ENERGIA LUTAM PELA DEMOCRACIA”. O desfile seguia para a Usina do Gasômetro, lugar considerado estratégico, para não prejudicar o esquema de vigilância. Durante a noite, a atenção aumentava pois, a qualquer momento, os eletricitários poderiam receber ordens para desligar as luzes da cidade, caso o Palácio Piratini fosse bombardeado. Os artistas e intelectuais, mobilizados em torno do Teatro de Equipe, engajaram-se imediatamente, impulsionando a criação de comitês de resistência nas principais cidades. Os estudantes, em greve geral decretada pela UNE, que havia transferido a sua sede nacional para Porto Alegre, transformaram o Restaurante Universitário da Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul no abrigo do recém-criado Comando Geral da Frente Estudantil Pró-Legalidade, e, juntamente com os líderes sindicais, artistas e intelectuais passaram a organizar os batalhões estudantis. Realmente, grande parte da população mobilizou-se permanentemente para esperar o pior. E a adesão ao movimento em defesa da Constituição era incondicional. Desses dias, Moacir Sclyar recorda que:

“Em nossas reuniões, não tínhamos dúvida de que a coisa evoluiria para um conflito armado, para o qual tratávamos de nos preparar. O próprio Petraco, do alto de um caixote que lhe aumentava convenientemente a altura, orientava a ordem unida – na qual éramos um desastre. Errávamos sistematicamente: se era direita, volver, virávamos para a esquerda e vice-versa, porque no caso não pesava nenhum viés político.”³²⁰

Nydia Guimarães, companheira de Josué Guimarães, conta que as imagens dos batalhões operários e estudantis era algo impressionante e que muito lhe marcaram:

³¹⁹ Hoje esse lugar chama-se Praça da Legalidade.

³²⁰ *Nós e a Legalidade: depoimentos. Rio Grande do Sul – Fatos.* Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre, 1991, p.150.

“Era uma coisa bonita ver aqueles batalhões na rua, fazendo ordem unida, aprendendo a marcha, aprendendo a lidar com armas. Tinha gente de todas as idades, em toda parte.”³²¹

A idéia dos comitês de resistência democrática pegou rapidamente. Com frequência, chegavam na sede do Comitê Central da Resistência Democrática informações do surgimento de novos comitês, em diferentes setores e regiões do Estado. Em poucos dias, milhares de voluntários inscreveram-se para participar do combate. No dia 28 de agosto, no Comitê Central da Resistência Democrática, a lista de voluntários completou os cem mil voluntários. Luis Fernando Veríssimo, com a ironia que lhe é peculiar, escreveu “Havia mesas para a inscrição de voluntários na Rua da Praia e dizem que, por um breve e alucinante instante, o Partido Comunista teve o maior quadro da sua história.”³²² Por trás desta ironia, esconde-se um fato: nas principais cidades, os comunistas foram os mais dinâmicos e ativos na frente da organização dos comitês da resistência democrática. Porém, a organização dos comitês da resistência democrática não foi prerrogativa exclusiva dos comunistas. Praticamente todos os grupos organizados acataram a idéia de constituir essas organizações, inclusive os Centros de Tradição Gaúcha, espaços que, até hoje, abrigam setores mais conservadores da sociedade sul-rio-grandense. O fato é que, rapidamente, Leonel Brizola obteve uma extraordinária adesão à luta para garantir a posse de Jango. Os partidos políticos de oposição, o próprio arcebispo Dom Vicente Sherer, não esconderam a adesão a Leonel Brizola. Porém, o episódio que mais revela a unanimidade em torno da defesa da posse de Jango foi o pronunciamento conjunto dos dois maiores rivais do futebol gaúcho: o Grêmio e o Internacional.

A madrugada do dia 28 de agosto foi assombrosa. No Palácio Piratini chegou a notícia de que tanques e tropas do exército movimentavam-se para cumprir as ordens que o general Orlando Geisel havia dado ao III Exército: “Agir com máxima energia e presteza para silenciar as atividades subversivas de Leonel Brizola”. Rapidamente, todos prepararam-se para o combate: armas foram distribuídas; o acesso ao Palácio Piratini foi bloqueado com carros; os tranviários, assim que foram notificados, colocaram a frota de bondes da Cia. Carris Porto-Alegrense pronta para dificultar o acesso dos tanques na Praça da Matriz. “Os tanques até poderão destruir o Palácio Piratini, mas terão muito trabalho, não será moleza”. Depois de algumas horas, toca o

³²¹ Idem. p. 170.

³²² *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 agos. 2001.

telefone de Leonel Brizola; do outro lado da linha, o general José Machado Lopes, avisando-o que desejava marcar um encontro. Não quis adiantar se era para prendê-lo ou se para lutar juntos. Leonel Brizola confirmou o encontro para o meio-dia. Quando o dia preparava-se amanhecer, Leonel Brizola desceu até o porão do Palácio Piratini e proferiu para Cadeia da Legalidade um dos seus mais emocionantes pronunciamentos.³²³

Quando o dia amanheceu, a multidão só tinha uma direção: a Praça da Matriz. Tranviários, metalúrgicos, bancários, eletricitários, portuários, funcionários públicos, organizados em batalhões operários, carregando faixas, cartazes e estandartes dos seus sindicatos, marcharam para se colocar na frente do Palácio Piratini. Para a sede do Mata Borrão acorreram médicos, enfermeiras, voluntários para prestar socorro aos feridos. Os jornais da época flagraram imagens de médicos realizando exames em voluntários para atestar se estavam aptos para participar dos combates. Um grupo de mães, com seus filhos nos braços, postou-se na frente do Palácio Piratini: “Vamos ver se aqueles que querem transformar a democracia em ditadura tem coragem de bombardear nossos filhinhos”.³²⁴ Mães na frente dos quartéis, tentando se despedir pela última vez de seus filhos, etc. À medida que aproximava-se a chegada do general José Machado Lopes ao Palácio Piratini, o “discurso de despedida” foi transmitido pelos auto-falantes distribuídos pela Praça da Matriz. Em seguida, a Cadeia da Legalidade, transmitiu o pronunciamento de Dom Vicente Scherer: “Tudo farei para evitar o derramamento de sangue, e estou disposto a colocar-me na frente do Palácio Piratini para defender sua família (Leonel Brizola).³²⁵

Quando o general José Machado Lopes passou pelo meio da multidão para encontrar-se com Leonel Brizola, por alguns minutos fez-se um enorme e angustiante silêncio. A multidão não sabia se o general estava ali para cumprir as ordens de seus superiores. Os menos informados achavam que era mais provável que o chefe do III Exército ali estivesse para dar ordem de prisão à Leonel Brizola. Minutos depois, aparecem na sacada do Palácio Piratini: o governador e o general. A notícia corre: o general aderiu. A multidão entrou num verdadeiro delírio. Não foi preciso derramar sangue. Agora, João Goulart pode retornar para assumir a presidência do país.

³²³ O discurso de Leonel Brizola pode ser lido na íntegra em *Legalidade: 25 anos. A resistência popular que levou Jango ao poder*. P. 176 a 179.

³²⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 agos. 1961.

³²⁵ Na manhã do dia 28, o Arcebispo Dom Vicente Scherer foi até a ala residencial do Palácio Piratini, onde, em conversa com dona Neuza Brizola (esposa de Leonel Brizola), disse-lhe que tudo faria para evitar derramamento de sangue. Ao saber disso, por intermédio do deputado João Caruso, Leonel Brizola autorizou que essa informação fosse veiculada pelos microfones da Cadeia da Legalidade. Dom Vicente Scherer não tinha autorizado. Desde esse

Porém, enquanto Leonel Brizola e a população acumulavam forças para empossar João Goulart, no exterior negociava-se o parlamentarismo. João Goulart pisou em solo brasileiro por volta das 21 horas do dia 1º de setembro. Pela Constituição, tornava-se automaticamente presidente do país. Uma enorme comitiva lhe aguardava no aeroporto. No trajeto, milhares de pessoas ovacionavam o “carro da legalidade” que, além de João Goulart, transportava Leonel Brizola, o deputado Hélio Carlomagno³²⁶ e o General José Machado Lopes. Quando o “carro da legalidade” adentrou-se na Praça da Matriz, mais de 100 mil pessoas saldaram com emoção e aos gritos: Jango Presidente! Jango Presidente! Jango Presidente! Depois de alguns minutos, na sacada do Piratini aparecem Leonel Brizola, Machado Lopes e João Goulart. A multidão, já acostumada a ouvir pronunciamentos emocionantes pela Cadeia da Legalidade, esperava escutar a voz do Presidente. Jango nada falou. Naquele instante, Leonel Brizola mostrou aquela multidão a Jango e disse:

“Veja Presidente. Essa gente votou contra o senhor nas eleições, mas agora vai até a luta armada em defesa do que tu representas. Tu és um símbolo. Há que honrar esse merecimento.”³²⁷

Depois de um ligeiro aceno, Jango recolheu-se para o interior do Palácio Piratini.

Alcy Cheuiche gravou no livro de depoimentos “Nós e a Legalidade ...” uma das melhores narrativas deste momento:

“Então chegou a hora do encontro do povo com o João Goulart. E era gente como formiga na Praça da Matriz. (...) Os alto-falantes anunciaram que o Presidente João Goulart iria aparecer numa janela do Palácio. E se fez um silêncio enorme. (...) Jango abanou para o povo e foi uma ovação. Um delírio de aplausos. E ficamos todos à espera do discurso. Mas ele nada disse. Virou as costas ao povo e sumiu dentro do Palácio. São coisas que a gente até nem gosta de lembrar. O

dia, Dom Vicente Sherer afastou-se cada vez mais de Leonel Brizola. Antonio Silveira da Silva. A Brigada Militar e a Legalidade. P. 31

³²⁶ Hélio Carlomagno era deputado estadual pelo PSD. No seu terceiro mandato, na época exercia o cargo de presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

³²⁷ *Última Hora*, Porto Alegre, 01 set. 1961.

homem tão esperado não voltou mais à sacada. E o povo foi-se dispersando. Já muitos falando no conchavo, na sujeira que fora tramada em Montevideú”³²⁸.

Para qualquer líder político, aquela demonstração de apoio popular provocaria envaidecimento. Entretanto, Jango tratou-a com indiferença. Como explicar a indiferença de Jango?

Leonel Brizola desejava que Jango liderasse uma caminhada até Brasília, para se impor como Presidente do país³²⁹. Para isto, a multidão mobilizada, que ali estava, tinha alguma importância. Mas, para Jango, que já havia aceitado o parlamentarismo como a única solução para o impasse, aquela mobilização popular, disposta a tudo fazer para garantir a Constituição, representava um empecilho. Algo a ser evitado.

Depois de algumas horas, Jango coloca nas mãos dos jornalistas uma nota para ser divulgada a todo o Brasil. Após leitura da nota, os jornalistas hesitaram em publicar. Mas, Hamilton Chaves, depois de acrescentar a última frase, faz valer a vontade do Presidente:

“A mensagem que trago é de paz e esperança. Permaneço, como em toda a minha vida pública, inteiramente devotado aos princípios democráticos, à manutenção da ordem, pronto a servir à República no interesse do progresso e do bem-estar político, econômico, social e espiritual da Nação. **Que Deus me ilumine, que o povo me ajude e que as armas não falem.**”³³⁰

Os dias que Jango permaneceu em Porto Alegre foram de silêncio. Nenhum discurso emocionante, nenhuma crítica, nenhuma exaltação. O silêncio de Jango confirmava a suspeita que todos tinham: Jango tinha capitulado, aceitara o parlamentarismo. A multidão passou a exigir definições e rumos para o movimento. Na Praça da Matriz, que ainda estava tomada por cartazes e faixas de apoio, foi estendida uma enorme faixa: **EXIGIMOS A DEFINIÇÃO DO SR JOÃO GOULART**”. Oficialmente, ainda não havia nenhuma definição de Jango. Mas, à medida que as horas iam passando confirma-se a suspeita: a resistência tinha sido traída. Os mais exaltados

³²⁸ Idem. Nós e a Legalidade: depoimentos. P. 42.

³²⁹ No dia 2º de setembro, após a chegada de Jango ao Brasil, Leonel Brizola divulga nota à imprensa: “Hoje, em reunião no palácio Piratini, fiz ver aos representantes de todas as camadas da vida gaúcha que a caminhada para Brasília começara por aqui. Não pensem que somos intransigentes. Estamos dispostos a conversar, mas dentro da ordem e da legalidade. Por isto, faço um apelo ao sr. Ranieri Mazilli: venham a Porto Alegre buscar Jango e levá-lo a Brasília, como o verdadeiro presidente do Brasil”. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 02 set. 1961.

³³⁰ *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 agos. .2001.

começaram a retirar os cartazes, as faixas e tudo que simbolizasse apoio a Jango. Em uma única voz, a população gritava Jango! Jango! Jango!. Silêncio. A sacada do Palácio Piratini permaneceu vazia. Ouve-se uma voz: vamos queimar os cartazes! Imediatamente inicia-se a queima de cartazes, de faixas e de tudo que encontrava-se na Praça da Matriz que representasse apoio a João Goulart.³³¹

Até hoje, alguns jornalistas, que participaram ativamente da defesa da Constituição, lembram de um episódio que serve para ilustrar o quanto a frieza de Jango e a solução parlamentarista foram decepcionantes:

“No dia primeiro de setembro, Jango estava em Porto Alegre e foi visitar o Porão da Legalidade. Inconformados, os jornalistas fizeram um corredor polonês e ficaram de costas para o Presidente que aceitara a imposição do Parlamentarismo”.³³²

Ony Nogueira relatou-me um encontro com Jango, onde houve a participação de líderes sindicais:

“Nós não queríamos que o Jango assumisse, isso nós não queríamos. Ele nos pediu. Não sei se você tem, mas existe uma foto na Zero Hora em que estamos no Palácio reunidos, eu estou lá, ele estava na cabeceira da mesa. Eles nos pediu "me deixem assumir no parlamentarismo", nós não queríamos, naquela altura que os golpistas já estavam cedendo. Ele disse "me deixem assumir, eu não quero derramamento de sangue, eu assumo e prometo a vocês que vamos retornar ao presidencialismo", talvez ele até ficasse como figura decorativa, talvez até ficasse, mas nós não queríamos, fincamos pé, aquela foi uma exigência nossa. Tu vês a força que o movimento sindical tinha, nós fomos prá lá e ele nos pediu prá assumir, ele achou que nós não iríamos autorizar e nós não autorizamos, nós não autorizamos, isso antes dele ir para o Rio de Janeiro, logo que ele chegou a Porto Alegre. Você vai assumir, mas sob protesto, nós não queremos, então vai assumir sob protesto, com a promessa que vai fazer retornar o presidencialismo, porque o

³³¹ Na edição da *Última Hora* de 03 set. 1961 encontra-se de forma detalhada a narrativa do desfecho e reação da população ao "silêncio" de João Goulart.

³³² Nós e a Legalidade. Idem. P. 192.

golpe não foi só contra o presidente, mas contra o povo brasileiro, não foi só contra o seu mandato.”³³³

No dia 04 de setembro, sem discurso e sem aplausos, Jango deixa Porto Alegre e retorna para Brasília, para assumir a presidência sob regime parlamentarista. Leonel Brizola não o acompanhou. A ausência de Leonel Brizola na solenidade de posse de Jango foi uma demonstração de não avalização do “golpe branco” representado pelo parlamentarismo.

Enquanto Jango, em clima festivo, assumia a presidência no regime parlamentarista, no Rio Grande do Sul pairava uma atmosfera de alívio e de muita frustração. Alívio, porque não foi preciso que as armas falassem. Frustração, porque o desfecho foi interpretado como sinal de fraqueza e capitulação. A Cadeia da Legalidade foi desfeita e o Mata Borrão foi esvaziado. Porém, algo permanecia em aberto: o que fazer com os comitês da resistência democrática? Qual o rumo a ser dado à mobilização popular?

Depois da Resistência Democrática, a luta contra o parlamentarismo

Ao perceber o crescimento da mobilização operária e a rapidez da adesão aos comitês de Resistência Democrática, o governador Leonel Brizola procurou, de várias maneiras, controlar os rumos do movimento. A primeira, e talvez a mais eficaz tentativa, foi circunscrever o máximo possível a participação dos trabalhadores ao papel de “platéia”. Essa tentativa materializou-se através de vários gestos, um deles foi não permitir que nenhuma liderança sindical subisse na sacada do Palácio Piratini e fosse alçada à categoria de “herói da legalidade”. No “palco”, coube a poucos a qualidade de arautos da legalidade: alguns políticos, generais e jornalistas. Na “platéia”, apenas se esperava que os “espectadores” conferissem ares de grandiosidade ao espetáculo. Na visão do Palácio Piratini, era preciso impedir que o movimento operário extrapolasse além do permitido. Isso foi possível através das lideranças sindicais petebistas que, obedecendo ordens, inviabilizaram, permanentemente, a eclosão de uma greve geral no Estado. Uma greve geral nos dias da Resistência Democrática - proposta das lideranças sindicais comunistas -, certamente colocaria o palácio e a praça em equivalência.

A segunda, foi assegurar que todas as informações que circulassem no Comitê da Resistência chegassem até o Palácio Piratini. Para tanto, os serviços de segurança, com seus esquemas de espionagem, foram postos em alerta. Além disso, era necessário garantir influência

³³³ Entrevista com Ony Nogueira realizada em outubro de 1999.

nas decisões do cotidiano do Mata Borrão. O deputado petebista Milton Garcia Dutra, acompanhado de alguns funcionários do Palácio Piratini, foram incumbidos dessa tarefa. Almir Labaki, com base em entrevista que fez com Fernando Almeida, afirma que a presença dos enviados do Piratini ao Comitê de Resistência foi rejeitada, pois as lideranças preferiram preservar a independência:

“Mas, ainda segundo F. Almeida, houve até uma tentativa frustrada do Palácio em assumir o comando – com o envio de um funcionário do terceiro escalão por ordem do governador -, e então suas relações “esfriaram” um pouco.”³³⁴

Tão logo ficou claro o cenário político - Jango tomaria posse sob o regime parlamentarista - a direção e o controle dos comitês de Resistência Democrática passaram a ser objeto de disputa. Ainda no dia 3 de setembro, antes mesmo de Jango ter viajado para Brasília, os deputados estaduais Helio Carlomagno (PSD) e José Mariano de Freitas Beck (PTB) tiveram a iniciativa de promover o primeiro encontro dos comitês de Resistência Democrática. Esse encontro, realizado no Teatro São Pedro, além de aprovar um conjunto de resoluções, consagrou o deputado Hélio Carlomagno como virtual presidente dos comitês de Resistência Democrática do Rio Grande do Sul. Ao término deste encontro, foi aprovado um manifesto, conclamando os Comitês a lutarem contra o parlamentarismo, pelas reformas de base e pela independência nacional.³³⁵

Os líderes sindicais, ainda perplexos com a passividade de Jango e com o próprio desfecho dos acontecimentos, também tinham clareza da necessidade de continuar a mobilização operária e imprimir novos rumos para o movimento de resistência democrática:

“A luta pela preservação das instituições democráticas e por melhores condições de vida para a classe operária, para o povo, continuará e sob novo impulso.”³³⁶

Neste sentido, decidiram promover uma reunião, no dia 06 de setembro, para discutir os rumos do movimento. Ao término da reunião foram tomadas as seguintes definições: realizar, no dia 07 de setembro, um desfile dos batalhões operários; não desmobilizar os comitês de Resistência Democrática; pleitear a permanência do Comando Sindical Unificado na sede do Mata Borrão e promover uma conferência sindical dos três estados da região Sul.

³³⁴ Almir Labaki. *Idem*. P. 72.

³³⁵ Esse manifesto foi publicado na íntegra pelos Anais da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Anais Câmara de Vereadores de Porto Alegre, setembro de 1961.

Na manhã do dia 07 de setembro, quando todos se preparavam para iniciar o desfile, Leonel Brizola, acompanhado de José Machado Lopes, visitou o Mata Borrão. O motivo da visita: prestar homenagem aos líderes sindicais e persuadi-los a transferir o desfile dos batalhões operários para o dia 20 de setembro, data da comemoração da Revolução Farroupilha. Leonel Brizola asseverou aos líderes sindicais a realização de uma “grande homenagem à coragem do povo gaúcho no movimento da legalidade”. Depois desta inesperada visita, os líderes sindicais retiraram de sua agenda o desfile dos batalhões operários e integraram-se ao calendário festivo do Palácio Piratini.

“No dia 07 de setembro Leonel Brizola visita a sede do Mata Borrão. O desfile foi transferido para o dia 20. A pedido do governador, os sindicatos decidiram suspender o desfile, hoje, dos batalhões operários, organizados para pegar em armas, se preciso fosse, em defesa da posse do sr. João Goulart na Presidência da República. Nesse 7 de setembro, não haverá a tradicional parada da pátria, transferindo-se todas as solenidades marciais para o dia 20, data da Revolução dos Farrapos. Ocasão em que os voluntários da legalidade marcharão ao lado de todas as tropas sediadas ou estacionadas na capital.”³³⁷

Conforme tinha prometido, Leonel Brizola promoveu, no dia 20 de setembro de 1961, uma das maiores manifestações populares já vistas no Rio Grande do Sul. Os batalhões operários desfilaram atrás das colunas da polícia da Brigada Militar

Nesse mesmo dia, na parte da tarde, realizou-se o primeiro encontro estadual dos comitês da Resistência Democrática. Desse encontro, resultou a elaboração de uma carta de princípios que, em síntese, subscreveu o manifesto do dia 3 de setembro. Definiu-se também a legalização do Comitê da Resistência Democrática, transformado-o em sociedade civil, com personalidade jurídica. A direção foi entregue aos deputados Carlo Carlomagno e Milton Garcia Dutra, ao vereador Alberto Schroeter e ao advogado Fernando Almeida.

A rapidez das ações, sob os auspícios do Palácio Piratini, a falta de unidade do Comando Sindical Unificado e uma certa perplexidade com o desdobramento dos acontecimentos impediram que o movimento de resistência democrática fosse capitaneado pelos setores mais

³³⁶ *Última Hora*, Porto Alegre, 06 set. 1961.

³³⁷ *Ibidem*. 07.09.1961

avançados do sindicalismo e do Partido Comunista. Concretamente, a partir de 20 de setembro de 1961, o movimento de resistência democrática foi estrangulado.

Enquanto o Palácio Piratini executava sua estratégia de integração e enquadramento dos Comitês da Resistência Democrática, Dom Vicente Sherer, com uma enérgica nota publicada nos principais jornais do Estado, dizendo-se temeroso com a radicalidade das manifestações populares durante os “13 dias que abalaram o Rio Grande do Sul”, reabriu a temporada de caça aos comunistas. O Arcebispo passou a cobrar de Leonel Brizola medidas concretas para afastar os comunistas infiltrados em seu governo. Ainda empolgado com os discursos transmitidos pela Cadeia da Legalidade, em um primeiro momento o governador contrariou a autoridade religiosa:

“Mesmo sabendo que poderíamos ser esmagados, cumprimos com o nosso dever para lavar a honra da nação. Agora, espalha-se por aí que nós, no Rio Grande, somos comunistas. Dizem que o governo gaúcho está acumpliciado com os comunistas e que o nosso povo anda assumindo atitudes perigosas para integridade e tranqüilidade da nação. Mas essas injustiças não nos impressionam, nem jamais farão com que recuemos em nosso caminho. Enganam-se com o Rio Grande e com o povo brasileiro: aqui não há comunismo. O que há é o povo passando fome, o que há é o povo injustiçado.”³³⁸

Contudo, dias depois, Leonel Brizola deu uma resposta mais próxima daquilo que Dom Vicente Sherer esperava:

“Uma meia dúzia de comunistas que andavam pelas ruas e se incorporaram ao povo durante a resistência. Estamos sendo censurados porque não mandamos a polícia prendê-los. Queriam que deixássemos Denys e os golpistas?”³³⁹

Apesar de Leonel Brizola asseverar que, em seu governo, não havia espaço para comunistas, o arcebispo queria ouvir do governador as palavras que foram ditas pelo general Pery Constant Bevilacqua:

³³⁸ *ibidem*. 31.10.1961.

³³⁹ *Ibidem*. 12.11.1961

“Dom Vicente Sherer, de boa fé, fez aquele pronunciamento sobre uma possível infiltração comunista no governo gaúcho. É evidente que há comunistas no Rio Grande, mas, se colocarem a cabeça de fora, nós a cortaremos.”³⁴⁰

Esse episódio, protagonizado por Dom Vicente Sherer, é um dos sintomas que revela o afastamento dos setores mais conservadores que ainda permaneciam vinculados ao governo trabalhista. Passado os dias da Resistência Democrática e, na proporção que, Leonel Brizola radicalizava seu discurso em favor das reformas de base e contra o Congresso Nacional, um por um, rompeu com a Frente Popular que o elegeu. A começar pelo PRP, que embora limitado eleitoralmente, no plano simbólico representava um veto ao apoio que Leonel Brizola estava dando aos agricultores sem terra. Além disso, a “saída simbólica” do PRP sinalizava a perda dos votos das zonas colônias.

Percebendo a necessidade de ampliar as articulações para além das fronteiras do Rio Grande do Sul, o movimento sindical gaúcho tomou a iniciativa de organizar a Primeira Conferência Sindical da Região Sul. Nesta conferência, que também tinha como objetivo formar uma frente para combater a candidatura situacionista de Hircy Fagundes Wagner nas eleições da CNTI, traçaram-se as diretrizes que orientaram as ações coletivas do sindicalismo gaúcho até o término do governo de Leonel Brizola. Resumidamente, as resoluções desta conferência apontam em duas direções: não abandonar a luta salarial e vincular a defesa do parlamentarismo às reformas de base. Com relação ao parlamentarismo, encontra-se a seguinte análise:

“Não estamos entusiasmados com a nova forma de governo, como também não morremos de amores pelo presidencialismo. (...) Estamos insatisfeitos pela maneira como foi modificada a forma de governo. (...) Enquanto os trabalhadores saírem às ruas para fazer campanha de plebiscito como pretendem as elites políticas, são desviadas [parece faltar algo aqui...] do fundamental que são as reformas de base”.

É interessante resgatar que, pela primeira vez, a questão da reforma agrária não só ocupou um espaço relevante na pauta de discussão, como o sindicalismo captou o avanço da luta dos trabalhadores sem terra e a necessidade de integrá-los, constituindo um único movimento. Sobre essa questão, encontra-se a seguinte resolução:

³⁴⁰ *Ibidem*. 01.11.1961.

“A participação dos camponeses, em igualdade de condições, em todos os conclaves dos trabalhadores urbanos. Dirigir-se imediatamente ao Congresso Nacional, exigindo a adoção da reforma agrária no país (com a mesma rapidez como foi votado o sistema parlamentarista de governo)”

Quem realizar uma leitura atenta dos jornais do segundo semestre de 1961 perceberá que, logo depois de superada a crise da renúncia de Jânio Quadros, os sindicatos recolocaram em pauta, com bastante energia, a questão salarial. Primeiro, porque boa parte das negociações coletivas aconteciam no segundo semestre; segundo, porque tinha-se equacionado provisoriamente a crise política, mas a inflação e o aumento dos preços, ou seja, a crise econômica, permanecia intacta.

As mobilizações salariais reiniciaram com a convenção coletiva nacional dos bancários. A exemplo dos paulistas, os bancários do Rio Grande do Sul, mobilizados pela Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento Bancários do RGS, realizaram vários atos de protestos num processo preparatório à greve. Na véspera da sua deflagração, negociou-se, em âmbito nacional, um reajuste de 40% em novembro e 20% em maio de 1962.

Uma vez que a direção da Cia. Carris Porto-Alegrense não deu nenhum sinal que iria repassar os 10%, negociados na última greve, os tranviários ameaçaram deflagrar uma segunda greve. Na eminência de uma nova greve no sistema de transporte da capital, o prefeito Loureiro da Silva, agilizou as negociações de um empréstimo junto ao governo federal. Com o empréstimo liberado, a Cia. Carris Porto-Alegrense assegurou o repasse dos 10%. Com os salários em atraso e sem reajuste, o funcionalismo público estadual, retomaram as reivindicações interrompidas pela crise política de agosto e setembro. Depois de várias tentativas frustradas “como das vezes anterior o governador encontrou pretexto para mais uma vez esquivar-se de um encontro com os representantes da classe: sábado foi a doença de um parente que o afastou do Palácio,”³⁴¹ dão um ultimato ao governador: “pagamento já ou greve”. Na eminência de uma greve, o governador Leonel Brizola autorizou a regularização dos vencimentos e prometeu reajustes salariais para o ano de 1962. Junto com os bancários, os tranviários e o funcionalismo público; os telefônicos, os eletricitários, os metalúrgicos, os alfaiates, os ferroviários, os radialistas, os trabalhadores da construção civil, realizaram mobilizações para garantir aumentos salariais. Realmente, o ano de

³⁴¹ Ibidem. 11.12.1961.

1961 findou com uma verdadeira explosão de movimentos reivindicatórios. A impressão que se tem é que boa parte dos líderes sindicais achavam que assim como foram capazes de mobilizar suas bases para garantir a posse de Jango, podiam fazer o mesmo para assegurar vantagens salariais e ampliar seus direitos.

Brizola sai. Meneguetti volta.

Se, por um lado, a adoção do “parlamentarismo de emergência” foi a solução menos desejada por Leonel Brizola, por outro, colocou em suas mãos uma causa capaz de o projetar no cenário nacional. Politicamente, era tudo o que Leonel Brizola necessitava para preparar a sua saída do Piratini. Quem analisar a agenda e os discursos de Leonel Brizola no seu último ano de governo, não sentirá dificuldades para constatar que houve um certo deslocamento do espaço de atuação política e uma mudança no conteúdo dos seus pronunciamentos. A partir de 1962, Leonel Brizola deixa de ir à velha capital da República e à Brasília para reclamar empréstimos; agora, suas exigências são as reformas de base, o retorno do presidencialismo e mudanças nas regras do jogo institucional. Segundo o próprio Leonel Brizola, sua experiência de governo lhe ensinara que de “nada vale governar nesta situação. (...), no atual regime jurídico os governantes não têm poder, é preciso pôr um dique a atual ordem jurídica.”³⁴² Depois da posse de Jango, nos discursos de Leonel Brizola as questões internas do Rio Grande do Sul são secundárias frente aos problemas nacionais. O discurso pragmático utilizado durante a campanha eleitoral de 1958 – que prometeu encontrar as soluções para os problemas do Rio Grande do Sul através de uma relação amistosa com o governo federal – deixou de ter sentido. Leonel Brizola, depois de quatro anos de governo, “descobriu” que os problemas regionais estavam definitivamente atrelados aos destinos do Brasil. Nessa nova elaboração discursiva, sem as reformas de base e sem as mudanças na ordem institucional - realizadas por um Congresso Nacional que realmente representasse os verdadeiros interesses do povo - tudo que fosse realizado regionalmente, cairia na insignificância. Essa lógica, necessária para justificar a sua candidatura à Câmara Federal pelo estado da Guanabara, comprometeu a candidatura de Egidio Michaelisen.

Durante o último ano do governo trabalhista, Ildo Meneguetti esforçou-se para consolidar um arco de alianças com os partidos mais conservadores. É preciso lembrar que a radicalização discursiva de Leonel Brizola, depois da posse de Jango, facilitou enormemente a

³⁴² Ibidem. 01.01.1963 – Discurso de Leonel Brizola proferido na solenidade de posse do governo Ildo Meneguetti.

constituição de um bloco conservador opositor. No dia 06 de maio, no Teatro São Pedro, o ex-governador Ildo Meneguetti oficializou sua candidatura e a composição da Aliança Democrática e Popular (PSD, UDN, PRP, PL e PDC). No discurso de lançamento da ADP, encontramos os eixos da campanha eleitoral que derrotou os candidatos trabalhistas:

“Aqui estou, convocado pelas **Oposições**, para, uma vez mais, disputar o governo do Estado. Sou um homem **sem vaidades e sem ambições pessoais**. Não poderia, entretanto, eu fugir ao chamamento daqueles que crêem em mim e que na nossa vitória vêm a restauração da tranqüilidade à Família Gaúcha, tão abalada nestes últimos anos face à **ação de demagogos e agitadores**, que não se preocupam com o sacrifício do povo, desde que isso lhes possa oferecer vantagens e posições. (...) O povo está cansado de promessas. Está descrente e vive uma fase de nossa História que bem poderemos chamá-la de pré-revolucionária. Os demagogos, os radicais, os agitadores encontram ambiente propício para satisfazerem os seus apetites pessoais e o povo, cansado de ser iludido, já não sabe mais a quem ouvir e acompanhar. *Desenvolvimento*: distribuir os sacrifícios entre todos os ombros e não só apenas entre aqueles que mais trabalham e menos ganham. Não somos contra os paulistas. O desenvolvimento de um estado não deve ser feito a custa de outros. **Se em São Paulo consegue-se grandes verbas para inversões industriais, vamos à São Paulo saber deles como se realiza esse milagre para que possamos, aqui, em nosso Governo, proceder da mesma forma.** (...) **Realizarei uma revolução sem sangue, ordeira e pacífica, utilizando os instrumentos do governo para realizar as reformas.** *Apelo aos sindicatos*: o proletariado industrial das cidades importantes, como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Caxias, etc., deve ser chamado, através de seus sindicatos, efetivamente, a participar do poder que a Social Democracia vai instaurar em nosso Estado. Quando falo em sindicato atentem bem – **refiro-me ao sindicato livre de injunções político-partidárias**. Essa participação não deve ser formal, mas direta, pois só assim teremos as bases para realizar, sem recuos e sem derramamento de sangue, as reformas que o nosso tempo exige. (...). *Carestia*: acredito que, resolvendo o problema da terra, dando-se à agricultura produtividade maior, poderemos ter gêneros mais baratos, estimulando as

cooperativas, combatendo a intermediação desonesta - essa intermediação que explora o colono e explora o consumidor da cidade - poderemos diminuir os preços dos principais gêneros que vão para a mesa do povo. **Quero deixar claro que sou francamente partidário da Reforma Agrária. Governo de Técnicos: nosso governo será um governo de técnicos. Tomarei emprestado o planejamento do governador Leonel Brizola e a doutrina social de Alberto Pasqualini.**³⁴³

Apesar do êxito da ADP na articulação de um bloco oposicionista, da sintonia do discurso de campanha com o “estado de espírito” da opinião pública (realizar as reformas sem derramamento de sangue) e do acerto das críticas à gestão de Leonel Brizola, o resultado do pleito de outubro de 1962 não deixa margem para supor que houve uma ampliação eleitoral das “oposições”.³⁴⁴ É provável que a derrota dos candidatos trabalhistas deveu-se muito mais às debilidades do próprio trabalhismo do que as “virtudes” pessedistas. O perfil de Egidio Michaelsen (liderança empresarial oriunda do sistema financeiro), as dificuldades do PTB construir internamente um nome de consenso (João Caruso manteve a sua pré-candidatura até a Convenção Estadual do PTB, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 1962), a forma como os caciques do PTB gaúcho encaminharam os desentendimentos com Fernando Ferrari, os resultados concretos da gestão de Leonel Brizola, o descontentamento do funcionalismo público com a gestão trabalhista, tudo isso, contribuiu para impedir a reeleição de um candidato trabalhista, mesmo em um momento de ascensão das forças populares. Entretanto, é fato que a candidatura de Fernando Ferrari disputou os votos na mesma base dos candidatos trabalhistas. Todavia, se somarmos os votos de Egidio Michaelsen e Fernando Ferrari é possível considerar que houve um crescimento eleitoral do campo popular.

Como vimos em parágrafos anteriores, a “ação do Palácio Piratini” foi determinante para impedir que, dos comitês da Resistência Democrática, brotasse um movimento de massas liderado pelos setores mais combativos do sindicalismo. Para os governistas, o surgimento de uma nova força política poderia, por exemplo, influenciar na indicação de uma candidatura para o

³⁴³ O discurso de Ildo Meneguetti na solenidade de lançamento da Ação Democrática e Popular foi publicado na *Ultima Hora*, Porto Alegre, 07 maio 1962.

³⁴⁴ Na eleição de 1958, Walter Peracchi Barcelos candidato da Frente Democrática obteve 500,944 (41,20%) votos em um universo de 1.214,094 eleitores. Em 1962 a Ação Democrática e Popular obteve 502,356 (37%) votos, em um universo de 1353.697 votantes. In: *As eleições no Rio Grande do Sul - de 1945 a 1978*. Porto Alegre: Editora Síntese

pleito de 1962 com um perfil mais popular, algo que, desde o início, Leonel Brizola evitou.³⁴⁵ Concretamente, os setores mais ativos do sindicalismo gaúcho encontraram dificuldades para traduzir a mobilização popular dos comitês da Resistência Democrática em um movimento político organizado. Por outro lado, a experiência do Comando Sindical Unificado, hegemônico pelos setores reticenciosos do sindicalismo gaúcho, foi rapidamente desestimulada.

De qualquer modo, desde o final de agosto de 1961, os holofotes da política concentraram-se no espectro nacional. Agora, as palavras de ordem passaram a ser: Tudo pelas reformas de base! Não ao parlamentarismo. Além disso, as mudanças no sindicalismo, em âmbito nacional, acabavam atraindo a visão para as questões nacionais. Contudo, é um engano considerar que o movimento sindical porto-alegrense dedicou toda sua energia somente às “lutas nacionais” em detrimento das suas “próprias lutas”. Tão logo Jango tomou posse, como já explicitamos anteriormente, vários sindicatos, dos setores privados e estatais, promoveram campanhas salariais e continuaram pautando a luta por certos direitos, com a mesma disposição esbanjada nos dias da Resistência Democrática. Porém, se a luta circunscrita ao âmbito das categorias ganhou um novo ímpeto, é verdadeiro que as organizações de intercategorias amargaram um período de refluxo.

Depois das articulações para garantir uma elevada representação de lideranças gaúchas no Congresso da CNTI, a fim de derrotar o candidato gaúcho (Dioclesiano Cavalcanti), as ações coletivas só foram retomadas em junho e julho de 1962, numa conjuntura excessivamente turbulenta.

No final de julho de 1962, o Comando Sindical de Porto Alegre realizou a sua convenção. A preparação dessa convenção vinha sendo feita com dois meses de antecedência. Nota-se a preocupação de certas lideranças, comunistas e trabalhistas, em reforçar a organicidade dos sindicatos com o Comando Sindical. Essa preocupação traduziu-se em resolução aprovada no Congresso: para integrar o Comando Sindical de Porto Alegre, os sindicatos devem aprovar a adesão em assembléia de base e eleger dois delegados (um de base e outro da direção) para acompanhar permanentemente as atividades do Comando Sindical. Além disto, os sindicatos cuja filiação fosse aprovada em assembléia da categoria, deveriam realizar com regularidade as

³⁴⁵ O perfil dos candidatos trabalhistas: Egidio Michaelsen, banqueiro, Mariano Beck, líder católico e Antônio Brochado da Rocha, jurista e intelectual (ambos candidatos ao senado), não deixa dúvida de que o PTB investiu na composição de uma chapa majoritária visivelmente conservadora.

contribuições financeiras. Segundo o próprio Luis Vieira, a idéia era transformar o Comando Sindical em uma Câmara Sindical. A diferença estava na ampliação do número de dirigentes no Conselho do Comando Sindical e no estabelecimento de vínculos mais sólidos, para manter a organização funcionando permanentemente. Sendo assim, o Comando Sindical deixaria de ser apenas uma instância que se reunia esporadicamente, passando a atuar na conjuntura. No término da Convenção, Luiz Vieira da Silva, líder metalúrgico e militante do Partido Comunista, juntamente com Jorge Alberto Campezzato, Assis Brasil Albuquerque e João Fabrício foram escolhidos para compor a executiva do Comando Sindical de Porto Alegre.³⁴⁶ Para o VI Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, cuja data de realização havia sido marcada para o final de semana seguinte, a Convenção de Porto Alegre aprovou o indicativo de Greve Geral contra a carestia.

No entanto, a Greve Geral veio antes do esperado. A queda do Gabinete de Tancredo Neves reabriu a crise política que, naquela altura dos acontecimentos, estava por um fio. Clementino de San Thiago Dantas, com respaldo dos setores nacionalistas foi indicado por João Goulart para substituir Tancredo Neves. Mas o seu nome foi vetado pelo Congresso Nacional, caindo por terra a perspectiva de formação de um Gabinete nacionalista e democrático. Surpreendentemente, João Goulart indicou Auro de Moura Andrade, então presidente do senado, para Primeiro Ministro. Porém, o Presidente do Senado era um político anti-reformista. Por isso, seu nome foi aprovado pela Câmara Federal (222 votos a favor e 51 contra) e vetada pelos setores populares mobilizados. O Comando Geral de Greve (CGG) decidiu marcar uma greve geral para o dia 5 de julho. O Primeiro Ministro só ocupou o cargo por dois dias. Pressionado, renunciou. O CGG, mesmo contrariando os desejos de João Goulart, manteve a greve geral, a fim de forçar a composição de um Gabinete reformista e democrático. A greve chegou ao Rio Grande do Sul no dia 06 de julho, nas vésperas do VI CTG.

A “greve geral da crise do gabinete de julho de 1962”, no Rio Grande do Sul, apesar de parcial, provocou um certo impacto. Na Sexta-feira parou o transporte coletivo, a Viação

³⁴⁶ Composição da executiva do Comando Sindical de Porto Alegre período 1962/1963: Luis Vieira da Silva – presidente (militante do Partido Comunista), Jorge Alberto Campezzato – vice-presidente (militante e dirigente do Partido Comunista), Assis Brasil Albuquerque – Secretário Geral (simpatizante do Partido Comunista), João Fabrício – tesoureiro (presidente do sindicato dos bancários de Porto Alegre e militante do Partido Trabalhista), Gustavo Rodrigues Alves – primeiro secretário, Lourival Soeiro da Silveira – segundo secretário, Marlênio Quadros – segundo tesoureiro.

Férrea do Rio Grande do Sul, os portos de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, postos de gasolina da capital ficaram sem os frentistas e a energia da capital foi seletivamente interrompida. Por volta das 15 horas, Leonel Brizola enviou um emissário à sede do Comando de Greve, instalado no Sindicato dos Gráficos, distante poucas quadras do Palácio Piratini, para solicitar a suspensão imediata da greve. Minutos depois, o próprio governador telefonou para Luis Vieira da Silva, renovando a solicitação. Luis Vieira da Silva convocou uma reunião do Comando de Greve que, depois de discutir a questão, votou pela continuidade da paralisação. Durante o dia, os líderes sindicais distribuíram à população o seguinte manifesto.³⁴⁷

Aos Trabalhadores! Ao Povo! E às Autoridades!

O Comando Sindical de Porto Alegre e as entidades que este assinam, por decisão unânime, tendo em vista os últimos acontecimentos, que se iniciaram com a recusa do Congresso Nacional de constituir um Gabinete capaz de pôr fim à avassaladora inflação, à miséria reinante, realizando as reformas reclamadas pelo povo brasileiro, isto é, a reforma agrária, a bancária, a universitária, a administrativa, a urbana, a limitação de remessa de lucros para o exterior, a nacionalização das empresas estrangeiras, a extensão do direito de voto aos analfabetos e soldados, a regulamentação do direito de greve, e que culminou, inclusive, com a tentativa de impor à Nação, um Gabinete de golpistas e reacionários. Resolveram decretar a greve geral a partir da zero hora do dia 06 (amanhã). Ao tomar essa posição, declaram as entidades que o fazem por não mais suportarem este estado de coisas. Entendem que o Gabinete a ser formado deve atender aos reclamos populares e dele participar a classe operária, e não ser objeto de distribuição de postos entre cúpulas políticas e grupos econômicos divorciados do povo. Conclamamos a todos os trabalhadores, das cidades e do campo, que cerrem fileiras em torno desta luta, pela conquista destes seus objetivos. Do mesmo modo, apelamos para todo o povo, às suas forças mais vivas e atuantes, aos legislativos, às organizações dos agricultores sem terra, ao movimento nacionalista, aos estudantes para que nos acompanhem nesta luta. Que a já histórica data de 06 de julho seja, mais uma vez, uma jornada de vitória.

³⁴⁷ Esse manifesto foi publicado na íntegra na edição do Jornal *Ultima Hora*, Porto Alegre, 06 jun. 1962.

Reafirmamos que entraremos nesta luta dispostos a nela permanecer até a conquista dos objetivos reclamados, pois basta de sofrimentos, basta de conciliações. Para fora do país o capital estrangeiro e espoliador. Morte ao latifúndio, pela reforma agrária radical. Cadeia aos exploradores do povo. Extensão ao direito de votos aos analfabetos e soldados. Pelas liberdades democráticas. Viva a classe operária! Viva o Brasil!

Assinado pelo Comando Sindical de Porto Alegre:

Luis Vieira da Silva (presidente), Jorge Alberto Campezzato (vice-presidente), Assis Brasil Albuquerque (secretário geral), Gustavo Rodrigues Alves (primeiro secretário), João Fabrico (tesoureiro), Marlênio Quadros Severo (segundo tesoureiro).

João Gregório do Nascimento – Presidente da Orla Marítima.

Júlio Jardim da Silva – Presidente da Federação dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem..

Liseu Branquelli – Presidente da Federação dos Trabalhadores as Indústrias de Alimentação.

Antônio Apoittia Neto – Secretário da Federação dos Bancários.

Aldo Olivais – Secretário da Federação dos Trabalhadores das Industrias de Alimentação.

José de Moraes Terra – Delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

Álvaro Leonardi Ayala – Delegado Regional da CNTL

Porto Alegre, 06 de julho de 1962

O VI Congresso dos Trabalhadores Gaúchos teve início no Sábado, em clima de greve geral. Na pauta, além das questões sindicais, o direito de greve, a organização sindical, e a revisão nos níveis de salário mínimo, debatendo-se, também, a questão da luta contra a carestia e as reformas de base. Porém, apesar de formalmente ausente da pauta, os 300 delegados que participaram do VI CTG estavam tomados pela questão da indicação de Francisco Brochado da Rocha à sucessão estadual. As lideranças petebistas novamente colocaram em discussão o “apoio natural” aos candidatos trabalhistas. Porém, a falta de entusiasmo com a “candidatura do banqueiro” facilitou a aprovação apenas da “sabatina com os candidatos a governador”. Wilson Borba Lima disputou a presidência do Conselho do VI CTG com José César Mesquita e Liseu Branchelli. Com os votos dos comunistas, o gráfico Wilson Borba Lima elegeu-se presidente da Executiva do VI CTG³⁴⁸. Wilson Borba Lima não pertencia aos quadros do Partido Comunista. Todavia, para Assis Brasil Albuquerque, seu camarada de direção sindical, o “Wilson Lima não era comunista, mas era pior que eu na defesa das idéias; ele era muito radical. Eu era mais conciliador que ele”. Embora apresentando-se como independente, Wilson Borba Lima era conhecido por suas posições extremadas e, muitas vezes, pouco tolerantes.

Dias depois, Jorge Alberto Campezzato é eleito presidente da Intersindical do IAPFESP. Com isso, as três principais organizações de intercategorias passaram a ser hegemônicas por lideranças próximas ou pertencentes aos quadros do Partido Comunista. Além disso, o afastamento de João Gregório do Nascimento da União dos Trabalhadores da Orla Marítima e a ascensão de lideranças comunistas aos cargos de direção das organizações dos ferroviários gaúchos, são evidências do significativo aumento da presença dos comunistas nas direções dos sindicatos e das organizações de intercategorias. Todavia, a presença das lideranças comunistas e de trabalhistas menos conservadoras no “campo das idéias” e nos “cargos” das organizações sindicais não se deu sem resistência e protesto.

A reação manifestou-se, por exemplo, no surgimento de um grupo de trabalhadores de base e de lideranças sindicais contrários à filiação do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre ao Comando Sindical e no desligamento de João Gregório do Nascimento da União dos Trabalhadores da Orla Marítima, por ter declarado apoio a Antônio Pereira Magaldi, dirigente

³⁴⁸ Composição do Conselho do VI CTG: Wilson Borba Lima (presidente), Liseu Branchelli (primeiro vice-presidente), José César Mesquita (segundo vice-presidente), José Moraes Terra (secretário geral), Roque Cruz Vargas (primeiro secretário), Argemiro Rosa (segundo secretário), Alvaro Leonardi Ayala (tesoureiro), Cirano Araújo (primeiro tesoureiro) e Julio Jardim (segundo tesoureiro).

sindical que articulava, no Rio Grande do Sul, a criação de uma organização sindical para aglutinar os “sindicatos independentes”. Na Carris, um grupo de líderes petebistas e católicos, “todos promovidos pela direção da empresa para cargos de chefia”, passou a fazer uma “oposição sem trégua” à gestão de Ivo dos Santos Amaral. Apesar de não enquadrar-se completamente na disputa entre setores refratários e os comunistas, o conturbado processo eleitoral do sindicato dos comerciários, em 1962, pôs fim ao “reinado de Romeu Pacheco de Abreu”, um dos líderes e articuladores, no Rio Grande do Sul, do chamado “Movimento Sindical Democrático”. O Sindicato dos Estivadores, sob intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, conseguiu, neste mesmo período, realizar suas eleições e retomar a normalidade com a posse de uma direção mais combativa.

Esses e outros casos são ilustrativos do crescente acirramento entre um setor do sindicalismo refratário, governista e vinculado com os esquemas de repressão e um sindicalismo combativo, hegemonizado por lideranças comunistas e trabalhistas menos conservadoras. Enquanto este último setor permaneceu disputando idéias, a reação ocorreu sem agressão; contudo, na proporção que o setor combativo passou a “ganhar no campo das idéias”, tentando implantá-las a partir dos postos de direção que conquistava, a reação veio acompanhada de agressividade e, posteriormente com um certo apoio do Estado.

Em que pese o êxito relativo da greve geral de 06 de julho, ela alertou o sindicalismo para os seus limites. Restabelecido o Conselho de Ministros, com a aprovação, na Câmara Federal, da indicação de Francisco Brochado da Rocha, o movimento sindical gaúcho inclinou-se, com maior entusiasmo, para as reformas de base e pela definição da data do plebiscito. Entretanto, naqueles dias, houve uma pressão para um aumento dos preços: os pecuaristas e açougueiros ameaçavam “ou aumento no preço ou desaparecimento do boi”; os rizicultores já não mais ameaçavam, estocavam direto o arroz para elevar os preços internos e barganhar a exportação para os mercados do Rio e São Paulo; os leiteiros e os donos das padarias prometiam que, se os preços do pão e do leite não fossem corrigidos, “não haveria mais café da manhã”. As ações fiscalizadoras do diretor da COAP, além de não terem o respaldo do governo de Leonel Brizola (convencido de que as reformas de base eram a única solução para os problemas do Rio Grande do Sul e encontrando-se em plena campanha pelo plebiscito) deixavam dúvidas se estavam realmente punindo os “tubarões” ou distraindo os “bagrinhos”. Em reação a essa nova onda altista, o movimento sindical deu um ultimato: “Ou o retorno dos preços aos índices de

junho de 1962, ou greve geral". Na tentativa de causar maior impacto no movimento grevista previsto para setembro e neutralizar as "divisões que estavam ocorrendo em alguns sindicatos", o Conselho do Comando Sindical de Porto Alegre elaborou uma agenda de visitas aos principais sindicatos do Estado. Na realidade, a greve de julho deixou claro, principalmente para as lideranças sindicais comunistas, que a luta pelas reformas de base, o combate à carestia e os enfrentamentos que avizinhavam-se exigiam maior qualidade na representação, tanto do Comando Sindical de Porto Alegre, quanto do VI Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. As greves gerais não podiam continuar dependendo apenas da adesão dos eletricitários, ferroviários, portuários e tranviários. Para tanto, levantou-se a proposta de realização de uma "maratona de discussão" com as direções dos principais sindicatos do Estado sobre a conjuntura e a preparação da greve contra a carestia e a favor das reformas de base.

As declarações do general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, favorável à aprovação do plebiscito para "antes, ou no máximo, simultaneamente com as eleições de deputados,"³⁴⁹ o pronunciamento de Francisco Brochado da Rocha na Tribuna do Parlamento, exigindo poderes para encaminhar as reformas de base e a greve geral a ser decretada pelo CGT, logo após os desdobramentos do discurso de Francisco Brochado da Rocha, faziam parte de um esquema de Leonel Brizola para realizar "um golpe de esquerda" com Jango, sem Jango ou contra Jango. Porém, na conclusão do discurso, ao invés do ultimato ao Congresso Nacional, Francisco Brochado da Rocha preferiu "como simples cidadão, voltar ao povo, para, como parte do povo, continuar a luta pelo reconhecimento ou pela conquista da legitimidade do poder e pela libertação econômica da pátria."³⁵⁰

Frustrada a tentativa de "golpe de esquerda", a greve geral, programada para acelerar as reformas de base, transforma-se em proposta de greve geral pelo plebiscito. O Congresso Nacional votou a realização do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Mesmo assim, o CGT decidiu manter a greve geral.

Prevista para iniciar no Rio Grande do Sul à zero hora do dia 14 de setembro de 1962, essa greve teve um desenrolar inesperado. Três lideranças sindicais que entrevistei e que participaram ativamente dessa greve são unânimes em suas análises. Aproveitarei as palavras de Jorge Alberto Campezzato para narrá-la:

³⁴⁹ A íntegra do manifesto do general Jair Dantas Ribeiro a favor do plebiscito foi publicada In.: Shilling, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1979, p. 236.

³⁵⁰ *Última Hora*, Porto Alegre, 14 set. 1962.

“Depois que o prof. Francisco Brochado da Rocha largou as propostas lá no Congresso, nós, do movimento sindical, entramos com toda força; inclusive se programou uma greve nacional pelas reformas de base. Na época, eu já havia deixado a presidência do Comando Sindical de Porto Alegre. Quem me substituiu foi o companheiro Luis Vieira. Eu, por conta da Intersindical, como sempre, tinha a tarefa de desligar a chave da Usina; minha tarefa era ficar na segurança das greves: se mexer com o pessoal, meto a mão na chave e derrubo tudo. Neste meio tempo, o comando da greve se instalou na sede do sindicato dos gráficos, na rua General Câmara. Eu estava na reunião e ia sair à tardinha; por volta das 17:30 fui jantar e depois devia ir para a Usina e aguardar as instruções. Estava todo mundo indo para os setores de trabalho, para preparar a greve a ser deflagrada à zero hora. Fui para Usina do Gasômetro por volta das dez horas e, imediatamente, recebi um telefonema do Palácio; era o Brizola, dizendo: “- Olha, Campezzatto, estou recebendo notícias do centro do país, o pessoal está tirando o corpo fora, a greve não vai sair lá pelo centro, o pessoal está recuando, acho que nós não devemos botar o nosso pescoço neste troço”. Eu respondi: “- Mas tem uma coisa, o Comando Sindical tem uma posição firmada de fazer a greve, a greve vai sair”. “- Não, não; fala com eles”. O Brizola era daqueles caras que, quando dizia “essa é minha opinião”, é porque ele estava dando uma ordem. “Tudo bem, governador”, e desliguei o telefone. Como era de hábito, ele saiu e foi dormir, ele dormia, no máximo, às 22:30, 23:00 horas já era muito tarde; em compensação, às 4:30 da manhã já estava de pé. Logo em seguida, liguei para o Comando, falei com o Luis: “- Olha, Luis, acabei de receber um telefonema do Brizola e ele me comunicou isso assim e a situação está neste pé, por mais essa razão é que temos que reconsiderar”. O Luis respondeu: “- Bom, essa é a opinião do Brizola, mas, em todo caso, eu vou levar ao conhecimento dos companheiros”. “Bom, eu estou aqui”, respondi. Passou uma hora, mais ou menos, e telefonaram: “- Olha, mantemos a nossa decisão, vamos entrar em greve, a greve está na rua, não tem mais volta e o companheiro vai ter que cumprir as decisões do Comando”. Telefonei para o Palácio e o major Neme me atendeu, estava de plantão na Casa Militar.”- Neme, está se passado isso, assim, assim, vamos falar com o chefe”. Ele

disse “- Olha, Campezzatto, tu conheces o chefe, a menos que dê um terremoto ou que estoure uma revolução e comecem a dar tiros, não posso acordar ele”. “E daí, tchê?”, perguntei. “- Olha, vê o que tu podes fazer, mas eu não posso acordar o chefe de jeito nenhum”. Bom, por volta das 11:30 recebi um telefonema do Comando: “- Como é, companheiro Campezzatto, tu vais cumprir a decisão do Comando ou não? A decisão está tomada e o companheiro tem que cumprir a decisão”. Meia-noite e cinco toca o telefone, do Comando” “- O companheiro vai ser chamado para dar explicações porque não está cumprindo as decisões”. “- Vocês querem que eu cumpra a decisão?”. Chamei o Alvinho e ordenei que a turma de emergência fosse na rua Caldas Júnior tirar os fusíveis de alta tensão. Desligando a Caldas Júnior, tirando os fusíveis de alta tensão, ninguém acendia nada, ficava tudo apagado, estava desligado. Não demorou muito me telefonou o Ivo: “- Olha, Campezzatto, a brigada está na rua batendo nos piquetes, a cavalaria da brigada está correndo o pessoal à pata de cavalo”. Às 7:30 o comando da greve foi invadido pela tropa de choque. A tropa de choque desceu da Praça da Matriz em direção à General Câmara, a brigada militar subiu pela rua da Praia, e outra tropa do choque veio pela Andrade de Neves. O pessoal ficou aquartelado lá no sindicato dos gráficos. A brigada militar, então, começou a espancar, a bater, e o Comando se fechou na sede. Telefonaram para mim: “- E agora, o que vamos fazer?” Respondi: “- Vocês têm condições de começar uma insurreição? Se vocês têm condições de começar uma insurreição eu desligo toda a cidade agora. Não? Pois é, eu não falei, e agora o que vamos fazer?” Toca o telefone, era o Brizola, travamos então o seguinte diálogo, em tom ríspido: “-Tu foi desleal comigo, porque eu ti avisei; me liga a Caldas Júnior, porque senão eu mando a Brigada ir lhe buscar”. “- Pois manda a Brigada vir me buscar agora. Eu não tomei a decisão sozinho, cumpro ordens do Comando Sindical”. E ele: “- Não tem Comando, eu te conheço.” E eu: “- Olha, governador, você pode me conhecer, mas não vou discutir com o Sr. Eu cumpro decisão do Comando Sindical.” “- Tu estás me desrespeitando, eu vou mandar a Brigada te buscar.” “- Eu só mando religar com a ordem do Comando; eles mandaram desligar, agora que também mandem ligar.” Aí passou uns cinco minutos, o companheiro Luis ligou, dizendo: “- Campezzatto,

liga a Caldas Júnior.” “- Tudo bem”, respondi. Chamei o pessoal para ligar. Às 9:30, fui chamado para ir ao Comando. “- Como é que vou entrar aí? Vou enfrentar a polícia de choque?” “- Tem uns feridos lá no pronto socorro, estão sendo socorridos, mas já passou. Uma parte se dirigiu até o Palácio, para se reunir com o Brizola.” O Brizola acabou descendo, sentou ao meu lado, veio lá, na sede do Sindicato dos Gráficos, pediu desculpas... Não, não pediu desculpas, porque não era homem de pedir desculpas, mas, a seu modo, disse: “- Vamos deixar por isso, Campezzatto; vamos nos acalmar.” Eu chamei um companheiro: “- Olha aí para esse companheiro.” Tinha levado um butinaço na cara, foi parar no pronto socorro e estava com a cara e a cabeça toda enfaixada. “- Pois é, o que vou fazer”, respondeu o Brizola, “ já mandei destituir o Comandante da Brigada, o chefe de polícia.” “- Mas o comandante da brigada militar não é o governador do Estado? A brigada militar não se mexe se não for por ordem do governador ou sob o comando da casa militar?” Essa foi a realidade. Dizer que o foi o Brizola que mandou fazer e apoiar a greve é mentira. Pelo contrário, o Brizola até foi contra a greve. Naquela época, o pessoal era meio quixotesco, era na base de vamos nos arremeter contra o mal, com um cavalo magro e um pedaço de pau. No fim do dia, quando me recolhi, cansado, fiquei sozinho, foi um daquelas dias que tive uma crise: chorava enraivecido ao sentir aquela impotência. Aquilo que Lênin dizia, um passo a frente e dois atrás, tem vezes que temos que recuar para reagrupar, temos que recuar para refazer forças, para depois voltar ao ataque. Tem momentos que temos que ter a percepção da hora de recuar; aquele não era um momento de avançar, era de recuar.³⁵¹

Depois da greve de setembro e do processo eleitoral de outubro, o movimento sindical gaúcho voltou-se à campanha pelo não parlamentarismo. O mês de janeiro de 1963 findou em clima de festa, mas com muita apreensão: enquanto Leonel Brizola, ovacionado, deixava o Rio Grande do Sul para assumir uma cadeira na Câmara Federal, Ildo Meneguetti, na Assembléia Legislativa do Estado, jurava respeito à Constituição.

³⁵¹ Entrevistas com Jorge Alberto Campezzatto realizada entre agosto de 1999 e outubro de 2001.

Após exatos 17 dias de governo, a Ação Democrática e Popular colocou em prática o seu novo jeito social-democrata de ser. Durante a campanha eleitoral, Ildo Menegeutti, dizendo-se anti-feudal, anti-colonial, cristão e inteiramente favorável à reforma agrária, prometeu terras para assentar os camponeses que estavam mobilizados na região de Nonoai e Passo Fundo. Assim que tomou posse, esses camponeses vieram reclamar a promessa de campanha. Ildo Menegeutti, em resposta, autorizou a ocupação militar da região e a dispersão dos agricultores acampados próximo a essas duas cidades, em localidade, na época conhecida por Passo Feio. O acampamento foi incendiado, camponeses foram espancados e lideranças presas. No dia anterior, um grupo de lideranças sindicais rumou em um ônibus para Passo Feio com a intenção de prestar solidariedade e distribuir alimentos doados pelos sindicatos de Porto Alegre. Ao aproximar-se da região, o ônibus foi interceptado pela Brigada Militar e escoltado até Nonoai. Proibidos de descer do ônibus, os dirigentes permaneceram horas expostos ao sol e à curiosidade dos transeuntes. Depois da exibição, o chefe de polícia Armando Prates Dias tomou depoimentos das lideranças e liberou o ônibus, sob escolta, para voltar a Porto Alegre. Dias depois, quando interrogado sobre a ação repressiva contra os camponeses, o chefe de polícia declarou “não reconhecer liderança alguma nos dirigentes presos”; e, em seguida, completou:

“- Vieram alguns negros e resolvi mandá-los de volta a Porto Alegre, a fim de que voltassem às suas atividades, se é que as têm. Os agricultores não deviam mais retornar àquelas terras, porque não estavam cadastrados. Os dirigentes sindicais não passavam de agitadores.”³⁵²

Chocados com aquela súbita demonstração de força, o Comando Sindical Estadual e o Comando Sindical de Porto Alegre distribuíram o seguinte manifesto:

O Comando Sindical Estadual e o Comando Sindical de Porto Alegre vêm, de público, lançar o seu mais veemente protesto contra a prisão arbitrária de 19 dirigentes sindicais, ferroviários e camponeses, efetuada dia 17 do corrente.

Os dirigentes sindicais gaúchos consideram as arbitrariedades contra os camponeses, os operários e os jornalistas, como um grave e inominável atentado

³⁵² *Última Hora*, Porto Alegre, 20 fev. 1963.

às liberdades democráticas e sindicais, que são asseguradas pela nossa Carta Magna, a Constituição da República.

Na verdade, nestes primeiros dias do novo Governo vimos assistindo a um rosário de atentados à livre manifestação do pensamento e aos direitos do cidadão.

Quando os moradores de Cachoeirinha, Canoas e outras cidades vizinhas da capital, se levantam em luta contra o brutal aumento nos preços das passagens, o governo intervém, não para solucionar o grave problema criado, mas para ocupar militarmente aquelas vilas e cidades, para efetuar prisões e mais prisões de trabalhadores, pelo crime de lutar em defesa da classe operária cada vez mais espoliada, pelo crime de lutar contra o escachoante aumento das passagens. Ao mesmo tempo, o Governo cerca, ocupa militarmente grandes zonas dos Municípios de Passo Fundo e Nonoai e desencadeia o terror contra 1.700 camponeses que estavam acampados em Passo Feio, solicitando que o Governo cumprisse a promessa que fez durante a campanha eleitoral, isto é, entregar aos camponeses os 14.500 hectares de terras que são de propriedade do Estado. Para acabar com o acampamento, as patrulhas da Brigada Militar não vacilaram, cumprindo ordens expressas do Chefe de Polícia, de incendiar as barracas e destruir tudo aquilo que aquelas miseráveis famílias ainda possuíam. Vendo que não podiam vencer os camponeses pela fome, desencadearam o terror.

Quando uma caravana de dirigentes sindicais procurava levar alimentos às famílias, inclusive a centenas de crianças que estavam abatidas pela fome, esses senhores não hesitaram em prendê-los e cometer, contra os mesmos, toda a sorte de ameaças e arbitrariedades, inclusive contra a vida daqueles bravos companheiros, que estavam cumprindo o supremo dever da solidariedade humana.

Ao mesmo tempo que praticam arbitrariedades contra os trabalhadores, os camponeses e o povo em geral, fazem vistas grossas à sanha dos grandes tubarões, que acumulam milhões de lucros a custa da fome e da miséria dos trabalhadores e

do povo; nada fazem contra aos especuladores, mas, ao contrário, os defendem intransigentemente.

Trabalhadores do Rio Grande do Sul! Os graves fatos que acima denunciemos à opinião pública rio-grandense, demonstram que estamos vivendo, em nosso Estado, um momento decisivo. O movimento operário gaúcho, de tão grandiosas tradições de lutas, foi ferido. O movimento dos nossos irmãos do campo, que lutam por terra para trabalhar e, assim, poder matar a fome dos seus filhos, foi brutalmente golpeado. As prisões de trabalhadores em Cachoeira e o brutal espancamento de jornalistas no desempenho de suas funções, tudo isso nos dá uma idéia clara da política antipopular que pretendem seguir aqueles que estão à testa dos destinos do nosso glorioso Estado.

Trabalhadores do Rio Grande do Sul! Povo gaúcho! Diante de fatos tão graves, não poderemos silenciar nem vacilar. As arbitrariedades cometidas contra o movimento sindical e o movimento camponês, atingem a todo povo gaúcho. Por isso, exigem a resposta que merecem. As liberdades democráticas e sindicais, que conquistamos com tanta luta e sacrifício, estão ameaçadas. Cabem-nos o indeclinável dever de defendê-las com todas as nossas forças. Nesta oportunidade, dizemos a todos os trabalhadores e ao povo gaúcho: estamos de pé na luta pelas liberdades democráticas, por melhores dias para os trabalhadores e para o povo. Em hipótese alguma abriremos mão do direito de lutar, e responderemos golpe por golpe a qualquer atentado aos sagrados direitos dos trabalhadores e do povo.

Os trabalhadores e os camponeses, junto com todo o povo, representam uma força poderosa e invencível. Nada conseguirá deter a nossa marcha vitoriosa. Conclamamos a todos os sindicatos e associações de classe das cidades e do campo, a todas as agremiações de estudantes, a manifestarem seu protesto sob todas as formas, contra este estado de coisas. Unidos, venceremos! Tudo em defesa das liberdades democráticas e sindicais! Vivas aos camponeses gaúchos e suas organizações de classe! Terra aos camponeses! Abaixo a carestia da vida! Viva a unidade do movimento sindical!

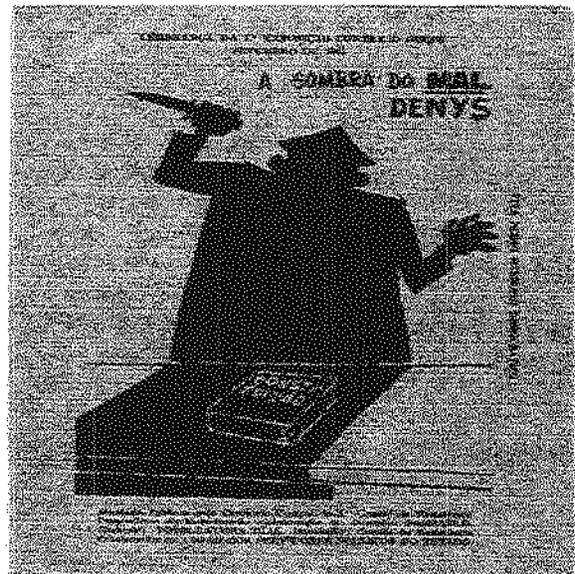
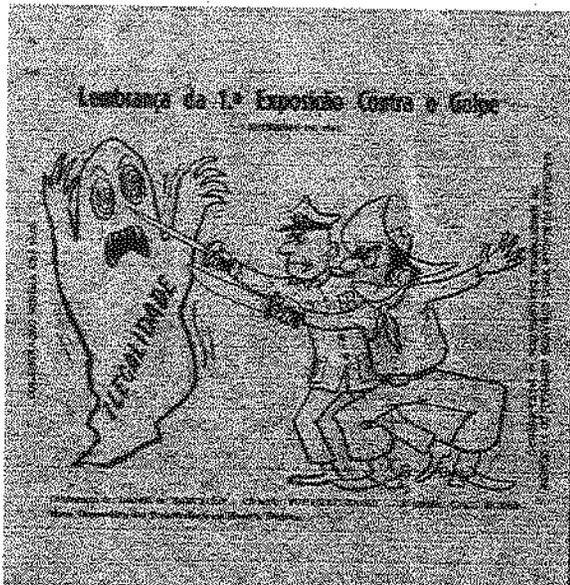
Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1963.³⁵³

Meses depois do episódio de Passo Feio, Carlos Lacerda, a convite de Ildo Menegeutti, veio ao Rio Grande do Sul para exercitar o papel de caixeiro-viajante do golpe. O governador cercou-se de todos os cuidados para garantir a segurança do visitante. Praticamente toda a Brigada Militar, sob o comando de Armando Prates Dia, foi colocada nas ruas. A visita de Carlos Lacerda, depois da pancadaria de Passo Feio, representava uma afronta para o movimento sindical. Imediatamente, surgiram várias manifestações de protesto. O primeiro e mais grave incidente se deu na chegada do “Corvo” ao aeroporto Salgado Filho: num arranca-rabo, um coronel do exército baleou um líder ferroviário. Depois disto, os protestos cresceram e uma enorme multidão espontaneamente acompanhou Carlos Lacerda passo a passo. Após gravar uma entrevista na Rádio Guaíba, Carlos Lacerda saiu à rua, a multidão que o aguardava começou a vaiá-lo. O grupo de Choque da Brigada Militar resolveu silenciar as vaias dos manifestantes. Ao tentar socorrer um casal de namorados que passava pela rua da Praia, Assis Hoffmann³⁵⁴ foi brutalmente espancado, até desfalecer. A passagem de Carlos Lacerda pelo Rio Grande do Sul deixou um rastro de sangue: um líder ferroviário assassinado e um fotógrafo gravemente espancado. A partir de então, essa região passa a ser um dos laboratórios do golpe militar.

³⁵³ *Última Hora*, Porto Alegre, 25 fev. 1963.

³⁵⁴ Assis Hoffmann narra esse episódio In: Barros, Jefferson. *O Golpe mata jornal. Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: Já Editores, 1999, p. 140.

Charges da Resistência Democrática





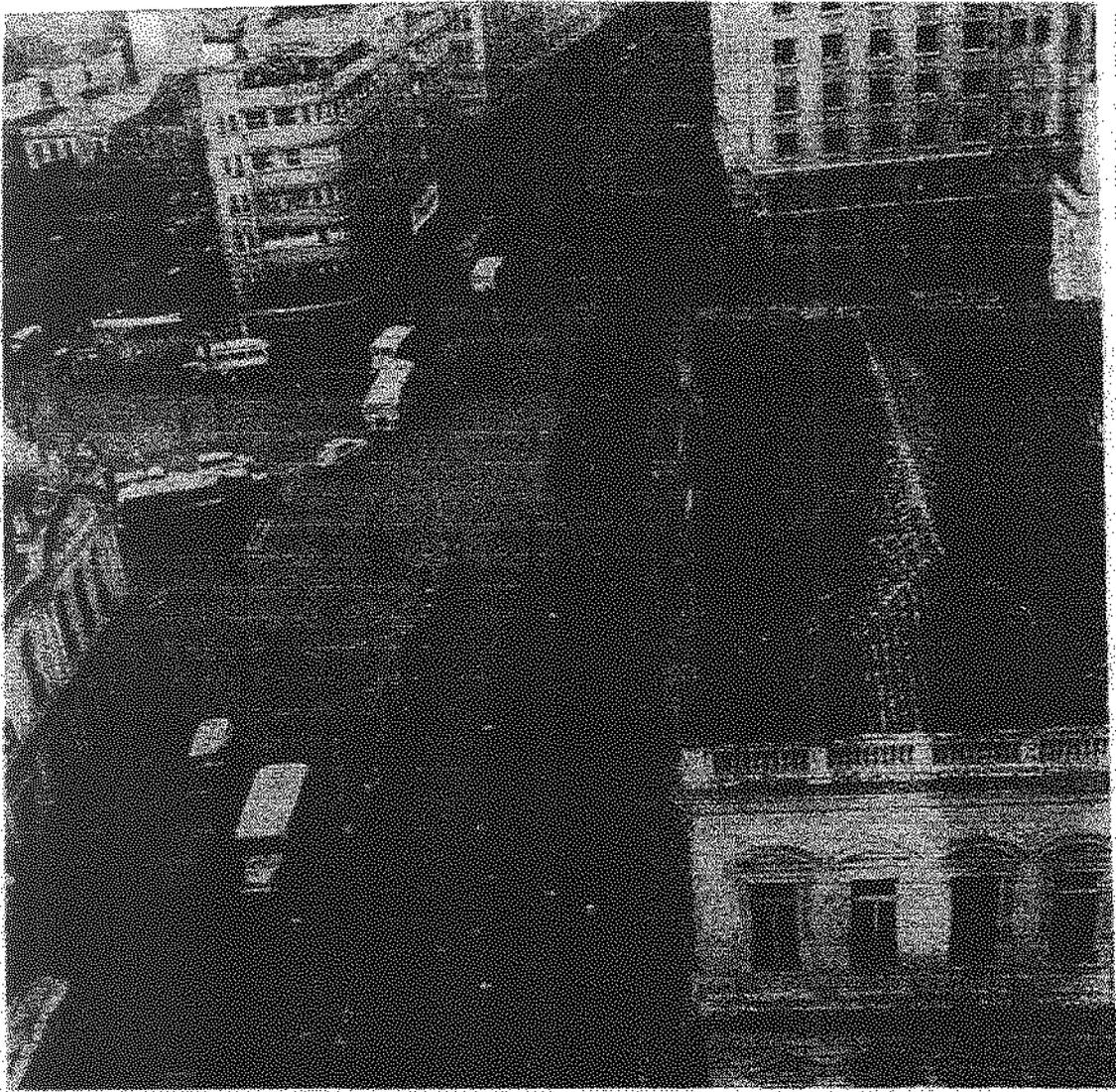
Arquivo fotográfico de Jorge Alberto Campezzato.

Essas charges foram vendidas durante os dias da Resistência Democrática para arrecadar fundos para financiar as atividades dos Comitês de Resistência Democrática.



Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora

Foto do batalhão dos trabalhadores do Porto.



Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora

Foto do Batalhão dos trabalhadores da Cia. Carris (Batalhão Tranviário) desfilando pelas ruas de Porto Alegre.



Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora

Foto do Batalhão dos trabalhadores da Cia. Carris (Batalhão Tranviário) desfilando pelas ruas de Porto Alegre



Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora



Arquivo fotográfico Jornal Zero Hora

Foto da população em frente ao Palácio Piratini.

Conclusão

Adotei uma estratégia narrativa que busca constituir as categorias analíticas no decurso do texto. Entretanto, penso que é necessário reforçar algumas afirmações que, na parte introdutória da dissertação, foram simplesmente anunciadas.

O resultado das eleições de 1958, confirmou, de uma certa maneira, o alargamento das fronteiras do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Essa “emergência do trabalhismo gaúcho” ocorreu em um momento de acirramento das contradições entre as políticas econômicas e sociais adotadas na região sul-rio-grandense e o projeto desenvolvimentista que se implantava nos país. O movimento sindical, dando continuidade aos processos de mobilização iniciados anos antes, organizou o III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (III CTG) na tentativa de imprimir maior identidade às suas ações coletivas. Apesar de “hegemonizado nos cargos” por líderes sindicais vinculados às federações, aos Círculos Operários e, alguns, com estreitas relações com os esquemas de repressão policial, o III CTG foi “hegemonizado nas propostas” por alguns jovens líderes sindicais, que estavam, progressivamente, ocupando espaços nas direções dos principais sindicatos de Porto Alegre. Esses últimos, se contrapuseram ao apoio natural e incondicional à candidatura de Leonel Brizola, defendida pelo sindicalismo oficial. Eles impuseram um “apoio discutido e condicionado” a compromissos previamente assumidos. Portanto, desde a campanha que elegeu Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul, parte relevante do sindicalismo porto-alegrense colocou freios ao ímpeto adesista, demarcou seu lugar e circunscreveu, no espaço regional, suas reivindicações e lutas por direitos. Contrariando, dessa forma, as elites econômicas e políticas, que esperavam que as organizações dos trabalhadores direcionassem suas demandas exclusivamente ao governo federal.

A onda altista que se abateu sobre todo o país, logo depois das eleições de outubro de 1958, foi recebida, no Rio Grande do Sul, como uma traição inexplicável. Sem descuidar das campanhas salariais corporativas, o sindicalismo porto-alegrense buscou, no passado, inspirações para recolocar, de forma coletiva, a necessidade de medidas governamentais contra o aumento dos preços. Para tanto, alguns líderes sindicais organizaram o Comando Sindical de Porto Alegre. As ações protagonizadas por essa organização intersindical não se restringiram apenas às questões relacionadas diretamente com o controle dos preços, mas adentraram à esfera das

políticas públicas; particularmente, às políticas municipal de transporte, de abastecimento e fiscalização dos produtos e de fornecimento de energia elétrica. Ao incluir em sua agenda questões do “cotidiano da cidade”, o movimento operário restabeleceu os vínculos e diálogos com outros segmentos organizados da sociedade, notadamente os movimentos popular e estudantil. Através da luta contra a carestia, o sindicalismo também pôde expressar sua opinião sobre as políticas macro-econômicas do governo federal. Neste sentido, vimos que o sindicalismo emprestou seu apoio ao congelamento de preços decretado por Juscelino Kubitschek, mas o fez evidenciando que o tabelamento dos preços, desacompanhado de reformas estruturais, cairia no vazio. Aqui surge, mesmo que de forma incipiente, a questão das reformas de base. Meses depois, o fracasso generalizado das medidas adotadas pelo governo federal, para conter o aumento dos preços, revelou que o movimento sindical não estava de todo equivocado.

Em âmbito local, o sindicalismo porto-alegrense “viveu na pele” a recusa de suas demandas e percebeu, dessa forma, o quanto o Estado é impermeável à participação organizada da sociedade. Entretanto, naquele momento, a maior frustração não foi com o prefeito de Porto Alegre, mas com o governador recém-eleito. De saída, Leonel Brizola inclinou-se, politicamente, na direção dos pecuaristas, rizicultores, triticultores e outros. E os órgãos estaduais de fiscalização e controle dos preços, sob seu comando, fizeram “corpo mole” ao combater o contrabando e o boicote dos produtores e comerciantes. Isso forneceu, a alguns líderes sindicais, as coordenadas de por quais rotas o governo trabalhista navegaria.

Ao experimentar as contradições do Estado no combate à carestia, o movimento operário passou a exigir mudanças na composição dos órgãos controladores de preços (COAP e COMAP), não para cooperar com o governo na fiscalização, mas para “votar contra os aumentos”, pois esses órgãos, como se costumava dizer na época, “cedem na primeira pressão dos tubarões”. Neste sentido, o movimento operário, apesar dos limites e restrições, trouxe, para o debate público, a questão da democratização do Estado.

As ações coletivas do Comando Sindical de Porto Alegre tconferiram, permanentemente, um clima de tensão às posições oficialistas do III CTG. Além disso, motivaram o surgimento da Intersindical dos Segurados dos Institutos de Previdência (ferroviários, eletricitários, tranviários, etc.).

Essas e outras organizações “paralelas”, que vimos surgir no período, não nasceram de manobras a “portas fechadas” de líderes sindicais ansiosos por fazer política de estado no

espaço da sociedade civil. Ao contrário, foram criações forjadas no “calor das lutas” e a partir de necessidades concretas. Somente tornaram-se “organizações vivas” porque havia uma vitalidade associativa na base dos principais sindicatos. Suas ações coletivas só reluziram e causaram um relativo impacto, porque foram aquecidas por “pequenas lutas” que ocorriam no interior das categorias e no processo de trabalho. E é por essa razão que integrei, ao corpo da dissertação, sutis considerações sobre os processos de qualificação da representação dos sindicatos: através de campanhas de sindicalização, do reforço da presença sindical nos locais de trabalho, de investimentos em estratégias de sociabilidade, etc. Tudo isso é revelador de uma certa capacidade de mobilização dos trabalhadores, mobilização essa utilizada não para granjear apoio ao governo trabalhista de Leonel Brizola, mas para colocá-lo à prova e, até mesmo, enfrentá-lo.

Procurei demonstrar, com a análise da experiência dos eletricitários, que esse sindicato, ameaçado de desaparecer ou ser “naturalmente” incorporado à Associação dos Funcionários da CEEE, garantiu “na lei e na marra” a construção de uma organização de base estadual, rompendo os limites do município de Porto Alegre. Esse é o típico caso de um jogo combinado de utilização e, ao mesmo tempo, de contraposição da institucionalidade da legislação trabalhista, então vigente no país. Possivelmente, não tivemos outro sindicato, em Porto Alegre, que tenha combinado, com tanta energia, a luta ideológica em defesa da estatização dos serviços de energia elétrica (nacionalismo) com a defesa dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Realmente, os eletricitários não deram sossego à direção da CEEE, seja para garantir o direito de representar os trabalhadores (existência do sindicato), seja para assegurar o atendimento às reivindicações salariais e às que exigiam melhores condições de trabalho.

Superada a euforia da encampação, quando os diretores da CEEE começaram a “agir do mesmo modo que os patrões estrangeiros”, o conteúdo do nacionalismo trabalhista foi questionado na prática. Para os trabalhadores, a estatização não era apenas “trocar de patrão”, mas significava a adoção de novas relações de trabalho. Além disso, a experiência dessa categoria não nos deixou considerar os partidos políticos (PCB e PTB) como blocos compactos. Vimos o desempenho de Waldemar Gomes na condução da Associação dos Funcionários da CEEE; esse militante e vereador trabalhista, quando percebeu o alcance das mudanças ocorridas no Sindicato dos Eletricitários, prontamente frustrou as expectativas do seu partido, tornando-se um dos principais aliados na manutenção do sindicato e na luta pela ampliação dos direitos dos eletricitários gaúchos. Sua liderança contribuiu para transformar uma entidade, de cunho

eminentemente recreativo e assistencialista, em instrumento de luta e de representação dos interesses coletivos.

O colapso do sistema público de transporte coletivo de Porto Alegre, induzido com o claro objetivo de promover a iniciativa privada, provocou a reação dos tranviários. Espremidos entre o mar e o rochedo, ou seja, pelo Estado e pela Prefeitura de Porto Alegre, os tranviários, ao contrário do que ficou consagrado no discurso político da época, realizaram uma greve em um momento de grande risco, para garantir a sobrevivência não só da Cia. Carris Porto-Alegrense, mas da categoria e dos direitos adquiridos. A adesão e o entusiasmo que caracterizaram essa greve, como procurei mostrar, também fizeram parte de um ato de protesto contra a política militarizada da direção da empresa.

Tanto a luta pela encampação da CEERG, quanto a greve da Carris utilizaram, criativamente, o espaço parlamentar. Na primeira, o sindicato dos eletricitários abasteceu a Câmara de Vereadores de Porto Alegre de informações que foram fundamentais para fazer a contraposição aos argumentos levantados pela direção da CEERG. Ou seja, a partir de dados fornecidos informalmente pelo sindicato, a Câmara de Vereadores e a Assembléia Legislativa instituíram comissões especiais, responsáveis pela elaboração de documentos que fundamentaram não só o debate público, mas, juridicamente, o ato de encampação.

Durante a greve dos tranviários, a utilização do espaço legislativo foi de suma importância para impedir que o impasse imposto pela administração municipal fosse prolongado até enfraquecer e “dobrar os joelhos” do movimento grevista.

Vulgarmente, até hoje imagina-se que a mobilização que garantiu a posse de João Goulart, logo após a renúncia de Jânio Quadros, só eclodiu porque, no governo do Rio Grande do Sul, encontrava-se uma liderança populista que sabia operar brilhantemente o rádio, um dos meios de comunicação mais populares da época. Essa é a imagem de Leonel Brizola, comandando, através da Rádio da Legalidade, uma enorme massa de trabalhadores, estudantes e soldados. Evidenciei que a “Legalidade” só pode ser compreensível se considerarmos não apenas “os 13 dias que abalaram Porto Alegre”, mas os três anos de governo de Leonel Brizola. Neste enfoque, a “Legalidade” surge exatamente em um momento de crise e acirramento das contradições do governo trabalhista. Portanto, a “Legalidade” deu a Leonel Brizola um final de governo honroso e o projetou nacionalmente, apesar do candidato trabalhista ter sido derrotado nas eleições de 1962.

A “Legalidade” uniu todos os rio-grandenses. Entretanto, cada setor integrou-se a seu modo. Os sindicatos participaram, criando o Movimento da Resistência Democrática. Através desse movimento, elaboraram seus próprios discursos, suas palavras de ordem, seus símbolos e suas formas de organização. A insígnia da faixa conduzida pelo batalhão dos eletricitários – “TRABALHADORES DA ENERGIA LUTAM PELA DEMOCRACIA” – é um singelo registro que deixa claro como, para os trabalhadores mobilizados, não bastava exigir o cumprimento da constituição e das leis, mas eram fundamentais a manutenção e a ampliação da democracia, tanto no Rio Grande do Sul como em todo o país. Neste sentido, o movimento operário porto-alegrense, mesmo no momento de maior unanimidade, colocou no caminho da gestão trabalhista a questão da democracia. Essa é uma demonstração da utilização, por parte do movimento operário, da retórica trabalhista, para potencializar suas lutas e valores.

No percurso da pesquisa, várias questões foram se colocando sem que eu pudesse respondê-las. A narrativa das várias ações coletivas fundamentou-se em questões genéricas, sem o necessário aprofundamento de experiências sindicais específicas. Em que pese o acesso que tive a documentação dos sindicatos dos metalúrgicos, dos gráficos, dos bancários e dos eletricitários, deixei de fora, por exemplo, as práticas sindicais cotidianas, as estratégias sindicais e as relações desses sindicatos com suas bases, além de outras questões. Percebi que, para tornar mais compreensível a questão da encampação da CEERG, seria essencial um recuo ainda maior no tempo. Além disso, o estabelecimento de comparações com outras experiências de estatização (Viação Férrea do Rio Grande do Sul e Cia. Carris Porto-Alegrense), certamente poderia ter enriquecido a análise do caso da encampação da CEERG.

Por fim, evitei produzir uma reflexão conceitual sobre o populismo a partir do estudo de caso do governo de Leonel Brizola. Tal empreendimento, entre outras exigências, requer um dissecamento das políticas de governo, uma análise mais abrangente das relações entre governo e a sociedade e um estudo mais refinado das mudanças ocorridas no âmbito dos partidos políticos. Todavia, uma dissertação de mestrado não pode deixar de cumprir o papel de abrir janelas para futuros estudos e correções de limites teóricos e metodológicos.

Cronologia

1958

28 de abril a 01 de maio – III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

01 de maio – Comemorações do Dia do Trabalhador e realização da Festa do Trabalho.

13 de maio – A imprensa divulga o Manifesto de 13 de Maio (documento que declara o apoio de parcela do sindicalismo gaúcho à candidatura de Leonel Brizola).

23 de maio – Ato público de prestação de contas da Comissão de Energia Elétrica, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

14 de novembro – Passeata de líderes sindicais contra o aumento do custo de vida.

20 de novembro – Passeata contra o aumento do custo de vida.

26 de novembro – Fundação da União Operária da Orla Marítima.

1959

12 de março – Greve organizada pela Intersindical CAPFESP, entidade que articulava os sindicatos dos eletricitários, ferroviários e tranviários.

06 de julho – Greve geral organizada pela Intersindical CAPFESP, Comando Sindical de Porto Alegre e Comissão Executiva do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

14 de julho – Passeata contra o aumento dos preços do leite, do pão e do transporte coletivo.

17 de setembro – Passeata “Contra a Fome”, organizada pelas seguintes entidades: Comando Sindical de Porto Alegre, Comissão Executiva do IV CTG, Federação das Mulheres do Rio Grande do Sul e entidades estudantis (reuniu mais de 20 mil pessoas).

20 a 22 de novembro – Participação da delegação que representou o Rio Grande do Sul na II Conferência Sindical Nacional, realizada no Distrito Federal.

1960

Março – Começa a circular em Porto Alegre o Jornal Tranviário, órgão de imprensa dos trabalhadores da Carris.

21 e 22 de maio – Encontro da Intersindical dos segurados da CAPFESP. Nesse encontro, realizado em Santa Maria, foi elaborada a Carta de Santa Maria. Este manifesto traçou as

diretrizes que unificaram as lutas dos trabalhadores dos setores de energia elétrica, ferrovia e transporte urbano.

23 de junho – Dia em que foi votado, na Assembléia Legislativa, o Termo de Reversão da Ferrovia. Os ferroviários marcaram uma greve geral para esse dia (a greve não se concretizou).

15 de julho – Paralisação, por 5 horas, dos trabalhadores do porto e estivadores, motivada pelo atraso no pagamento salarial.

28 de julho – Marítimos marcam um movimento grevista para o dia 28, a fim de reivindicar aumento salarial (a greve não se realizou).

30 de julho – Realização da Convenção Municipal Sindical de Porto Alegre, preparatória do III CTG. Nessa convenção, Álvaro Ayala elege-se presidente do Comando Sindical de Porto Alegre, juntamente com Darcy de Almeida Mello (vice presidente – setor da construção civil), Luis Vieira (secretário geral – setor metalúrgico) e Ivo dos Santos Amaral (tesoureiro – setor de transporte urbano).

5 e 6 de agosto – Realização do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Participaram deste Congresso 253 delegados, representando 30 municípios do Estado. A executiva do V CTG ficou assim composta: José César Mesquita (presidente), Dalimar Severo (secretário), Galdino Vargas Câmara (primeiro secretário), Jorge Alberto Campezzatto (segundo secretário), Bento Lopes Godoi (Tesoureiro) e Joaquim Gomes Campos Neto (segundo tesoureiro).

08 de agosto – Greve dos trabalhadores da indústria do trigo, motivada pelo não cumprimento, por parte do setor patronal, do acordo coletivo da categoria. Depois de 32 dias de greve, os moleiros fecharam um acordo com 40% de reajuste salarial.

5 e 6 de agosto – Realização do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

29 de setembro – Portuários paralisam suas atividades das 9h às 11h, exigindo reajuste de 50% nas diárias e aumento de 65% na carga manipulada.

10 de outubro – Portuários paralisam suas atividades e obtêm do governo estadual aumento de 25% nas diárias e 35% nas taxas de carga manipulada.

11 de outubro – Trabalhadores em empresas comerciais de minerais e combustíveis minerais do Rio Grande do Sul entram em greve. Depois de três dias de greve, o sindicato negociou um reajuste de 45% e 30% de periculosidade.

15 de outubro – Fundação da Associação das Donas de Casa de Porto Alegre. O Comando Sindical de Porto Alegre estimulou a organização desta associação, com o objetivo de fortalecer a luta contra a carestia.

15 de outubro – Ivo dos Santos Amaral elege-se presidente do sindicato da CARRIS. Resultado das eleições: Ivo dos Santos Amaral (chapa 01 – 865 votos), René Gomes (chapa 02 – 172 votos), Sergio Linchin (chapa 03 – 69 votos) e Amandio Bodleader (chapa 04 – 30 votos).

18 de outubro – Greve nacional dos estivadores. O Porto de Porto Alegre pára.

07 de novembro – Greve relâmpago dos servidores da Divisão de Limpeza Pública contra os atrasos nos vencimentos.

08 a 10 de novembro – Greve nacional dos marítimos, ferroviários e portuários reivindicando paridade nos salários de civis e militares. Em Porto Alegre, a paralisação no porto foi completa.

10 de novembro – Servidores da Secretaria Municipal de Obras e Viação de Porto Alegre paralisam suas atividades, exigindo o pagamento dos vencimentos de setembro e outubro.

11 de novembro – Pensionistas e aposentados do IAPFESP realizaram passeata no centro de Porto Alegre, em protesto contra o atraso nos vencimentos.

12 de novembro – Trabalhadores metalúrgicos, da reparação de veículos e estaleiros deflagraram um movimento de reivindicação de 60% de reajuste salarial. Durante os meses de novembro e dezembro, o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre realiza quatro assembléias gerais da categoria, em todas elas participam mais de mil trabalhadores. O sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre realiza um acordo com o sindicato patronal, sobre um percentual de 37,5%.

22 de novembro – Greve dos taxistas de Porto Alegre exigindo aumento no preço da tabela.

05 de dezembro – Inicia-se a greve dos trabalhadores da usina de gás de Porto Alegre.

05 de dezembro – Realização da assembléia sindical conjunta do sindicato dos eletricitários e da Associação dos Funcionários da CEEE – a assembléia decide exigir a equiparação salarial de todos os trabalhadores do setor de energia elétrica do Rio Grande do Sul.

14 de dezembro – Aeroviários e Aeronautas deflagraram uma greve em âmbito nacional. A Brigada Militar ocupa o aeroporto Salgado Filho e reprime os grevistas. A executiva do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos condena a violência da Brigada Militar contra os aeronautas e aeroviários e ameaça deflagrar uma greve de solidariedade. A greve termina no dia 21 de dezembro.

1961

- 26 a 29 de julho Realização do III Congresso Nacional dos Metalúrgicos.
- 21 de agosto – Passeata dos funcionários públicos estaduais, liderada pela União dos Servidores Públicos, até o Palácio Piratini, exigindo a regulamentação imediata dos vencimentos e a elevação de 50% nos salários.
- 25 de julho a 03 de agosto – Greve dos trabalhadores da Cia. Carris Porto-Alegrense.
- 25 de agosto a 5 de setembro – os 12 dias da Resistência Democrática.
- 03 de setembro – O deputado estadual Helio Carlomagno promove, no Teatro São Pedro, o Encontro com os comitês da Resistência Democrática.
- 06 de setembro – Realização do Encontro do Comando Sindical Unificado para discutir os rumos do movimento depois da posse de Jango.
- 7 e 8 de setembro – Realização, em Porto Alegre, da Primeira Convenção Sindical da Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).
- 20 de setembro – Mais de 100 mil pessoas participam, no Parque Farroupilha, do ato de comemoração do Movimento da Legalidade.
- 20 a 23 de setembro – Aproximadamente 110 líderes sindicais gaúchos participam, no Rio de Janeiro, do III Encontro Sindical dos Trabalhadores Brasileiros.
- 24 de setembro – Trabalhadores dos portos do Rio Grande do Sul paralisaram suas atividades por 30 minutos, em protesto contra a tentativa das companhias de navegação, que pretendiam praticar a “estiva livre”.
- 11 de dezembro – Passeata do funcionalismo público até o Palácio Piratini para protestar contra o atraso nos vencimentos e reivindicar, diretamente de Leonel Brizola, um reajuste de 40% nos salários.

1962

- 23 de março – João Fabrico Moraes é eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre.
- 16 de março – Estivadores suspendem a greve prevista para iniciar à zero hora daquele dia.
- 04 de junho – Os estudantes das universidades do Rio Grande do Sul entram em greve por tempo indeterminado contra o corte de 40% das verbas das universidades brasileiras e para assegurar o

cumprimento do art. 78 da Lei de Diretrizes de Base, que determina a participação dos estudantes nos órgãos de cúpula das universidades e faculdades.

30 de junho – Vicente Rao elege-se, pela quarta vez, presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul.

30 de junho e 1 de julho – Realização da Convenção do Comando Sindical de Porto Alegre. Luis Vieira (metalúrgico) é eleito presidente do CSPOa.

6 de julho – Trabalhadores do Rio Grande do Sul entram em greve a favor das Reformas de Base e contra o regime parlamentarista.

7 e 8 de julho – Realização, em Pelotas, do VI Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Wilson Borba Lima (gráfico) é eleito presidente da Executiva do VI CTG.

18 de julho – Greve nos portos do Rio Grande do Sul contra o engavetamento do Projeto Lei 850/55, que tramita na Câmara dos Deputados desde 1955.

25 e 26 de julho – Realização, em Porto Alegre, do 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul.

26 de julho – Primeira assembléia dos radialistas gaúchos, na pauta o reajuste de 80%.

06 de agosto – Greve dos trabalhadores nos açougues: aumento dos salários sem aumento no preço da carne. Os retalhistas desenvolveram uma campanha: “48 horas sem ninguém comprar carne em Porto Alegre”.

15 de agosto – Eletricitários realizam uma manifestação em frente a sede da CEEE – Setor Porto Alegre, exigindo da direção da empresa o cumprimento das promessas do governo Leonel Brizola: equiparação nos salários e auxílio farmácia.

23 de agosto – Foi publicado o resultado das eleições do sindicato dos eletricitários: mais de 95% dos trabalhadores, mesmo sendo chapa única, compareceram às urnas para votar em Jorge Alberto Campezzato, Álvaro Leonardi Ayala e Enedino Carneiro.

1 a 3 de setembro – Realização, em Belo Horizonte, da 3ª Convenção Nacional dos Trabalhadores em Carris Urbano.

3 de setembro – João Gregório do Nascimento (presidente do sindicato dos portuários) é afastado da presidência da União dos Trabalhadores da Orla Marítima pelo seu apoio a Antônio Pereira Magaldi, líder do Movimento Sindical Democrático. “Esse sindicalista é considerado como nocivo aos interesses dos Trabalhadores.” No lugar de João Gregório do Nascimento, assumiu o vice-presidente, Joaze Carlos Gomes.

5 de setembro – Porto Alegre livrou-se de mais um líder sindical “pelego”: Januário Barreto derrotou Romeu Pacheco de Abreu nas eleições do sindicato dos comerciários de Porto Alegre (resultado das eleições: chapa 01, 1052 votos – chapa 02, 3429 votos).

15 de setembro – Greve Geral em apoio às Reformas de Base e pelo plebiscito já. Essa greve, realizada no final de semana, ficou restrita aos portos, tranviários e eletricitários.

22 de setembro – O Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas realiza uma festa para comemorar a inauguração de sua sede própria.

17 de outubro – Ivo dos Santos Amaral é eleito, pela segunda vez, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de Porto Alegre. É simpatizante do Partido Comunista.

27 de outubro – Bancários em campanha salarial (70% de reajuste) realizaram uma passeata monstro pelo centro de Porto Alegre.

1963

22 e 23 de janeiro – Realização, em Porto Alegre, do 1º Congresso Nacional dos Radialistas.

1 de fevereiro – Arnaldo Prieto assume a pasta da Secretaria Estadual do Trabalho e Habitação.

12 de fevereiro – Convenção do Comando Sindical de Porto Alegre. José César Mesquita (metalúrgico) é eleito presidente do Comando Sindical de Porto Alegre.

17 de fevereiro – O incidente de Passo Feio: brigada militar espanca e prende camponeses, líderes sindicais e jornalistas.

Fontes

Entrevistas realizadas pelo autor

Assis Brasil Albuquerque – dirigente do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre, delegado regional da CNTI, simpatizante do Partido Comunista.

Assis Hoffmann – fotógrafo do Jornal Última Hora.

Ivo dos Santos Amaral – dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de Pôrto Alegre e simpatizante do Partido Comunista.

João Aveline – dirigente do Partido Comunista e responsável pela coluna sindical do Jornal Última Hora.

Jorge Alberto Campezzato – dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termo-Elétrica e da Produção de Gás. Foi eleito suplente de vereador e deputado estadual pelo Partido Comunista. Membro do Comando Sindical de Porto Alegre e do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

José Clóvis Azevedo – líder ferroviário, militante comunista, dirigiu a Associação dos Ferroviários Sul Riograndense e a Intersindical dos Segurados do IAPFESP.

Luis Vieira: dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre, militante do Partido Comunista e dirigente do Comando Sindical de Porto Alegre.

Ony Nogueira – dirigente do Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga, militante do Partido Trabalhista, atuou como repórter sindical.

Paulo Schilling: escritor e analista dos problemas econômicos do Rio Grande do Sul. Na época, juntamente com Franklin de Oliveira e Cibilis da Rocha Vianna, entre outros, integrou uma equipe de assessoramento ao governo de Leonel Brizola. Essa equipe foi denunciada pelos setores fisiológicos do PTB e pelo clero conservador como “assessoria marxista”.

Sereno Shaise – Fundador e presidente do Partido Trabalhista, foi eleito deputado estadual e prefeito de Porto Alegre em 1963.

Victor Douglas Nuñez - Advogado trabalhista de vários sindicatos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, militante do Partido Comunista.

Entrevista coletiva realizada com: *Adão Eduardo Haggstram* (liderança da base metalúrgica de Porto Alegre), *Sadi Duarte* (liderança da base metalúrgica de Porto Alegre, na época atuou no Teatro Metalúrgico, na peça “Eles não usam Black Tie), *Sidney Ladeira* (liderança da base metalúrgica de Porto Alegre).

Entrevistas realizadas por outros pesquisadores

Telmo Abbott Romero – presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre no período de 1960 a 1962; militante do Partido Trabalhista. Entrevista realizada pela equipe do Centro de Memória do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

João Fabricio – presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre no período 1962 a 1964; militante do Partido Trabalhista. Entrevista realizada pela equipe do Centro de Memória do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

José César Mesquita – presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre, ex-dirigente do Partido Comunista, foi eleito vereador pelo Partido Trabalhista, presidente da Executiva do Congresso Estadual dos Trabalhadores Gaúchos. Entrevista realizada por Maria Elizabeth Grimberg.

Jornais

Correio do Povo – 1958 a 1963.

Diário de Notícias – 1958 e 1959.

Última Hora – 1960 a 1963.

Folha da Tarde – 1958 a 1963.

A Hora – 1958.

Documentação Sindical

Acervo fotográfico do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre.

Acervo fotográfico de Jorge Alberto Campezzato.

A Folha Metalúrgica – Jornal mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre.

O Gráfico – Jornal mantido pelo Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre.

Atas das Assembléias Gerais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre.

Atas das Assembléias Gerais do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento Bancário de Porto Alegre.

Ata de Resoluções do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos.

Cartas de Reivindicações e de Princípios do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, realizado de 26.4 a 1.5 de 1958.

Outros Documentos

Processo nº 59982 - Supremo Tribunal dos Estados Unidos do Brasil, Vol. II e III.

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Edgar Leuemroth.

Arquivo Fotográfico do Jornal Zero Hora.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Biblioteca da Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Bibliografia

1931-1991 – 60 anos de luta. Porto Alegre: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre, 1991.

A política social brasileira - 1930-1964: a evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE-RS, 1983.

Affonso, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo - 1961-1963.* São Paulo: Marco Zero, 1988.

Araújo, Angela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta.* São Paulo: Scritta, 1998.

As eleições no Rio Grande do Sul: de 1945 a 1978. Porto Alegre: Edições Síntese. (s.a.)

Aveline, João. *Retrato de uma época: macaco preso para interrogatório.* Porto Alegre: Age Editora, 1999.

Azevedo, A Fay de. *Balanço das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul.* Belo Horizonte, Revista Brasileira de Estudos Políticos, N.º8, 1960.

Azevedo, A Fay de. *Balanço das eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.* Belo Horizonte, Revista Brasileira de Estudos Políticos, N.º16, 1964.

Bandeira, Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Barros, Jeferson. *Golpe Mata Jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora. Memória da Imprensa Gaúcha.* Porto Alegre: JÁ Editores, 1999.

Batalha, Cláudio H. M. *A historiografia sobre a Classe Operária no Brasil: trajetória, crise e perspectivas.* Campinas: 1995 (mimeo).

Benevides, Maria Victoria. *O PTB e o Trabalhismo. Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964).* São Paulo: Brasiliense, 1989.

Benevides, Maria Victoria. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Bodea, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Edufrgs, 1992.

Branco, Carlos Castello. *A renúncia de Jânio: um depoimento.* Rio de Janeiro: Revan, 1996.

Brandão, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista 1920/1964.* São Paulo: Hucitec, 1997.

Camargo, Aspásia Alcantara de. *Autoritarismo e Populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro.* Rio de Janeiro: Revista Dados, N.º 12, 1976.

Castoriadis, Cornelius, *A experiência do movimento operário.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

- Cardoso, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Chauí, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- Cattani, Antonio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SMCultura – Palmarica, 1991.
- Certeau, Michael de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- Certeau, Michael de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar e cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- Costa, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.
- Dalmazó, Renato Antonio. *Planejamento estadual e a acumulação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE-RS, 1992.
- D'Araújo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- Debert, Guita Grin. *Ideologia e Populismo: Barros, M. Arraes, C. Lacerda, Leonel Brizola*. São Paulo: T. A; Queiroz Editor, 1979.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Vilarino, Maria da Graça de Andrade & Nunes, Marion Kruse. *Carris, 120 anos*. Porto Alegre: Pallotti, 1992.
- Diehl, Astor. *Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul- 1932-1964*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento do Educação, 2000.
- Fontes, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume Editora, 1997.
- Ferreira, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- Fortes, Alexandre. *“Buscando nossos direitos... Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937”*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp/IFCH, 1994.
- Fortes, Alexandre. *“Da solidariedade à assistência: Estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX”*. Cadernos AEL, nº 10/11. Campinas, Primeiro e Segundo Semestres de 1999. Pp. 171-218.
- Fortes, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito ...: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp/IFCH, 2001.

Fortes, Alexandre; Negro, Antonio Luigi; Silva, Fernando T; Costa, Hélio da; Fontes, Paulo. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Edunicamp, 1999.

French, John D. *A legislação trabalhista brasileira: Afogados em leis, mas famintos (por justiça?)*. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

French, John. *O ABC dos operários: Lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

Garcia, Marco Aurélio. "Tradição, memória e história dos trabalhadores". In: *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Gohn, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

Gomes, Angela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, n° 2, 1996. Pp. 31-58.

Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I: *O movimento operário*. Vol. II: *Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense/Alfa-Ômega, 1979.

Hobsbawn, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Hoggart, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos (Vol. 1 e 2)*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

Hunt, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Julião, Francisco. *Brasil: antes y despues*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1968.

Labaki, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Lavareda, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.

Legalidade, 25 anos: a resistência popular que levou Jango ao poder. Porto Alegre: Editora Redactor, 1986.

Lenharo, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

Marçal, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985.

Marçal, João Batista. *Comunistas gaúchos: A vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

- Marçal, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.
- Markun, Paulo & Hamilton, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.
- Martins, Elóy B. *Um depoimento político*. Porto Alegre: Edição do autor, 1989.
- Mattos, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996 (tese de doutorado).
- Moisés, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978.
- Müller, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul. Banrisul, 70 anos (1928-1998)*. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.
- Müller, Geraldo. *Periferia e dependência nacional: estudo do capitalismo no RS*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, IFCH-USP, 1972.
- Munakata, Kazumi. "O lugar do movimento operário". In: *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*. Anpuh-Unesp, 1980.
- Nós e a Legalidade. Depoimentos*. Porto Alegre: Editora Age, 1991.
- Noll, Maria Izabel e Trindade, Hégio (coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945/1994*. Porto Alegre: Edufrgs/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.
- Oliveira, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- Francisco, Oliveira de. *Entre a terra e o céu: mensurando a utopia*. Texto preparado para o Seminário: *Cidadania, Pobreza e Exclusão Social*. Petrópolis: IBASE, 9 e 11 de dezembro de 1998.
- Oliveira, Franklin de. *Rio Grande do Sul um novo nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- Paoli, Maria Célia. "O trabalhador urbano na fala dos outros". In: Leite Lopes, José Sérgio (org.). *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987.
- Paoli, Maria Célia. "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno". In: *Estudos Avançados*, Vol. 3, nº 7, 1989.
- Paranhos, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- Perrot, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937*. Porto Alegre: Edufrgs/Tchê, 1992.
- Petersen, Sílvia R. Ferraz. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". In: Dacanal, José H. e Gonzaga, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

Petersen, Sílvia R. Ferraz. *"Cruzando fronteiras: As pesquisas regionais e a história operária brasileira"*. In: Araújo, Angela Maria Carneiro. *Trabalho, cultura e cidadania. Um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997. Pp. 85-103.

Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Ramalho, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Reis Filho, Daniel Aarão. *"O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita"*. In: Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

Rodrigues, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Rodrigues, Leôncio M. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

Rodrigues, Leôncio M. *"Sindicalismo e classe operária (1930-1964)"*. In: Fausto, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira, Tomo 10*. São Paulo: Difel, 1987.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Sader, Eder & Paoli, Maria Célia. *Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)*. In: Cardoso, Ruth. *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

Santana, Marco Aurélio. *Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001

Santana, Marco Aurélio. *Partido e Militância Sindical: a atuação Comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do RJ (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IFCH/UFRJ, 1992.

Schilling, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global Editora, 1979.

Schilling, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder: os acontecimentos*. São Paulo: Global Editora, 1981.

Schilling, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul: a crise agro-pecuária*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.

Silva Jr., Adhemar Lourenço da. *"Povo! Trabalhadores!": Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)"*. Porto Alegre: IFCH-Ufrgs/ Dissertação de mestrado em história, 1994.

Silva, Fernando Teixeira da e Costa, Hélio da. *"Trabalhadores urbanos e populismo: Um balanço dos estudos recentes"* In: Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

- Silva, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- Silveira, Norberto da. *Reportagem da Legalidade 1961-1991*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação, 1991.
- Simão, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.
- Soares, Arlindo José. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes: Nacionalismo em crise 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Skidmore, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Targa, Luiz Roberto Pecoits. *Gaúchos & Paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE-RS, 1995.
- Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (3 Vol.).
- Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993.
- Thompson, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Weffort, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista". *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973.
- Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- Werneck Vianna, Luís. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.